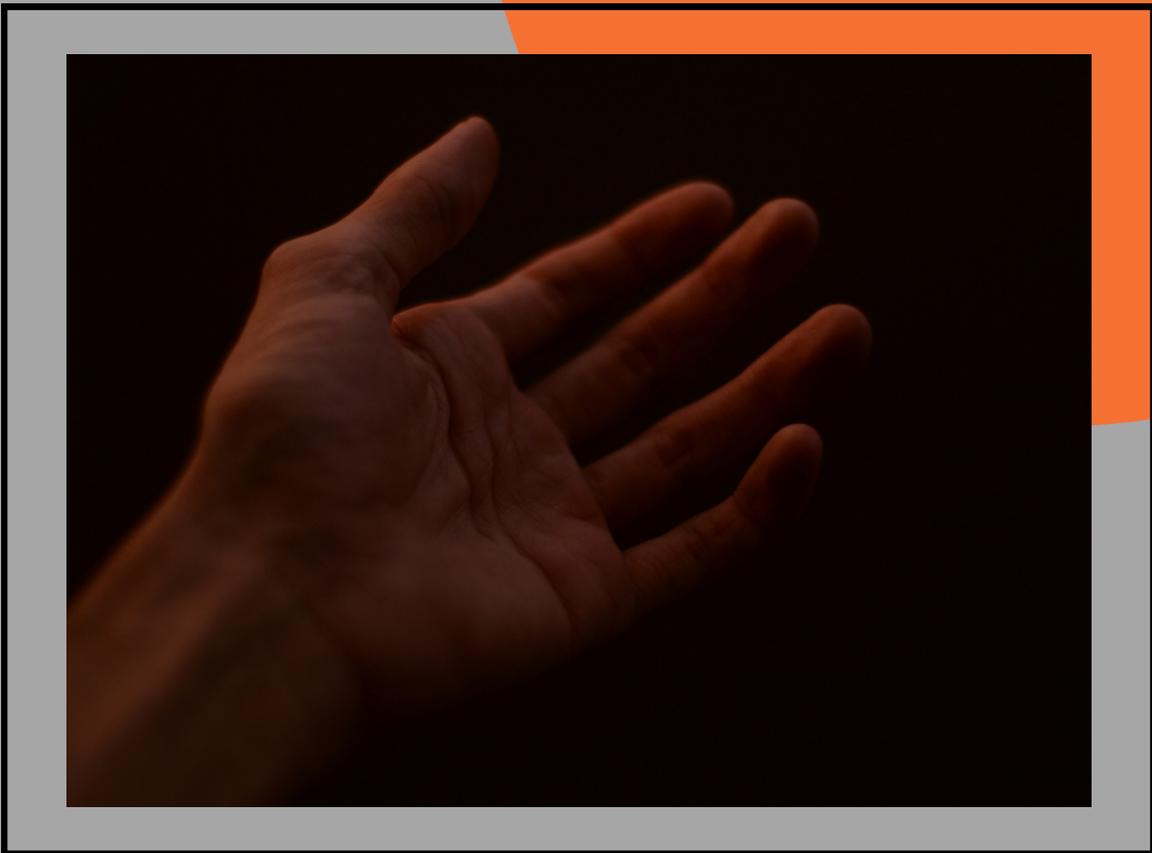


MUNDO LIVRE

REVISTA MULTIDISCIPLINAR



Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional
Universidade Federal Fluminense

Dossiê temático

ECONOMIA E DESENVOLVIMENTO

Entrevista

ROSALI FERNANDEZ DE SOUZA

Página de Artista

MARIA CLARA MONTALVÃO

V. 8

N. 1

2022

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

Reitor da UFF

Antônio Cláudio Lucas da Nóbrega

Vice-Reitor da UFF

Fábio Barboza Passos

Diretora do Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional

Ana Maria de Almeida Costa

Vice-Diretor do Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional

Rodrigo de Araújo Monteiro

REVISTA MUNDO LIVRE

Editores

Cecília Souza Oliveira

Mariele Troiano

Thulio Pereira Dias Gomes

Equipe Editorial

Amanda dos Santos Coutinho

Fernanda Rabelo Cursino Santos

Gabriela Souza Silva

Izabelli Barreto Cardoso

Nathalia Rangel Gomes

Pâmela Miranda Santos

Yuri Banov Onishi

Conselho Editorial

Juliana Thimóteo Nazareno Mendes

Marcus Vinicius da Silva Sales

Samuel Alex Coelho Campos

Revista Mundo Livre

Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional

Universidade Federal Fluminense

Rua José do Patrocínio, 71, Centro

Campos dos Goytacazes, RJ, Brasil

mundolivre.esr@id.uff.br

periodicos.uff.br/mundolivre

ISSN 2525-5819

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SOCIEDADE E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Mundo Livre

Revista Multidisciplinar

v. 8, n. 1

Campos dos Goytacazes, RJ
Janeiro/Junho, 2022

© 2022 by Universidade Federal Fluminense

Os autores cedem à Universidade Federal Fluminense os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a Licença Creative Commons Attribution (CC BY) 4.0 Internacional. Esta licença permite a você compartilhar e redistribuir o material em qualquer suporte ou formato e a adaptar a partir do material para qualquer fim, mesmo que comercial. De acordo com os termos seguintes: a) Atribuição — deve ser dado o crédito apropriado, prover um link para a licença e indicar se mudanças foram feitas. Você deve fazê-lo em qualquer circunstância razoável, mas de nenhuma maneira que sugira que o licenciante apoia você ou o seu uso. b) Sem restrições adicionais — Você não pode aplicar termos jurídicos ou medidas de caráter tecnológico que restrinjam legalmente outros de fazerem algo que a licença permita. Os autores têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicada neste periódico (ex.: publicar em repositório institucional, em site pessoal, publicar uma tradução, ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial nesta revista.



'Mundo Livre: revista multidisciplinar' é uma publicação semestral digital do Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional da Universidade Federal Fluminense.

As ideias expressadas nos artigos são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

Editores | Cecília Souza Oliveira, Mariele Troiano & Thulio Pereira Dias Gomes

Equipe Editorial | Amanda dos Santos Coutinho, Fernanda Rabelo Cursino Santos, Gabriela Souza Silva, Izabelli Barreto Cardoso, Nathalia Rangel Gomes, Pâmela Miranda Santos & Yuri Banov Onishi

Conselho Editorial | Juliana Thimóteo Nazareno Mendes, Marcus Vinicius da Silva Sales & Samuel Alex Coelho Campos

Dossiê temático 'Economia e Desenvolvimento' | Vanuza da Silva Pereira Ney, Vladimir Faria dos Santos & Samuel Alex Coelho Campos

Fotografia | Aleph (2019)

Apoio | Coordenação de Bibliotecas (CBI), Superintendência de Documentação (SDC) & Pró-Reitoria de Extensão (PROEX)

Endereço eletrônico | <http://www.periodicos.uff.br/mundolivre>

Dados de catalogação na publicação (CIP)

Mundo Livre: revista multidisciplinar / Revista do Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional da Universidade Federal Fluminense. Campos dos Goytacazes, RJ: 2015. v. 8, n. 1, jan./jun. 2022. Semestral. 311 p.

ISSN 2525-5819.

1. Multidisciplinaridade - Periódico. 2. Periódico científico. I. Universidade Federal Fluminense. Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional.

CDD 300

SUMÁRIO

Editorial

A multidisciplinaridade na Revista Mundo Livre 8-13

Cecília Souza Oliveira, Mariele Troiano & Thulio Pereira Dias Gomes

Dossiê temático

Economia e desenvolvimento 15-18

Vanuza da Silva Pereira Ney, Vladimir Faria dos Santos & Samuel Alex Coelho Campos

Sobre os mecanismos de divulgação públicos e o fomento à agricultura familiar: o comparativo entre duas fontes de informações disponibilizadas pela Prefeitura de Campos dos Goytacazes 19-46

Ivan Souza de Abreu & Edson Terra Azevedo Filho

Análise da gestão de recursos públicos no município de São Francisco de Itabapoana entre os anos de 2013 e 2020 47-79

Hiata Anderson Carvalho de Moura Preto, Tatiana Acar, Alan Figueiredo de Arêdes & Vanuza da Silva Pereira Ney

Comportamento do emprego formal no setor petrolífero do estado do Rio de Janeiro: uma análise diferencial-estrutural dos anos de 2005, 2014 e 2019 80-99

Vladimir Faria dos Santos, Fabiana da Silva Maia & Rita de Cássia Souza Paz

Comércio por vias internas: uma análise das compras e vendas interestaduais a partir do estado do Rio de Janeiro 100-132

Henrique Cavaliere & Lia Hasenclever

Desenvolvimento econômico do estado de São Paulo: a plataforma neoliberal como redutora da renda do trabalhador ante o incremento do capital 133-161

Nathália Gonçalves Zaparolli

Efeitos de políticas fiscais no crescimento econômico brasileiro: uma análise em dinâmica de sistemas aplicada ao modelo de Solow-Swan 162-188

Luiz Felipe Marvila de Vasconcellos & Alan Figueiredo de Arêdes

Página de Artista

Primípara

190-202

Maria Clara Montalvão

Temas livres

Perfil dos participantes e avaliação do cumprimento de metas do Programa “Trilha Jovem Iguassu”: período 2015-2019

204-226

Marcos de Oliveira Garcias, Vitor Hugo Tavares da Silva, Petterson Eduardo Souza Gherlandi & Carla Andrea Contreras Contreras

Apontamentos sobre a preparação mental e a meditação no futebol

227-259

Marcelo Roberto Andrade Augusti

Oficina de educação alimentar e nutricional na universidade para terceira idade

260-282

Gizela Pedroso Junqueira, Larissa Leandro Cruz & Cristina Gomes de Souza Vale e Souza

Entrevista

Uma trajetória de dedicação à pesquisa e ao ensino: uma entrevista com Rosali Fernandez de Souza

284-304

Rosali Fernandez de Souza

Resenha

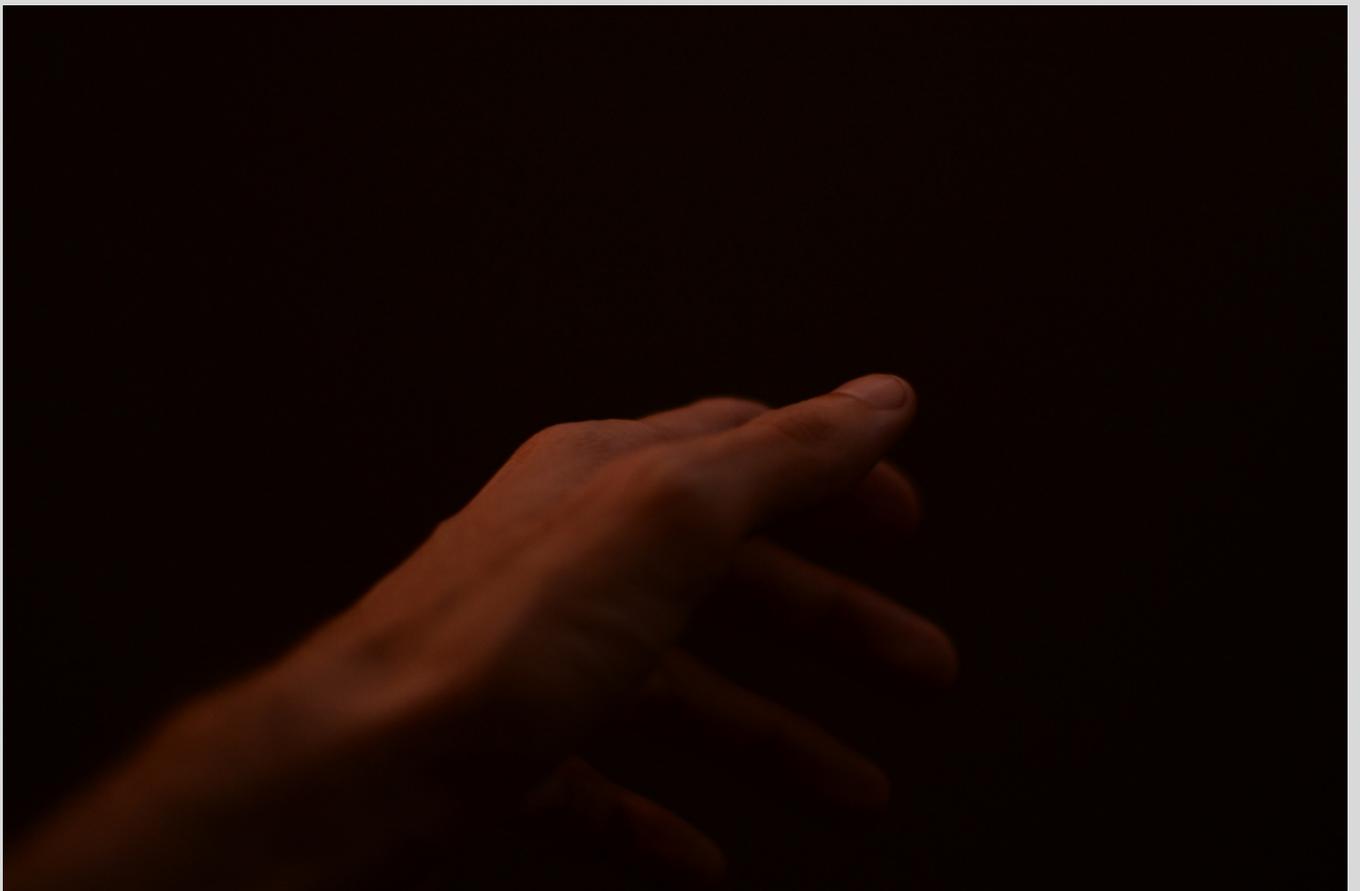
Identidade e mobilidade judaica nos Estados Unidos do século XIX

306-311

Filipe Peixoto Neves

EDITORIAL

A MULTIDISCIPLINARIDADE NA REVISTA MUNDO LIVRE



A multidisciplinaridade na Revista Mundo Livre

The multidisciplinary in the Revista Mundo Livre

Cecília Souza Oliveira

Doutora em Neurologia pela USP. Professora da UFF

Mariele Troiano

Doutora em Ciência Política pela UFSCar. Professora da UFF

Thulio Pereira Dias Gomes

Doutor em Ciência da Informação pela USP. Bibliotecário da UFF

A Revista Mundo Livre lança mais uma edição com um projeto editorial renovado sem perder as principais características da publicação. Parte dessa mudança se deve à renovação da equipe editorial que integra representantes dos professores, técnicos e estudantes de setores diferentes da Universidade Federal Fluminense (UFF). A vocação multidisciplinar da Mundo Livre se exprime na equipe editorial que desde o início foi composta por integrantes de áreas do conhecimento diversas. Hoje, a Mundo Livre é feita por uma equipe multidisciplinar com formação Biblioteconomia, Ciências Econômicas, Ciências Sociais e Psicologia. A proposta da Revista Mundo Livre está alinhada aos objetivos do Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional (ESR) em reunir cursos de graduação e pós-graduação nas áreas das Ciências Humanas e das Ciências Sociais Aplicadas.

O periódico tem o compromisso com a formação de pesquisadores ao envolver estudantes nas tomadas de decisões no fluxo editorial e nas vivências cotidianas de um periódico científico. O fluxo de trabalho iniciou com a divulgação da revista com o objetivo de atrair leitores, autores e pareceristas. A divulgação foi engendradora com estratégias de *mailing* e de expansão nas redes sociais. Com a chegada de novos artigos, outra etapa do trabalho editorial se realiza com a cuidadosa comunicação com autores e



avaliadores que envolve originais, revisões, versões e pareceres. Após o aceite dos artigos, é iniciado o trabalho de editoração que engloba edição e diagramação dos textos, além do preparo para a publicação no site da revista. Todos da equipe estiveram direta ou indiretamente envolvidos em todas as atividades do fluxo editorial. Cecília Oliveira, Mariele Troiano e Thulio Gomes são os novos editores da revista acompanhados de um forte time de estudantes e egressos da UFF: Amanda Coutinho, Fernanda Cursino, Gabriela Souza, Izabeli Cardoso, Nathália Rangel, Pâmela dos Santos e Yuri Banov.

É um motivo de grande celebração a apresentação desta edição que concretiza o trabalho da nova equipe editorial. Este número é composto por uma seção temática e outra de artigos de temas livres, além de poemas, uma entrevista e uma resenha. O conjunto dos textos evocam a multidisciplinaridade da revista que fica evidente nas diferentes áreas de graduação e pós-graduação das autoras e dos autores. Os leitores encontram textos escritos por autores formados em Administração, Administração Pública, Biblioteconomia, Ciências Econômicas, Ciências Sociais, Comércio Exterior, Educação Física, Gestão do Agronegócio, História, Matemática, Nutrição e Relações Internacionais. Tal pluralidade de áreas do conhecimento se arroja com autores vinculados a diferentes universidades como a Universidade Cândido Mendes (UCAM), a Universidade de São Paulo (USP), a Universidade Estácio de Sá (UNESA), a Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF), a Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita Filho (UNESP), a Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), a Universidade Federal de Lavras (UFLA), a Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), além de, a própria Universidade Federal Fluminense (UFF). Também fazem parte deste elenco autores vinculados ao Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), Parque Tecnológico de Itaipu e à Secretaria do Tesouro Nacional. Esta diversidade de áreas do conhecimento e de

instituições dá continuidade à pluralidade temática, teórica e metodológica presente na Revista Mundo Livre desde sua primeira edição.

Economia e Desenvolvimento é o tema do dossiê coordenado pelos professores Vanuza da Silva Pereira Ney, Vladimir Faria dos Santos e Samuel Alex Coelho Campos, do Núcleo de Estudos de Economia Aplicada (NEEA), da Universidade Federal Fluminense (UFF) em Campos dos Goytacazes. O dossiê temático reuniu estudos regionais e análises setoriais que foram ordenados em escala regional, do local ao nacional. Os seis artigos do dossiê temático trazem análises dos municípios fluminenses de Campos dos Goytacazes e de São Francisco de Itabapoana, além de estudos sobre os estados do Rio de Janeiro e de São Paulo, bem como uma análise macroeconômica da economia brasileira.

A seção dos temas livres apresenta três artigos. Marcos de Oliveira Garcias, Vitor Hugo Tavares da Silva, Petterson Eduardo Souza Gherlandi e Carla Andrea Contreras Contreras apresentam, no primeiro artigo, o perfil dos participantes e uma avaliação do programa *Trilha Jovem Iguassu*, que é um programa de qualificação profissional realizado em Foz do Iguaçu (PR) para capacitar jovens em condição de vulnerabilidade para o mercado de trabalho no setor de turismo. O segundo artigo, escrito por Marcelo Roberto Andradi Augusti, discute os principais benefícios da preparação mental e da prática de meditação no futebol, não apenas no contexto da competição esportiva, mas, também, para o desenvolvimento pessoal dos atletas. O último artigo da seção dos temas livres, das nutricionistas Gizela Pedroso Junqueira, Larissa Leandro Cruz e Cristina Gomes de Souza Vale e Souza, faz uma análise de uma oficina de educação alimentar e nutricional realizada na Universidade da Terceira Idade, um programa de ensino, pesquisa e extensão do Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional da UFF.

A Revista Mundo Livre traz a novidade da Página de Artista que pretende ser uma seção para reunir expressões artísticas de

pesquisadores que têm na UFF parte de sua trajetória. Esta edição publica *Primípara* que é um conjunto de poemas escritos por Maria Clara Montalvão produzidos em oficinas de escrita, que foram momentos de exercício coletivo de recursos da poesia contemporânea. Os poemas de *Primípara* têm aroma de arruda, alecrim e canela que suscitam imagens de tecnologias, corpos, casas e bichos em cenas domésticas e urbanas. Maria Clara cursou Ciências Sociais na UFF Campos dos Goytacazes e hoje é mestranda no Programa de Pós-Graduação em Cinema e Audiovisual (PPGCine) no Instituto de Arte e Comunicação Social (IACS) da UFF Niterói.

A Revista Mundo Livre retomou a seção das entrevistas com a pesquisadora Rosali Fernandez de Souza do IBICT. Rosali Fernandez recordou fatos de sua carreira de estudante e profissional, como a experiência de bibliotecária no Centro Latino-Americano de Física (CLAF) que se desdobrou em uma investigação sobre os padrões na comunicação científica na área da física da matéria condensada. A entrevista foi conduzida pela equipe Mundo Livre e rendeu uma conversa sobre as experiências acadêmicas de Rosali Fernandez na pesquisa e no ensino que serviu para encorajar os jovens pesquisadores que a entrevistaram.

Esta edição inclui uma resenha do livro *Jews on the frontier: religion and mobility in Nineteenth-Century America*, de Shari Rabin, publicado pela NYU Press, em 2019. A resenha discute a identidade e a mobilidade judaicas nos Estados Unidos do século XIX. O resenhista foi o historiador Filipe Peixoto Neves.

A capa e o miolo da edição completa deste número contou com fotografias de Aleph que cedeu imagens sobre abrir o corpo para se desgarrar do mundo e, aos poucos, se dissolver com ele. Aleph atuou em frentes artísticas e culturais quando estudou História na UFF Campos dos Goytacazes e hoje trabalha com imagem, moda, pesquisa e outras dinâmicas sensoriais.

Todos os artigos foram submetidos à avaliação *double-blinded review*, ou seja, os trabalhos passaram por avaliação de dois pareceristas anônimos, com formação e atuação na área da

pesquisa, com o objetivo de maior rigor na avaliação para garantir a qualidade das publicações na Revista Multidisciplinar Mundo Livre. Nesse primeiro número de 2022, aproximadamente 50 pareceristas estiveram envolvidos, considerando textos aprovados e reprovados. Certamente, a valiosa contribuição destes avaliadores tornou esta edição possível.

Ressalta-se que a publicação desta edição é um dos produtos da atual gestão da Revista Livre. O projeto de extensão que formaliza a Revista Mundo Livre foi renovado pela UFF, com a concessão de uma bolsa pela Pró-Reitoria de Extensão (PROEX) da UFF. Participamos com um pôster e um minicurso do XIV Congresso Fluminense de Iniciação Científica e Tecnológica (CONFICT), em Campos dos Goytacazes, em maio de 2022. E, em outubro, participamos com uma comunicação na 27ª Semana de Extensão (SEMEXT) e promovemos o lançamento do dossiê temático "Economia e Desenvolvimento" na Agenda Acadêmica 2022 da UFF. Outra oportunidade importante foi a parceria com a Coordenação de Bibliotecas (CBI) da Superintendência de Documentação (SDC) da UFF, que disponibilizou um bibliotecário para a equipe editorial, o que ampliou a possibilidade de participação de uma recém-formada no curso de Biblioteconomia e Documentação.

Agradecimentos:

- Juliana Thimóteo Nazareno Mendes, Marcus Vinicius da Silva Sales e Samuel Alex Coelho Campos, editores antecessores da revista que passaram a compor o Conselho Científico da Revista Mundo Livre.
- Ana Maria Almeida da Costa e Rodrigo de Araújo Monteiro, do ESR.
- Débora do Nascimento e a Maria Helena Xavier, da CBI; Carla Siqueira da Silva, da SDC.
- Pró-Reitoria de Extensão da UFF, pela bolsa PROEX.
- Maria Clara Montalvão, pelos poemas.
- Rosali Fernandez de Souza, pela entrevista.

- Aleph Loureiro, pelas fotografias.
- Vanuza da Silva Pereira Ney, Vladimir Faria dos Santos e Samuel Alex Coelho Campos, coordenadores do dossiê temático *Economia e Desenvolvimento*.
- Os autores e os avaliadores, pela contribuição com esta edição.
- Os integrantes da equipe Mundo Livre, por impulsionarem todo o trabalho que torna esta publicação possível.

Desejamos a todas e todos uma excelente leitura!

Sobre os editores

Cecília Souza Oliveira

Graduada em Psicologia e mestra e doutora em Neurologia pela Universidade de São Paulo (USP). Especialista em Neuropsicologia pelo Centro de Estudos Psico-Cirúrgicos (CEPSIC). Professora do Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional (ESR) da Universidade Federal Fluminense (UFF), onde atua no Departamento de Psicologia e na Revista Mundo Livre.

E-mail: ceciliasouzaoliveira@id.uff.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9439-3594>

Mariele Troiano

Graduada em Ciências Sociais e mestra e doutora em Ciência Política pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Professora do Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional (ESR) da Universidade Federal Fluminense (UFF), onde atua no Departamento de Ciências Sociais e na Revista Mundo Livre. Pesquisadora Associada do Centro de Estudos da Cultura Contemporânea (CEDEC).

E-mail: troianomariele@id.uff.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1543-1327>

Thulio Pereira Dias Gomes

Graduado em Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Mestre em Ciência da Informação pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT). Doutor em Ciência da Informação pela Universidade de São Paulo (USP). É bibliotecário na Universidade Federal Fluminense (UFF) e atua na Coordenação de Bibliotecas (CBI) e na Revista Mundo Livre.

E-mail: thuliogomes@id.uff.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2817-1253>

DOSSIÊ TEMÁTICO

ECONOMIA E DESENVOLVIMENTO

**COORDENADORES
VANUZA DA SILVA PEREIRA NEY
VLADIMIR FARIA DOS SANTOS
SAMUEL ALEX COELHO CAMPOS**

Economia e desenvolvimento

Economic and development

Vanuza da Silva Pereira Ney

Doutora em Produção Vegetal pela UENF. Professora da UFF

Vladimir Faria dos Santos

Doutor em Economia Aplicada pela UFV. Professor da UFF

Samuel Alex Coelho Campos

Doutor em Economia Aplicada pela USP. Professor da UFF

O tema do desenvolvimento abordado dentro da perspectiva da economia apresenta diferentes concepções e conceitos. Ao mesmo tempo o desenvolvimento é marcado também como um campo de pesquisa a partir de teorias e metodologias que trazem para o debate novos olhares e possibilidades de análises que buscam contribuir para a compreensão e reflexão desse fenômeno tão complexo e necessário, e então pensarmos em um país onde a riqueza gerada também seja distribuída de forma mais justa e igualitária.

Este dossiê traz artigos que tratam de temas e questões relacionados ao processo de desenvolvimento econômico, considerando suas dimensões micro e macroeconômicas, bem como estudos regionais e setoriais. Os seis estudos reunidos aqui trazem análises dos municípios fluminenses de Campos dos Goytacazes e São Francisco de Itabapoana, além de estudos sobre os estados do Rio de Janeiro e de São Paulo, bem como uma análise macroeconômica da economia brasileira.

Essa edição temática reuniu pesquisadores das universidades UFF, UENF, UFRJ e UFSCAR, com destaque para a participação dos estudantes como autores e coautores, sejam de graduação, mestrado e doutorado.



No artigo *“Sobre os mecanismos de divulgação públicos e o fomento à agricultura familiar: o comparativo entre duas fontes de informações disponibilizadas pela prefeitura de Campos dos Goytacazes”*, Ivan Souza de Abreu e Edson Terra Azevedo Filho investigam a transparência acerca da efetividade das políticas públicas de desenvolvimento rural em Campos dos Goytacazes. Os autores comparam o Cadastro do Produtor Rural e o Portal Oficial da Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes, reforçando a importância da divulgação de dados que efetivamente apresentem os programas voltados à agricultura, em diversos aspectos como os gastos públicos, a análise de processos de licitações, dentre outros.

O artigo *“Análise da gestão de recursos públicos no município de São Francisco de Itabapoana entre os anos de 2013 e 2020”*, de autoria de Hiata Anderson Carvalho de Moura Preto, Tatiana Acar, Alan Figueiredo de Arêdes e Vanuza da Silva Pereira Ney, analisa a trajetória da gestão fiscal do município de São Francisco de Itabapoana, situado na região Norte Fluminense do estado do Rio de Janeiro, entre os anos de 2013 e 2020. O estudo mostra a situação fiscal do município classificada como difícil ou crítica, seguindo o Índice de Gestão Fiscal da Firjan, o que impacta diretamente no bem-estar da comunidade.

Por sua vez, o artigo *“Comportamento do emprego formal no setor petrolífero do Estado do Rio de Janeiro: uma análise diferencial-estrutural dos anos de 2005, 2014 e 2019”* dos autores Vladimir Faria dos Santos, Fabiana da Silva Maia e Rita de Cássia Souza Paz, investiga o comportamento do emprego formal em um dos setores-chave do estado do Rio de Janeiro. Foi utilizado como modelo analítico o método diferencial-estrutural (método *shift-share*).

Já o artigo *“Comércio por vias internas: uma análise das compras e vendas interestaduais a partir do estado do Rio de Janeiro”*, de autoria de Henrique Cavalieri e Lia Hasenclever, lança luz sobre o padrão de desenvolvimento fluminense, considerando as características dos fluxos de comércio por vias internas

estabelecidos com origem e destino no estado do Rio de Janeiro com o resto do país. O estudo aponta para a existência de uma dependência produtiva e de vulnerabilidade externa, como entraves para o desenvolvimento do estado do Rio de Janeiro.

No artigo *“Desenvolvimento econômico do estado de São Paulo – A plataforma neoliberal como redutora da renda do trabalhador ante o incremento do capital”*, a autora Nathália Gonçalves Zapparoli compara a acumulação de capital do estado de São Paulo em relação à redução da renda do trabalhador, no contexto neoliberal. A autora discute as políticas neoliberais implementadas no estado de São Paulo fazendo um contraponto a partir das categorias de desenvolvimento econômico, distribuição de renda e desenvolvimento social.

E, por fim, no artigo *“Efeitos de políticas fiscais no crescimento econômico brasileiro uma análise em dinâmica de sistemas aplicado ao Modelo de Solow-Swan”*, os autores Luiz Felipe Marvila de Vasconcellos e Alan Figueiredo Arêdes buscaram compreender os efeitos das decisões de políticas fiscais no crescimento da economia brasileira entre os anos de 2000 e 2010. Para isso, foi utilizado o modelo de crescimento de *Solow-Swan* na linguagem de Dinâmica de Sistemas. Dessa forma, a análise mensurou os impactos das ações dos agentes econômicos no crescimento de uma nação-estado.

Dessa forma, considerando os desafios e as urgências trazidas no bojo da discussão do desenvolvimento contemporâneo, fica o nosso convite à leitura deste dossiê!

Aproveitamos para agradecer à *Revista Mundo Livre* pelo convite para a coordenação do dossiê, e também nosso agradecimento aos pesquisadores do Núcleo de Estudos em Economia Aplicada, NEEA, da Universidade Federal Fluminense, no engajamento e divulgação do dossiê, em especial à Graciela Aparecida Profeta.

Sobre os coordenadores

Vanuza da Silva Pereira Ney

Graduou-se em Ciências Econômicas e é mestra em Economia pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). É doutora em Produção Vegetal pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF). É Professora Associada da Universidade Federal Fluminense (UFF) em Campos dos Goytacazes, atuando no Núcleo de Estudos em Economia Aplicada (NEEA) do Departamento de Ciências Econômicas e no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Políticas Públicas (PPGDAP).

Email: vanuzasilva@id.uff.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1824-0673>

Vladimir Faria dos Santos

Graduou-se em Ciências Econômicas e é mestre e doutor em Economia Aplicada pela Universidade Federal de Viçosa (UFV). É Professor Associado da Universidade Federal Fluminense (UFF) em Campos dos Goytacazes, atuando no Núcleo de Estudos em Economia Aplicada (NEEA) do Departamento de Ciências Econômicas e no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Políticas Públicas (PPGDAP).

Email: vladimirsantos@id.uff.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7160-9986>

Samuel Alex Coelho Campos

Graduou-se em Gestão do Agronegócio pela Universidade Federal de Viçosa (UFV) e em Ciências Econômicas pela Universidade Cruzeiro do Sul (UNICSUL). É Especialista em Finanças pela Universidade Federal Fluminense (UFF). É mestre em Economia Aplicada pela UFV. É doutor em Economia Aplicada pela Universidade de São Paulo (USP). É Professor Adjunto da UFF em Campos dos Goytacazes, atuando no Núcleo de Estudos em Economia Aplicada (NEEA) do Departamento de Ciências Econômicas.

Email: samuelfcampos@id.uff.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7171-7349>

Sobre os mecanismos de divulgação públicos e o fomento à agricultura familiar: o comparativo entre duas fontes de informações disponibilizadas pela Prefeitura de Campos dos Goytacazes

On public disclosure mechanisms and the promotion of family agriculture: a comparison between two sources of information made available by the municipality of Campos dos Goytacazes

Ivan Souza de Abreu

Mestre em Sociologia Política pela UENF

Edson Terra Azevedo Filho

Doutor em Sociologia Política pela UENF. Professor da UENF

Resumo: O presente artigo possui como objetivo central apresentar um comparativo entre dados que versam a respeito das políticas públicas de desenvolvimento rural em Campos dos Goytacazes presentes em duas fontes distintas: o Cadastro do Produtor Rural e o Portal Oficial da Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes. A primeira consiste em uma base de dados elaborada a partir de uma parceria entre a prefeitura local e a Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, apresentando informações detalhadas sobre 4.063 agricultores familiares estabelecidos na localidade. Tal base - que possui caráter de censo - foi desenvolvida entre 2011 e 2015, tendo sido revisada nos anos de 2017 e 2018. Em paralelo, as informações coletadas no site oficial da prefeitura correspondem ao período entre 2010 e 2020. Partindo disso, as políticas públicas verificadas foram: Feira da Roça, Mais Leite, Mais Frango, Defesa Sanitária e Patrulha Rural. Os resultados obtidos a partir do comparativo indicam que há contraste entre as informações presentes. Sendo assim, não tendo a possibilidade de indicar a interferência política nos resultados, um campo de estudo sobre o tema surge a partir das conclusões deste trabalho.

Palavras-chave: Agricultura Familiar. Políticas Públicas. Transparência.

Abstract: The central objective of this article is to present a comparison between data on public policies for rural development in Campos dos Goytacazes present in two different sources: the Rural Producer Registry and the Official Portal of the Municipality of Campos dos Goytacazes. The first consists of a database developed from a partnership between the local city hall and the Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (the latter through an extension project), presenting detailed information on 4,063 family farmers established in the locality. This database - which has the character of a census - was developed between 2011 and 2015, and was revised in 2017 and 2018. In parallel, the information collected on the official website of the municipality corresponds to the period between 2010 and 2020. Based on this, the verified public policies were: Feira da Roça, Mais Leite, Mais Frango, Defesa Sanitária, and Patrulha Rural. The results obtained from the comparison indicate that there is a contrast between the information present. Thus, without the possibility of indicating political interference in the results, a field of study on the theme arises from the conclusions of this work.

Keywords: Family Farming. Public Policies. Transparency.



1 Introdução

A agricultura familiar é um dos ramos presentes no cerne das atividades agrícolas. Como coloca Altafin (2007), ainda que não seja uma temática necessariamente nova, ela passa a ganhar relevância a partir do momento em que ela se torna eixo central de movimentos sociais e políticas desenvolvidas pelo governo. Aliado a isso, Schneider (2003) destaca que a difusão do comércio é notável em dois momentos: primeiro, os movimentos do sindicalismo rural que se propunham a manifestar a liberalização do comércio, a fraca disponibilidade de crédito aos trabalhadores rurais e a queda dos preços agrícolas; e, por fim, a legitimação da agricultura familiar como forma integral de atividade agrícola com a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar em 1996. Soma-se a isso a criação da lei 11.326 de julho de 2006, que define oficialmente essa categorização.

Tendo em vista essas conquistas, pode-se presumir que existe a busca da própria classe dos agricultores por questões particulares, como o reconhecimento da categoria nos meandros da sociedade, especialmente os grupos menores dentro do próprio universo dos pequenos produtores. De maneira concomitante, Wanderley (2017) indica que há trabalhadores do campo que se caracterizam por sua produção familiar que vivem em situação de grande dificuldade, especialmente no que diz respeito a gerar renda a partir da atividade agrícola. Apesar disso, a autora ressalta que é importante apontar as características sociais e institucionais que se mostram limitantes de seu desenvolvimento e, junto a isso, faz com que seja preciso refletir a respeito das maneiras que esses atores vêm a se desenvolverem para que possam continuar existindo.

Celestrino *et al.* (2017) colocam que partindo das experiências de não adequação às exigências do mercado, somadas aos critérios existentes para que os produtores consigam acesso às políticas públicas voltadas a seu nicho, são fatores que impedem a competitividade desses atores. Nesse sentido, coloca-se ainda que

independentemente da dimensão existente no tocante à exploração e da capacidade produtiva do agricultor familiar, a necessidade de se adaptar ao mercado competitivo e as suas exigências são os principais fatores que suprimem a competitividade do grupo. Soma-se a isso a forma como são elaboradas as políticas de desenvolvimento rural, muitas vezes seguindo justamente a lógica do mercado – que, como visto, tem sido impeditiva para os produtores familiares.

Dessa maneira, baseado no contexto apresentado e acrescentando a maneira como os dados públicos são apresentados, o seguinte trabalho tem como objetivo central realizar um comparativo entre duas fontes de dados elaboradas pela Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes e, a partir deles, verificar o acesso dos agricultores às políticas públicas de fomento à categoria desenvolvidas no próprio município. A metodologia utilizada para o desenvolvimento do trabalho se dá, inicialmente, pela escolha do método de abordagem. Segundo a definição de Marconi e Lakatos (2003), método de abordagem se refere aos mecanismos utilizados para representar as partes que possuem maior teor de abstração dentro do trabalho, mais especificamente aquela voltada à discussão em torno dos dados encontrados. Dito isso, o método selecionado para o desenvolvimento do presente artigo é o indutivo que, na perspectiva de Pereira (2018), se caracteriza pela elaboração de generalizações derivadas de uma realidade ou resultado concreto, sendo elas formuladas de acordo com a análise de quem desenvolve o tratamento dos dados.

A justificativa para a escolha, baseada na observação feita por Castilho, Borges e Pereira (2011), se dá pela possibilidade de acumular informações específicas da dita realizada concreta que, ao serem acumuladas, podem vir a ter alta validação. As diretrizes para a utilização do método indutivo, na visão de Marconi e Lakatos (2003), devem seguir duas premissas: analisar casos distintos que sejam similares ao que está sendo pesquisado; e considerar que nesse comparativo haja uma certa regularidade entre os eventos

analisados, abrindo a possibilidade de verificar um cenário de expectativa que seja, no mínimo, próximo dos outros contextos observados.

No tocante aos métodos de procedimento – que Marconi e Lakatos (2003) definem como aquele que será responsável por dar corpo a parte prática do trabalho, sendo a referência para a escolha das técnicas de captação das informações – se fez a opção de escolher pelos métodos comparativo e estatístico. O primeiro, de acordo com Mazucato (2018), entende-se como a ferramenta utilizada para se trabalhar com um ou mais grupos que exibem fenômenos similares. De maneira complementar, Castilho, Borges e Pereira (2011) estabelecem que o método também permite que sejam verificadas as similaridades e os contrastes entre os elementos observados na pesquisa. Sua escolha se dá, por isso, devido a forma que se adequa a proposta do método indutivo, tendo em vista que parte da utilização de materiais antecedentes para se ter uma compreensão geral do problema analisado. Para tanto, são utilizados trabalhos de outros autores de natureza próxima ou igual ao que se propõe o artigo para a realização da comparação.

O método estatístico, segundo Marconi e Lakatos (2003), pode ser definido como um recurso voltado para o estabelecimento de descrições quantitativas dos grupos sociais. Essas descrições vêm a ser analisadas por via de técnicas matemáticas como porcentagens, média aritmética, média ponderada, moda e outras. Como alegação para seu uso, usa-se a descrição dada por Köche (1997) que versa sobre sua utilização enquanto uma ferramenta permissiva à criação de juízo de valor a partir de como as variáveis irão se relacionar, levando-se em consideração a teoria utilizada para dar escopo ao trabalho.

No tocante às técnicas de pesquisa, a principal utilizada para se obter as informações necessárias é a documentação indireta. De acordo com Marconi e Lakatos (2003), este recurso se desenvolve principalmente na pesquisa de literatura (seja verificação de

documentos a dados limitados, escritos ou não), podendo ser definidos como fonte principal – os dados primários, aqueles compilados pelo próprio autor. A principal fonte se trata um banco de dados nomeado como *Cadastro do Produtor Rural (CPR)*: por ele se entende uma base de dados com caráter de censo originada a partir da parceria entre a Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes e a Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, sendo esta última atuando por meio do projeto de extensão de título "*Diagnóstico de políticas públicas de segurança alimentar e nutricional para o município de Campos dos Goytacazes (RJ)*", tendo seu trabalho de coleta de informações correspondente ao período entre 2011 e 2015, passando por atualizações no ano de 2017, de forma a ser mais compatível com as informações presentes no Censo Agropecuário, finalizado no mesmo ano. Durante a execução da coleta foi definido que o município seria dividido por Áreas de Desenvolvimento Rural (ADR) para uma melhor visualização das informações e por permitir que as necessidades e características de cada zona rural fossem melhor verificadas. Para tanto, definiu-se que existem (até a altura em que foi realizado o trabalho de obtenção dos dados para a formulação do cadastro) sete ADRs. O projeto percorreu todo o município, a fim de verificar as condições sociais, econômicas e espaciais dos agricultores familiares, e identificou a existência de 4.063 pessoas que vivem da produção familiar. Entretanto, devido à ausência de algumas informações que dizem respeito a quais ADRs onde alguns produtores familiares se localizavam, foram contabilizados 4.025 que possuíam informações completas. A variável utilizada para análise proposta no trabalho foi a pergunta "*Participa de algum programa?*" presente no CPR.

Ainda sobre as fontes primárias utilizadas para a pesquisa – ou seja, aquelas compiladas com o intuito de serem usadas como referências para servirem de embasamento teórico e comparativo, dado os métodos de abordagem e procedimento utilizados – foram as notícias presentes no *Portal Oficial da Prefeitura Municipal de*

*Campos dos Goytacazes*¹, referentes ao período de 2011 e 2020 (que se enquadram no recorte temporal do desenvolvimento do CPR), especificamente aquelas que tratavam sobre a divulgação dos programas de fomento à agricultura familiar desenvolvidos no município.

No que diz respeito a fontes secundárias, foram verificados trabalhos de outros pesquisadores com abordagens semelhantes à realizada aqui. O intuito foi trazer observações que complementem a análise proposta, sobretudo no tocante às dificuldades e sucesso das relações entre os produtores familiares, o Estado e o desenvolvimento de políticas públicas que fomentem ou venham a trazer melhorias para a categoria. A hipótese norteadora do trabalho é a de que há pouca convergência entre os dados apresentados em cada uma das bases de informações. Dito isso, a estrutura do trabalho é apresentada na ordem de: referencial teórico, metodologia, discussões e resultados, além das considerações finais.

2 As questões e desafios em torno do desenvolvimento de políticas públicas voltadas à agricultura familiar

Na literatura que versa sobre o ambiente rural, especificamente no Brasil é colocado que uma de suas principais características é a heterogeneidade, pensando em cada região de maneira individual. Tal diferenciação, como expõe Nunes *et al.* (2015), vem se refletir no *modus operandi* da produção familiar. As particularidades presentes em cada área do país, especialmente aquilo que se refere a infraestrutura estritamente ligada ao modo de produção rural, fazendo com que seu desenvolvimento e continuidade de trabalho seja altamente desproporcional nos campos social e econômico, criando dessa maneira essas singularidades. Nesse sentido, foi estabelecida uma ideia que tem como objetivo promover o desenvolvimento regional e, conseqüentemente, a redução das

¹ Portal da Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes: <https://www.campos.rj.gov.br/>

desigualdades a partir do desenvolvimento e da implantação de políticas territoriais que levem em consideração as particularidades de cada região para, assim, alcançar o progresso e a organização da agricultura familiar.

Embora, como observado, haja preocupação em torno dos desafios enfrentados pelos agricultores familiares quanto à evolução de sua atividade, bem como a implementação de programas que sejam específicos para o fomento visando seu desenvolvimento, aparecem outros aspectos que se mostram conflitantes perante essa lógica. Oliveira (2015), partindo desse pressuposto, disserta que o modelo de desenvolvimento estabelecido pelos países latino-americanos passou a ser concentrado nos grandes centros (capitais e regiões metropolitanas), fazendo com que o capital financeiro, empresas e população não se mostrem atraídos pelas áreas interioranas e foquem suas ações nas principais regiões. Logo, o autor reflete sobre a tamanha dualidade existente nesse processo:

Como consequência observam-se nitidamente duas situações diametralmente opostas em termos de acesso a políticas públicas e desfrute das condições de cidadania: a das áreas essencialmente urbanas das metrópoles e grandes cidades de um lado; a das áreas essencialmente rurais dos territórios formados por pequenos aglomerados urbanos, remotos e com baixa densidade populacional, de outro. E é nesse segundo ambiente onde está inserida a maior parte da agricultura familiar, o que se conclui que ela se realiza nas mais precárias condições de cidadania, onde estão ausentes políticas públicas que assegurem condições mínimas de bem-estar social (OLIVEIRA, 2015, p. 220).

Tendo em vista que os investimentos acabam por estarem concentrados nos grandes centros urbanos – processo apoiado de maneira vigorosa pelos governos latino-americanos – se cria um cenário de precariedade nas áreas rurais dos países das Américas do Sul e Central não apenas no que tange ao crescimento e ao desenvolvimento da atividade agrícola, mas sobre o acesso a serviços públicos considerados essenciais para o exercício da cidadania, como os voltados à assistência e à saúde. Nessa perspectiva, Abaunza (2015) destaca que o dito processo se

ênfatisa tendo em vista as limitações quanto aos métodos utilizados para se realizar o planejamento social e a elaboração de polítics públicas setoriais nesses países. Isto faz com que o crescimento nacional médio não venha a abordar aspectos como inclusão, sustentabilidade e equidade. Sendo assim, evidencia-se a necessidade de realizar uma adaptação compatível às características de cada região presente em um país e nisto se incluem as áreas rurais e grupos sociais específicos, a exemplo de indígenas, mulheres, jovens e os próprios agricultores familiares.

A falta de empenho dos governos em tratar com maior atenção as regiões dos países em que se localizam de acordo com suas particularidades tem como resultado o desenvolvimento de polítics públicas com escopo extremamente restrito. Sob esse viés, Celestrino *et al.* (2017) ênfatisam que a demanda de mercado insuficiente aliada a polítics voltadas ao desenvolvimento agrícola insuficientes faz com que a manutenção do produtor dentro do sistema e sua competitividade perante ao mercado sejam limitadas. Os autores salientam que, independentemente da capacidade produtiva e da extensão dos ativos, há necessidade de adaptar-se às regras do mercado e, portanto, às suas exigências regulatórias. Sendo assim, o viés excludente, apresentado na formulação de polítics públicas voltadas ao desenvolvimento rural, é fortemente presente na mentalidade daqueles que vêm a elaborá-las.

Dentro dessa lógica, os compromissos do Brasil a nível internacional passam a ser ampliados para o fortalecimento da agricultura familiar. Pensando no protagonismo – sobretudo pela relevância no setor agrícola –, Heberlê (2017) coloca que o governo brasileiro veio a fazer uma convocação de diversos órgãos governamentais para debater a questão. Essa iniciativa tem a possibilidade de criar um cenário favorável, visto que abre espaço para o diálogo em nível nacional e regional, fazendo com que haja fortalecimento no que se refere às trocas de experiências e a identificação dos problemas em comum. Ainda que não seja um processo simples, pode permitir que a partir das trocas possa vir a

existir uma possível nova agenda junto de um ineditismo sobre os caminhos institucionais.

3 A transparência governamental e seu papel informador

Seguindo a lógica estabelecida pela discussão anterior, segue-se para outro elemento fundamental para a evolução e desenvolvimento das políticas públicas: a transparência. Dos Santos Allegretti e Platt Neto (2010) propõe que a transparência governamental se trata de um dos elementos básicos da gestão fiscal responsável, podendo ser considerada como obrigatória e fundamental na governança pública contemporânea. Sendo assim, o Brasil tende a acompanhar a tendência mundial – incentivada pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) a partir do lançamento do Código de Boas Práticas para Transparência Fiscal – a partir da legislação que busca uma gestão pública responsável e transparente. Dessa forma, o uso da internet, como mecanismo de promoção da transparência, surge a partir da delimitação do Art. 48º da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), determinando que haja ampla divulgação aos instrumentos utilizados para desenvolver a transparência, passando inclusive pela exposição a partir de meios eletrônicos de acesso público.

Partindo dessa premissa, Martins e Véspoli (2018) dissertam que esse recurso se faz necessário para que haja condição de se acessar todas as informações referentes a gestão pública. Tais informações são todos os documentos, atos oficiais e decisões tomadas pelo governo que não sejam classificados como sigilosos; transparência é, ao final, o mecanismo que permite a qualquer cidadão compreender e saber como, quando e os motivos que fazem o dinheiro público ser gasto. Os autores complementam dizendo que locais como o Portal da Transparência assumem a importância por seu papel informador e, por consequência, contribuir com o exercício da cidadania para com o cidadão.

Apesar disso, Duarte (2007) coloca que as mudanças no tocante a desenvolver mecanismos que permitam maior transparência sobre as ações governamentais não parecem ter despertado alguma espécie de sentimento coletivo e valorização da cidadania, no que se refere à representação democrática. Na perspectiva do autor, o cidadão possui a tendência de considerar os governos como algo não necessariamente relacionado à sua vida e, conseqüentemente, vem a se tornar um tanto descrente no tocante à política e às formas dos governantes tentarem gerar o interesse público sobre o que está sendo feito. Parte dessa falta de formação política deve-se a um combinado entre a escassez de oportunidades de participar de muitos dos processos, a desinformação e o próprio descrédito sobre a gestão pública.

Dessa maneira, a centralidade em torno da transparência está ligada não apenas a garantia de direito à informação, mas como de diálogo. Duarte (2009) elabora que esse processo diz respeito à oportunidade de se identificar com mais exatidão as características e necessidades, além de poder vir a ser um recurso para que se desenvolva um maior estímulo à participação ativa dos cidadãos dentro do processo democrático. Logo, o autor ressalta que esse elemento não está apenas ligado a tudo que envolve o aparato estatal. Sua importância se dá para os partidos políticos, as ações governamentais, as empresas públicas, os movimentos sociais, o terceiro setor e – sob certas circunstâncias, como destaca – as empresas privadas.

Sob o ponto de vista dos problemas que a transparência e a comunicação pública apresentam, Matos (2006) destaca que nessa discussão – originando-se do princípio da dimensão crítica dos meios de comunicação – identifica-se uma certa dificuldade pouco exploradas a respeito do tema que é a função da programação da mídia que, partindo do princípio que volta-se para uma resposta da audiência, tem-se um distanciamento quanto a prestação de contas, uma vez que a formatação de questões de interesse público e seus agendamentos não são explicados para a dita audiência. Além disso,

a autora coloca que encetando da concepção de que a comunicação pública – e, por isto, a comunicação política e a transparência – se baseia em uma concepção instrumental que pode ser um conjunto de normas e de técnicas usadas por políticos e governantes para manipular a opinião pública, sua estratégia tende a abordar a sociedade pela vida da propaganda institucional e, por vezes, ideológica – sendo estas não muitas vezes fáceis de serem identificadas.

4 Resultados e discussões

Esta seção apresenta a análise e a discussão dos resultados desta pesquisa.

4.1 A análise das informações presentes no Portal Oficial da Prefeitura de Campos dos Goytacazes

Tendo em vista os elementos apresentados no referencial teórico, estabelece-se aqui a apresentação dos resultados e o debate sobre o alcance das políticas públicas de desenvolvimento rural desenvolvidas no município e a maneira como são divulgadas a partir do *Portal Oficial da Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes*. As políticas públicas verificadas a partir do comparativo entre as informações disponíveis no citado portal e o Cadastro do Produtor Rural foram: *Patrulha Rural, Mais Leite, Mais Frango, Merenda Escolar, Feira da Roça e Capacitação Rural*.

O processo de captação dessas informações permitiu que se verificasse uma nítida dicotomia no que tange como estavam dispostas as informações nas duas principais fontes públicas verificadas. Em primeiro lugar, vale citar que inicialmente havia sido feita a opção de se utilizar documentos e publicações oficiais presentes no Diário Oficial do Município, nas diretrizes da Lei Orgânica Municipal, os termos e diretrizes dos programas estudados e outros documentos oficiais, junto das informações presentes em portais de transparência. Apesar disso, as buscas se

mostraram insatisfatórias devido à dificuldade de se obter as informações necessárias para o desenvolvimento do trabalho. Por isto, ainda que em um cenário ideal o Portal de Transparência e o Diário Oficial fossem as fontes mais adequadas, optou-se pelo *Portal Oficial da Prefeitura de Campos dos Goytacazes*. Sobre o último, consiste em um veículo oficial da prefeitura local em que são divulgadas as principais ações e as iniciativas desenvolvidas no município por meio de uma espécie de noticiário. Além disso, a página disponibiliza atalhos para que outros elementos associados ao governo local possam ser acessados como os já citados Portal de Transparência e Diário Oficial, além dos sites da Secretaria de Fazenda, uma aba que trata sobre licitações, o portal de acesso aos servidores públicos municipais e às câmeras de vigilância do município podendo ser verificadas ao vivo. As buscas acabaram por mostrarem-se mais positivas nessa fonte e foram identificadas 170 notícias que versavam sobre os programas e as políticas pesquisados, sendo a exceção a Defesa Sanitária. Este levantamento documental trouxe a possibilidade de se obter as informações mais próximas daquilo que a pesquisa necessitava.

Dito isso, dentre todos os programas, o primeiro a ser analisado é o Patrulha Rural. Na perspectiva de Almeida (2018), a política é caracterizada como um programa que tem o objetivo de promover subsídios a agricultores por meio da utilização de máquinas e de serviços técnicos prestados por funcionários que foram designados pela prefeitura para o exercício das atividades. O objetivo central, mais especificamente, é promover ações de limpeza em canais, ajudar no preparo do solo, realizar a abertura de bebedouros a animais e prestar suporte da logística de vendas partindo do transporte de insumos e alimentos para o mercado local. Os maquinários em si são distribuídos de acordo com as necessidades e demandas de cada localidade.

Sobre as notícias verificadas a respeito do programa localizadas no Portal Oficial, as identificadas foram publicadas entre o período que corresponde a abril de 2014 e maio de 2015. Os

procedimentos relacionados ao projeto, segundo o que foi consultado, foram relacionados a preparação do solo visando o plantio dos principais alimentos cultivados pelos agricultores da região com a utilização de quarenta tratores, a partir da realização de um acordo firmado com empresas que vencerem a licitação para ceder os equipamentos requeridos para a realização do programa (Notícia 01); a manutenção de um canal no distrito de Lagoa de Cima – especificamente o Canal da Água Fria, juntamente com a desobstrução de 130 km de canais localizados no município (Notícia 02); e, ao final, a disponibilização de equipamentos para contribuir na alimentação de animais, especialmente o gado (Notícia 03)².

O segundo programa verificado é o Mais Leite, que consiste em um projeto realizado pelo próprio município que tem o objetivo de fomentar os produtores leiteiros da localidade a partir da disponibilização de tecnologia voltada para o exercício da atividade, junto da promoção cursos de capacitação realizados por profissionais de extensão atuantes no município. As atividades se desenvolvem a partir de parcerias com empresas que vêm a atuar enquanto prestadoras de serviço para a prefeitura, enquanto para a última fica a responsabilidade do atendimento. Dentre as empresas parceiras da iniciativa, encontra-se o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) que participa do programa a partir da realização de visitas técnicas aos produtores participantes (ALMEIDA, 2018, p. 42).

No que diz respeito às informações disponíveis sobre o programa localizadas no Portal Oficial da Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes, foram encontradas apenas cinco notícias publicadas entre o período de dezembro de 2013 e março de 2016. A partir da análise das mesmas, verificou-se que as principais atividades divulgadas foram: abertura para o cadastramento novas vagas para o projeto, totalizando trezentos novos cadastros (Notícia 04); uma apresentação os protótipos dos *kits*

² As informações para o acesso às notícias do Portal da Prefeitura de Campos dos Goytacazes, citadas e analisadas nesta pesquisa, foram organizadas no apêndice deste artigo (Nota do Editor).

disponibilizados pelo programa e quais produtos estariam contidos nos mesmos (Notícia 05); a apresentação da parceria com a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Rio de Janeiro (EMATER-RJ), junto da definição de quais localizações receberiam os *kits* disponibilizados pelo programa (Notícia 06); a entrega dos *kits* aos moradores do Assentamento do Incra, localizado na Baixada Campista (Notícia 07); e, por fim, a distribuição de kits na região norte do município (Notícia 08).

A Defesa Sanitária é uma iniciativa que visa a fiscalização de produtos agrícolas e, ao mesmo tempo, a capacitação e a orientação de agricultores para melhorar sua produção, oferecendo cursos de curta duração. Um dos principais objetivos desta ação é o desenvolvimento agrícola e a oferta de insumos rotulados, partindo da disponibilização do selo de qualidade VISA – da própria Vigilância Sanitária (ALMEIDA, 2018, p. 42). Nenhuma informação a respeito do programa foi encontrada nas notícias disponibilizadas no Portal Oficial da Prefeitura sobre as iniciativas do projeto.

O programa Mais Frango, segundo Almeida (2018), está focado principalmente no aumento da renda dos produtores familiares, desenvolvendo atividades voltadas à formação dos produtores interessados em participar da iniciativa, promovendo o acompanhamento técnico e a contribuição para o estabelecimento de mini granjas. Em suma, o programa visa ajudar a refinar a produção avícola realizada por agricultores familiares locais.

Nas pesquisas pelo Portal Oficial da Prefeitura de Campos dos Goytacazes, verificou-se a presença de 24 notícias que tratavam do programa Mais Frango publicadas no período entre março de 2012 a outubro de 2015. Todavia, tendo em vista que o volume das informações coletadas foi alto, tomou-se a iniciativa de destacar algumas das ações realizadas em torno do programa para uma melhor disposição no texto. Dessa forma, se tem: disponibilização de uma linha de crédito no valor de R\$ 12.000,00 para o programa pela Fundação de Desenvolvimento de Campos (FUNDECAM); a criação das chamadas Unidades de Capacitação dos Pequenos

Produtores Rurais, disponibilizando cursos voltados a gestão de negócios (Notícia 06); o oferecimento de infraestrutura para produtores cadastrados no programa a partir da concessão de uma mini granja, 1.700 pintinhos e implementos agrícolas (Notícia 08); a apresentação do Mais Frango e do Mais Crédito, este último tendo atendido 275 clientes e concluído 44 operações de crédito que totalizaram R\$ 5.914.962,53 (Notícia 09); a disponibilização de cursos de capacitação de níveis básico e avançado a partir de uma parceria com o Serviço Nacional de Aprendizado Rural (SENAR) e a Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF), respectivamente (Notícia 10); a formação da primeira turma de capacitação de nível básico e o início das atividades voltadas ao nível avançado (Notícia 11); e a reestruturação da granja modelo criada pelo programa em uma iniciativa da Secretaria de Agricultura (Notícia 12).

A Merenda Escolar é uma proposta que se executa a partir da compra de produtos que serão introduzidos na merenda escolar, de acordo com os critérios definidos pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). As diretrizes do programa estabelecem que cerca de 30% dos alimentos que deverão estar presentes no cardápio escolar tenham sua origem na produção familiar. A obtenção desses produtos, de acordo com o verificado por Almeida (2018), se estabelece da seguinte forma:

Este tipo de compra ocorre através de chamada pública, havendo dispensa à licitação. Para participar da chamada pública os agricultores têm que apresentar a DAP de pessoa física individualmente, ou de pessoa jurídica para fornecimento em grupo. Os alimentos da Merenda Escolar atrelados ao PNAE são adquiridos com a verba do FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação) e fundamentado nas leis federais 8.666/93 e 11.947/09 (ALMEIDA, 2018, p. 42).

Dessa maneira, fica estabelecido que o processo de aquisição dos alimentos que irão compor a merenda escolar é realizado a partir da execução de chamadas públicas, cuja pessoa física que venha a apresentar a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) se mostra apta a participar. Além disso, as verbas provenientes do FNDE são utilizadas pelo município para a compra dos alimentos. Ao

que se refere às informações coletadas no portal da prefeitura local, foram divulgadas 25 notícias entre abril de 2010 e setembro de 2019, destacando-se as seguintes: a primeira discussão sobre as compras do município a partir das novas diretrizes estabelecidas pela Lei Federal 11.947/2009 que passou a exigir os 30% da compra dos alimentos diretamente da agricultura familiar (Notícia 12); o planejamento para aquisição de alimentos realizado em uma parceria entre Secretaria de Agricultura e Secretaria de Educação (Notícia 13); a criação da Lei Municipal 8.334 que prevê a aquisição de alimentos diretamente da agricultura familiar em consonância com as exigências do PNAE (Notícia 14); a previsão do PNAE ser implementado no município ainda no ano de 2014 (Notícia 15); a elaboração do cardápio da merenda escolar municipal para melhor organizar a aquisição dos gêneros alimentícios (Notícia 16); a divulgação dos resultados atingidos pelo programa da Merenda Escolar (163 escolas, 79 creches e duas entidades da rede educacional beneficiadas) (Notícia 16); a liberação da venda por parte de produtores de leite para a Merenda Escolar (Notícia 17); e a abertura da última chamada pública divulgada em 2019 (Notícia 18).

A Feira da Roça se estabelece como uma das mais antigas políticas de fomento à agricultura familiar desenvolvidas pelo município. Almeida (2018) discorre que o projeto teve seu início no ano de 1991 e conta com sete locais de vendas distribuídos no perímetro municipal. Além da disponibilização e organização de espaços voltados especificamente para colaborar com o comércio dos produtores rurais, o projeto tem como objetivo disponibilizar transporte para colaborar com a logística dos produtores, sobretudo para aqueles que comercializam nos bairros/distritos de Farol de São Tomé, Turfe Clube, Parque Leopoldina, IPS, Jardim Carioca, Centro e Parque Tamandaré. Junto disso, procura subsidiar os participantes do projeto com materiais voltados para a preparação dos solos e orientação técnica. Em relação a oferta dos produtos, a responsabilidade fica a cargo dos próprios produtores

cadastrados no projeto, sendo necessário apenas seguir os critérios de qualidade estabelecidos na normativa do programa – isto é, o oferecimento de produtos frescos e a não utilização de agrotóxicos para a produção dos mesmos.

Em continuidade à pesquisa documental, realizada a partir do verificado no Portal Oficial da Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes, as notícias relacionadas à Feira da Roça foram as mais presentes quando comparadas às relacionadas a outras políticas. No total, 110 foram publicadas entre fevereiro de 2010 e março de 2020. Apesar disso, grande parte do que foi divulgado se tratava de notas da Assessoria de Imprensa do município a respeito da existência de uma feira no Farol de São Tomé. Portanto, alguns dos relatos foram selecionados para melhor contextualizar as condições do programa. Dessa maneira, tem-se: o aspecto turístico da Feira da Roça na localidade de Farol de São Tomé, sendo uma atração de grande importância para a região (Notícia 19); o planejamento para melhorar a infraestrutura do projeto, especialmente promovendo a reforma das barracas (Notícia 20); a parceria firmada entre a Secretaria de Agricultura e Pesca junto à Secretaria de Saúde com o objetivo de cadastrar alguns participantes do projeto no Programa de Atenção à Saúde do Trabalhador (Notícia 21); entrega das novas barracas aos feirantes cadastrados no programa (Notícia 22); o desenvolvimento das ramificações da Feira da Roça (Feira de Bairro e Feira do Interior) (Notícia 23); a criação de um trecho voltado para o estacionamento de veículos dos clientes da Feira da Roça e feirantes em um trecho da Rua Lacerda Sobrinho pela Empresa Municipal de Transportes (Notícia 24); a distribuição e instalação de tendas maiores (tamanho 6x6) na região do Farol de São Tomé (Notícia 25); ampliação da Feira da Roça no bairro de Goitacazes para 40 barracas (Notícia 26); a distribuição de 1,2 mil mudas pela Superintendência Municipal de Agricultura e Pecuária aos cadastrados na Feira da Roça que estão alocados em Goitacazes (Notícia 27); a Feira da Roça surgindo como uma alternativa ao desabastecimento de produtos agrícolas nos supermercados em

virtude da greve dos caminhoneiros ocorrida em 2018 (Notícia 28), tendo grande movimento durante o período (Notícia 29); a distribuição de 1.400 mudas na Feira da Roça instalada na Praça da República (Notícia 30); distribuição de 1,5 mil mudas na Feira da Roça alocada em Farol de São Tomé (Notícia 31).

A Capacitação Rural, ao contrário das outras políticas públicas, se mostrou a mais dispersa no que diz respeito a ações desenvolvidas pelo município para melhorar e desenvolver a agricultura familiar local. Mais precisamente encontrou-se ações com essa mesma finalidade que já faziam parte da estrutura de programas existentes, como é o caso da Patrulha Rural, do Mais Leite e Mais Frango – todas visam promover também a capacitação para os agricultores cadastrados. Somado a isso, identificou-se outros projetos que foram promovidos por entidades não necessariamente ligadas à prefeitura do município de Campos dos Goytacazes, como é o caso do Curso Técnico em Fruticultura do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar)³, os cursos de Agricultura Familiar e Operação de Maquinário Agrícola do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego no Campo (Pronatec Campos)⁴ e o curso de Apicultura desenvolvido pelo Instituto Estadual do Ambiente (Inea)⁵.

Após a verificação das informações presentes no portal da prefeitura, se identifica que a maioria das ações desenvolvidas no município dizem respeito à promoção de assistência técnica visando o melhor desenvolvimento das atividades pelos produtores rurais. Em relação a transparência, na pesquisa aqui realizada e na observação de Almeida (2018) evidencia-se que as informações a

³ Mais informações sobre o Curso Técnico em Fruticultura, do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar), estão disponíveis em: <http://etec.senar.org.br/curso/curso-tecnico-em-fruticultura/polos-presenciais/>. Acesso em 07 out. 2022.

⁴ Mais informações sobre o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego no Campo (Pronatec Campo), desenvolvido pelo Ministério da Educação (MEC), em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), estão disponíveis em: www.portaldoagronegocio.com.br/gestao-rural/capacitacao/noticias/pronatec-campo-leva-ensino-e-qualificacao-ao-meio-rural-fluminens-e-2506.

⁵ Mais informações sobre o curso de capacitação sobre apicultura, do Instituto Estadual do Ambiente (INEA) estão disponíveis em: <http://www.inea.rj.gov.br/parque-estadual-do-desengano-promove-curso-de-capacitacao-sobre-apicultura/>

respeito do âmbito legal dos projetos são escassas, por vezes não encontradas. Muitas das páginas verificadas que tratavam dos projetos em questão estão indisponíveis atualmente, criando um problema tanto a falta de transparência, a falha na comunicação, além de provocar um problema referente à preservação histórica.

4.2 As informações coletadas do Cadastro do Produtor Rural e o comparativo com as informações presentes no Portal da Prefeitura

A partir do panorama apresentado no tópico anterior, se traz aqui as informações do *Cadastro do Produtor Rural* que dizem respeito à participação dos agricultores familiares nas políticas públicas apresentadas até aqui. Ressalta-se que algumas informações presentes se referem ao interesse dos produtores de participar de algumas delas, o que gera uma conclusão de que durante a coleta de dados alguns dos programas aqui destacados possivelmente estavam em fase de transição (no que se refere ao cadastramento) ou planejamento, sendo esses elementos possíveis justificativas para os resultados encontrados. Dito isso, a Tabela 1 apresenta em números frios os dados coletados dessa base de dados sobre os agricultores e a participação dos mesmos nessas políticas.

Tabela 1. Participação dos agricultores familiares em programas de fomento à categoria

Programas	Áreas de Desenvolvimento Rural (ADR)						
	ADR 1	ADR 2	ADR 3	ADR 4	ADR 5	ADR 6	ADR 7
Patrulha Rural	293	430	544	266	634	380	487
Mais Leite	0	0	0	0	0	0	0
Defesa Sanitária	171	244	84	79	279	55	118
Mais Frango	0	0	0	0	0	0	0
Merenda Escolar	0	7	52	10	8	14	8
Feira da Roça	3	3	15	51	21	19	21
Capacitação Rural	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: Cadastro do Produtor Rural (2017). Elaborado pelos autores.

Como pode ser observado, a política com maior participação dos agricultores familiares residentes do município é a Patrulha Rural, apresentando cerca de 75,4% dos produtores presentes no cadastro como participantes do programa. Este quantitativo se mostra coerente quando comparado com as ações divulgadas no Portal Oficial da Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes a respeito do programa. No tocante aos programas Mais Leite e Mais Frango, o resultado se mostrou bastante curioso. Ao passo que foram divulgadas muitas ações relacionadas a ambas no portal da prefeitura, o cadastro mostrou um resultado contraditório ao não apresentar nenhum cadastrado. Dessa maneira, abre-se margem para questionar se o programa realmente necessitava de cadastro ou se houve alguma falha no momento da elaboração do CPR no momento de coletar essa informação.

A Defesa Sanitária apresenta no CPR cerca de 25,59% dos cadastrados participantes da citada política. Mesmo que o número de agricultores presentes seja expressivo na base de dados, a falta de informações públicas a respeito das ações executadas pelo programa faz com que se crie um cenário de difícil verificação do quanto ela realmente impacta no desenvolvimento rural do município. A Merenda Escolar, por outro lado, apresenta os índices mais baixos de participação, com apenas 2,46% dos cadastrados participando. Alia-se a isso o pouco de informação apurada no portal da prefeitura e torna-se uma situação difícil compreender qual o verdadeiro panorama da merenda escolar pensando na participação dos agricultores familiares locais. Neste elemento cabem maiores discussões para outros trabalhos, especialmente porque o município pode adquirir alimentos de produtores familiares de outras localidades.

Por fim, tem-se a mais antiga das políticas públicas que é a Feira da Roça, apresentando aproximadamente 3,30% dos cadastrados como participantes da iniciativa. O baixo número de participantes pode ter relação com o número pequeno de pontos disponibilizados ao redor do município. Além disso, tendo em vista

o que foi noticiado, poucas foram as ações verificadas no sentido de expandir o programa para outras áreas de Campos dos Goytacazes.

Esse panorama indica que, em certa medida, há um conflito de informações generalizado quando comparados os dados coletados em ambas as fontes. Junto disso, coloca-se que pensando exclusivamente na transparência o Portal Oficial da Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes, em suma, tem seu foco voltado quase que exclusivamente a servir como um elo entre os interesses da prefeitura e a população. O principal ponto, no entanto, se dá em torno da forma como essas informações são dispostas e, dado o cenário analisado, há uma falha nessa tentativa. As informações noticiadas acabam por não dizer muito sobre o que está sendo executado; quando verificadas, por exemplo, informações sobre cadastros nos programas executados no município não há grande detalhamento sobre como é feito o processo. Tal incoerência dificulta a realização de estudos mais precisos acerca do desenvolvimento das políticas públicas locais e abre margem para questionamentos sobre a transparência das informações públicas a respeito dessas iniciativas.

5 Considerações finais

Tendo como referência a literatura utilizada para tratar sobre as demandas da agricultura familiar e a transparência governamental, pode-se dizer que em um primeiro momento o que foi identificado está de acordo com as discussões. A prefeitura de Campos dos Goytacazes disponibiliza – em parte, algo que será discutido a seguir – informações sobre a maior parte das iniciativas de fomento à produção familiar de maneira que pode ser considerada acessível. As buscas por notícias a respeito da maior parte das políticas públicas no Portal Oficial da Prefeitura de Campos dos Goytacazes foram bastante simples e foi possível encontrar um número interessante de resultados a respeito do que foi pesquisado.

Todavia, cabe ressaltar que os pontos considerados positivos terminam nesta parte. Às informações presentes no Diário Oficial e Portal de Transparências que, em tese, seriam as melhores fontes para se realizar a pesquisa se mostraram pouco precisas dentro daquilo que se buscava pesquisar. Dessa maneira, o portal surgiu como uma alternativa a obter informações públicas e oficiais sobre os programas estudados. O grande problema é que as mesmas aparecem em forma de notícia, algo que não se mostrou preciso o suficiente para confirmar a execução adequada das políticas públicas.

Além disso, quando comparadas às informações das notícias com os dados presentes no Cadastro do Produtor Rural a pouca precisão se mostra ainda mais evidente, sobretudo nos momentos em que são colocados em paralelo quantitativos que dizem respeito ao número de participantes cadastrados nas iniciativas – algo que fica evidente, sobretudo, em relação aos programas Mais Frango e Mais Leite, além da ausência de informações sobre as ações da Defesa Sanitária. Mais ainda, retomando a leitura do que se foi discutido a respeito da confiança da população ante à política, pode-se dizer que a maneira como os mecanismos estão dispostos colaboram para que questionamentos sejam efetuados no que diz respeito à disponibilidade e precisão das informações, atenuando o problema em torno da transparência.

Ao final do trabalho, fica claro que, com base em tudo que foi analisado, a disponibilidade de informações sobre as atividades existentes em torno das políticas de fomento à agricultura familiar apresenta notáveis lacunas, gerando uma deficiência no que diz respeito à transparência. Embora o Cadastro do Produtor Rural forneça informações aproximadas sobre a participação dos agricultores nas políticas públicas de desenvolvimento agrário implementadas no município, o material público e de fácil acesso disponível sobre esses dados – no caso, aquele encontrado no Portal Oficial da Prefeitura de Campos dos Goytacazes – é pouco preciso. Elementos como interferência política e má estruturação

dos programas podem ser questões a serem consideradas diante do que foi verificado. Pensando nisso, apresenta-se aqui um campo de estudo que pode ser investigado com maior atenção nos próximos anos não apenas pensando nos programas voltados à agricultura, mas em outros aspectos como gastos públicos, análise de processos de licitações, dentre outros.

Referências

ABAUNZA, Byron Miranda. Agricultura familiar: ruralidad, territorios y políticas públicas en América Latina. *In*: INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERAÇÃO PARA A AGRICULTURA. **Agricultura Familiar: ruralidade, território e política pública**. Brasília: IICA, 2015. p. 55-61. (Série Desenvolvimento Rural Sustentável, v.23). Disponível em: <https://repositorio.iica.int/handle/11324/11327>. Acesso em: 27 out. 2020.

ALLEGRETTI, Daiane dos Santos; PLATT NETO, Orion Augusto Platt. Funcionalidades, limitações e potencialidades do Portal da Transparência do Estado do Rio Grande do Sul. **Revista Catarinense da Ciência Contábil**, v. 9, n. 26, p. 79-95, 2010.

ALMEIDA, Thiago Chagas de. **Políticas públicas de fomento à Agricultura familiar: uma análise das iniciativas locais em Campos dos Goytacazes/RJ (2015 – 2016)**. 2018. 68 f. Monografia (Bacharelado em Administração Pública) - Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes, RJ, 2018.

ALTAFIN, Iara. **Reflexões sobre o conceito de agricultura familiar**. Brasília: CDS/UnB, 2007.

BALLOU, Ronald. **Logística del transporte**. Barcelona: Editorial UPC, 2010.

CASTILHO, Auriluce Pereira; BORGES, Nara Rubia Martins; PEREIRA, Vânia Tanús. **Manual de metodologia científica**. Goiás: Ulbra, p. 10-11, 2011.

CELESTRINO, Renan Borro *et al.* Novos olhares para a produção sustentável na agricultura familiar: avaliação da alface americana cultivada com diferentes tipos de adubações orgânicas. **Revista Eletrônica Competências Digitais para Agricultura Familiar**, v. 3, n. 1, p. 66-87, 2017.

DUARTE, Jorge. Comunicação pública. *In*: LOPES, Boanerges (org.). **Gestão em comunicação empresarial: teoria e técnica**. Juiz de Fora: Produtora Multimeios, 2007, p. 63-71. v. 1.

DUARTE, Jorge. Instrumentos de comunicação pública. *In*: _____. **Comunicação pública: Estado, mercado, sociedade e interesse público**. São Paulo: Atlas, 2009. p. 59-70.

HEBERLÊ, Antônio Luiz Oliveira *et al.* Agricultura familiar e pesquisa agropecuária: contribuições para uma agenda de futuro 100. DELGADO, Guilherme Costa; BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira (Orgs.). **Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro**. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017. p. 133.

KÖCHE, José Carlos. **Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e prática da pesquisa**. 14. ed. rev. amp. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARTINS, Pablo Luiz; VÉSPOLI, Bianca de Souza. O Portal da Transparência como Ferramenta para a Cidadania e o Desenvolvimento. **Revista de Administração do UNIFATEA**, v. 6, n. 6, 2013. Disponível em: <https://fatea.br/seer3/index.php/RAF/article/view/680>. Acesso em: 30 mar. 2022.

MATOS, Heloisa Helena Gomes de. Comunicação Política e Comunicação Pública. **Organicom**, v. 3, n. 4, p. 58-73, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2238-2593.organicom.2006.138911>. Acesso em: 30 mar. 2022.

MAZUCATO, Thiago *et al.* **Metodologia da pesquisa e do trabalho científico**. Penápolis: FUNEPE, 2018. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5324848/mod_resource/content/1/Metodologia-MAZUCATO%28Org%29.pdf. Acesso em: 30 mar. 2022.

NUNES, Emanuel Márcio *et al.* Dinamização Econômica e Agricultura Familiar: limites e desafios do apoio a Projetos de Infraestrutura (Proinf) em territórios rurais do Nordeste. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 53, n. 3, p. 529-554, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1234-56781806-9479005303009>.

OLIVEIRA, Humberto. Agricultura Familiar: Repensando as Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural Sustentável. *In*: INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERAÇÃO PARA A AGRICULTURA. **Agricultura Familiar: ruralidade, território e política pública**. Brasília: IICA, 2015. p. 219-223. (Série Desenvolvimento Rural Sustentável, v.23). Disponível em: <https://repositorio.iica.int/handle/11324/11327>. Acesso em: 27 out. 2020.

PEREIRA, Adriana Soares *et al.* **Metodologia da pesquisa científica**. Santa Maria, RS: UFSM, 2018.

SCHNEIDER, Sergio. **A pluriatividade na agricultura familiar**. Editora da UFRGS, 2003.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. "Franja Periférica", "Pobres do Campo", "Camponeses": dilemas da inclusão social dos pequenos agricultores familiares. **Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro**, v. 1, p. 474, 2017.

Sobre os autores

Ivan Souza de Abreu

Graduou-se em Administração Pública pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF). É mestre em Sociologia Política pela UENF. Desde 2016, está envolvido em estudos sobre a agricultura familiar no município de Campos dos Goytacazes, com ênfase na distribuição da produção agrícola.

Email: ivansouzaabreu@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2306-8190>

Edson Terra Azevedo Filho

Graduou-se em Administração pela Universidade Federal Fluminense (UFF). É mestre em Engenharia de Produção pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF). Doutor em Sociologia Política pela UENF. É Professor Associado no Laboratório de Engenharia de Produção (LEPROD) e Diretor Administrativo na incubadora de empresas Tec Campos, ambos vinculados à UENF.

Email: edsonterrafilho@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4071-5150>

Histórico

Recebido em: 01/04/2022. Aprovado em: 09/05/2022. Publicado em: 20/10/2022.

Apêndice - Notícias analisadas no Portal da Prefeitura de Campos dos Goytacazes

Notícias analisadas no Portal da Prefeitura de Campos dos Goytacazes			
	TÍTULO	DATA	AUTOR
01	Mutirão da Patrulha Rural para solo para pequenos produtores	09/04/2014	Da Redação
	https://www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id_noticia=24511		
02	Patrulha Rural atua na manutenção de canal em Lagoa de Cima	15/08/2014	Marcio Fernandes
	https://www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id_noticia=27009		
03	Patrulha Rural: Limpeza do Canal do Quitunguta	23/08/2014	Da Redação
	https://www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id_noticia=27154		
04	Patrulha Rural: apoio a produtores da Baixada e Santa Maria	02/02/2015	Da Redação
	https://www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id_noticia=29683		
05	Expoagro: Agricultura apresenta protótipo do kit Mais Leite	06/07/2014	Liliane Barreto
	https://www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id_noticia=26239		
06	Conselho de Agricultura define localidades que receberão kits do Mais Leite	11/12/2015	Jualmir Delfino
	https://www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id_noticia=33891		
07	Prefeitura entrega container do Kit Mais Leite na Baixada	02/04/2016	Jualmir Delfino
	https://www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id_noticia=35206		
08	Mais Frango vai oferecer infraestrutura aos produtores	21/05/2014	Marcio Fernandes
	https://www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id_noticia=25363		
09	Mais Frango e Mais Crédito apresentados em Santa Maria	30/05/2014	Marcio Fernandes
	https://www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id_noticia=25646		
10	Mais Frango com inscrições abertas	04/06/2014	Marcio Fernandes
	https://www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id_noticia=25741		
11	Mais Frango: formada primeira turma para início da capacitação	08/08/2014	Da Redação
	https://www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id_noticia=26869		
12	Reunião define a compra da merenda escolar na região	10/04/2010	Eduardo Ribeiro
	https://www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id_noticia=1021		
13	Agricultura e Educação firmam parceria para merenda escola	07/02/2012	Wesley Machado
	https://www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id_noticia=12116		

14	Lei autoriza PMCG comprar do agricultor familiar merenda escolar	07/05/2013	Jualmir Delfino
	https://www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id_noticia=18414		
15	Programa de Merenda Escolar prestes a ser implantado	20/08/2014	Da Redação
	https://www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id_noticia=27081		
16	Merenda escolar: cardápios variados e com qualidade garantida	30/08/2014	Nagyla Corrêa
	https://www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id_noticia=27305		
17	Produtores de leite vão poder vender para a merenda escolar	11/09/2014	Da Redação
	https://www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id_noticia=27576		
18	Prefeitura abre nova Chamada da Agricultura Familiar para merenda escolar	27/08/2019	Renata Lourenço
	https://www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id_noticia=54451		
19	Feira da Roça garantida no verão de Farol	25/11/2011	Regina de Oliveira
	https://www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id_noticia=10646		
20	Novas barracas entregues a feirantes da Feira da Roça	18/03/2011	Regina de Oliveira
	https://www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id_noticia=6620		
21	Feira da Roça leva qualidade de vida aos bairros e interior	20/07/2021	Thábata Ferreira
	https://www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id_noticia=8522		
22	Feira da Roça atrai veranistas e moradores na orla do Farol	09/02/2010	-
	https://www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id_noticia=18414		
23	Feira da Roça vai receber melhorias	04/06/2010	Eduardo Ribeiro
	https://www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id_noticia=1912		
24	Emut demarca vagas para clientes da Feira da Roça	11/09/2012	Eduardo Ribeiro
	https://campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id_noticia=15482		
24	Feira da Roça leva qualidade de vida aos bairros e interior	20/07/2011	Thábata Ferreira
	https://www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id_noticia=8522		
25	Feira da Roça com mais comodidade para o consumidor	11/01/2014	Verônica Nascimento
	https://www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id_noticia=22912		
26	Feira da Roça de Goitacazes é ampliada para 40 barracas	21/03/2018	Edson Cordeiro
	https://www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id_noticia=43676		
27	Distribuição de 1,2 mil mudas na Feira da Roça de Goitacazes	04/05/2018	Edson Cordeiro
	https://www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id_noticia=44903		
28	Feira da Roça é opção para os campistas em meio ao desabastecimento	25/05/2018	Edson Cordeiro
	https://www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id_noticia=45559		

29	Feira da Roça lota novamente em meio à paralisação dos caminhoneiros	29/05/2018	Edson Cordeiro
	https://www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id_noticia=45635		
30	Feira da Roça: 1.400 mudas foram distribuídas na Praça da República nesta sexta	09/11/2018	Edson Cordeiro
	https://www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id_noticia=48785		
31	Feira da Roça no Farol distribui 1,5 mil mudas neste sábado	04/11/2019	Da Redação
	https://www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id_noticia=50059		

Análise da gestão de recursos públicos no município de São Francisco de Itabapoana entre os anos de 2013 e 2020

Analysis of public resource management in the city of São Francisco de Itabapoana in the years between 2013-2020

Hiata Anderson Carvalho de Moura Preto

Graduado em Ciências Econômicas pela UFF

Tatiana Acar

Doutora em Economia pela UFF. Professora Adjunta da UFF

Alan Figueiredo de Arêdes

Doutor em Economia Aplicada pela UFV. Professor Adjunto da UFF

Vanuza da Silva Pereira Ney

Doutora em Produção Vegetal pela UENF. Professora Associada da UFF

Resumo: A Lei de Responsabilidade Fiscal, criada no ano de 2000, tem como sua principal característica estabelecer o equilíbrio das contas públicas. Tal lei funciona como um código de conduta para os gestores de todas as esferas de governo, onde estes devem administrar as finanças públicas de maneira transparente e equilibrada. Diante disso, o presente estudo tem como objetivo analisar a trajetória da gestão fiscal do município de São Francisco de Itabapoana, situado na região Norte Fluminense do estado do Rio de Janeiro, entre os anos de 2013 e 2020. Ao utilizar indicadores de gestão disponibilizados pelo site da Firjan e dados orçamentários, com foco na receita e despesas do município de São Francisco de Itabapoana, os resultados apontam que a situação fiscal do município é difícil ou crítica, seguindo o Índice de Gestão Fiscal da Firjan. O estudo é de grande importância, uma vez que se espera que o bom gerenciamento das contas públicas impacta diretamente no bem-estar da comunidade.

Palavras-chave: Desenvolvimento regional. Gestão Pública. Lei de Responsabilidade Fiscal. Gestão pública.

Abstract: In 2017, Brazil had 5570 municipalities, of which 30% were not financially sustainable, that is, they did not generate enough revenue to maintain the administrative structure. The Fiscal Responsibility Law, created in 2000, has as its main characteristic to establish the balance of public accounts. This law works as a code of conduct for managers at all levels of government, where they must manage public finances in a transparent and balanced way. By using management indicators available on the Firjan website and budget data, focusing on revenue and expenses in the municipality of São Francisco de Itabapoana, located in the North Fluminense region of the state of Rio de Janeiro, this study sought to understand the path of fiscal management of the municipality between 2013 and 2020. The results shows that the fiscal situation of São Francisco de Itabapoana is difficult or critical, according to the Firjan fiscal management index.

Keywords: Fiscal Responsibility Law. Public Management. Regional Development.



1 Introdução

O desafio de gerenciar uma cidade de forma equilibrada, na qual a qualidade de vida da população seja satisfeita através de uma ampla oferta de serviços públicos, infraestrutura, segurança e saúde, e que os recursos obtidos sejam suficientes para financiar as despesas públicas, ainda é uma realidade distante para muitas cidades do Brasil. Mais de um terço dos municípios brasileiros não arrecadam o necessário para o pagamento dos salários dos funcionários ativos e inativos, sendo necessário, para o funcionamento de tais cidades, repasses da União e dos Estados (FIRJAN, 2019).

Dentre estes repasses da União e Estados a Municípios, destaca-se o Fundo de Participação dos Municípios (FPM), que é uma transferência constitucional¹ da União para os Estados e o Distrito Federal, composto de 22,5% da arrecadação do Imposto de Renda (IR) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).

Este rateio da receita proveniente da arrecadação de impostos entre os entes federados representa um mecanismo fundamental para amenizar as desigualdades regionais, na busca incessante de promover o equilíbrio socioeconômico entre Estados e Municípios, em um sistema que acaba gerando incentivos para o uso pouco eficiente do dinheiro público.

Segundo Santos (2014), a captação de recursos próprios pelas prefeituras é pouco incentivado, uma vez que os recursos do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) acabam sendo mais atrativos, levando com que muitos municípios eventualmente realizem menores esforços de arrecadação, dada a vantagem de poder receber estes recursos financeiros de forma facilitada e sem a necessidade de realização de investimentos e compromisso com a fiscalização e regulação.

Outro fator que prejudica a autonomia do município em investir de forma satisfatória é a rigidez orçamentária imposta pela

¹ Constituição Federal de 1988, Art. 159, I, b.

Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que foi criada no ano de 2000 com o objetivo de reequilibrar as contas públicas.

Segundo o Art. 167 da CF/888, são vedadas operações de crédito superiores e em montante superior às despesas de capital, que são ligadas à manutenção de máquinas, equipamentos, realização de obras, etc. Com isso, caso a arrecadação de impostos e outras receitas correntes seja baixa, o município fica sem recursos a serem aplicados em investimentos essenciais à população. A baixa capacidade de geração de receita para financiar o município, além da alta rigidez orçamentária – considerando que a maior parte das receitas públicas são destinadas ao financiamento das despesas obrigatórias – dificulta o planejamento eficiente e penaliza investimentos.

A baixa capacidade de geração de recursos próprios geram baixos índices de autonomia financeira, e a hipótese deste trabalho é que a ausência de autonomia financeira limita o desenvolvimento regional, uma vez que a obrigação de arcar os custos de manutenção e o funcionamento da máquina pública (como salários/aposentadorias do funcionalismo e encargos da dívida pública) ocasiona pouco espaço fiscal para as despesas discricionárias - aquelas que estão relacionadas com investimento em infraestrutura e manutenção de políticas públicas. O presente trabalho utiliza o Índice Firjan de Gestão Fiscal (IFGF), que tem como proposta analisar o cenário de gestão fiscal do município de São Francisco de Itabapoana no período de 2013 até 2020.

Localizado na Região Norte Fluminense, São Francisco de Itabapoana ganhou sua autonomia em janeiro do ano de 1995, elevando-o à categoria de município pela Lei Estadual N.º 2379. Atualmente, é o quinto maior município em extensão territorial do Rio de Janeiro. Sua principal atividade econômica é a agropecuária, que corresponde de 80% a 95% de toda sua arrecadação própria, seguido pelo setor de turismo, ao se utilizar dados da Secretaria Geral de Planejamento (TCE-RJ).

2 Referencial teórico

O debate sobre o déficit público e os mecanismos para encontrar a sustentabilidade fiscal divide os economistas entre os ortodoxos, que seguem a cartilha do neoliberalismo, e os heterodoxos, adeptos das ideias e postulados de Keynes (1936), que defendeu a participação do Estado na economia.

Superávits primários maiores, para os ortodoxos, significam que o governo controlará seus gastos e conterá o seu viés inflacionário, levando o mercado a confiar na sua capacidade de pagamento da dívida e, por isso, exigirá menores taxas de juros para a sua rolagem. Dessa forma, a mesma ortodoxia que pede superávit primário para, via redução dos gastos públicos, conter a inflação de demanda, prescreve também superávit primário maior para, via aumento de credibilidade, reduzir taxas de juros, reduzindo o déficit nominal (LOPES; MOLO, 2011).

No debate sobre a relação entre déficit público e inflação, encontra-se o argumento presente em Sargent e Wallace (1982), em que, na sua aritmética monetarista, admite-se que a autoridade monetária, diante de uma restrição imposta pela demanda por títulos do governo, tende a financiar, via senhoriagem, o restante da receita necessária para satisfazer a demanda da autoridade fiscal. Nessa concepção, o déficit público causa inflação devido a forma de financiamento do endividamento público. O provável resultado é um círculo vicioso com o aumento do déficit em decorrência da elevação dos gastos e da taxa de inflação proveniente da emissão monetária pelo Banco Central.

Ao contrário do pensamento ortodoxo, o superávit primário na prescrição heterodoxa advém da redução dos juros. Quando os juros baixam, a dívida diminui, e o PIB cresce impulsionado pelo crédito mais barato que estimula não só o consumo, mas também os investimentos. Assim, a redução na taxa de juros desestimula aplicações de curto prazo, liberando parte da poupança disponível para o financiamento dos investimentos de média e longa

maturação. Com o crescimento do PIB, aumenta a arrecadação do governo, e, assim, ocorre o aumento do superávit primário, consequência natural dessa cadeia de eventos positivos, e não condição para a zeragem do déficit nominal. A origem da divergência, claro, é o papel que o Estado deve cumprir na concepção pós-keynesiana (Davidson, 1991 e Carvalho, 1999).

Conforme Canterbury (2015), três definições são atribuídas ao termo austeridade. A primeira se refere à severidade ou simplicidade, severidade de disciplina, regime, expressão ou desenho. A segunda diz respeito a uma medida econômica, como uma poupança, economia ou ato de autonegação, especialmente em relação a algo que é considerado um luxo. E a terceira está relacionada a uma poupança forçada, como política de um governo, com acesso ou disponibilidade restrita ao consumo de bens. As medidas visam reduzir o déficit orçamentário, nas receitas e despesas públicas. Isso reduz o montante de empréstimos necessários e pode demonstrar a disciplina fiscal do governo aos credores e agências de classificação de risco e, portanto, tornar o empréstimo mais fácil ou mais barato.

A despeito do equilíbrio e controle das contas públicas, as políticas nacionais de austeridade preconizadas pelos neoliberais são criticadas por alguns economistas chamados desenvolvimentistas, onde enxergam que os gastos do governo são importantes para promover a atividade econômica, principalmente durante a crise financeira, e medidas contracionistas prejudicam a economia familiar, incluindo trabalhadores e famílias de baixa renda (VIEIRA *et al.*, 2018). Para estes, ao aplicar tais medidas, o governo reduz os investimentos necessários ao desenvolvimento - como gastos com infraestrutura, educação, saúde e bem-estar social. Portanto, o impacto desses cortes pode até ter o efeito oposto e agravar uma eventual crise econômica.

No que se refere a arrecadação ótima do governo, Laffer (1979) argumenta que quanto maior a taxa de imposto do governo, maior a propensão da economia a evadir impostos, resultando em

receitas mais baixas. Nesse sentido, a chamada Curva de Laffer demonstra que o governo poderia reduzir o déficit orçamentário aumentando a arrecadação e diminuindo a carga tributária.

Dados apresentados por Lima e Rezende (2019) mostram que o Brasil possui uma das maiores cargas tributárias do mundo, atingindo quase 40% do PIB e elevando, dessa forma, o custo dos produtos e serviços produzidos. Utilizando como base a curva de Laffer, segundo Romer e Romer (2010), uma carga tributária superior a 33% pode ter um efeito negativo nas finanças públicas, atingindo seu máximo nesse valor. Portanto, a otimização das finanças públicas ocorre em 33% da carga tributária.

3 Visão geral municípios brasileiros

Foram dois os principais picos de criação de municípios no Brasil. O primeiro deles teve início três anos após o Golpe de Estado de 1937, durante o Estado Novo de Getúlio Vargas. Até então, o Brasil utilizava o modelo centralizador, quando os prefeitos eram nomeados pelos governadores, e não eleitos. Na Constituição de 1946, destaca-se o viés descentralizador dado pela autonomia política, administrativa e financeira dos entes municipais, quando a Federação transfere parte de seus impostos e tributos dos estados para os municípios. Até 1940, o Brasil tinha apenas 1.574 municípios, aumentando para 1.889 municípios em 1950 e para 2.766 municípios em 1960, sendo quase 1.200 novos municípios no intervalo de 21 anos, aproximadamente.

Já a partir da década de 1970, nota-se o lento crescimento na criação de municípios, pois com o advento do governo militar e a Constituição de 1967 houve a restrição à criação de novos municípios com o estabelecimento de novas normas, embora tenha mantido o princípio da autonomia municipal.

O segundo pico de municipalizações no Brasil foi devido à Constituição Federal de 1988, quando foi transferida para as cidades brasileiras a mais ampla autonomia política da história.

Além de garantir que outros impostos sejam transferidos para os municípios, a constituição também reconhece o poder de auto-organização e reafirma o poder do governo por meio de um referendo, como resultado, ocorreu a criação de mais de 1.000 municípios apenas na década de 1990. Em consequência disto, o governo federal elaborou a Emenda Constitucional nº 15, no dia 12 de setembro de 1996:

§ 4º A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios, far-se-ão por lei estadual, dentro do período determinado por lei complementar federal, e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos Municípios envolvidos, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma da lei. (BRASIL, 1996).

Com a aprovação da Emenda Constitucional nº 15 em 1996, a criação de novos municípios tem se limitado à decisão do órgão judicial. Assim, notou-se uma queda significativa na criação de novos municípios. Entre os anos 2000 e 2010, foram registrados apenas 62 novos municípios no país.

Tabela 1. Crescimento no número de municípios no Brasil de 1940 a 2010

Ano	Municípios (Nº)
1940	1.574
1950	1.889
1960	2.766
1970	3.952
1980	3.974
1991	4.491
2000	5.507
2010	5.565

Fonte: Atlas Nacional do Brasil (2016)

O crescimento no número de municípios no país entre 1940 a 2010 pode ser visto na Tabela 1. Segundo o último censo de 2010, durante esse período, o Brasil criou 3.996 novos municípios (IBGE, 2010). Tendo como referência o ano de 1950, houve um aumento aproximado de 194,5% em comparação ao ano de 2010. De acordo com o IBGE (2010), verifica-se também que 70% dos municípios

brasileiros (3.810) tem menos de 20 mil habitantes, e que, até o último dado levantado pelo Tribunal Superior Eleitoral, apenas 95 municípios brasileiros (de um total de 5.570 até 2017) possuem mais de 200 mil eleitores.

4 Índice de Desenvolvimento Humano

De acordo com os padrões estabelecidos pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é um indicador resumido do progresso da medição de três parâmetros básicos do desenvolvimento humano: renda, educação e saúde. O objetivo da criação do IDH é contrastar com outro indicador amplamente utilizado, o produto interno bruto (PIB), que considera apenas a dimensão econômica do desenvolvimento (ONU, 2022).

Dados do IBGE (2010) sobre o IDH do município de São Francisco de Itabapoana apresentam valores de 0,344 para o ano de 1991; 0,503 para o ano de 2000 e 0,639 para o ano de 2010, sendo, uma medida geral e sintética de valores referentes a renda, longevidade (saúde) e educação, quando mais próximos o valor da média se aproximar de 1 (um), melhor será a perspectiva de desenvolvimento e qualidade de vida.

Analisando de forma isolada, constatamos um crescimento considerável no desenvolvimento do município de São Francisco do Itabapoana ao longo das décadas de 1991, 2000 e 2010. Porém, quando analisado no mesmo período os demais municípios da Região Norte Fluminense - Campos dos Goytacazes, Cardoso Moreira, São Fidélis, São João da Barra, Carapebus, Conceição de Macabu, Macaé e Quissamã -, São Francisco de Itabapoana permanece em último lugar da região em termos de IDH.

5 Desenvolvimento municipal e cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal

Para atender às necessidades públicas, o estado extrai alguns ativos privados da sociedade na forma de impostos. Essa é a principal fonte de recursos com a qual o país deve apoiar as ações governamentais. Portanto, a tributação é a base do desenvolvimento sustentável do país. A despesa pública será financiada por meio de impostos. No caso da tributação, os rendimentos derivados referem-se aos rendimentos provenientes de bens pessoais, em caráter obrigatório, pois são gerados por lei e, portanto, não dependem da vontade das pessoas físicas, mas no âmbito da legalidade, ambos a coleta, protegendo os contribuintes da tributação excessiva e do abuso tributário (FERNANDES, 2014).

Até o início da década de 1990, o arranjo institucional e legal das finanças públicas no Brasil prejudicava a condução da política macroeconômica devido ao desalinhamento na gestão fiscal, fato que gerava graves as políticas monetária e cambial, além de possuir pouca transparência, o que dificultava uma ação fiscalizadora eficaz do Congresso e da sociedade. Diante deste panorama de desequilíbrio das contas públicas, o Fundo Monetário Internacional (FMI) passa a apresentar instrumentos e mecanismos para a contenção do endividamento dos países, incluído o Brasil, tais como punição de irresponsabilidades e prevenção de riscos que pudessem afetar o equilíbrio das contas públicas, tornando-se obrigatórios para o relacionamento com a entidade internacional e com o mercado internacional (CARDOSO, 2011). Neste contexto surge, no ano de 2000, a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), tendo como principal objetivo a promoção da disciplina fiscal do governo federal, estados e municípios (MENEZES, 2005).

Junto às mudanças ocorridas perante a criação da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), destaca-se o impacto positivo encontrado ao longo do tempo no âmbito de desenvolvimento dos municípios, pois, servindo como ponto de atuação para os

administradores públicos, visando aprimorar a gestão das contas públicas, dar transparência e equilíbrio à gestão pública, tomar medidas preventivas para corrigir eventuais desvios que possam afetar o equilíbrio do patrimônio público e estabelecer limites e condicionantes. A LRF formulou normas que apontam como os gestores públicos devem agir para não serem penalizados por infrações durante o mandato. Nestes procedimentos, pode-se destacar a definição de determinados limites de despesas e endividamento, bem como algumas decisões foram fortalecidas, como o cumprimento de percentuais mínimos constitucionais relativos a recursos para saúde e educação.

O estudo de Souza *et al.* (2013) consistiu em usar dados de 373 municípios no período de cinco anos (2005-2009) com o objetivo de investigar os efeitos no desenvolvimento municipal decorrentes do cumprimento das determinações da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Os autores concluíram que o cumprimento da LRF no que se refere ao endividamento, suficiência de caixa, gasto com pessoal e superávit primário proporciona uma significativa melhora no desenvolvimento econômico-social dos municípios. O resultado permitiu observar uma relação positiva entre a responsabilidade fiscal e o desenvolvimento municipal.

Fontes (2015) verificou se os municípios fluminenses cumpriram os limites impostos pela LRF, garantindo o equilíbrio fiscal das contas públicas durante o período em questão. O autor concluiu que as regras de contenção impostas pela LRF representaram mecanismos capazes de garantir o equilíbrio fiscal das contas públicas dos municípios fluminenses. Além disso, a análise dos dados demonstrou que, de forma consolidada, os limites com as despesas com pessoal e endividamento foram cumpridos pelos municípios do estado do Rio de Janeiro.

6 Situação das contas municipais de São Francisco de Itabapoana

Esta seção apresenta uma análise das contas municipais de São Francisco de Itabapoana.

6.1 Receitas das contas municipais

O imposto é um tributo obrigatório para que o Estado tenha condições de manter a prestação de serviços para sociedade de forma geral. Através dele, ocorre a transferência de recursos dos contribuintes, para assegurar saúde, educação, segurança, entre outros, para o uso coletivo da população. No Brasil, os impostos federais representam cerca de 60% de toda a arrecadação do país, os impostos estaduais representam cerca de 27% e os municipais cerca de 5,5%.

Em nível de formação de receitas municipais próprias, os três principais impostos sob a competência dos municípios são: Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU); Imposto sobre Transação Intervivos de Bens Imóveis (ITBI); Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza (ISS). Outras fontes de receita municipal são a receita patrimonial, que inclui valores mobiliários e remuneração de depósitos bancários, e receitas de contribuição para custeio do serviço de iluminação pública.

Há também as receitas oriundas de transferência de um percentual dos impostos arrecadados pela União e pelos Estados aos municípios, prevista na Constituição Federal de 1988. Em nível estadual, os impostos são: Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS); Imposto sobre Veículos Automotores (IPVA); Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). Já em nível federal, a União transfere tributos para os municípios através do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), sendo: Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR); Imposto de Renda (IR); Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), além dos royalties relacionados à exploração de recursos naturais.

Os municípios também arrecadam receitas provenientes de transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE); Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE); Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb); Departamento de Trânsito do Estado do Rio de Janeiro – DETRAN; entre outros fundos/transferências, que são destinados exclusivamente para aplicação em áreas da Saúde, Educação, Segurança e Infraestrutura.

A tabela 2 mostra o total de receita auferida pelo município de São Francisco de Itabapoana entre 2013 e 2020, segmentadas por tipo de receita, sendo elas as receitas próprias, as receitas de repasses da União, Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e as receitas de repasses do Estado. Para aferir o impacto real do crescimento da arrecadação anual (visto na coluna 7), o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) acumulado foi usado nas análises. O IPCA é um dos principais indicadores econômicos e o principal indicador oficial da inflação no país, pois considera o aumento dos preços em relação ao consumo e ao custo de vida da população.

Tabela 2. Receitas acumuladas do município de São Francisco de Itabapoana, período de 2013 a 2020 (em valores absolutos em R\$)

Ano	Receita Própria	Repasses da União	Repasses dos Estados	Receita total	IPCA	Var. real da receita própria	Var. real dos repasses
2013	5.992.493	29.672.220	47.672.746	108.202.501	5,9%	-----	-----
2014	7.261.302	33.223.477	45.810.716	111.975.782	6,4%	21%	2%
2015	8.039.485	31.912.175	43.054.517	110.631.093	10,6%	6%	-6%
2016	7.474.275	34.710.328	39.938.180	114.163.263	6,3%	-3%	8%
2017	8.040.388	35.173.543	43.123.347	118.183.317	3,0%	11%	7%
2018	9.834.185	41.239.805	50.858.325	137.337.426	3,8%	21%	15%
2019	10.543.890	44.185.554	48.815.868	138.831.307	4,3%	7%	0%
2020	10.010.365	48.769.883	47.452.549	142.487.908	4,5%	-5%	3%

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados disponibilizados pela Prefeitura municipal de São Francisco de Itabapoana (Portal da Transparência).

Em média, 25% da Receita própria do município corresponde a ISS (incluindo o Simples Nacional - SNA), 20% de Contribuição de Iluminação Pública – COSIP, 18% de IPTU, 16% de Taxas Municipais (como taxas por serviços e expedição de certidões), 10% de IRRF e 9% de ITBI.

Em valores de porcentagem de participação ao total da receita no período de 01 de janeiro até 31 de dezembro do referido ano, observa-se, pela tabela 2, que cerca de 70% das Receitas municipais do referido município são provenientes de transferências de recursos da União e dos Estados, ao passo que a média do percentual de receitas próprias em relação ao total de é 7%, tendo atingido o máximo de participação com recurso próprio no ano de 2019, com 8%. Em levantamento da FIRJAN (2021), dos 5.239 municípios que declararam suas contas de 2020, 1.704 cidades não se sustentavam financeiramente, ou seja, não geravam receita suficiente para a manutenção da estrutura administrativa.

Em relação ao Fundo de Participação dos Municípios (FPM), a partir da observação da tabela 3, leva-se em conta que apenas este recurso agrega uma parcela maior que todos os outros repasses da União, perdendo apenas no repasse de 2020. Com este fundo, o município tem uma maior liberdade para a gestão financeira, visto que, garantido pela constituição, não existem critérios específicos para a aplicação desses repasses.

A criação do FPM vem do artigo 159 da Constituição Federal de 1988, I, b. Acompanhando, a regulamentação aparece na lei complementar nº 62, de 28 de dezembro de 1989, através das normas sobre o cálculo, a entrega e o controle das liberações dos recursos, dos 9 artigos apresentados, nenhum deles dispõe de como o valor deve ser utilizado.

A despeito do percentual de repasses do FPM consideravelmente elevado, a baixa capacidade de geração de recursos próprios em relação ao total de receita demonstra a grande dependência do município em relação aos repasses federais e estaduais.

A taxa de crescimento real das receitas de repasses da União e Estados para o município não segue um padrão, tendo apresentado uma queda de 6% em 2015, e no ano de 2019, não houve nem aumento nem redução da receita, conseqüentemente, a variação dos repasses federais torna o controle orçamentário municipal imprevisível.

Dados gerais levantados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) por Mota (2020) indicam que por volta de 88% dos municípios que possuem 50 mil habitantes ou menos entre os anos de 2015 e 2019 tiveram uma arrecadação de impostos municipais abaixo de 10% das receitas totais, sendo dependentes dos repasses. Este fato torna a situação das finanças públicas dos municípios com menor população delicada, como o caso de São Francisco de Itabapoana.

6.2 Despesas das contas municipais

Despesas públicas são os recursos aplicados na prestação de serviços públicos pelo Estado, sejam despesas de manutenção pública, atendimento e serviços em geral, como para pagamento de salários, encargos sociais, restos a pagar, e outras despesas relacionadas ao poder público.

Despesas com conta pagamento de salários (despesas com funcionalismo público) mantém o controle sobre a folha de pagamentos dos servidores municipais, assegurando que os recursos estarão disponíveis para a prestação de serviços (pagamento em dia) e não irão interferir em outras áreas com o remanejamento de verbas.

Despesas por Restos a Pagar são aquelas despesas empenhadas e liquidadas, mas que, até o fim do período de exercício contábil, não foram pagas. Um dos problemas relacionados a esta conta é ela não ser contabilizada no ano que ocorreu o fato, entrando no passivo do município como uma dívida no exercício seguinte, afetando a gestão financeira e o equilíbrio

das contas públicas seguintes. Já as despesas extra-orçamentárias são despesas que não se enquadram na lei orçamentária nem em qualquer outra Lei específica para este fim.

A tabela 3 mostra, de forma discriminada, as despesas anuais do município de São Francisco de Itabapoana.²

Tabela 3. Despesas acumuladas de São Francisco de Itabapoana, período de 2013 a 2020 (em valores absolutos)³

Ano	Despesas com funcionalismo	Restos a pagar	Despesas Extra Orçamentárias	Despesas totais	Despesas em relação à receita
2013	51.245.068,70	3.000.027,61	4.285.766,83	98.426.557,00	91%
2014	54.053.323,98	6.956.734,10	4.638.415,08	119.583.852,37	107%
2015	70.405.332,06	6.390.550,58	5.504.713,59	122.697.908,67	111%
2016	67.854.675,91	6.446.352,40	5.724.538,89	113.763.678,18	100%
2017	67.990.066,40	2.028.984,94	5.541.846,38	119.247.523,18	101%
2018	75.929.545,89	7.719.515,53	5.588.031,34	138.135.236,65	101%
2019	70.248.325,73	11.736.389,59	5.628.366,91	134.060.531,76	97%
2020	74.065.590,84	5.326.359,62	5.061.015,32	144.504.336,80	101%

Fonte: Elaborado pelos autores com base em dados disponibilizados pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (2021).

A Lei Complementar Federal nº 101/2000 prevê em seu § 1º do artigo 4º, Seção II da Lei de Diretrizes Orçamentárias (BRASIL, 2000):

§ 1º Integrará o projeto de lei de diretrizes orçamentárias Anexo de Metas Fiscais, em que serão estabelecidas metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício a que se referirem e para os dois seguintes.

De forma simplificada, as metas fiscais servem para manter o equilíbrio fiscal e devem balizar o planejamento das despesas do município de acordo com as expectativas de receita.

Conforme a tabela 3, o município de São Francisco de Itabapoana apresentou uma relação entre despesa e receita de 91%

² Dados relativos às despesas da Câmara Municipal não se encontram disponíveis até o momento (novembro/2021), e por este motivo, não será incluído na tabela 3.

³As contas de 2013 foram aprovadas com ressalvas pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE), sendo elas a não consolidação das demonstrações contábeis, inconsistências entre o Balanço Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, Déficit Orçamentário entre outras.

no ano de 2013, ou seja, as despesas foram menores que as receitas, gerando superávit primário.

No entanto, no ano de 2014, ocorreu o inverso, tendo sido registrado um déficit fiscal, com as despesas equivalentes a 107% das receitas. O mesmo ocorreu no ano de 2015, em que o município teve uma baixa arrecadação, atingindo a marca de 111% de gastos com despesas em relação às receitas. Deste modo, São Francisco de Itabapoana já sinalizava que não iria seguir a Lei Orçamentária Anual (LOA)⁴ e as metas presentes na LDO. Nota-se, portanto, que a elaboração do orçamento esteve sempre acima da capacidade real de arrecadação do município. Também foi verificada a ausência de ações planejadas com o intuito de alcançar o equilíbrio financeiro do município.

No ano de 2016, se apenas observado o valor final da despesa e receita, percebe-se um resultado primário positivo porém significativo, visto que, ao longo do período contábil em questão, a arrecadação foi superior às despesas totais. Porém, o Tribunal de Contas do estado do Rio de Janeiro (TCE) optou por reprovar as contas do município por falta de clareza na prestação de contas, como uma baixa arrecadação própria não condizente com o plano de metas estabelecido pelo município, despesas sem o devido registro contábil, não adoção de ações planejadas com o intuito de alcançar o equilíbrio financeiro ao longo dos anos, etc.

Segundo o relatório de contas do Estado, o município de São Francisco de Itabapoana desrespeitou em 2017 o limite máximo de despesa com pessoal, tendo por volta de 59,3% de gastos com este grupo, obrigando o município a reduzir o percentual excedente nos dois anos seguintes.

Em 2018, ocorreu uma melhora significativa na transparência e na prestação de contas do município, porém, o TCE recomendou

⁴ A Lei Orçamentária Anual (LOA) é o orçamento realizado anualmente pela União, Estados e Municípios, e nela são estimadas as receitas para o ano seguinte, e a expectativa de despesas ao longo do período.

novamente um parecer contrário à aprovação das contas, pedindo que fosse realizado um correto registro dos saldos do superávit/déficit financeiro apurados ao final do exercício e recomendando um uso mais consciente e responsável dos recursos dos royalties, priorizando na aplicação de programas e ações voltadas para o desenvolvimento sustentável da economia local.

A respeito do grande valor atribuído ao grupo “restos a pagar” de 2019, referem a valores lançados erroneamente em duplicidade no sistema contábil e são referentes a exercícios anteriores, de acordo com a nota do município.

Sobre os Royalties, ao se comparar os Royalties de São Francisco de Itabapoana e de São João da Barra, município vizinho também localizado na região norte fluminense, São João da Barra recebeu, no ano de 2018, cerca de 170 milhões de reais, enquanto São Francisco de Itabapoana, não confrontante e sem instalação de embarque/desembarque recebeu 11 milhões de reais (o que corresponde a 7% do município vizinho).

Neto e Vieira (2018) confrontam as influências dos royalties no desenvolvimento socioeconômico dos municípios, e chegam à conclusão que essa maior arrecadação não se traduziu, até o momento, em melhores indicadores de desenvolvimento socioeconômico. Tendo em vista a baixa influência desta fonte de arrecadação no município, esta rubrica não será incluída como fator de cálculo nas futuras tabelas deste trabalho.

7 Índices Firjan de Gestão Fiscal

O Índice Firjan de Gestão Fiscal (IFGF)⁵ é elaborado através de um estudo anual que tem por objetivo fortalecer a cultura da responsabilidade administrativa ao fornecer subsídios para uma gestão pública eficiente e democrática. Os dados utilizados são extraídos dos resultados fiscais que as prefeituras declararam à Secretaria do Tesouro Nacional e revelam onde foram alocados os

⁵ O Índice Firjan de Gestão Fiscal Disponível em: <https://www.firjan.com.br/ifgf/>.

recursos arrecadados. Por esse motivo, o índice é considerado uma ferramenta de controle social capaz de aprimorar a gestão fiscal dos municípios.

A matéria-prima do IFGF vem de quatro grandes grupos de indicadores: receita própria, gastos com pessoal, investimentos, liquidez e custo da dívida. Com base neles é atribuída, para cada município, uma pontuação que vai de zero a um e que determina seus respectivos conceitos: Gestão de excelência, com valores superiores a 0,8 pontos; Boa gestão, com resultados entre 0,6 e 0,8 pontos; Gestão em dificuldade, com resultados entre 0,4 e 0,6 pontos e Gestão crítica, com resultados inferiores a 0,4 pontos.

Em relação ao ano de 2020, ressalta-se que a interpretação dos resultados foi feita de forma ponderada devido o evento da pandemia da Covid-19 e a necessidade de auxílio financeiro para a população, a flexibilização de regras de responsabilidade fiscal, a suspensão do pagamento de dívidas e a priorização de gastos em prol da saúde pública. Estes fatos influenciaram na avaliação do estudo e no resultado final do IFGF deste ano.

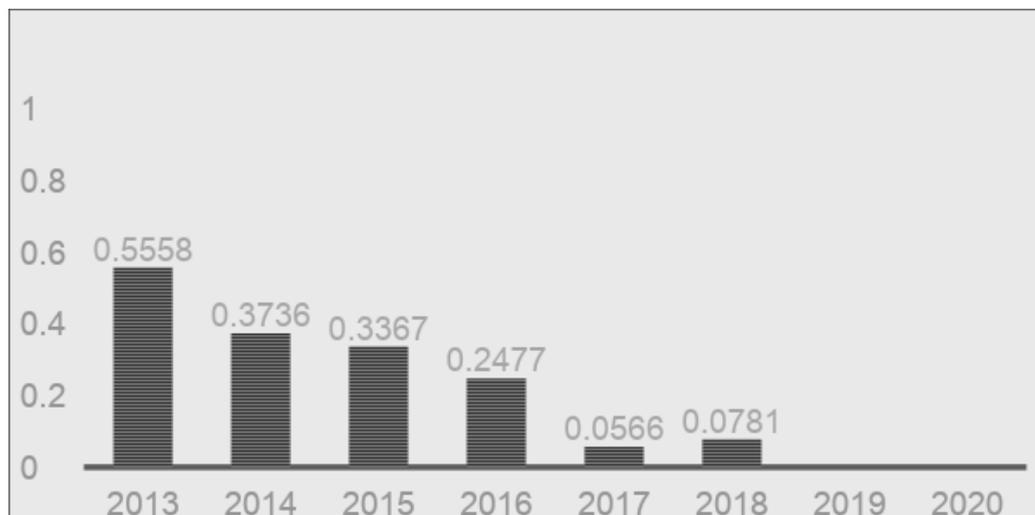
7.1 Índice Firjan - Autonomia

O índice de Autonomia da Firjan demonstra a capacidade de financiar a estrutura administrativa do município, analisa a relação entre as receitas oriundas da atividade econômica do município e os custos para financiar sua existência. Nota-se que o município perde pontos se, mesmo aumentando sua receita própria, sua despesa administrativa continue a aumentar a níveis superiores nos próximos anos.

A nível deste trabalho, pode ser considerado o indicador mais importante, pois, partindo-se do princípio que o município de São Francisco de Itabapoana desejou sua emancipação, presume-se que ele disponha de reserva financeira mínima necessária para suprir as necessidades de funcionamento e o bem-estar de sua população. O

IFGF Autonomia de São Francisco de Itabapoana entre os anos de 2013 e 2020 é apresentado no gráfico 1.

Gráfico 1. IFGF Autonomia de São Francisco de Itabapoana entre 2013 e 2020



Fonte: Elaborado pelos autores com base no Relatório anual Índice Firjan de Gestão Fiscal (IFGF).

É natural que, ao atender as necessidades do cidadão, parte dos recursos municipais seja consumida, por conta disso, a autonomia é fundamental para o planejamento das contas e da administração dos custos de se manter uma cidade em funcionamento. No entanto, como pode ser visto no site oficial da Firjan⁶, 1.704 prefeituras não se sustentam, ou seja, não geram receita suficiente para a manutenção da estrutura administrativa.

Conforme os resultados apresentados no gráfico 1, o IFGF Autonomia de São Francisco de Itabapoana apresentou no ano de 2013 um valor aproximado de 0,56, sendo considerado uma gestão em dificuldade, de acordo com a escala classificatória da Firjan mencionada na seção anterior. A princípio, é indicado pela dificuldade em geração de receita própria e a rigidez orçamentária em arcar com as despesas da máquina pública.

A partir de 2014, a gestão passa a ser classificada como crítica, com um declínio do índice ao longo dos anos. Entre os anos de 2016 e 2017, o declínio foi ainda mais acentuado, e supõe-se que seja

⁶ Informação disponível em: <https://www.firjan.com.br/ifgf/>.

pelas contas rejeitadas pelo TCE e o período de eleições municipais, onde ocorreu a troca de representantes municipais. Este fato pode ser notado também nos próximos indicadores.

O índice de Autonomia para o ano de 2019 e de 2020 foi zero, pois as receitas geradas no município não foram suficientes para custear as despesas com a estrutura administrativa e para o ano de 2020 foi relacionada pela ausência de componente de dado para avaliação.

Em suma, no período considerado, em nenhum ano a gestão foi considerada “gestão de excelência” ou “boa gestão” no índice autonomia. Apenas no ano de 2013 foi avaliado como “gestão em dificuldade”, para todos os outros de 2013 até 2020, foram classificados como “gestão crítica”.

7.2 Índice Firjan - Gastos com Pessoal

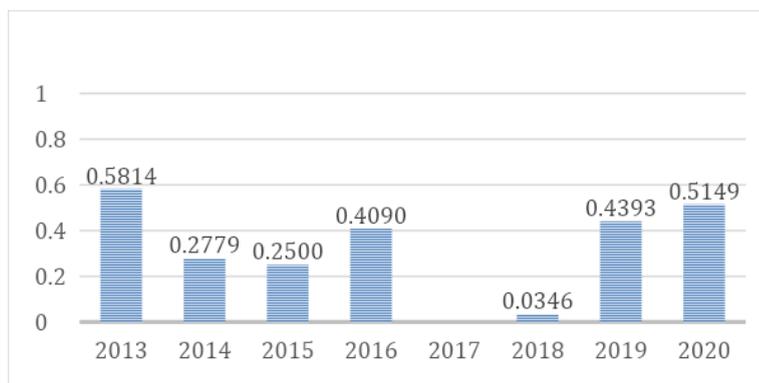
O pagamento de salários e aposentadorias dos servidores públicos representa o principal item de despesa do setor público. Caso este item represente um percentual elevado em relação à receita total auferida pelo município, as despesas discricionárias são comprometidas, afetando as políticas públicas.

O indicador IFGF Gastos com Pessoal recebe nota zero, caso ultrapasse o grau de comprometimento com gastos com pessoal acima do estabelecido por lei, e nota um, quanto melhor o uso dos recursos. O gráfico 2 apresenta os resultados do referido índice para o município de São Francisco de Itabapoana entre os anos de 2013 e 2020.

Em 2013, o índice teve a pontuação de 0,5814 por comprometer 50,19% da receita com o pagamento de seus funcionários. Os anos de 2014 e 2015 ficaram respectivamente com 0,2779 e 0,2500 de notas, tendo o limite de gastos de 53,02% e 53,67%. O ano de 2016 teve a nota de 0,4090 e o ano de 2017 apresentou um índice igual a zero, razão pela qual estava com 59,34% da receita comprometida com despesas com funcionalismo

público. Além disso, o ano de 2018 apresentou valor de 0,0346. Como mencionado acima, o TCE indicou uma violação no percentual de despesas relacionadas a salários, e provavelmente, este é o motivo da avaliação pior do que a média do período, sendo necessário o longo do período de 2018 para os devidos ajustes e em 2019 e 2020 o índice elevou, sendo de 0,4393 e 0,5149.

Gráfico 2. IFGF Gastos com Pessoal de São Francisco de Itabapoana entre os anos de 2013 e 2020



Fonte: Elaborado pelos autores com base no Relatório anual Índice Firjan de Gestão Fiscal (IFGF).

Em resumo, nenhum ano apresentou uma “gestão de excelência” ou “boa gestão” em termos de gasto com pessoal. Os anos de 2013, 2016, 2019 e 2020 foram avaliados como “gestão em dificuldade” e os anos de 2014, 2015, 2017 e 2018 foram classificados como “gestão crítica”.

Segundo o site da Firjan, mais de 1/3 das 5.565 prefeituras analisadas no país estão em situação crítica, ou seja, os municípios gastam mais de 54% da receita com pessoal.

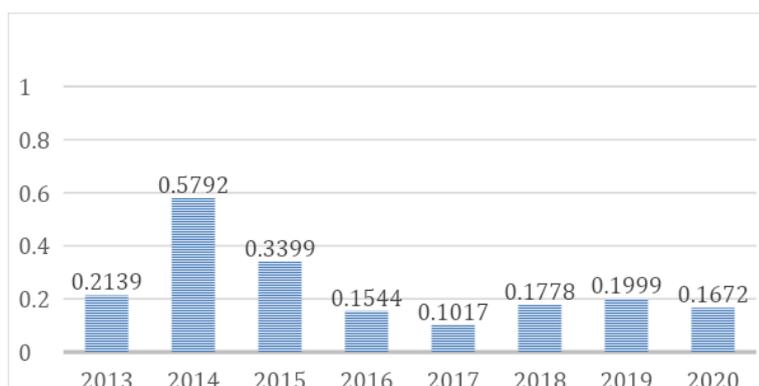
7.3 Índice Firjan - Investimentos

O índice de Investimentos da Firjan mede a parcela da receita total dos municípios destinada aos investimentos, aqueles que geram bem-estar à população e melhoram o ambiente de negócios. Utilizando como parâmetro a parcela de 12% da Receita Total para investimentos municipais, sendo considerado um excelente compromisso para com a cidade, ou seja, atingindo a meta de 12%

ou mais da receita realizada com investimentos, o município recebe nota 1. Conforme o grau da parcela for diminuindo, é atribuída uma nota menor no final do estudo para este devido indicador.

Para Correia *et al.* (2018) o investimento público é uma ferramenta importante para ser usada como uma força motriz para o desempenho econômico. Isso estimula o investimento privado e o crescimento da produtividade do setor público, melhorando o capital humano, incentivando a inovação tecnológica e criando empregos. Na expectativa de recolher benefícios no futuro, como forma de gerar maiores rendimentos e produzir riqueza.

Gráfico 3. IFGF Investimento de São Francisco de Itabapoana entre 2013 e 2020



Fonte: Elaborado pelos autores com base no Relatório anual Índice Firjan de Gestão Fiscal (IFGF).

O gráfico 3 apresenta o IFGF Investimentos do município de São Francisco de Itabapoana entre os anos de 2013 e 2020. No período analisado, o melhor desempenho ocorreu no ano de 2014, quando o indicador recebeu a nota de 0.5792, embora ainda menor do que 0,6 pontos, assim, dentro da categoria “Dificuldade”. Nos demais anos, a gestão foi “Crítica”, com notas inferiores a 0,4 pontos. Assim, indicando que o município teve um baixo investimento para seu próprio desenvolvimento, não chegando a 6% de sua receita total.

Pode-se fazer o contraponto com a dificuldade em geração própria de receita, gasto com o funcionalismo público e dificuldades de gerir a verba pública como possíveis causas da grande

dificuldade em investir. Dificuldades em aprovar projetos de investimentos de longo prazo também podem ter natureza política.

O Brasil é marcado por grande disparidade, de acordo com o relatório final da Firjan de 2020, 2.672 municípios (aproximadamente 48%) têm baixo nível de investimentos, em média, investem apenas 4,6% da receita.

7.4 Índice Firjan - Liquidez

A origem da conta de restos a pagar é fazer com que o encerramento do exercício seja compatível com a continuidade da administração pública, pois algumas despesas pertencentes a um ano serão naturalmente postergadas para o ano seguinte. O problema começou quando os municípios passaram a utilizá-lo como forma de financiamento, diferindo as taxas já contratadas em outros anos, o que criou problemas de liquidez com o passar do tempo (NASCIMENTO; DEBUS, 2002).

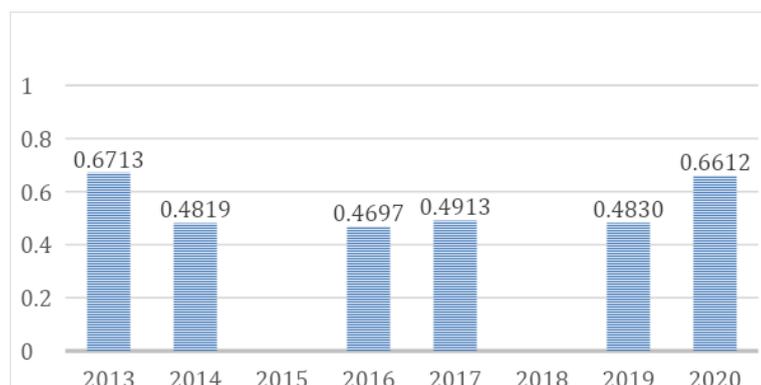
A Lei de Responsabilidade Fiscal estipula que, no último ano de sua vigência, o governo municipal tenha recursos financeiros suficientes para custear a prorrogação para o ano seguinte. Embora essa condição legal só se aplique aos anos de transição governamental, as dívidas com fornecedores no primeiro ano são mais do que recursos de caixa, o que é uma questão que afeta a gestão financeira municipal e a credibilidade.

Dessa forma, no cálculo do índice apresentado pela Firjan, caso o município inscreva mais restos a pagar do que recursos em caixa no ano em questão sua pontuação será zero. O índice também é ponderado pela Receita Corrente Líquida (RCL).

O IFGF Liquidez de São Francisco de Itabapoana para o período de 2013 a 2020 é mostrado no gráfico 4. Nos anos de 2013 e 2020 as notas foram de 0,6713 e 0,6612, estando no intervalo entre 0,6 e 0,8 pontos, sendo a gestão classificada como “boa gestão”. Nos anos de 2014, 2016, 2017 e 2019, as notas estiveram no intervalo entre 0,4 e 0,6 pontos, e a gestão foi classificada na categoria de

“gestão em dificuldade”. Nos anos de 2015 e 2018, o município obteve nota zero no IFGF Liquidez, visto que encerrou o exercício com mais restos a pagar do que recursos em caixa para cobri-los, sendo classificados na categoria de “gestão crítica”.

Gráfico 4. IFGF Liquidez de São Francisco de Itabapoana entre 2013 e 2020



Fonte: Elaborado pelo autor com base no Relatório anual Índice Firjan de Gestão Fiscal (IFGF).

Segundo a FIRJAN (2021), 563 prefeituras brasileiras entraram no ano de 2020 no “cheque especial”, o que significa que terminaram o ano de 2020 sem recursos em caixa para cobrir as despesas postergadas para o ano seguinte. Portanto, neste quesito, o município de São Francisco de Itabapoana encontra-se acima da média, tendo uma boa gestão de restos a pagar.

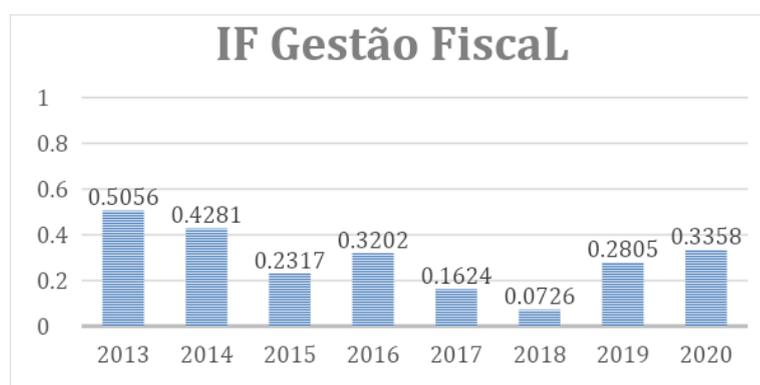
7.5 Gestão Fiscal

O Índice de Gestão Fiscal (IFGF) foi obtido com base nos 4 indicadores apresentados anteriormente, a fim de atribuir a nota geral da Gestão Fiscal do município de São Francisco de Itabapoana, tendo cada indicador assumido o mesmo peso (25%) para o cálculo do índice geral. A análise é importante, pois é uma ferramenta para que os cidadãos exerçam o papel de social de controle sobre a gestão dos recursos e um excelente controle dos investidores sobre o rating do ambiente de negócios.

A partir da observação do gráfico 5, nota-se que os anos de 2013 e 2014 tiveram as maiores notas, com 0,5056 e 0,4281 pontos,

ainda assim, na escala classificatória, ficaram na categoria “Gestão em dificuldade”. Também é notável que com o passar dos anos, não foram realizadas as devidas correções no âmbito de investimentos, responsabilidade fiscal, *etc.*, tendo os indicadores notas inferiores a 0,4 e a gestão classificada como “Gestão crítica”.

Gráfico 5. IF Gestão Fiscal de São Francisco de Itabapoana entre 2013 e 2020



Fonte: Elaborado pelos autores com base no Relatório anual Índice Firjan de Gestão Fiscal (IFGF).

Em resumo, o ano de 2018 teve a menor nota Índice de Gestão Fiscal (IFGF). Com 0,0726 pontos, São Francisco de Itabapoana apresentou resultado crítico em todos os indicadores, com destaque para a nota zero no gráfico 4, e próxima à zero no gráfico 2 e no gráfico 1. A falta de planejamento e controle foi algo a ser notado, pois, não foi ano de eleições municipais e não foram encontrados relatos de crise econômica grave no ambiente nem quaisquer outros motivos externos que possam explicar o fato.

A gestão fiscal crítica está também associada aos anos de 2015, 2016, 2017, 2018, 2019 e 2020. Ao revisar o ano de 2014, não foi possível encontrar valores concretos para explicar o declínio da avaliação fiscal do município, visto que, não houve significativas mudanças no controle das secretarias municipais.

7.6 Comparação com municípios da região Norte Fluminense

A tabela 4 apresenta Índice de Gestão Fiscal (IFGF) aplicados aos municípios do Norte Fluminense: Campos dos Goytacazes,

Cardoso Moreira, Carapebus, Conceição de Macabu, Macaé, Quissamã, São Fidélis, São Francisco de Itabapoana e São João da Barra. Para fins de comparação, temos os seguintes valores, destacados por cor, a fim de auxiliar no entendimento, representando verde como “bom” (indicador com nota entre 0,6 e 1), amarelo como “regular” (indicador com nota entre 0,41 e 0,59) e vermelho para “crítica” (indicador com nota entre 0 e 0,4).

Tabela 4. Resultados do IFGF dos municípios do Norte Fluminense entre 2013 a 2020

Cidades	População	IFGF 2013	IFGF 2014	IFGF 2015	IFGF 2016	IFGF 2017	IFGF 2018	IFGF 2019	IFGF 2020
Campos dos Goytacazes	511.168	0,6693	0,7500	0,4999	0,2883	0,2795	0,4683	0,2831	0,2547
Carapebus	16.039	0,2774	0,2629	0,1116	0,1278	0,0339	0,2215	Dados n. disp.	Dados n. disp.
Cardoso Moreira	12.821	0,4901	0,3216	0,2940	0,2800	0,1829	0,4579	0,3129	0,4664
Conceição de Macabu	23.398	0,3586	0,8441	0,7081	0,6923	0,7613	0,7135	0,6941	0,5750
Macaé	261.501	0,6895	0,7794	0,6412	0,4173	0,4119	0,7061	0,5946	0,6824
Quissamã	24.246	0,6042	0,3976	0,3886	0,4582	0,4707	0,4590	0,4524	Dados n. disp.
São Fidélis	38.710	0,5309	0,5086	0,6056	0,4033	0,3478	0,4457	0,4138	0,3586
S. Francisco Itabapoana	42.210	0,5056	0,4281	0,2317	0,3202	0,1624	0,0726	0,2805	0,3358
S. João da Barra	36.423	0,5230	0,4971	0,2630	0,2423	0,5717	0,6617	0,6738	0,7763

Fonte: Elaborado pelos autores com base no Relatório Anual Índice Firjan de Gestão Fiscal (IFGF).

Começando pela análise do município de Campos dos Goytacazes, sendo o município com maior número de habitantes, até o ano de 2014 apresentava “boa gestão”. Apesar da baixa Receita Própria, o município tinha três conceitos “Gestão de excelência”: Gastos com Pessoal, Investimento e Liquidez. Conforme o passar dos anos, seus índices foram caindo até 2020 onde terminou sem recursos em caixa suficiente para cobrir as despesas,

apresentando alta rigidez orçamentária e baixo nível de investimentos (Tabela 4).

O município de Macaé, também com conceito “Boa gestão”, é o segundo município mais populoso da região norte, apresenta excelente arrecadação própria e possui recursos em caixa suficientes para honrar suas obrigações de curto prazo. Em 2018 teve destaque com nota máxima no IFGF Autonomia e gestão excelente no IFGF Gastos com Pessoal (Tabela 4).

O município de São Fidélis tem situação fiscal “regular” nos anos de 2013, 2014, 2016, 2018 e 2019. A Situação fiscal recebeu o conceito “bom” para o ano de 2015 e “crítica” para os anos de 2017 e 2020. Os investimentos públicos exerceram a principal influência negativa nas contas de 2020.

O município de São João da Barra terminou os anos de 2015 e 2016 como “regular” e terminou os anos de 2013, 2014 e 2017 como “regular” situação fiscal. Já os anos de 2018, 2019 e 2020 tiveram as maiores pontuações, classificadas como “bom” desempenho fiscal. Em 2020 apresentou nota máxima em três indicadores do IFGF e por isso ocupou a 7ª posição do ranking fiscal estadual.

O município de Conceição de Macabu teve um início crítico e seus indicadores eram categoria Gestão crítica, com exceção a IFGF Liquidez. A partir de 2014, o município se destaca com a maior nota entre os municípios em razão da associação da nota máxima no IFGF Gastos com Pessoal, bom planejamento financeiro e boa autonomia. Finalizando 2020 em C (gestão em dificuldade) pelo motivo do baixo nível de IFGF Investimentos. Entretanto, vale o destaque para o município que no longo prazo foi o que apresentou índices mais consistentes.

O município de Cardoso Moreira apresentou situação fiscal “regular” nos anos de 2013, 2018 e 2020. E situação fiscal “crítica” nos anos de 2014 a 2017 e no ano de 2019.

O município de Quissamã embora tivesse um indicador com conceito “bom” desempenho fiscal em 2013, em 2014 e 2015 o

desempenho foi “crítico”. Apresentou uma situação “regular” entre 2016 e 2019. Para o ano de 2020 os dados não foram disponibilizados.

O município de Carapebus é o município com a trajetória mais crítica no sentido de gestão fiscal do grupo norte fluminense, tem níveis críticos no IFGF Investimentos, IFGF Liquidez e, sobretudo, IFGF Gastos com Pessoal. Com o passar dos anos continuou exibindo gestão fiscal crítica em todos os indicadores, com exceção do IFGF Liquidez com situação difícil. Em 2019 e 2020 não teve como continuar a avaliação por falta de dados.

No panorama geral, o município de São Francisco de Itabapoana aparece em penúltimo lugar do grupo.

Diante do exposto, melhores resultados a nível de saúde fiscal poderiam ser promovidos por meio de: i) maior transparência fiscal, por meio de um controle mais acurado da contabilidade orçamentária do município e de maior comunicação, de modo aumentar o poder fiscalizatório da sociedade civil e possibilitar melhorias na gestão fiscal, aumentando a eficiência da administração pública; ii) o estabelecimento de um plano diretor municipal menos abrangente, que possa caminhar em consonância com a LDO e as Metas Fiscais, priorizando gastos fundamentais para a sociedade, repensando o uso de recursos públicos. iii) No lado da geração de receitas, a busca por maior atratividade da produção agropecuária, do comércio e do turismo poderiam elevar o potencial arrecadatório, contribuindo para redução do déficit orçamentário.

Os desafios atuais para a gestão dos recursos públicos são cada vez mais latentes, e concentram-se principalmente em uma mudança de posicionamento acerca da priorização do uso dos recursos. O desenvolvimento sustentável de longo prazo exige um projeto orçamentário voltado para o futuro, e isto torna-se um grande obstáculo a ser superado, pois há a necessidade de maior autonomia financeira e a realocação dos recursos, que devem ser voltados para políticas públicas eficientes em prol da saúde, da

educação, da infraestrutura sustentável e do desenvolvimento regional.

8 Conclusão

A gestão fiscal no município de São Francisco de Itabapoana é um tema de extrema importância, dado o agravamento na gestão de recursos públicos nos últimos anos. O objetivo deste trabalho foi compreender como são utilizados e administrados os recursos públicos captados pelos impostos, repasses estaduais e afins para benefício de desenvolvimento do município.

À despeito da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), através de seus mecanismos de contingenciamento, ter sido capaz de promover o equilíbrio fiscal dos municípios fluminenses, nota-se, a partir da condição fiscal de São Francisco de Itabapoana, que os rígidos padrões da LRF são incompatíveis com o arcabouço financeiro definido para os municípios, no qual a maior parte dos recursos precisam ser destinados ao pagamento de despesas que servem apenas para manter o funcionamento do município, que não geram bem-estar para a população como o fornecimento de serviços. Os municípios precisam adequar seus gastos e receitas em relação aos limites impostos pela LRF, e quando à ausência de receitas próprias, não resta espaço fiscal para políticas públicas.

Dos nove municípios que fazem parte do Norte Fluminense, apenas 2 apresentam uma população maior que 250 mil habitantes (Campos dos Goytacazes e Macaé). Logo, por ter uma faixa populacional parecida com os demais municípios vizinhos, e recebendo verbas do Estado e da União em um montante semelhante, era esperado resultados um pouco mais satisfatórios para São Francisco de Itabapoana em termos da boa gestão dos recursos públicos.

Mesmo não sendo o objetivo de estudo principal, é importante salientar a grande quantidade de pedidos de emancipação vindos da década de 1990. É notável que o agravamento da dificuldade fiscal seja

oriundo desse período, conforme observado em indicadores de outras regiões e vistos também no município avaliado neste trabalho.

Ao analisar os dados derivados de sua geração de receita com recursos próprios, nota-se que em nenhum momento do período analisado, o município atingiu 10% de recursos oriundos de fontes próprias, mantendo-se em níveis alarmantes em autonomia, sendo geralmente, destaque negativo ao decorrer dos anos, dentre os municípios do Norte Fluminense, segundo os relatórios anuais elaborados pela Firjan.

É possível notar que existe a relação entre a autonomia, investimentos e baixa atividade econômica local. A geração de receita própria foi perdendo força à medida que faltou incentivo público, isso explica a baixa atividade econômica local, tornando assim um ciclo de baixo desempenho econômico.

Referências

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. IDH ano 1991, 2000 e 2010. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/perfil/municipio/330475>. Acesso em: 22 nov. 2021.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988.

BRASIL. **Emenda constitucional nº 15, de 12 de setembro de 1996**. Dá nova redação ao § 4º do art. 18 da Constituição Federal. 1996.

BRASIL. **Lei complementar nº 101, de 4 de maio de 2000**. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. 2000.

CANTERBERRY, E. R. **The rise and fall of global austerity**. London: World Scientific, 2015.

CARDOSO, L. G. M. **Mecanismos de governança do setor público brasileiro e o seu papel no combate à corrupção**. 2011. (Concurso de Artigos Científicos da ASBAN e do FOCO, 1). Disponível em: <http://www.prgo.mpf.mp.br/focco-go/artigos/LUDMILLA-GRAZIELLA-MARA-CARDOSO.pdf>. Acesso em: 16 de junho de 2022.

CARVALHO, F. J. C. Mercado, Estado e Teoria Econômica: uma breve reflexão. **Econômica**, Niterói (RJ), v. 1, n. 1, p. 9-25, 1999.

CORREIA, Ana Luísa *et al.* **Investimento público**. 2018. Disponível em: <https://medium.com/@isegjbc/investimento-p%C3%BAblico-7561b633c4f3>. Acesso em: 15 jan. 2022. Texto disponível no perfil no Medium da ISEG Junior Business Consulting da Lisbon School of Economics & Management.

DAVIDSON, P. The Neoclassical vs. Post Keynesian View of Government. In: _____. **Controversies in Post Keynesian Economics**. Aldershot [UK]: Edward Elgar, 1991

FERNANDES, Jorge Ulisses Jacoby. Princípios do contraditório e da ampla defesa: especificidades na ação do controle externo. **Revista do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais**, v. 46, n. 1, p. 57-69, jan./mar. 2014.

FIRJAN. **Mais de três mil cidades brasileiras têm situação fiscal difícil ou crítica, revela Índice Firjan de Gestão Fiscal**. 2021. Disponível em: <https://firjan.com.br/noticias/mais-de-tres-mil-cidades-brasileiras-tem-situacao-fiscal-dificil-ou-critica-revela-indice-firjan-de-gestao-fiscal.htm>. Acesso em: 12 mai. 2022.

FONTES, P. V. S. **A Lei de Responsabilidade Fiscal e as Finanças Públicas: uma Análise para os municípios fluminenses (2000 a 2014)**. 2015. Monografia (Graduação em Ciências Econômicas) - Universidade Federal Fluminense, Campos Dos Goytacazes, RJ, 2015. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/6437>. Acesso em: 14 set. 2022.

FUNDAÇÃO CENTRO ESTADUAL DE ESTATÍSTICAS, PESQUISAS E FORMAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO RIO DE JANEIRO (CEPERJ). **Localização e extensão**. 2022. Disponível em: https://www.ceperj.rj.gov.br/?page_id=260. Acesso em: 20 jan. 2022.

IBGE. **Censo 2010**. Disponível: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso: 22 mar. 2021.

KEYNES, J. M. (1936). **A teoria geral do emprego, do juro e da moeda**. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1985. (Coleção Os Economistas).

LAFFER, A. Statement prepared for the joint economic committee. In: LAFFER, A. B.; SEYMOUR, J. P. (Ed.). **The economics of the tax revolt: a reader**. Nova Iorque: Harcourt Brace Jovanovich, 1979.

LIMA, E. M.; REZENDE, A. J. Um estudo sobre a evolução da carga tributária no Brasil: uma análise a partir da Curva de Laffer. **Interações**, Campo Grande, MS, v. 20, n. 1, p. 239-255, jan./mar. 2019.

LOPES, M. de L. M.; MOLLO, M. de L. R. O debate sobre a redução do déficit fiscal no Brasil: uma crítica pós-keynesiana. **Nova Economia** [online], v. 21, n. 1, 2011.

MENEZES, R. T. **Impactos da Lei de Responsabilidade Fiscal sobre os Componentes de Despesa dos Municípios Brasileiros**. Brasília: ESAF, 2005. Monografia premiada em 1º lugar no X Prêmio Tesouro Nacional – 2005, Lei de Responsabilidade Fiscal, Brasília, 2005.

NASCIMENTO, E. R.; DEBUS, I. **Lei Complementar nº 101/2000: entendendo a lei de responsabilidade fiscal**. Brasília: ESAF, 2002.

NETO, R. S.; VIEIRA, J. D. Rendas do petróleo e suas influências no desenvolvimento socioeconômico dos municípios de São João da Barra e São Francisco de Itabapoana. **Boletim Petróleo, Royalties e Região**, v. 16, n. 60, ago. 2018.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. PNUD. **Índice de Desenvolvimento Humano**. 2022. Disponível em: <https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0.html>. Acesso em: 13 jul. 2021.

ROMER, C. D.; ROMER, D. H. The macroeconomic effects of tax changes: estimates based on a new measure of fiscal shocks. **American Economic Review**, v. 100, n. 3, p. 763-801, jun. 2010, p. 799.

SANTOS, E. C. C. **O orçamento público e a importância na gestão pública**. 2014. Monografia (Especialização em Gestão Pública) - Universidade Cândido Mendes, Brasília, DF, 2014.

SÃO FRANCISCO DE ITABAPOANA (Prefeitura). **Informação de Finanças Públicas**. 2021. Disponível em: <http://138.59.40.26:8079/transparencia/>. Acesso em: 8 maio 2021.

SARGENT, T. J.; WALLACE, N. Some unpleasant monetarist arithmetic. **Federal Reserve Bank of Minneapolis Quarterly Review**, v. 6, p. 1-17, 1982.

SOUSA, P. F. B.; LIMA, A. O.; NASCIMENTO, C. P. S.; PETER, M. G. A.; MACHADO, M. V. V.; GOMES, A. O. Desenvolvimento municipal e cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal: uma análise dos municípios brasileiros utilizando dados em painel. **Revista Evidenciação Contábil & Finanças**, v.1, n. 1, p. 58-70, jan./jun. 2013.

VIEIRA, F. S. *et al.* **Políticas sociais e austeridade fiscal**: como as políticas sociais são afetadas pelo austericídio da agenda neoliberal no Brasil e no mundo. Rio de Janeiro: CEBES, 2018.

Sobre os autores

Hiata Anderson Carvalho De Moura Preto

Graduou-se em Ciências Econômicas pela Universidade Federal Fluminense (UFF) em Campos dos Goytacazes. É técnico em Logística e estudante de Licenciatura em Matemática pelo Instituto Federal Fluminense (IFF).

Email: hiata_carvalho@id.uff.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4950-3878>

Tatiana Acar

Graduou-se em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). É mestre e doutora em Economia pela Universidade Federal Fluminense (UFF). É Professora Adjunta da UFF em Campos dos Goytacazes, atuando no Núcleo de Estudos em Economia Aplicada (NEEA) do Departamento de Ciências Econômicas.

Email: tatiana_acar@id.uff.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4527-7957>

Alan Figueiredo de Arêdes

Graduou-se em Ciências Econômicas e é mestre e doutor em Economia Aplicada pela Universidade Federal de Viçosa (UFV). É Professor Associado da Universidade Federal Fluminense (UFF) em Campos dos Goytacazes, atuando no Núcleo de Estudos em Economia Aplicada (NEEA) do Departamento de Ciências Econômicas e no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Políticas Públicas (PPGDAP). Desde 2004, realiza estudos na área da economia e do gerenciamento do agronegócio.

Email: alanaredes@id.uff.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5788-5119>

Vanuza da Silva Pereira Ney

Graduou-se em Ciências Econômicas e é mestra em Economia pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). É doutora em Produção Vegetal pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF). É Professora Associada da Universidade Federal Fluminense (UFF) em Campos dos Goytacazes, atuando no Núcleo de Estudos em Economia Aplicada (NEEA) do Departamento de Ciências Econômicas e no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Políticas Públicas (PPGDAP).

Email: vanuzasilva@id.uff.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1824-0673>

Histórico

Recebido em: 14/04/2022. Aprovado em: 14/09/2022. Publicado em: 20/10/2022.

Comportamento do emprego formal no setor petrolífero do estado do Rio de Janeiro: uma análise diferencial-estrutural dos anos de 2005, 2014 e 2019

Behavior of formal employment in the oil sector in the state of Rio de Janeiro: a differential-structural analysis of the years 2005, 2014 and 2019

Vladimir Faria dos Santos

Doutor em Economia Aplicada pela UFV. Professor da UFF

Fabiana da Silva Maia

Graduada em Ciências Econômicas pela UFF

Rita de Cassia Souza Paz

Doutora em Engenharia e Ciência dos Materiais pela UENF. Professora da UFF

Resumo: Objetivou-se neste trabalho, investigar o comportamento do emprego formal no setor petrolífero do estado do Rio de Janeiro no período de 2005 a 2019, que foi dividido em dois subperíodos: 2005 a 2014 e 2014 a 2019. Utilizou-se como modelo analítico o método diferencial-estrutural (método *shift-share*). Os resultados mostraram, no primeiro subperíodo, que o setor de petróleo é extremamente importante na geração de empregos nos municípios produtores de petróleo, onde se destacam Macaé e Rio das Ostras. Nestes municípios, o emprego no setor de petróleo cresceu a uma taxa bem acima da média estadual. No segundo subperíodo, verificou-se que o desemprego no setor de petróleo e no Estado como um todo apresentou forte crescimento. De acordo com o método *shift-share*, em todos os municípios considerados, a atividade petrolífera perdeu dinamismo.

Palavras-chave: Emprego. Petróleo. Rio de Janeiro.

Abstract: The aim of this work was to investigate the behavior of formal employment in the oil sector of the State of Rio de Janeiro state during the period from 2005 to 2019, which was divided in two sub periods: 2005 to 2014 and 2014 to 2019. For this, we have used as an analytical model the differential-structural method (*shift-share* method). The results revealed, in the first sub period, that the oil sector is important for some oil producing municipalities of the state of Rio de Janeiro, especially Macaé and Rio das Ostras. In these municipalities, the employment in the oil sector grew by a higher rate compared to the state's average employment rate. In the second sub period, it was possible to verify that unemployment showed strong growth. According to the *shift-share* method, in all the municipalities considered, the oil sector lost dynamism.

Keywords: Employment. Oil. Rio de Janeiro.



1 Introdução

Ao longo da década de 2000 e até meados da década de 2010, o Brasil experimentou expressivas transformações sociais, apresentando queda nos níveis de desigualdade social e pobreza. De acordo com o IPEADATA (2015), entre 2001 e 2014, a desigualdade de renda reduziu cerca de 12%, enquanto o número de pobres caiu 51% no mesmo período. Há vários fatores que podem explicar a melhora nos indicadores sociais, dentre eles, pode-se citar o crescimento do emprego formal¹. Conforme os dados do Relatório Anual de Informações Sociais (RAIS), entre os anos de 2005 e 2014, o emprego formal cresceu, no Brasil, aproximadamente, 49%. O crescimento do emprego gera um impacto direto na estrutura econômica do país, proporcionando elevação do consumo e da renda.

A elevação do emprego formal ocorreu de forma homogênea entre os Estados brasileiro. Por exemplo, no Rio de Janeiro, segundo maior Estado do Brasil, conforme o Produto Interno Bruto (PIB), o crescimento, entre 2005 e 2014, foi de, aproximadamente, 45%, expansão semelhante à verificada nacionalmente (RAIS, 2022).

O Rio de Janeiro é um estado onde o setor petrolífero tem uma função extremamente importante na estrutura econômica. Segundo Pacheco (2003), a indústria do petróleo possui não apenas potencial para induzir o progresso tecnológico em relevantes setores da indústria, mas também condição para impulsionar a renda e o emprego.

Nas últimas décadas, a economia fluminense vem sendo fortemente influenciada pelas atividades petrolíferas. As atividades desenvolvidas pelo setor petrolífero no norte do Estado, na Bacia de Campos, correspondem a mais de 80% da produção de petróleo do país, segundo dados da Agência Nacional do Petróleo (ANP).

¹ Outros fatores importantes foram os programas de transferência direta de renda e o controle inflacionário.

Além de gerar novas oportunidades empresariais, criação de empregos diretos e indiretos, crescimento do mercado consumidor e aumento da arrecadação municipal e estadual, o setor petrolífero paga compensações financeiras sobre o valor da produção de petróleo e gás natural aos municípios e estados produtores (PACHECO, 2003).

Dos 5.570 municípios no território brasileiro, 905 receberam, em 2019, *royalties* do petróleo, sendo que aqueles que pertencem ao Estado do Rio de Janeiro receberam 59% do total distribuído (MATIAS; SHIMODA, s.d.).

A descoberta do petróleo na camada do pré-sal - cujos primeiros indícios, conforme Grassi (2015), surgiram em 2005 na bacia de Campos em São Paulo - impulsionou os investimentos no setor. Carballeda (2009) afirma que o início das atividades no pré-sal tende a atrair mais serviços e fornecedores, tendo como consequência a geração de emprego e renda e o fortalecimento do mercado consumidor interno.

Entre os anos de 2005 e 2014 houve um grande crescimento no setor de petróleo e gás, que recebeu expressivos investimentos. Como exemplo, citam-se os projetos da termelétrica El Paso, em Macaé, e do Comperj, que era o empreendimento para construção da refinaria em Itaboraí.

Após um período de expansão, a economia brasileira, que apresentou, entre 2004 e 2013, conforme Paula e Pires (2017), uma taxa de crescimento média de 4% a.a, entrou em um processo de contração a partir de meados de 2014, em que houve por dois anos seguidos (2015 e 2016) forte recessão. Em virtude disso, diversos indicadores sociais pioraram. O emprego formal, por exemplo, caiu 7%, entre 2014 e 2016. No Estado do Rio de Janeiro a queda foi de, aproximadamente, 10%.

Além da crise econômica iniciada em 2014, houve a crise na Petrobrás, decorrente das investigações realizadas pela operação denominada Lava Jato; a instabilidade política e a forte queda do preço do petróleo. Conforme Schutte (2021), a Petrobrás foi

atingida por uma “tempestade perfeita”, que desorganizou toda a cadeia produtiva. Em termos de emprego formal, as empresas fornecedoras da Petrobras sofreram uma redução de 31% (SCHUTTE, 2021).

Isto posto, este artigo tem como objetivo investigar a importância do setor petrolífero para a variação no emprego formal nos principais municípios produtores de petróleo no Estado do Rio de Janeiro. Para isso, foram considerados dois períodos, a saber: a) 2005-2014 e b) 2014-2019. O primeiro período retrata um ciclo de expansão do setor e o segundo, um ciclo de retração. Cabe destacar que a análise dá ênfase na variação do emprego nos dois subperíodos, por isso que o ano de 2014 é considerado no primeiro intervalo como no segundo. Além disso, 2014 é o ano em que houve a quebra (término) de um ciclo de expansão.

2 Efeitos propulsores na geração de empregos

A teoria que embasa o presente trabalho foi desenvolvida por Myrdal (1960). Conforme Marion Filho e Reichert (2013), a teoria de causalção circular cumulativa de Myrdal procura tratar dos determinantes da dinâmica regional, enfatizando que alguma mudança primária pode iniciar um processo de causalção circular, em que os efeitos de um fato positivo (ou negativo) se acumulariam formando um círculo vicioso.

Carvalho (2007) lembra que a teoria de Myrdal se desenvolveu no contexto do pós-guerra, destacando que o círculo vicioso do atraso econômico e da pobreza só pode ser interrompido por meio da interferência do Estado, promovendo o crescimento econômico e a integração nacional, sendo este último termo fundamental ao modelo.

Modelo este citado por Lima e Simões (2009), os quais afirmam que Myrdal (1960) desenvolveu sua teoria buscando explicar a dinâmica econômica regional, baseada em um processo de Causalção Circular Cumulativa, na qual o sistema econômico é

algo eminentemente instável e desequilibrado. Os autores destacam que para Myrdal, um processo se torna circular e cumulativo, no qual um fator negativo/positivo é ao mesmo tempo causa e efeito de outros fatores negativos/positivos

Dessa forma, um processo circular pode explicar uma grande variedade de relações sociais, tais como, por exemplo, a saída de uma indústria em certa região. As consequências imediatas são o desemprego e a diminuição da renda e da demanda local. Estes por sua vez geram outros efeitos, como queda da renda e da demanda nas demais atividades da região, o que retrata um processo de causação circular cumulativo em um ciclo vicioso. O argumento também pode ser utilizado para mudanças positivas, como, por exemplo, a implantação de uma nova indústria ou a diminuição de tributos, que geram oportunidades de emprego, renda e demanda por bens e serviços (LIMA; SIMÕES, 2009).

Marion Filho e Reichert (2011) afirmam que a indústria ocupa uma posição importante na estrutura produtiva de uma região, já que ela é indutora de mudanças a jusante e a montante na cadeia de produção, de modo que a sua expansão gera efeitos propulsores que atingem outras localidades, não só pelo aumento da oferta, mas também pela maior procura de matérias-primas, trabalhadores, tecnologias e conhecimento técnico. Assim sendo, conforme Myrdal (1960), um período de intensa atividade econômica sempre fortalecerá a força relativa dos "efeitos propulsores". Entretanto, uma depressão irá diminuí-la.

3 Método Diferencial-Estrutural (Shift-share)²

Para atender aos objetivos propostos, utilizou-se o método diferencial-estrutural (também conhecido por *shift-share*). O método é usado frequentemente para dividir algebricamente em três componentes a variação ocorrida em uma dada variável (crescimento econômico, fluxo de comércio, emprego *etc.*) em um

² Essa seção baseou-se em Nogueira e Lopes (2008) e Caçador e Monte (2013).

determinado período. Não é um método que busca explicar as variações nos indicadores econômicos, mas procura encontrar os componentes desta variação. Então, o método é formado por um conjunto de relações contábeis e definições, sem a fixação de premissa comportamental entre as variáveis (CAÇADOR; MONTE, 2013).

Conforme o propósito deste trabalho, o método *shift-share* irá partir das matrizes de informações referente aos anos inicial e final, contendo os dados de emprego por setor de atividade, para cada município analisado e para o conjunto das regiões. Nas linhas dessa matriz, encontram-se os setores de atividade e nas colunas os municípios. Portanto sendo “e_{ij}” o emprego formal do setor “i” no município “j”, então a taxa de crescimento do emprego (TCE_{ij}) durante um determinado período é dada da seguinte forma:

$$(1) \quad TCE_{ij} = \frac{e_{ij}^t}{e_{ij}^0} - 1$$

De acordo com (1), pode-se encontrar a mudança no nível de emprego durante um dado período. A variação no nível de emprego, então, se dá por:

$$(2) \quad \Delta e_{ij}^{0,t} = e_{ij}^t - e_{ij}^0$$

Com algumas manipulações algébricas, tem-se:

$$(3) \quad \Delta e_{ij}^{0,t} = e_{ij}^0 \times TCE_{ij}$$

Nesse sentido, é possível observar que o método diferencial-estrutural decompõe (3) em componentes que são mutuamente exclusivos, como pode ser observado a seguir:

$$(4) \quad \Delta e_{ij}^{0,t} = e_{ij}^t - e_{ij}^0 = e_{ij}^0 \times \left(\frac{E^t}{E^0} - 1 \right) + e_{ij}^0 \times \left(\frac{E_i^t}{E_i^0} - \frac{E^t}{E^0} \right) + e_{ij}^0 \times \left(\frac{e_{ij}^t}{e_{ij}^0} - \frac{E_i^t}{E_i^0} \right)$$

Em que E é o emprego total no Estado, E_i é o emprego no setor " i " dentro do Estado, o t refere-se ao período final e 0 refere-se ao período inicial.

A partir de (4), pode-se definir três componentes, a saber: o Componente Líquido Total (CLT), O Componente Diferencial (CD) e o Componente Estrutural (CE). Considerando os três componentes, é possível realizar uma análise de um setor específico e/ou de um município específico.

Quando a análise envolve o setor " i " pertencente ao município " j " o CLT é calculado da seguinte forma:

$$(5) \quad CLT_{ij} = \Delta e_{ij}^{0,t} - e_{ij}^0 \left(\frac{E^t}{E^0} - 1 \right)$$

em que $\Delta e_{ij}^{0,t}$ é a variação no emprego no setor " i " dentro do município " j " durante o período em análise. Caso o CLT seja positivo, o crescimento do emprego no setor " i " dentro do município " j " é maior do que o crescimento do emprego no Estado como um todo. Caso o CLT seja negativo, tem-se o inverso.

Assim sendo, a expressão (5) pode ser expressa da seguinte maneira:

$$(6) \quad CLT_{ij} = \Delta e_{ij}^{0,t} - e_{ij}^0 \left(\frac{E^t}{E^0} - 1 \right) = e_{ij}^0 \left(\frac{E_i^t}{E_i^0} - \frac{E^t}{E^0} \right) + e_{ij}^0 \left(\frac{e_{ij}^t}{e_{ij}^0} - \frac{E_i^t}{E_i^0} \right)$$

em que os dois termos do lado direito são, respectivamente, o CE e o CD .

Assim sendo, se CE_{ij} for positivo, o setor em estudo é considerado dinâmico a nível estadual e, dessa forma, incentiva o crescimento do emprego nos municípios onde é expressiva sua presença na estrutura econômica.

O último termo do lado direito da equação (6) é o Componente Diferencial. Se o CD_{ij} for positivo, o município tem

vantagens locacionais e intrínseca no setor em consideração, visto que a taxa de crescimento do emprego no setor "*i*" é maior dentro município "*j*", em comparação a taxa observada no setor dentro do estado.

Um indicador importante, que complementa a análise, é o de especialização setorial (IES), que é obtido em um certo ano para o setor *i* dentro do município *j*. O indicador pode ser calculado da seguinte forma:

$$(7) \quad IES_{ij} = \frac{e_{ij}}{e_j} \times 100\%$$

4 Fonte de dados

Os dados usados nesta pesquisa foram coletados no Relatório Anual de Informações Sociais (RAIS) para os anos de 2005 a 2019. A escolha do período foi feita considerando o ano em que surgiram os primeiros indícios da camada do pré-sal e o ano anterior à pandemia da covid-19. Neste trabalho, o setor petrolífero inclui as atividades de extração de petróleo e gás natural e as atividades de serviços relacionados com a extração de petróleo e gás - exceto a prospecção realizada por terceiros (CNAE 95).

5 Resultados e discussão

Esta seção apresenta os resultados da aplicação da metodologia *shift-share*. Primeiramente, discutem-se os resultados levando em conta o período 2005-2014. Foram considerados apenas os municípios com empregos formais, no período de análise, no setor de petróleo e gás. Assim sendo, havia empregos no setor de petróleo e gás, nos anos de 2005 e 2014, nos seguintes municípios fluminense: Macaé, Niterói, Rio de Janeiro e Rio das Ostras³. Antes de entrar na análise do método *shift-share* propriamente dito, são

³ Os municípios que não registraram empregos ou tiveram um número pequeno foram desconsiderados na análise. Por exemplo, em Campos dos Goytacazes, no ano de 2005, não havia empregados no setor petrolífero, enquanto em 2014, havia somente 3.

apresentados, na Tabela 1, os empregos formais no setor de petróleo, levando em consideração os anos 2005 e 2014.

Os resultados apresentados na Tabela 1 evidenciam que, entre os anos de 2005 e 2014, houve crescimento na geração de empregos no setor petrolífero em todos os municípios considerados. Cabe destacar que, em 2014, Macaé foi a cidade com o maior número de empregos, de acordo com a RAIS (2022). Os empregos no município representaram 71% do total de empregados na indústria do petróleo. Esse resultado já era esperado, visto que, segundo Silva Neto *et al.* (2018), Macaé é a sede principal das empresas ligadas à exploração e produção de petróleo e gás.

Como já foi ressaltado, a variação no emprego pode ser decomposta em três componentes: CLT, CE e CD. Os resultados, para o setor petrolífero, da decomposição podem ser vistos na Tabela 2, considerando os municípios de Macaé, Niterói, Rio de Janeiro e Rio das Ostras, no período de 2005 a 2014. A Figura 1 apresenta o gráfico desses componentes para cada município, no período considerado.

Tabela 1. Empregos formais no setor petrolífero dos municípios selecionados, período 2005-2014

Municípios	2005	2014	Variação %
Macaé	14.919	28.758	92,76
Niterói	769	1.925	150,33
Rio de Janeiro	1.256	7.926	531,05
Rio das Ostras	11	1.975	17.854,55
Total	16.955	40.584	139,4

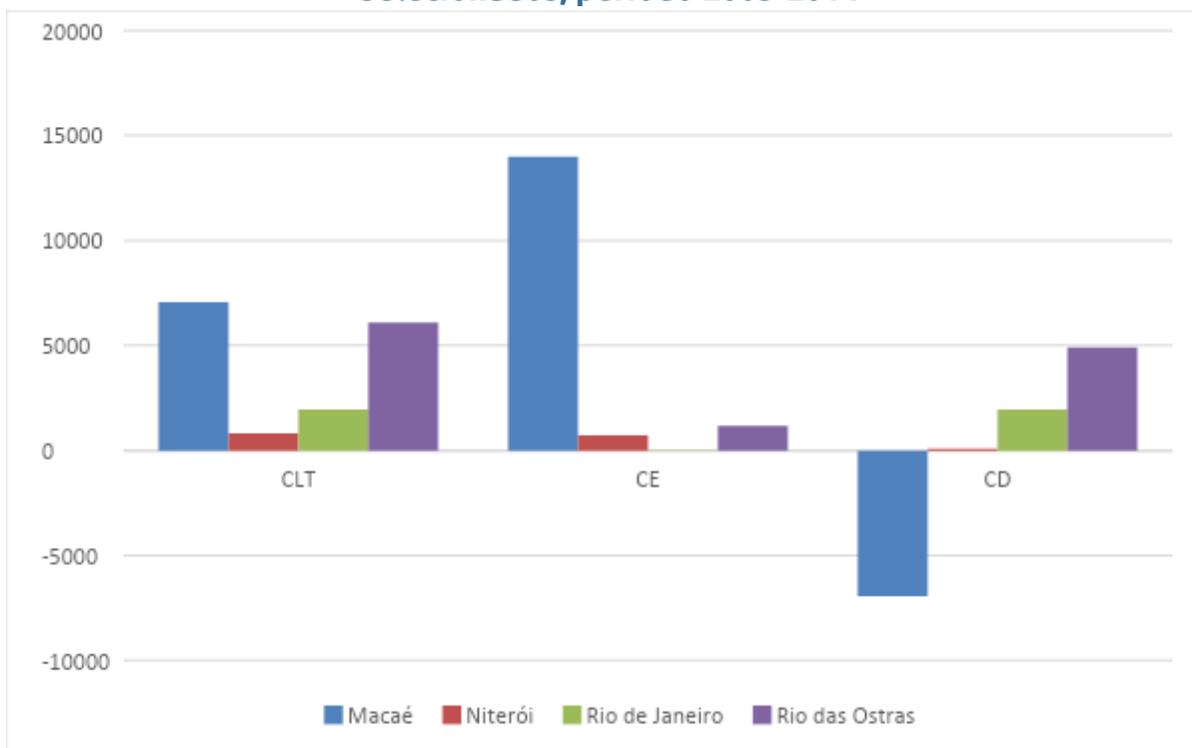
Fonte: Elaboração própria a partir de dados da RAIS - Relação Anual de Informações Sociais (2005, 2014).

Tabela 2. Análise de *shift-share* do emprego no setor petrolífero dos municípios selecionados, período 2005-2014

Municípios	CLT	CE	CD
Macaé	7.063	13.998	-6.934
Niterói	807	722	85
Rio de Janeiro	1.959	10	1.949
Rio das Ostras	6.100	1.178	4.921

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da RAIS - Relação Anual de Informações Sociais (2005, 2014).

Figura 1. Análise *shift-share* do emprego no setor petrolífero dos municípios selecionados, período 2005-2014



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do RAIS – Relação Anual de Informações Sociais (2005-2014).

Conforme observado na Tabela 2, todos os municípios avaliados apresentaram resultados positivos para o Componente Líquido Total (CLT). Isso significa que o crescimento do emprego no setor petrolífero em cada um desses municípios se deu a uma taxa maior do que o crescimento do emprego no Estado como um todo. Em outras palavras, caso os empregos formais no setor de petróleo, nos quatro municípios, apresentassem a mesma taxa de crescimento do emprego total no Estado, o número de empregos criados teria sido menor. Macaé foi o município que apresentou maior CLT, sinalizando a importância do setor petrolífero para a geração de emprego neste município.

Quanto ao Componente Estrutural (CE), todos os municípios também apresentaram resultados positivos. Conforme Santos (2000), o componente estrutural ou proporcional indica se há ou não setores dinâmicos em termos de taxa de crescimento, em relação à economia como um todo. Assim sendo, observa-se, na Tabela 2, que o setor de petróleo, nos quatro municípios, pode ser

considerado dinâmico, visto que o CE é positivo. Ou seja, o petróleo é importante na estrutura econômica dos municípios supracitados e é uma atividade, em termos de emprego, que cresce, no Estado, acima da média da economia estadual, isto é, do conjunto da economia. Novamente, Macaé se destaca, possuindo um CE bem acima dos demais municípios.

O efeito diferencial ou competitivo (CD), de acordo com Santos (2000), mostra quais setores crescem ou decrescem de forma mais acelerada em um local do que em outro, indicando, assim, alguma vantagem com relação à sua localização. Conforme a Tabela 2, somente Macaé apresenta um CD negativo. O valor negativo para o CD referente ao município de Macaé significa que o crescimento do emprego no setor petrolífero se deu abaixo da média estadual, ou seja, o crescimento na geração de emprego no setor petrolífero no Estado do Rio de Janeiro se deu a uma taxa maior do que no município de Macaé. Assim, observa-se que no município há fatores estruturais que inviabilizam um crescimento maior do emprego. Entretanto, o valor negativo não foi suficiente para tornar o Coeficiente Líquido Total negativo, indicando que, de modo geral, o emprego na atividade petrolífera se desenvolveu a um ritmo maior que o emprego a nível estadual.

Conforme observado na Tabela 1, o crescimento absoluto no número de empregos do setor petrolífero se deu de forma mais elevada justamente no município de Macaé; no entanto, foi o menor crescimento relativo.

Da mesma forma, como os demais municípios apresentaram Componente Diferencial (CD) positivo, significa que o crescimento do emprego no setor petrolífero nestes municípios se deu a uma taxa superior do que o crescimento do emprego deste setor no Estado. Cabe ressaltar o resultado obtido para o município de Rio das Ostras, significativamente superior a Niterói e Rio de Janeiro.

Enfatiza-se que os resultados obtidos para o município de Rio das Ostras em comparação com os municípios de Niterói e Rio de Janeiro podem ser atribuídos ao fato de que a economia na capital

e na região metropolitana é mais diversificada, mais complexa, de modo que, apesar dos elevados investimentos ocorridos nos campos de produção do pré-sal, o impacto destes investimentos em economias diversificadas e complexas tende a ser menor do que em economias menores, menos complexas, como nas cidades do interior do Estado, o que pode ser observado nos resultados apresentados na Tabela 3.

Tabela 3. Desempenho do emprego formal no setor de petróleo no Estado do Rio de Janeiro, período 2005-2014

Municípios	IES - 2005 (%)	IES - 2014 (%)
Macaé	21,49	19,45
Niterói	0,52	0,97
Rio de Janeiro	0,07	0,30
Rio das Ostras	0,12	6,34

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da RAIS - Relação Anual de Informações Sociais (2005, 2014).

A Tabela 3 apresenta os resultados do Índice de Especialização Setorial (IES) para os municípios analisados. Conforme explicado na seção 3, este índice representa a participação do setor em análise, neste caso o setor petrolífero, na geração de emprego em cada município.

Notadamente, observa-se a maior importância do setor petrolífero na geração de emprego no município de Macaé em relação aos demais. Observa-se, no entanto, a queda do IES de Macaé entre os anos de 2005 e 2014, o que talvez possa justificar o valor negativo para o CD desse município.

Tabela 4. Empregos formais no setor petrolífero dos municípios selecionados, período 2014-2019

Municípios	2014	2019	Variação (%)
Macaé	28.758	20.096	-30,12
Niterói	1.925	1.183	-38,50
Rio de Janeiro	7.926	7.439	-6,1
Rio das Ostras	1.975	1.826	-7,5
Total	40.584	30.544	-24,7

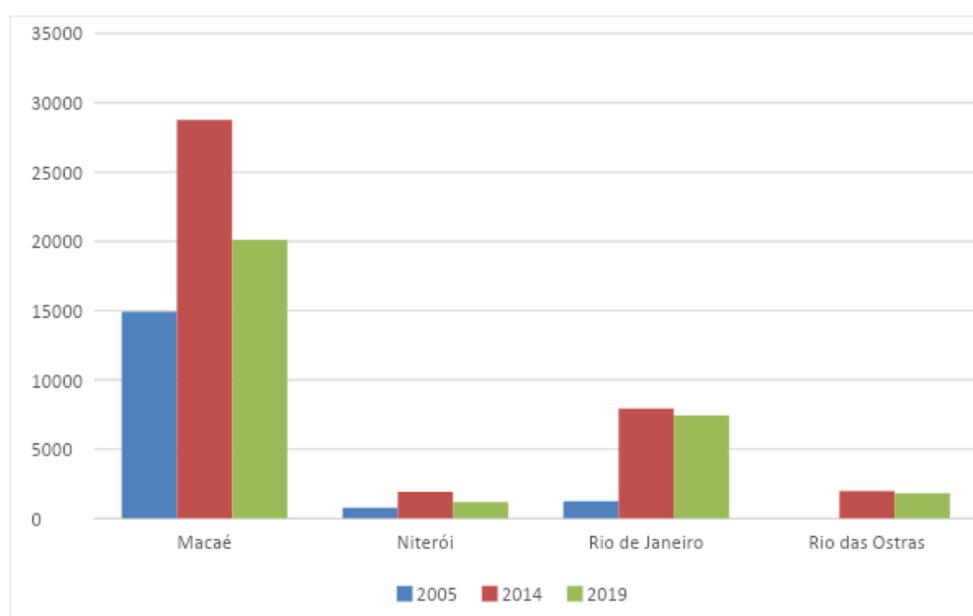
Fonte: Elaboração própria a partir de dados da RAIS - Relação Anual de Informações Sociais (2014, 2019).

Após um período de expansão, a atividade econômica do Brasil entra, a partir de meados de 2014, em um ciclo de desaceleração, ocasionando recessão e desemprego. Em função disso, este trabalho analisou o período 2014-2019. O número de empregos formais nos anos de 2014 e 2019 pode ser visto na Tabela 4.

Observa-se que, entre 2014 e 2019, o emprego na indústria de petróleo reduziu 24,7%, levando em conta os municípios que mais empregam na referida indústria. Niterói e Macaé foram os que tiveram a maior queda, 38,5% e 30,12%, respectivamente. A crise na Petrobrás, somada à crise econômica e política, impactou diretamente o nível de emprego no setor petrolífero. A Figura 2 apresenta o gráfico do número de empregos formais no setor petrolífero em todo período estudado.

Os resultados para o período 2014-2019, decompostos nos componentes CLT, CE e CD, podem ser visualizados na Tabela 5 e na Figura 3.

Figura 2. Empregos formais no setor petrolífero dos municípios selecionados, período 2005-2019



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da RAIS – Relação Anual de Informações Sociais (2005, 2014, 2019).

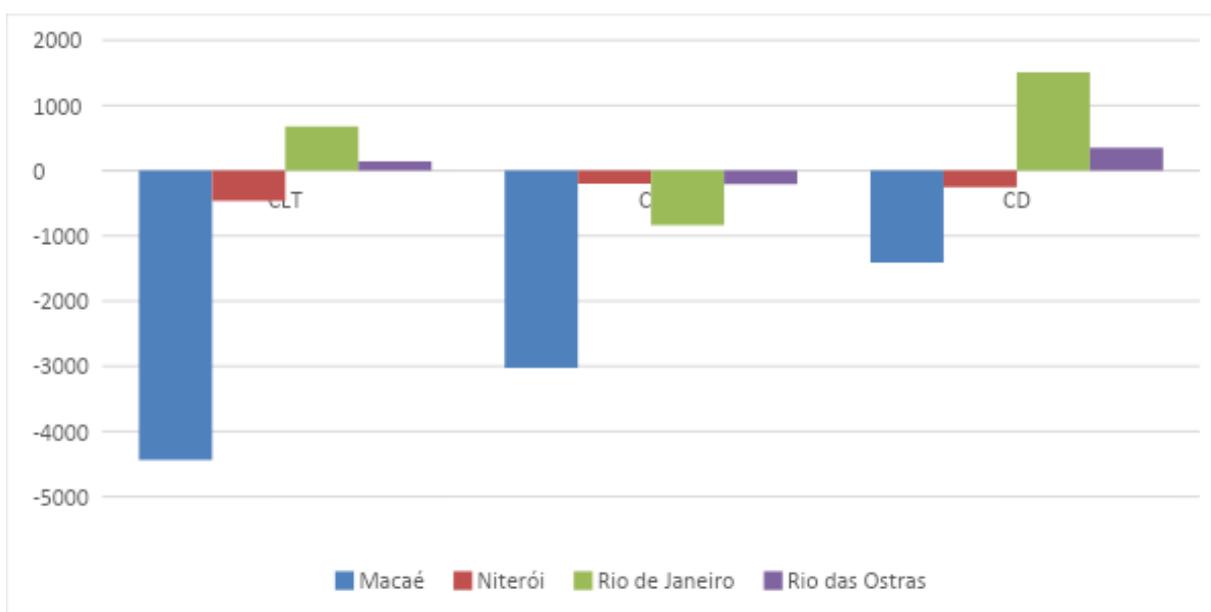
Tabela 5. Análise de *shift-share* do emprego no setor petrolífero dos municípios selecionados, período 2014-2019

Municípios	CLT	CE	CD
Macaé	-4.442	-3.029	-1.413
Niterói	-460	-203	-257
Rio de Janeiro	676	-835	1.511
Rio das Ostras	140	-208	349

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da RAIS - Relação Anual de Informações Sociais (2014, 2019).

Ao comparar os resultados do período 2005-2014 com o período 2014-2019, nota-se que os sinais do CLT de Macaé e Niterói inverteram, passando de positivo para negativo. Sendo assim, se o emprego no setor petrolífero tivesse reduzido a uma taxa idêntica àquela observada no Estado, o desemprego na atividade de petróleo teria sido menor. Entre 2014 e 2019, o emprego formal no Estado do Rio de Janeiro caiu, aproximadamente, 15%. Supondo que o emprego na indústria petrolífera tivesse reduzido a essa mesma taxa, a contração teria sido menor.

Figura 3. Análise *shift-share* do emprego no setor petrolífero dos municípios selecionados, período 2014-2019



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do RAIS – Relatório Anual de Informações Sociais (2014-2019).

Na capital fluminense e em Rio das Ostras, o sinal do CLT foi positivo, indicando que a queda no emprego no setor de petróleo e gás se deu a uma taxa menor do que a observada para o conjunto de todos os setores da economia do Estado. Nessa situação, se a atividade petrolífera tivesse caído no mesmo ritmo (à mesma taxa) da economia fluminense, 676 postos de trabalho teriam sido perdidos no Rio de Janeiro e 140 em Rio das Ostras, mostrando que nesses dois municípios a taxa de redução do emprego no setor de petróleo foi menor do que aquela verificada no mercado de trabalho como um todo.

Com relação ao Componente Estrutural (CE), todos os valores apresentam o sinal negativo, diferentemente do que ocorreu no período 2005-2014. Esse resultado demonstra que o setor de petróleo e gás, em relação à economia como um todo, perdeu dinamismo em termos de taxa de crescimento. Assim sendo, no período 2014-2019, o petróleo, como setor, sofreu uma retração, em termos de emprego, maior do que a queda verificada no conjunto da economia.

Quanto ao Componente Diferencial (CD), Macaé e Niterói apresentaram sinais negativos. Em comparação com o período anterior, a mudança ocorreu no município de Niterói, que passou de positivo para negativo, sinalizando que houve perda de vantagem locacional. Ademais, pode-se afirmar que a redução de postos de trabalho na atividade petrolífera em Macaé e Niterói ficou acima da média estadual, isto é, o emprego nesses municípios caiu mais rápido do que a média estadual.

O CD do Rio de Janeiro e de Rio das Ostras foram positivos, indicando que a redução do emprego no setor petrolífero desses municípios ficou abaixo da média do setor no Estado. A capital fluminense apresentou o maior coeficiente em valor absoluto. Esse resultado aponta para 1.511 empregos que não foram perdidos em função das características intrínsecas da indústria petrolífera do Rio de Janeiro. Tais características podem estar relacionadas ao tipo de mão de obra disponível, matérias primas disponíveis, estímulos

fiscais, variações nos custos de transportes *etc.* (CAMPANILE; PEREIRA, 1999; SOUZA, 2007). Dessa forma, tanto o Rio de Janeiro como Rio das Ostras podem ser consideradas competitivas.

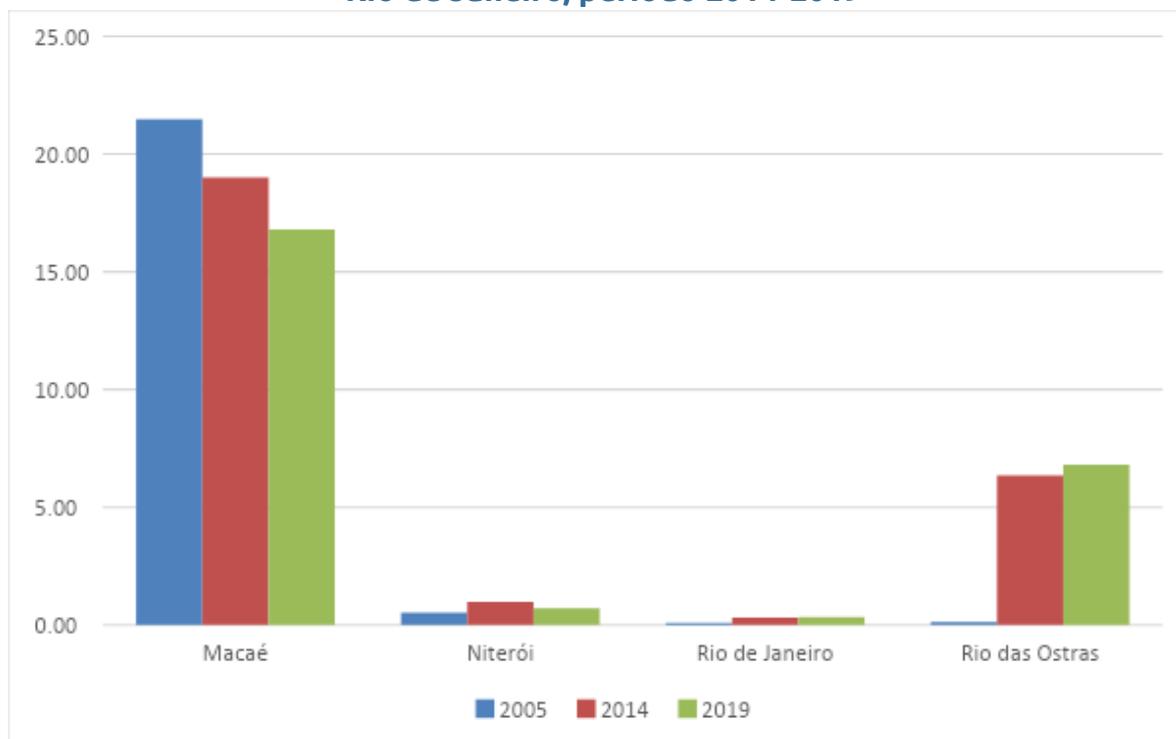
O indicador IES para o período 2014-2019 pode ser visto na Tabela 6. Ele é importante para verificarmos o peso do emprego no setor petrolífero no emprego total.

Tabela 6. Desempenho do emprego formal no setor de petróleo no Estado do Rio de Janeiro, período 2014-2019

Municípios	IES - 2014 (%)	IES - 2019 (%)
Macaé	19,45	16,8
Niterói	0,97	0,70
Rio de Janeiro	0,30	0,33
Rio das Ostras	6,34	6,80

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da RAIS - Relação Anual de Informações Sociais (2014, 2019).

Figura 4. Desempenho do emprego formal no setor de petróleo no Estado do Rio de Janeiro, período 2014-2019



Fonte: Elaboração própria a partir de dados RAIS – Relação Anual de Informações Sociais (2005, 2014, 2019).

De acordo com a Tabela 6, nota-se que não houve grandes mudanças entre os anos de 2014 e 2019. O IES de Niterói, Rio de Janeiro e Rio das Ostras permaneceram praticamente estáveis, mostrando que o setor de petróleo ainda possui uma participação pequena no emprego total. A exceção é a cidade de Macaé. De 2014 para 2019, a participação da indústria de petróleo e gás reduziu 2,65 pontos percentuais (p.p.). Se considerarmos o período 2005-2019, a redução foi 4,65 p.p. Mesmo que a tendência seja de redução, Macaé ainda é extremamente dependente do petróleo. Qualquer choque nesse setor gera expressivos prejuízos para a economia macaense. No gráfico da Figura 4, pode-se observar o indicador IES para todo o período 2005-2019.

6 Considerações finais

Este trabalho buscou avaliar a dinâmica do emprego nos municípios produtores de petróleo do estado do Rio de Janeiro. Para isso, foi usado o método *shift-share* para alcançar os objetivos propostos.

Conforme os resultados encontrados, foi possível observar a importância do setor petrolífero, na geração de emprego, para alguns municípios fluminenses. Dentre eles, destaca-se Macaé, que apresentou o maior Componente Líquido Total (CLT). Entre os anos de 2005 e 2014, o emprego no setor de petróleo, em Macaé, cresceu em um ritmo maior do que o emprego, levando em conta todos os setores, no estado do Rio de Janeiro. Além disso, notou-se que Macaé se especializou em um setor bem dinâmico, que cresce, em termos de emprego, a uma taxa maior do que aquela que se observa na economia como um todo. Entretanto, ainda se referindo a Macaé, o setor de petróleo, no município, foi o único, no período 2005-2014, que apresentou um Componente Diferencial (CD) negativo, o que sugere que há alguma limitação estrutural que impede um crescimento maior no emprego. O setor petrolífero, em Macaé, se mostrou importante na geração de emprego na cidade.

Entretanto, foi possível notar também a dependência do município em relação ao setor, quando se trata do emprego formal.

Outro município que se destacou foi Rio das Ostras, que apresentou o segundo maior CLT. O emprego no setor de petróleo também cresceu a uma taxa acima da verificada na economia estadual como um todo. Já as cidades do Rio de Janeiro e Niterói apresentaram componentes (CLT e CE) menores que os dos outros municípios. Uma possível explicação está na estrutura econômica dessas duas cidades, que é mais complexa e diversificada que os demais municípios em análise.

Levando em consideração a crise econômica que se instalou no país a partir de meados de 2014 e, mais especificamente, na Petrobrás, realizou-se, neste trabalho, uma análise para o período 2014-2019. Para esse período, observou-se que o desemprego no setor de petróleo e no estado como um todo apresentou forte crescimento. Conforme o método *shift-share*, em todos os municípios considerados a atividade petrolífera perdeu dinamismo. No entanto, destaca-se, tanto no período 2005-2014 como no período 2014-2019, as vantagens locacionais de Rio das Ostras e do Rio de Janeiro. Nesses municípios, existem características endógenas que permitiram que o desemprego não fosse maior.

Referências

BRASIL. Ministério do Trabalho e Previdência. Programa de Disseminação de Dados e Estatísticas. **Relação Anual de Informações Sociais**: painel de informações da RAIS. 2022. Disponível: <http://pdet.mte.gov.br>. Acesso em: 29 jul. 2022.

CAÇADOR, S. B.; MONTE, E. Z. Crescimento do emprego no Espírito Santo: Uma análise *Shift-Share* (2001-2010). **Pesquisa & Debate**, v. 24, n. 2, p. 197-219, 2013.

CAMPANILE, N.; PEREIRA, A. S. O método estrutural-diferencial modificado: uma aplicação para o Estado Rio de Janeiro entre 1986 e 1995. **Teoria Evidência Econômica**, Passo Fundo, v. 7, n. 13, p. 121-140, 1999.

CARBALLEDA, E. M. **Petrobrás e o pré-sal**: o desafio da sua exploração, produção e administração. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Engenharia de Petróleo) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

CARVALHO, A. J. **Política econômica e pobreza no Brasil com referência à Teoria de Myrdal**. 2007. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.

GRASSI, V. **Gestão de risco ecológicos na exploração de petróleo na camada do pré-sal**: as tomadas de decisão a partir do princípio da precaução. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2015.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEADATA. **Banco de Dados**. Brasil, s.d. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br>. Acesso em: 15 mar. 2015.

LIMA, A. C. C.; SIMÕES, R. F. **Teorias do desenvolvimento regional e suas implicações de política econômica no pós-guerra**: o caso do Brasil. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2009. (Texto para discussão, 358).

MARION FILHO, P. J.; REICHERT, H. Os determinantes do crescimento de Santa Catarina nos governos FHC e Lula (1995-2009). *In: ENCONTRO DE ECONOMIA CATARINENSE*, 5, Florianópolis, 2011. **Anais...** Florianópolis, 2011.

MARION FILHO, P. J.; REICHERT, H. Vantagem competitiva e concentração espacial da indústria do Paraná (2000–2010). **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 9, n. 3, 2013.

MATIAS, I. O.; SHIMODA, E. **Info Royalties**: Petróleo, Royalties e Região. Campos dos Goytacazes, s.d. Disponível em: <http://inforoyalties.ucam-campos.br/informativo.php>. Acesso em: 01 mai. 2022.

MYRDAL, G. **Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas**. Rio de Janeiro: MEC/ISEB, 1960.

NOGUEIRA, C. A. G.; LOPES, D. A. F. **Employment growth in Ceará**: a shift-share analysis (2000-2005). Fortaleza, CE: Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará, 2008. (Texto para discussão, 49).

PACHECO, C. A. G. **Aplicação e o impacto dos royalties do petróleo no desenvolvimento econômico dos municípios confrontantes da Bacia de Campos**. Monografia (Bacharelado em Ciências Econômicas) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

PAULA, L. F.; PIRES, M. Crise e perspectivas para a economia brasileira. **Estudos Avançados**, v. 31, n. 89, 2017.

SANTOS, S. R. O método estrutural-diferencial ampliado: uma aplicação para a região sul frente à economia do Rio Grande do Sul, entre 1986 e 1995. **Economia e Desenvolvimento**, n.12, 2000.

SCHUTTE, G. R. A economia política do conteúdo local no setor petrolífero de Lula a Temer. **Economia e Sociedade**, v. 30, n. 1, 2021.

SILVA NETO, R. *et al.* Impactos socioeconômicos das atividades do petróleo e de suas rendas nos municípios do circuito espacial do petróleo do estado do Rio de

Janeiro. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 14, n. 3, 2018.

SOUZA, M. A. A. Geração de emprego na pesca industrial em Rio Grande: Uma aplicação do método estrutural-diferencial. *In*: CONGRESSO DA SOBER, 45, 2007, Londrina, PR. **Anais**. Brasília, DF: SOBER, 2007, p. 1-12.

Sobre os autores

Vladimir Faria dos Santos

Graduou-se em Ciências Econômicas e é mestre e doutor em Economia Aplicada pela Universidade Federal de Viçosa (UFV). É Professor Associado da Universidade Federal Fluminense (UFF) em Campos dos Goytacazes, atuando no Núcleo de Estudos em Economia Aplicada (NEEA) do Departamento de Ciências Econômicas e no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Políticas Públicas (PPGDAP).

Email: vladimirsantos@id.uff.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7160-9986>

Fabiana da Silva Maia

Graduou-se em Ciências Econômicas pela Universidade Federal Fluminense (UFF) em Campos dos Goytacazes. É MBA em Consultoria e Planejamento Empresarial pela Universidade Cândido Mendes (UCAM) e em Gestão de Pessoas com ênfase em Liderança Organizacional pela Faculdade Única.

Email: biamaia_sf@hotmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2560-8154>

Rita de Cassia Souza Paz

Graduou-se em Ciências pelas Faculdades Integradas Castelo Branco. É mestre em Matemática pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e doutora em Engenharia e Ciência dos Materiais pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF). É Professora Adjunta da Universidade Federal Fluminense em Campos dos Goytacazes, atuando no Núcleo de Estudos em Economia Aplicada (NEEA) do Departamento de Ciências Econômicas.

Email: ritapaz@id.uff.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9564-1008>

Histórico

Recebido em: 23/03/2022. Aprovado em: 18/08/2022. Publicado em: 20/10/2022.

Comércio por vias internas: uma análise das compras e vendas interestaduais a partir do estado do Rio de Janeiro

Internal trade: an analysis of inter-state purchases and sales from the state of Rio de Janeiro

Henrique Cavaliere

Doutor em Economia pela UFRJ. Auditor Federal na Secretaria do Tesouro Nacional

Lia Hasenclever

Doutora em Engenharia de Produção pela UFRJ. Professora da UCAM

Resumo: O presente artigo tem por objetivo contribuir para a análise do padrão de desenvolvimento fluminense por meio da apresentação das características dos fluxos de comércio por vias internas estabelecidos com origem e destino no estado do Rio de Janeiro (ERJ), ou seja, as compras e vendas do estado fluminense com o resto do país, no período de 2003 a 2013. A caracterização desses fluxos comerciais é feita utilizando-se uma classificação de intensidade tecnológica que são, posteriormente, comparados à estrutura da pauta de comércio exterior do ERJ, destacando-se as categorias de produtos que são relativamente mais importantes em cada tipo de comércio. Conclui-se que o ERJ busca proporcionalmente mais suprir-se de bens intensivos em tecnologia nos mercados externos, enquanto aqueles bens de tecnologias mais difundidas podem ser mais eficientemente fornecidos internamente. Além disso, o ERJ depende proporcionalmente mais de bens de capital e produtos de média e alta tecnologia importados do que aqueles fornecidos internamente, o que pode representar uma situação de dependência produtiva e de vulnerabilidade externa e entraves ao seu desenvolvimento.

Palavras-chave: Comércio por vias internas. Desenvolvimento. Rio de Janeiro.

Abstract: This article aims to contribute to the analysis of the pattern of development in Rio de Janeiro through the presentation of the characteristics of trade flows through internal routes established with origin and destination in the state of Rio de Janeiro (ERJ), that is, purchases and sales of the state of Rio de Janeiro with the rest of the country, in the period from 2003 to 2013. The characterization of these trade flows is done using a classification of technological intensity that is subsequently compared to the structure of the ERJ's foreign trade, highlighting the product categories that are relatively more important in each type of trade. It is concluded that the ERJ seeks proportionately more to supply itself with technology-intensive goods in foreign markets, while those goods with more widespread technologies can be more efficiently supplied internally. In addition, the ERJ is proportionally more dependent on imported capital goods and medium and high technology products than on those supplied internally, which can represent a situation of productive dependence and external vulnerability and obstacles to its development.

Keywords: Development. Internal trade. Rio de Janeiro.



1 Introdução

O estado do Rio de Janeiro (ERJ) vivenciou a partir da década de 1980 avanços em direção à especialização produtiva na indústria do petróleo, acompanhados de fortes ganhos produtivos, sem, contudo, resultados promissores em termos de crescimento econômico e de reduções de desigualdades. De fato, o estado experimentou mudanças estruturais intensas em consequência de sua crescente especialização produtiva em recursos naturais. Após a descoberta de reservas de petróleo na bacia de Campos, na década de 1980, observou-se um rápido crescimento da produção de petróleo bruto e um importante avanço nas atividades de refino do petróleo e produção de combustíveis. Esse viés foi intensificado com a descoberta e a exploração dos reservatórios na área do pré-sal e com o aumento da demanda e dos preços externos nos anos 2000. Entre 1995 e 2010, por exemplo, a geração de valor adicionado da indústria extrativa mineral do estado aumentou 187%, fazendo com que a participação dessa indústria saísse de 1,2% para 9,8% do valor adicionado fluminense nesse período (TORRES *et al.*, 2014).

O avanço da exploração desse recurso natural, no entanto, comparado com o restante do país, resultou em desempenho econômico abaixo da média nacional. Conforme vários estudos indicam, o forte desempenho das indústrias baseadas em petróleo no ERJ nos anos 2000 não foi acompanhado pelos demais setores, possivelmente por causa de limitações nos efeitos de encadeamento produtivo características de atividades extrativas localizadas na etapa inicial de cadeias produtivas (CAVALIERI; HASENCLEVER, 2019; SOBRAL, 2013; HASENCLEVER *et al.*, 2012).

Além do mais, a economia nacional apresentou um desempenho em termos de Produto Interno Bruto (PIB) e emprego mais favorável que o ERJ, pelo menos até 2015, ainda que com um menor ganho de produtividade. O padrão de desenvolvimento observado para a economia nacional esteve relacionado à expansão

do emprego e do consumo, com estagnação da produtividade, enquanto o padrão fluminense foi baseado em uma especialização na produção extrativa de petróleo e nas indústrias de bens intermediários, com forte expansão da produtividade nessas indústrias, mas baixa absorção de emprego e menor crescimento econômico. Segundo a nomenclatura da CEPAL (2012), Cavalieri e Hasenclever (2019) identificaram esses padrões como uma “mudança estrutural débil”, no caso nacional, e como uma “mudança estrutural limitada a enclaves”, no caso fluminense.

A especialização produtiva na indústria do petróleo traz preocupações a respeito do desenvolvimento futuro do país e do estado, pois recoloca a problemática do subdesenvolvimento levantada pela escola cepalina ainda nos anos 1950. Para essa escola, o crescimento econômico pode implicar não no alcance do desenvolvimento para todos, mas na coexistência de riqueza e subdesenvolvimento, ou seja, a conformação de economias duais, em que grande parte da população ficaria alheia aos benefícios do desenvolvimento. Economias pouco diversificadas e pouco integradas, com forte presença de um setor primário-exportador, apesar de relativamente dinâmicas, não seriam capazes de difundir progresso técnico para o resto da economia, empregar produtivamente a totalidade da mão de obra e possibilitar crescimento sustentado dos salários reais, conformando traços estruturais do subdesenvolvimento latino-americano (PREBISCH, 1981; FURTADO, 1974).

Essas preocupações são mais bem compreendidas a partir de referenciais teóricos que apontam as capacidades particulares ao setor industrial que o tornam capaz de gerar maior desenvolvimento econômico. Em Kaldor (1966), entende-se a associação entre expansão e diversificação da indústria e desenvolvimento econômico, destacando-se os ganhos de produtividade inerentes à atividade industrial associados à geração de economias de escala estáticas e dinâmicas. Além disso, diferentes setores possuem potenciais diversos de encadeamento

produtivo, com consequências concretas para o crescimento, conforme apontado por Hirschman (1958). À medida que o setor industrial aumenta sua relevância e complexidade, seus encadeamentos tendem a crescer e impulsionar ainda mais o crescimento econômico.

Com base nesse referencial teórico, o desenvolvimento econômico é um movimento cumulativo em que os ganhos de produtividade e a expansão do produto se retroalimentam e se espraiam a partir da indústria de transformação, tendo em vista seus encadeamentos para frente e para trás e sua capacidade de acelerar a mudança tecnológica de toda a economia. Com isso, entende-se que os desafios e potenciais de crescimento variam a depender do padrão de especialização produtiva, e o desenvolvimento econômico não segue uma trajetória linear.

O objetivo do artigo é investigar o padrão de desenvolvimento do ERJ, no período de 2003 a 2013, a partir das características dos fluxos de comércio por vias internas estabelecidos com origem e destino no estado, ou seja, as compras e vendas do estado fluminense com o resto do país. A caracterização desses fluxos comerciais permite lançar luzes sobre as articulações produtivas e comerciais existentes entre as regiões, inferindo-se características das cadeias inter-regionais de produção, suas complementaridades e possíveis dependências.

Não obstante sua grande relevância para se avaliar padrões de desenvolvimento regionais, essas informações raramente são estudadas, tendo em vista principalmente a dificuldade em se obter esse tipo de dado, sendo a deficiência de informações sobre fluxos de comércio entre unidades federativas considerada uma grande lacuna nos estudos de economia regional, conforme apontado em Vasconcelos (2001) e Vasconcelos e Oliveira (2006). Dessa forma, este trabalho pretende contribuir para mitigar essa lacuna de informações a partir da apresentação de dados inéditos do comércio fluminense por vias internas. Os dados apresentados são provenientes da Secretaria de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro

(SEFAZ-RJ), fornecidos exclusivamente para a presente pesquisa, a partir de solicitação.

O artigo está estruturado em mais três seções, além desta introdução. A seção dois apresenta a metodologia do artigo. A seção três discute os resultados alcançados, apresentando inicialmente uma caracterização geral dos dados de comércio interestadual do ERJ, seguidos de uma análise detalhada das compras e das vendas fluminenses por vias internas. Ao final da terceira seção, é apresentada ainda uma comparação das pautas de comércio exterior e interestadual do ERJ. Por fim, a quarta e última seção traz as considerações finais do artigo.

2 Metodologia

A abordagem metodológica baseia-se no campo da economia industrial e do comércio e a pesquisa é de cunho empírico, descritiva e analítica. Esse campo de estudos enfatiza a importância da indústria para o desenvolvimento de um país, dadas as suas características de efeitos de encadeamento (HIRCSHMAN, 1958), principalmente nos setores de maior conteúdo tecnológico, e os perigos da especialização excessiva em um único setor industrial (CARVALHO; KUPFER, 2011). Além disso, as relações de comércio estabelecidas interna e externamente complementam a análise do desempenho de desenvolvimento de uma economia. Quanto mais desenvolvida for esta economia, menor a sua dependência do comércio interestadual e externo.

A visão descritiva da indústria do ERJ foi realizada discriminando-se os setores industriais por grau de conteúdo tecnológico e relações comerciais entre eles e as indústrias dos demais estados brasileiros. Os dados de comércio por vias internas utilizados neste artigo são provenientes da SEFAZ-RJ, fornecidos exclusivamente para a presente pesquisa, a partir de solicitação. Essa fonte traz os dados do comércio do ERJ com o resto do país no período de 2003 a 2013, disponibilizados de acordo com a CNAE -

Subclasses para uso da Administração Pública, versão 2.1 (CNAE Subclasse 2.1). Essa classificação está no quinto nível de desagregação (subclasse) da CNAE, compreendendo 1.318 subclasses.

Desse total de segmentos classificados pela CNAE, 914 subclasses diferentes realizaram pelo menos uma transação interestadual envolvendo o ERJ no período analisado, seja de compra, seja de venda. Para fins de apresentação e análise, esses segmentos foram agregados de acordo com a classificação de intensidade tecnológica desenvolvida por Lall (2000). Essa taxonomia agrupa os produtos em cinco categorias: produtos primários (PP), manufaturas baseadas em recursos naturais (RB), manufaturas de baixa tecnologia (LT), manufaturas de média tecnologia (MT) e manufaturas de alta tecnologia (HT). O quadro 1 a seguir exemplifica a composição de cada categoria.

Quadro 1. Classificação de produtos por intensidade tecnológica

Classificação	Exemplos
Produtos Primários	Frutas frescas, carne, arroz, cacau, chá, café, madeira, carvão, petróleo bruto, gás
Produtos Manufaturados	
<i>Manufaturas Baseadas em Recursos (RB)</i>	
RB1 – Produtos de base agropecuária / florestal	Carnes preparadas, frutas, bebidas, produtos de madeira, óleos vegetais
RB2 – Outros produtos baseados em recursos	Concentrados de minérios, produtos do petróleo e borracha, cimento, pedras cortadas, vidro
<i>Manufaturas de Baixa Tecnologia (LT)</i>	
LT1 – Polo têxtil/moda	Tecidos, vestuário, chapelaria, calçado, produtos couro, artigos de viagem
LT2 – Outros baixa tecnologia	Cerâmica, peças/estruturas simples de metal, móveis, joias, brinquedos, produtos de plástico
<i>Manufaturas de Média Tecnologia (MT)</i>	
MT1 – Produtos automotivos	Veículos de passageiros e peças, veículos comerciais, motocicletas e peças
MT2 – Indústrias de processo de média tecnologia	Fibras sintéticas, produtos químicos e tintas, fertilizantes, plásticos, ferro, dutos/tubos
MT3 – Indústrias de engenharia de média tecnologia	Motores, máquinas industriais, bombas, aparelhagem, navios, relógios
<i>Manufaturas de Alta Tecnologia (HT)</i>	
HT1 – Eletrônicos e produtos elétricos	Escritório/processamento de dados/equipamentos de telecomunicações, TV, transistores, turbinas, equipamentos de geração de energia
HT2 – Outros alta tecnologia	Farmacêuticos, aeroespacial, instrumentos ópticos e de medição, câmeras

Fonte: Lall (2000).

A visão analítica adota o método comparativo entre as características do comércio interestadual do ERJ com as características do comércio exterior do mesmo estado. O método comparativo avalia as semelhanças e diferenças entre grupos ou esferas de maneira a melhor compreendê-las, permitindo verificar similitudes, e explicar divergências e, até certo ponto, indicar vínculos causais entre os fatores presentes e ausentes (MARCONI; LAKATOS, 2003). Os dados do comércio exterior foram obtidos por meio da plataforma Comex Stat, do Ministério da Economia¹. As informações são expressas em dólares norte-americanos, em valores FOB (*free on board*), ou seja, não incluem valores relativos a frete e seguro após o embarque da mercadoria. O critério para contabilizar as exportações, por Unidade da Federação, adotado pelo Ministério da Economia considera o estado produtor da mercadoria. Com isso, um determinado valor exportado pelo ERJ não significa que o total desse valor foi exportado por empresas sediadas no estado, mas que as mercadorias exportadas foram produzidas, extraídas ou cultivadas no estado, independentemente de onde esteja localizada a empresa exportadora. Para as importações, os valores são contabilizados para o estado de domicílio fiscal da empresa importadora, independentemente do ponto por onde a mercadoria tenha entrado no país (porto, aeroporto, rodovia *etc.*).

Adicionalmente, esclarece-se que todos os dados foram deflacionados com base no IPA-OG de 2014, com índices específicos para, em geral, cada divisão CNAE (segundo nível de desagregação).

Ressalte-se que essa classificação de grau de conteúdo tecnológico em cada indústria foi desenvolvida originalmente para serem aplicadas a *produtos*, e não a serviços. Com isso, uma ampla gama de segmentos que realizaram transações no período avaliado acaba por ficar sem classificação, tais como, por exemplo, a construção, o comércio e as atividades financeiras. Das 551 classes

¹ A plataforma Comex Stat, do Ministério da Economia, está disponível em: <http://comexstat.mdic.gov.br/>. Acesso em: 07 out. 2022.

(quarto nível de desagregação da CNAE) que realizaram transações interestaduais envolvendo o ERJ (equivalentes às 914 subclasses mencionadas anteriormente), apenas 251 puderam ser classificadas nas categorias de intensidade tecnológica. Faz-se a ressalva, portanto, que a análise apresentada aqui se limita aos segmentos passíveis de classificação, ou seja, a segmentos industriais, tanto extrativos como de transformação, ficando excluídos o comércio de serviços.

3 Resultados

Antes da análise em detalhes dos fluxos de comércio interestadual, cabe fazer uma apresentação geral desse comércio, destacando-se os grandes setores (agropecuária, indústria extrativa e indústria de transformação). Tendo em vista não só a grande representatividade das atividades de extração de petróleo e gás (P&G) e de refino de petróleo no ERJ, mas também a forte variação que os fluxos de comércio provenientes dessas atividades apresentaram, seus dados serão indicados separadamente.

A Tabela 1 indica as compras interestaduais² realizadas pelo ERJ no período de 2003 a 2013. Excetuando-se as compras de produtos provenientes da atividade de extração de P&G (classe CNAE 06.00-0, indústria extrativa), que compreendem, basicamente, petróleo cru e gás natural, e as compras de bens da atividade de fabricação de produtos do refino de petróleo (classe CNAE 19.21-7, indústria de transformação), que abrangem produtos como gasolina, gás liquefeito do petróleo, nafta, óleo diesel e asfalto, constata-se que a trajetória geral das compras foi de crescimento constante. Exceto pelos anos de 2009 e de 2012, as compras interestaduais realizadas pelo ERJ cresceram, a preços constantes, em todos os anos do período analisado.

² Os dados analisados se referem sempre às atividades remetentes. Assim, sabe-se qual atividade efetuou a venda da mercadoria que foi comprada pelo ERJ, mas não se sabe qual atividade que realizou a compra.

Esse comportamento foi resultado, em grande parte, do desempenho das compras de produtos provenientes da indústria de transformação (exceto refino), que representaram entre 98% e 99% do total parcial das compras fluminenses em todo o período analisado.

Tabela 1. Compras interestaduais a partir do ERJ por grandes setores, 2003-2013 (bilhões de R\$ de 2014)

ATIVIDADES	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	Var. anual (%)	Var. 2003-2013 (%)
Agropecuária	0,13	0,16	0,17	0,20	0,18	0,13	0,16	0,18	0,16	0,13	0,10	-2,1	-18,8
Ind. Extrativa (exceto P&G)	0,28	0,23	0,10	0,08	0,08	0,11	0,11	0,10	0,10	0,26	0,29	0,1	1,3
Ind. de Transformação (exceto refino)	24,51	25,21	28,97	29,84	32,00	34,05	31,67	36,87	41,84	39,09	43,17	5,8	76,1
Total Parcial	24,92	25,60	29,24	30,12	32,26	34,29	31,94	37,14	42,10	39,48	43,56	5,7	74,8
Extração de P&G	0,002	0,02	0,001	0,20	0,14	0,93	0,16	0,12	2,50	0,42	0,30	66,7	16.437
Produtos do Refino de Petróleo	19,08	6,08	3,36	12,14	3,97	2,25	1,11	0,68	0,62	1,12	2,17	-19,6	-88,6
Total Geral	44,00	31,70	32,60	42,46	36,37	37,46	33,21	37,94	45,22	41,02	46,02	0,5	4,6

Fonte: Elaboração própria a partir de SEFAZ-RJ.

Nota: Preços atualizados pelo IPA-FGV.

Com relação aos fluxos de comércio provenientes das atividades de extração de P&G e de produtos do refino de petróleo (parte inferior da Tabela 1), nota-se um comportamento que destoa dos dados gerais de comércio interestadual, tendo em vista seus fortes movimentos abruptos. As compras interestaduais fluminenses de P&G, mesmo representando menos de um bilhão de reais (exceto no ano de 2011), cresceram mais de 16 mil por cento na comparação entre 2003 e 2013. Tais compras eram insignificantes no início da série analisada, passando a apresentar maior ímpeto de 2006 em diante. Cabe destacar que as compras fluminenses desse segmento se expandiram ao passo que suas vendas também cresceram, como será descrito a seguir. Apesar de a atividade extrativa de P&G ter apresentado uma taxa de crescimento elevadíssima, sua participação nas compras interestaduais do ERJ ainda é reduzida, com 0,6% em 2013. Não

obstante, vale ressaltar que se trata de uma única atividade o que, portanto, torna a sua representatividade individual significativa.

As compras de produtos do refino de petróleo, por sua vez, apresentaram um movimento ainda mais destoante, tendo em vista a magnitude de seus valores. Em 2003, apenas as compras dos produtos do refino de petróleo, que são produzidos a partir de uma única classe de atividade CNAE (19.21-7), chegaram a R\$ 19,08 bilhões, o que representou 43% do total geral das compras fluminenses apresentado na Tabela 1. Já em 2004, esses valores reduziram-se em 68%, chegando a R\$6,08 bilhões. Apesar de um forte aumento em 2006, o ano de 2007 configurou uma nova e abrupta redução de 67%, seguida de menores quedas até o ano de 2011. Apesar de os dois últimos anos da série terem apresentado alguma recuperação, os valores de 2013, quando comparados com os de 2003, representam uma redução de quase 90% das compras provenientes dessa atividade.

Excetuando-se os segmentos de extração de P&G e refino de petróleo, as vendas interestaduais fluminenses também demonstraram uma tendência geral de crescimento, conforme indicado na Tabela 2. Exceto por quatro anos (2004, 2009, 2012 e 2013), o total parcial das vendas fluminenses apresentou movimento geral de alta, ainda que mais moderada que as compras. Cabe ressaltar que o patamar das vendas fluminenses foi significativamente superior ao de suas compras, o que resultou em um superávit de cerca de R\$20 bilhões em todo o período analisado. Quando se consideram os segmentos de extração e refino de petróleo, o superávit é ainda mais expressivo, ainda que tenha apresentado um movimento de redução ao longo da série.

As vendas interestaduais fluminenses, excetuando-se os segmentos de extração e refino de petróleo, também se concentraram na indústria de transformação, que representou, aproximadamente, 99% do total parcial vendido em todo o período analisado.

Tabela 2. Vendas interestaduais a partir do ERJ por grandes setores, 2003-2013 (bilhões de R\$ de 2014)

ATIVIDADES	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	Var. anual (%)	Var. 2003-2013 (%)
Agropecuária	0,06	0,06	0,08	0,09	0,10	0,07	0,09	0,09	0,05	0,02	0,03	-4,8	-39,0
Ind. Extrativa (exceto P&G)	0,41	0,37	0,39	0,27	0,22	0,23	0,31	0,38	0,32	0,51	0,45	1,0	10,3
Ind. de Transformação (exceto refino)	45,35	43,23	47,50	47,51	51,55	54,43	51,57	56,75	61,11	58,18	57,11	2,3	25,9
Total Parcial	45,82	43,67	47,97	47,87	51,87	54,73	51,97	57,22	61,47	58,72	57,59	2,3	25,7
Extração de P&G	0,002	0,000	0,000	1,71	5,42	6,66	8,04	5,49	6,59	9,44	9,05	136	528.078
Produtos do Refino de Petróleo	48,54	17,62	28,32	28,63	6,12	6,31	2,73	1,63	1,30	0,43	0,56	-36,0	-98,8
Total Geral	94,36	61,29	76,29	78,21	63,41	67,70	62,74	64,35	69,36	68,59	67,20	-3,3	-28,8

Fonte: Elaboração própria a partir de SEFAZ-RJ.

Nota: Preços atualizados pelo IPA-FGV.

Com relação às vendas provenientes da atividade de extração de P&G, nota-se um desempenho extraordinário (parte inferior da Tabela 2). Enquanto em 2003 as vendas do ERJ para os demais estados da federação foram de apenas R\$2 milhões, em 2013 os valores vendidos saltaram para mais de R\$9 bilhões. O ano de 2006 marcou o início do forte aumento nas vendas de P&G, assim como aconteceu para as compras fluminenses do mesmo segmento. No último ano da série, essa atividade, sozinha, compreendeu 13% do total geral das vendas interestaduais fluminenses apresentadas na Tabela 2.

Já as vendas de produtos do refino de petróleo apresentaram um movimento inverso. Entre 2003 e 2013, tais vendas recuaram quase 99%, saindo de um patamar de R\$48,54 bilhões, para menos de um bilhão de reais. Ressalte-se, ainda, que no ano de 2003 as vendas provenientes de uma única classe de atividade (refino de petróleo, CNAE 19.21-7) foram superiores ao total vendido pelas demais atividades da indústria de transformação, atingindo 51% das vendas totais interestaduais fluminenses apresentadas na Tabela 2, caindo para apenas 1% em 2013.

Assim, nota-se que houve, no período analisado, uma abrupta redução da corrente de comércio interestadual fluminense dos produtos do refino de petróleo, mingando a importância do ERJ

tanto no fornecimento como na compra desses produtos. Como, paralelamente a esse processo, a corrente de comércio do petróleo cru cresceu significativamente no estado, pode-se supor que as empresas líderes do segmento priorizaram, no ERJ, as atividades extrativas da cadeia, ou então passaram a destinar os produtos do refino predominantemente para o mercado externo ou para o consumo do próprio estado. Ademais, o comportamento dessas duas atividades está relacionado a decisões e estratégias tomadas no âmbito de poucas empresas que controlam grande parte do mercado.

As próximas seções detalham as compras e vendas fluminenses por intensidade tecnológica, excetuando-se, porém, as atividades de extração e refino de petróleo.

3.1 Análise das Compras do ERJ por Intensidade Tecnológica

Com relação à intensidade tecnológica das compras interestaduais do ERJ, a Tabela 3 apresenta os valores de cada categoria proposta por Lall (2000), enquanto o Gráfico 1 ilustra a evolução das participações das categorias no total das compras fluminenses, excetuando-se a extração de P&G e o refino do petróleo. Como se nota na Tabela 3, as categorias RB, LT e MT são as principais, em termos de valores, na pauta de compras interestaduais do ERJ. As três categorias apresentavam valores em patamares próximos em 2003, perfazendo 91% das compras daquele ano.

Ao longo da década, porém, tais categorias apresentaram desempenhos distintos, tendo a categoria MT demonstrado o maior crescimento (taxa média de 7,9% ao ano), seguida pela categoria RB (6,1% ao ano) e LT (4,9%). Com isso, as três categorias juntas passaram a abarcar 96% das compras fluminenses em 2013, sendo 38% das compras totais deveram-se apenas à categoria MT.

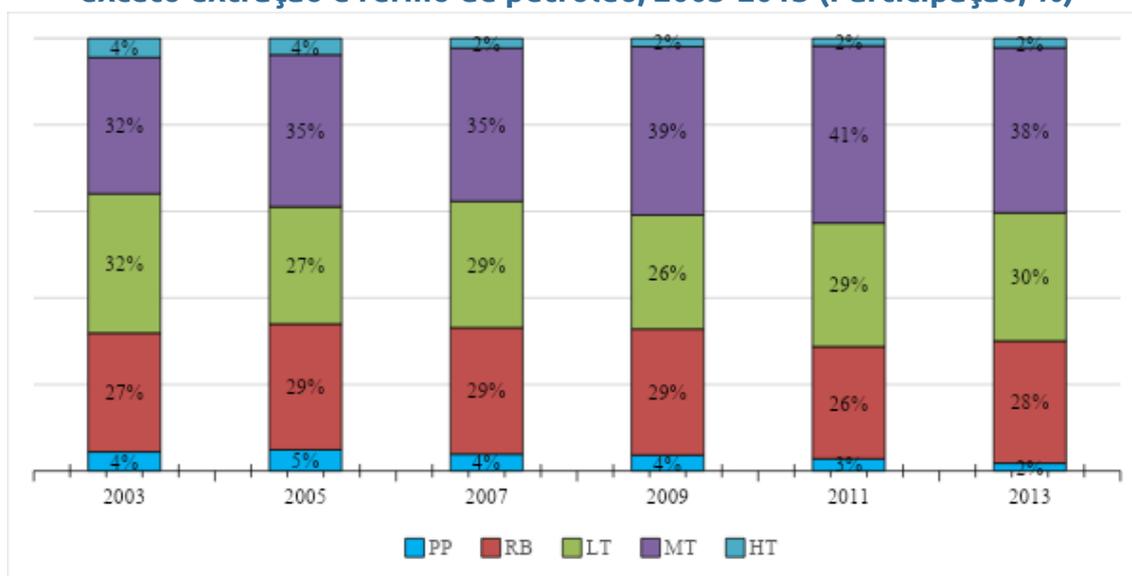
Tabela 3. Compras Interestaduais a partir do ERJ por Intensidade Tecnológica, exceto extração e refino de petróleo, 2003-2013 (bilhões de R\$ de 2014)

Classificação Tecnológica	2003	2005	2007	2009	2011	2013	Var. média anual (%)	Var. 2003-2013 (%)
PP	1,07	1,41	1,23	1,15	1,17	0,75	-3,4	-29,5
RB	6,68	8,38	9,26	9,19	10,83	12,13	6,1	81,6
LT	7,84	7,80	9,26	8,31	11,92	12,69	4,9	62,0
MT	7,66	10,13	11,22	12,28	17,09	16,37	7,9	113,7
HT	1,07	1,10	0,72	0,61	0,73	0,93	-1,5	-13,6
Total	24,32	28,83	31,68	31,54	41,74	42,87	5,8	76,3

Fonte: Elaboração própria a partir de SEFAZ-RJ.

Nota: Preços atualizados pelo IPA-FGV. Classificação por intensidade tecnológica com base em Lall (2000).

Gráfico 1. Compras Interestaduais a partir do ERJ por Intensidade Tecnológica, exceto extração e refino de petróleo, 2003-2013 (Participação, %)



Fonte: Elaboração própria a partir de SEFAZ-RJ.

Nota: Preços atualizados pelo IPA-FGV. Classificação por intensidade tecnológica com base em Lall (2000).

Ressalte-se que, além de sofrer perdas relativas ao longo da série, as categorias de PP e HT apresentaram quedas absolutas, indicando um fluxo menor de entrada dessas mercadorias pela via do comércio interestadual.

Caso as atividades de extração de P&G e refino de petróleo tivessem sido incluídas nas categorias de intensidade tecnológica, a interpretação geral dos dados seria diferente. Isso porque, em primeiro lugar, a extração de P&G seria classificada como PP,

resultando em uma trajetória positiva para essa categoria, ainda que com baixos valores. Em segundo lugar, como a atividade de refino seria classificada como RB, ter-se-ia encontrado uma trajetória de enorme queda para essa categoria, e, ainda, o desempenho observado para a categoria MT teria ficado ofuscado.

3.1.1 Manufaturas de Média Tecnologia

As compras interestaduais fluminenses de produtos industriais de MT, categoria mais representativa em 2013 (36%) e que, como visto, mais cresceu no período analisado, mostraram-se altamente concentradas. Como indicado na Tabela 4, as quatro principais atividades concentraram, ao longo do período, em torno de 90% das vendas para o ERJ de bens MT. Apesar de essa participação conjunta ter variado pouco, a fabricação de veículos automotores, reboques e carrocerias (CNAE 29) mais que triplicou seus valores no período, graças principalmente às compras de caminhões e ônibus (classe 29.20-4) e, em menor medida, automóveis, camionetas e utilitários (classe 29.10-7).

Tabela 4. ERJ - Compras de manufaturas de média tecnologia – principais atividades, 2003-2013

Descrição da Atividade (código CNAE)	2003	2005	2007	2009	2011	2013
Fabricação de veículos automotores, reboques e carrocerias (cod. 29)	3,13	5,27	6,29	6,30	10,89	9,51
Fabricação de produtos químicos (cod. 20)	2,56	2,88	2,91	3,68	3,22	3,96
Fabricação de máquinas e equipamentos (cod. 28)	0,96	0,87	0,78	1,04	0,81	1,00
Fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos (cod. 27)	0,28	0,32	0,39	0,25	0,42	0,33
Total (a)	6,93	9,33	10,37	11,27	15,35	14,80
Total Geral MT (b)	7,66	10,13	11,22	12,28	17,09	16,37
Participação (a/b)	90%	92%	92%	92%	90%	90%

Fonte: Elaboração própria a partir de SEFAZ-RJ.

Nota: Preços atualizados pelo IPA-FGV. Foram considerados 13 setores a dois dígitos CNAE.

A fabricação de produtos químicos (CNAE 20), segunda atividade mais importante dessa categoria, apresenta uma composição mais diversificada, com várias classes de atividades com valores de vendas pareados, tanto atividades de fabricação de bens de consumo, como os desinfestantes domissanitários (classe

20.52-5), como os insumos industriais, como as resinas termoplásticas (classe 20.31-2). As demais atividades que constam na Tabela 4 apresentam valores relativamente muito inferiores, além de não terem apresentado crescimento expressivo no período.

3.1.2 Manufaturas de Baixa Tecnologia

Na categoria LT, as principais atividades de origem das compras interestaduais do ERJ no período analisado foram, respectivamente, a metalurgia (CNAE 24), a fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos (CNAE 25), a fabricação de produtos de borracha e de material plástico (CNAE 22) e a confecção de artigos do vestuário e acessórios (CNAE 14). Essas quatro atividades, como indicado na Tabela 5, concentraram em torno de 80% das compras interestaduais de bens de LT do ERJ no período. Dessas, a atividade com maior representatividade foi a metalurgia, com destaque para a produção de laminados planos (classe 24.22-9) e longos de aço (classe 24.23-7), ambos insumos provenientes da indústria siderúrgica.

Tabela 5. ERJ - Compras de manufaturas de baixa tecnologia, principais atividades, 2003-2013

Descrição da Atividade (código CNAE)	2003	2005	2007	2009	2011	2013
Metalurgia (cod. 24)	3,99	3,54	4,41	3,51	5,79	6,18
Fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos (cod. 25)	1,31	1,64	1,75	1,40	1,76	1,97
Fabricação de produtos de borracha e de material plástico (cod. 22)	0,58	0,55	0,98	0,91	1,21	1,24
Confecção de artigos do vestuário e acessórios (cod. 14)	0,47	0,59	0,50	0,71	1,17	1,22
Total (a)	6,35	6,32	7,62	6,53	9,92	10,61
Total LT (b)	7,89	7,82	9,27	8,32	11,93	12,70
Participação (a/b)	80%	81%	82%	78%	83%	84%

Fonte: Elaboração própria a partir de SEFAZ-RJ.

Nota: Preços atualizados pelo IPA-FGV. Foram considerados 12 setores a dois dígitos CNAE.

Apesar da menor representatividade dentre as quatro principais atividades indicadas na Tabela 5, a confecção de artigos do vestuário e acessórios (CNAE 14) apresentou a maior taxa de crescimento no período, com um aumento de 159% na comparação entre 2003 e 2013. Esse desempenho foi devido principalmente à

forte expansão das vendas para o ERJ da atividade de confecção de peças do vestuário, exceto roupas íntimas (classe 14.14-6). A segunda atividade destacada na Tabela 5 que mais aumentou suas vendas no período foi a fabricação de produtos de borracha e de material plástico (CNAE 22), que apresentou um crescimento de 115% entre 2003 e 2013, com destaque para os artefatos de material plástico diversos (classe 22.29-3), que abrange produtos de uso difundido em diversos segmentos.

3.1.3 Manufaturas Baseadas em Recursos Naturais – exceto refino de petróleo

As compras de manufaturas RB (exceto refino de petróleo) mostraram-se altamente concentradas em apenas quatro divisões CNAE: fabricação de bebidas (divisão 11); fabricação de produtos alimentícios (divisão 10); fabricação de produtos químicos (divisão 20); e fabricação de produtos de borracha e de material plástico (divisão 22). Essas atividades concentraram quase 90% das compras de produtos RB em todo o período analisado, conforme a Tabela 6.

Tabela 6. ERJ - Compras de manufaturas baseadas em recursos (exceto refino de petróleo), principais atividades (bilhões R\$ de 2014), 2003-2013

Descrição da Atividade (código CNAE)	2003	2005	2007	2009	2011	2013
Fabricação de bebidas (cod. 11)	2,23	3,06	3,24	3,51	3,61	3,63
Fabricação de produtos alimentícios (cod. 10)	1,91	2,70	2,77	3,21	3,55	3,49
Fabricação de produtos químicos (cod. 20)	1,15	1,22	1,64	1,11	1,52	3,05
Fabricação de produtos de borracha e de material plástico (cod. 22)	0,43	0,46	0,60	0,36	0,73	0,72
Total (a)	5,72	7,44	8,25	8,18	9,41	10,89
Total geral RB (b)	6,68	8,38	9,26	9,19	10,83	12,13
Participação (a/b)	86%	89%	89%	89%	87%	90%

Fonte: Elaboração própria a partir de SEFAZ-RJ.

Nota: Preços atualizados pelo IPA-FGV. Foram considerados 11 setores a dois dígitos CNAE.

Apesar de a atividade de fabricação de bebidas ser a principal na categoria RB, o seu crescimento no período foi o mais modesto em comparação com as outras três atividades de destaque (62% entre 2003 e 2013). Já as compras de produtos alimentícios (CNAE 10), segunda atividade mais importante na categoria RB,

apresentou um crescimento mais acentuado no período (87%), destacando-se a fabricação de produtos de carne (classe CNAE 10.13-9), segmento que respondeu por quase 40% dos valores dessa atividade.

A fabricação de produtos químicos (CNAE 20), por sua vez, apresentou um crescimento modesto em todo o período, exceto no ano de 2013, quando os valores das compras desse ramo dobraram, passando de R\$3 bilhões. O aumento significativo em 2013 foi resultado das compras de produtos petroquímicos básicos (classe CNAE 20.21-5), que respondeu por R\$2,3 bilhões desses valores.

Por fim, com relação à fabricação de produtos de borracha e de material plástico (CNAE 22), o patamar das compras desse segmento é bastante inferior aos demais, não chegando a atingir R\$1 bilhão no período analisado. Nessa atividade, o destaque absoluto ficou por conta do ramo de fabricação de pneumáticos e de câmaras-de-ar (classe CNAE 22.11-1).

3.1.4 Manufaturas de Alta Tecnologia

A categoria de alta tecnologia é a de menor representatividade nas compras interestaduais do ERJ. Além disso, essas compras apresentaram uma trajetória de queda absoluta de 2005 a 2009, quando, então, passaram a apresentar alguma recuperação, mas ainda fecharam a série com valores inferiores aos de 2003.

No que diz respeito à composição das compras da categoria HT, nota-se uma elevada concentração no segmento de fabricação de produtos farmoquímicos e farmacêuticos (divisão CNAE 21), responsável por 80% das vendas interestaduais dessa categoria ao ERJ em 2013.

Mais de 80% das vendas interestaduais de produtos farmoquímicos e farmacêuticos para o ERJ foram, em todo o período analisado, de medicamentos para uso humano (classe CNAE 21.21-1). O restante das vendas dessa atividade foi de produtos

farmoquímicos (classe CNAE 21.10-6), insumos utilizados pela indústria farmacêutica. Assim, a maioria do consumo de produtos de alta tecnologia advindos de outros estados do país está associada à compra de medicamentos e remédios, indicando que o ERJ se insere na cadeia de alta tecnologia regional como, majoritariamente, um mero consumidor final.

Tabela 7. ERJ - Compras de manufaturas de alta tecnologia – principais atividades, 2003-2013 (bilhões de R\$ de 2014)

Descrição da Atividade (código CNAE)	2003	2005	2007	2009	2011	2013
Fabricação de produtos farmoquímicos e farmacêuticos (cod. 21)	0,96	0,98	0,62	0,52	0,59	0,74
Fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos (cod. 27)	0,05	0,05	0,04	0,03	0,04	0,06
Fabricação de equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos (cod. 26)	0,04	0,05	0,04	0,04	0,06	0,10
Fabricação de veículos automotores, reboques e carrocerias (cod. 29)	0,02	0,02	0,02	0,02	0,04	0,02
Total (a)	1,07	1,10	0,72	0,61	0,73	0,93
Total Geral HT (b)	1,07	1,10	0,72	0,61	0,73	0,93
Participação (a/b)	99,99%	99,98%	99,90%	99,89%	99,98%	100,00%

Fonte: Elaboração própria a partir de SEFAZ-RJ.

Nota: Preços atualizados pelo IPA-FGV. Preços atualizados pelo IPA-FGV. Foram considerados 5 setores a dois dígitos CNAE.

3.1.5 Produtos Primários

As compras interestaduais de PP, excetuando-se o petróleo e o gás natural, por parte do ERJ, concentraram-se principalmente em produtos alimentícios (CNAE 10) e, em menor medida, metalurgia (CNAE 24). Nessa categoria, portanto, o ERJ se insere nas cadeias regionais de comércio basicamente como um comprador de alimentos.

Com relação à atividade de extração de petróleo e gás natural, nota-se que os valores das compras do ERJ são bastante voláteis, chegando a atingir R\$2,51 bilhões em 2011, mais que o dobro das compras totais dos demais itens de PP. Tal fato pode sugerir que as compras de óleo bruto de P&G natural por parte do ERJ não seguem uma tendência definida, mas sim estão associadas possivelmente a contingências pontuais, cuja solução passa por

decisões e estratégias tomadas ao nível da firma, com destaque para a Petrobras.

Tabela 8. ERJ - Compras de produtos primários (PP, exceto petróleo e gás) – principais atividades, 2003-2013 (bilhões de R\$ de 2014)

Descrição da Atividade (código CNAE)	2003	2005	2007	2009	2011	2013
Fabricação de produtos alimentícios (cod. 10)	0,60	0,84	0,88	0,73	0,67	0,48
Metalurgia (cod. 24)	0,28	0,33	0,13	0,22	0,29	0,11
Agricultura, pecuária e serviços relacionados (cod. 01)	0,13	0,17	0,17	0,16	0,15	0,10
Extração de minerais não-metálicos (cod. 08)	0,06	0,07	0,04	0,04	0,05	0,06
Total (a)	1,07	1,41	1,23	1,15	1,16	0,75
Total Geral PP (exceto P&G) (b)	1,07	1,41	1,23	1,15	1,17	0,75
Participação (a/b)	99,98%	99,95%	99,96%	99,82%	99,17%	99,80%
Extração de petróleo e gás natural	0,00	0,00	0,14	0,16	2,51	0,30

Fonte: Elaboração própria a partir de SEFAZ-RJ.

Nota: Preços atualizados pelo IPA-FGV. Foram considerados 8 setores a dois dígitos CNAE.

3.2 Análise das Vendas do ERJ por Intensidade Tecnológica

Com relação à intensidade tecnológica das vendas interestaduais do ERJ, a Tabela 9 apresenta os valores de cada categoria proposta por Lall (2000), enquanto o Gráfico 2 ilustra a evolução das participações das categorias no total das vendas fluminenses, excetuando-se a extração de P&G e o refino do petróleo. A categoria de bens LT é a principal na pauta de vendas, atingindo R\$23,56 bi em 2013, seguida pela categoria MT e RB, cada uma com valores de vendas de R\$17,37 bi e R\$11,22, respectivamente.

Tabela 9. ERJ - Vendas interestaduais realizadas pelo ERJ por Intensidade Tecnológica, exceto extração e refino de petróleo (bilhões de R\$ de 2014)

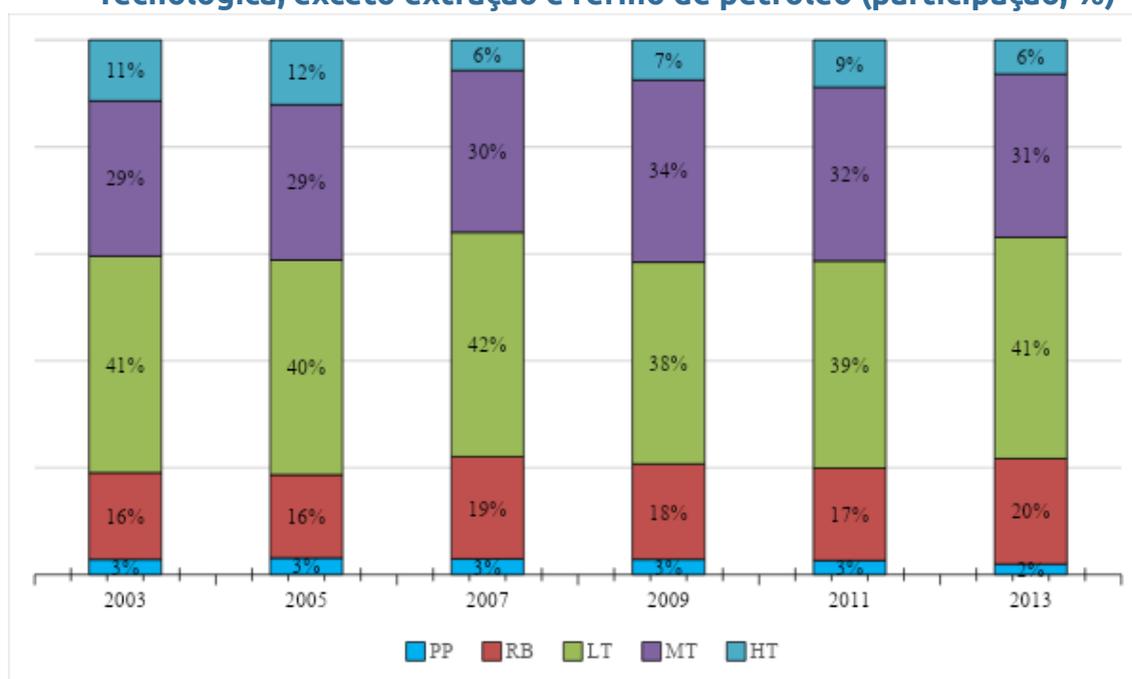
Classificação Tecnológica	2003	2005	2007	2009	2011	2013	Var. média anual (%)	Var. 2003-2013 (%)
PP	1,27	1,47	1,50	1,44	1,60	1,12	-1,3	-12,3
RB	7,28	7,36	9,76	9,02	10,53	11,22	4,4	54,2
LT	18,17	18,97	21,45	19,09	23,64	23,56	2,6	29,6
MT	13,02	13,73	15,46	17,23	19,79	17,37	2,9	33,4
HT	5,12	5,72	2,91	3,79	5,40	3,63	-3,4	-29,0
Total	44,87	47,25	51,09	50,58	60,97	56,90	2,4	26,8

Fonte: Elaboração própria a partir de SEFAZ-RJ.

Nota: Preços atualizados pelo IPA-FGV. Classificação por intensidade tecnológica com base em Lall (2000).

Ao longo do período analisado, as maiores alterações na estrutura tecnológica da pauta de vendas se devem ao desempenho positivo das vendas de bens RB, com taxa média anual de crescimento de 4,4%, e à redução das vendas de bens da categoria HT, com queda média anual de 3,4%.

Gráfico 2. Vendas interestaduais realizadas pelo ERJ por Intensidade Tecnológica, exceto extração e refino de petróleo (participação, %)



Fonte: Elaboração própria a partir de SEFAZ-RJ.

Nota: Preços atualizados pelo IPA-FGV. Classificação por intensidade tecnológica com base em Lall (2000).

Novamente, cabe destacar que, caso fossem incluídas as vendas referentes à extração de P&G e refino do petróleo, a estrutura da pauta seria bastante diferente. Caso fossem incluídas, a participação da categoria RB teria saído de 60% da pauta, em 2003, para 18%, em 2013, enquanto a categoria de bens PP atingiria mais de 15% em 2013.

3.2.1 Manufaturas de Baixa Tecnologia

A categoria de manufaturas LT, a mais representativa das vendas interestaduais fluminenses, mostrou-se altamente concentrada. No período analisado, as quatro principais atividades

de LT concentram entre 87% e 90% das vendas dessa categoria, como se pode ver na Tabela 10. Além disso, mais de 60% dessas vendas deveram-se unicamente à atividade de metalurgia (divisão CNAE 24), com destaque para a produção de laminados planos de aço (classe CNAE 24.22-9). Assim, pode-se notar que grande parte das vendas de LT do ERJ deve-se a atividades do complexo metalmeccânico, cujas vendas se concentraram em bens intermediários.

Tabela 10. ERJ – Vendas de manufaturas de baixa tecnologia (LT) – principais atividades, 2003-2013 (bilhões de R\$ de 2014)

Descrição da Atividade (código CNAE)	2003	2005	2007	2009	2011	2013
Metalurgia (cod. 24)	12,92	13,21	14,52	12,58	14,94	14,51
Fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos (cod. 25)	1,67	1,96	2,39	1,79	3,14	3,31
Fabricação de produtos de borracha e de material plástico (cod. 22)	0,73	0,71	1,13	1,43	2,11	2,47
Confecção de artigos do vestuário e acessórios (cod. 14)	0,65	0,70	0,77	0,90	0,93	0,83
Total (a)	15,97	16,58	18,80	16,69	21,13	21,12
Total LT (b)	18,29	19,02	21,48	19,09	23,64	23,56
Participação (a/b)	87%	87%	88%	87%	89%	90%

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da SEFAZ-RJ.

Nota: Preços atualizados pelo IPA-FGV. Foram considerados 12 setores a dois dígitos CNAE.

3.2.2 Manufaturas de Média Tecnologia

As vendas interestaduais fluminenses classificadas como de MT também se mostraram altamente concentradas em suas quatro principais atividades. Como indicado na Tabela 11, cerca de 90% dessas vendas foram originárias de quatro atividades: fabricação de produtos químicos (divisão CNAE 20), fabricação de veículos automotores, carrocerias e reboques (divisão CNAE 29), fabricação de máquinas e equipamentos (divisão CNAE 28) e fabricação de produtos diversos (divisão CNAE 32).

Na comparação entre os anos inicial e final da série, as vendas de produtos químicos de MT foram as que mais cresceram, com uma expansão de 40%, destacando-se o segmento de desinfestantes domissanitários (classe CNAE 20.52-5). Com relação à atividade de fabricação de veículos automotores, o grande destaque foi o

segmento de caminhões e ônibus (classe CNAE 29.20-4), com expressivo crescimento até 2011, recuando nos dois últimos anos da série. Essas duas divisões de atividades (20 e 29) concentraram, em 2013, 75% das vendas fluminenses de MT.

Tabela 11. ERJ - Vendas de manufaturas de média tecnologia (MT) – principais atividades, 2003-2013 (bilhões de R\$ de 2014)

Descrição da Atividade (código CNAE)	2003	2005	2007	2009	2011	2013
Fabricação de produtos químicos (cod. 20)	6,76	5,85	6,87	7,34	6,54	8,21
Fabricação de veículos automotores, reboques e carrocerias (cod. 29)	2,95	4,78	4,90	5,95	9,07	5,06
Fabricação de máquinas e equipamentos (cod. 28)	1,15	1,13	1,35	1,43	1,69	1,41
Fabricação de produtos diversos (cod. 32)	0,78	0,79	0,88	0,96	1,02	1,01
Total (a)	11,65	12,55	14,01	15,68	18,32	15,69
Total MT (b)	13,02	13,73	15,46	17,23	19,79	17,37
Participação (a/b)	89%	91%	91%	91%	93%	90%

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da SEFAZ-RJ.

Nota: Preços atualizados pelo IPA-FGV. Foram considerados 13 setores a dois dígitos CNAE.

3.2.3 Manufaturas Baseadas em Recursos (RB), exceto refino de petróleo

Excetuando-se a venda de produtos do refino de petróleo, a composição das vendas interestaduais de manufaturas RB mostrou-se altamente concentrada em quatro atividades. De acordo com a Tabela 12, entre 79% e 90% das vendas classificadas nessa categoria foram provenientes das atividades de fabricação de produtos químicos (divisão CNAE 20), fabricação de bebidas (divisão CNAE 11), fabricação de produtos alimentícios (divisão CNAE 10) e fabricação de minerais não-metálicos (divisão CNAE 23).

A fabricação de produtos químicos, principal atividade dessa categoria, apresentou uma trajetória de grande expansão, mais do que dobrando suas vendas no período. Esse desempenho se deu quase que exclusivamente pelos resultados do segmento de fabricação de produtos petroquímicos básicos (classe CNAE 20.21-5), que compreende os produtos da primeira geração petroquímica, bens intermediários do complexo químico. A

atividade de fabricação de bebidas (divisão CNAE 11) também mais que dobrou suas vendas no período, tornando-se a segunda atividade mais importante nas vendas de manufaturas RB em 2009 e 2011. O principal segmento dessa divisão foi a fabricação de malte, cervejas e chopes (classe CNAE 11.13-5).

Tabela 12. Estado do Rio de Janeiro – Vendas de manufaturas baseadas em recursos (RB), exceto refino de petróleo – principais atividades, 2003-2013 (bi de R\$ de 2014)

Descrição da Atividade (código CNAE)	2003	2005	2007	2009	2011	2013
Fabricação de produtos químicos (cod. 20)	2,20	2,11	3,52	2,53	2,82	4,58
Fabricação de bebidas (cod. 11)	0,62	1,15	2,02	2,65	2,48	1,74
Fabricação de produtos alimentícios (cod. 10)	2,02	1,71	1,88	1,84	1,57	1,85
Fabricação de produtos de minerais não-metálicos (cod. 23)	1,17	1,31	1,32	1,08	1,41	1,13
Total (a)	6,01	6,28	8,74	8,10	8,29	9,30
Total RB (b)	7,28	7,36	9,76	9,02	10,53	11,22
Participação (a/b)	83%	85%	89%	90%	79%	83%

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da SEFAZ-RJ.

Nota: Preços atualizados pelo IPA-FGV. Foram considerados 11 setores a dois dígitos CNAE.

3.2.4 Manufaturas de Alta Tecnologia

Apenas cinco divisões CNAE realizaram vendas interestaduais, a partir do ERJ, de produtos classificados como de HT, conforme a Tabela 13. Além disso, mais de 90% dessas vendas foram provenientes de uma única atividade, a fabricação de produtos farmoquímicos e farmacêuticos (divisão CNAE 21), destacando-se o segmento de medicamentos para uso humano (classe CNAE 21.21-1), que respondeu por cerca de 95% das vendas dessa indústria.

Tabela 13. ERJ – Vendas de manufaturas de alta tecnologia (HT) – principais atividades, 2003-2013 (bilhões de R\$ de 2014)

Descrição da Atividade (código CNAE)	2003	2005	2007	2009	2011	2013
Fabricação de produtos farmoquímicos e farmacêuticos (cod. 21)	4,92	5,52	2,67	3,53	5,01	3,17
Fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos (cod. 27)	0,14	0,10	0,10	0,08	0,10	0,08
Fabricação de equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos (cod. 26)	0,06	0,10	0,14	0,17	0,29	0,39
Total (a)	5,12	5,72	2,91	3,79	5,40	3,63
Total HT (b)	5,12	5,72	2,91	3,79	5,40	3,63
Participação (a/b)	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da SEFAZ-RJ.

Nota: Preços atualizados pelo IPA-FGV. Foram considerados 6 setores a dois dígitos CNAE.

Apesar de apresentar valores comparativamente muito inferiores, cabe destacar o desempenho positivo da atividade de fabricação de equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos (divisão CNAE 26), que expandiu suas vendas interestaduais de produtos HT em 557% no período analisado.

3.2.5 Produtos Primários

Excetuando-se as vendas de petróleo e gás natural, os PP vendidos pelo ERJ aos demais estados da federação apresentaram pouca variação e valores relativamente baixos, comparando-se com as demais categorias de produtos. Aliás, como se nota na Tabela 14, tais vendas concentraram-se quase totalmente em apenas quatro atividades.

Tabela 14. ERJ – Vendas produtos primários (PP, exceto petróleo e gás) – principais atividades, 2003-2013 (bilhões de R\$ de 2014)

Descrição da Atividade (código CNAE)	2003	2005	2007	2009	2011	2013
Metalurgia (cod. 24)	0,52	0,50	0,59	0,35	0,65	0,39
Fabricação de produtos alimentícios (cod. 10)	0,40	0,55	0,65	0,86	0,75	0,53
Extração de minerais não-metálicos (cod. 08)	0,30	0,33	0,15	0,14	0,15	0,17
Agricultura, pecuária e serviços relacionados (cod. 01)	0,05	0,08	0,10	0,09	0,04	0,03
Total (a)	1,27	1,46	1,50	1,44	1,60	1,11
Total PP (b)	1,27	1,47	1,50	1,44	1,60	1,12
Participação (a/b)	100%	100%	100%	100%	100%	99%

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da SEFAZ-RJ.

Nota: Preços atualizados pelo IPA-FGV. Foram considerados 8 setores a dois dígitos CNAE.

No período analisado, as duas principais atividades fornecedoras de PP foram a metalurgia (divisão CNAE 24) e a fabricação de produtos alimentícios (divisão CNAE 10). Na atividade de metalurgia, o destaque foi o segmento de metalurgia do alumínio (classe CNAE 24.41-5), enquanto no ramo alimentício, o segmento de destaque foi a fabricação de produtos do pescado (classe CNAE 10.20-1).

3.3 Comparação das pautas de comércio exterior e por vias internas

Esta seção apresenta uma comparação entre as estruturas das pautas de comércio exterior e de comércio interestadual do ERJ. O objetivo é destacar as categorias de produtos que são relativamente mais importantes em cada tipo de comércio. As participações apresentadas nas tabelas seguintes foram calculadas com relação ao total parcial obtido a partir da soma dos produtos transacionados, excetuando-se petróleo e os produtos do refino. As participações desses produtos diretamente associados ao petróleo foram calculadas também sobre o mesmo total parcial. Assim, em alguns casos, essa participação supera cem por cento, significando que o valor transacionado relativo ao petróleo foi superior ao valor total das trocas das demais categorias.

Tabela 15. Exportações e vendas interestaduais a partir do ERJ por categoria tecnológica (%), 2003, 2007 e 2013

Intensidade Tecnológica	2003	2007	2013	2003	2007	2013
	Exportações			Vendas Interestaduais		
PP (exceto petróleo)	5,5%	2,5%	0,5%	2,8%	2,9%	2,0%
RB (exceto refino)	16,6%	11,3%	8,6%	16,2%	19,1%	19,7%
LT	34,0%	22,3%	13,2%	40,5%	42,0%	41,4%
MT	40,0%	60,2%	73,8%	29,0%	30,3%	30,5%
HT	4,0%	3,8%	3,8%	11,4%	5,7%	6,4%
Total parcial	100%	100%	100%	100%	100%	100%
Petróleo	95,4%	187,5%	158,2%	0,0%	10,6%	15,9%
Refino	45,9%	30,9%	28,4%	108,2%	12,0%	1,0%
Petróleo e Refino	141%	218%	187%	108%	23%	17%

Fonte: Elaboração própria a partir de ComexStat/ME e SEFAZ-RJ.

Comparando-se a pauta externa com a pauta de comércio interestadual, excetuando-se petróleo e produtos do refino, percebe-se que a estrutura das exportações do ERJ mostrou-se mais intensiva em tecnologia do que as vendas interestaduais, conforme dados da Tabela 15. As categorias MT e HT aumentaram sua participação conjunta na pauta de exportações fluminenses (exceto petróleo e refino) de 44,0%, em 2003, para 77,6%, em 2013,

graças ao forte avanço das vendas de MT. Na esfera interestadual, a participação das categorias mais intensivas em tecnologia recuou de 40,4%, em 2003, para 36,9%, em 2013, devido sobretudo ao desempenho negativo da categoria HT.

Apesar de as vendas interestaduais serem muito mais diversificadas que as exportações fluminenses, o que fica claro pelo forte peso do petróleo nas exportações fluminenses, não se esperava que os produtos mais intensivos em tecnologia fossem ganhar mais peso na pauta externa que na pauta interestadual. Isso porque o mercado internacional apresenta, em geral, níveis mais elevados de competição, dificultando a inserção externa. Esse movimento, porém, deve-se à categoria MT, que atingiu quase 75% da pauta de exportações fluminense.

A categoria de bens MT compreende, em geral, grande parte das indústrias de bens intermediários e de capital intensivas em escala e qualificação, conformando o núcleo da atividade industrial das economias maduras. Esses segmentos produtivos geralmente envolvem tecnologias complexas, com níveis moderadamente elevados de P&D, necessidades de competências avançadas e períodos de aprendizagem longos (LALL, 2000). No caso do ERJ, grande parte das exportações de MT está associada a produtos da metalurgia e siderurgia mais elaborados, a plataformas de perfuração e exploração de petróleo, cujas vendas foram esporádicas, e, também, produtos da indústria automotiva, como automóveis e suas partes.

No comércio interestadual, o núcleo mais representativo das vendas do ERJ para os demais estados do país é conformado pelos segmentos de LT, MT e RB (exceto refino), e não o petróleo bruto e nem os produtos do refino (exceto pelo ano de 2003). Essas indústrias provavelmente formam de fato um núcleo próximo de atividades e relativamente encadeado, envolvendo os complexos metalmeccânico/automotivo, químico-petroquímico e de alimentos e bebidas.

Como os bens RB são obtidos a partir do processamento de recursos naturais, as vantagens competitivas dos produtos desse grupo surgem geralmente da disponibilidade local desses recursos. Já os bens LT abarcam atividades tradicionais, as quais apresentam, em geral, tecnologias estáveis e difundidas. Nessa categoria, uma vez que os produtos são pouco diferenciados, o padrão de competição se dá muitas vezes por meio dos preços (LALL, 2000). Dessa maneira, é natural que, no mercado internacional, seja mais difícil competir com produtores que oferecem custos de mão de obra significativamente inferiores aos brasileiros. Porém, no mercado nacional, esses segmentos ainda conseguem representar grande parte das vendas por vias internas do ERJ, tendo em vista diversos fatores, tais como a proximidade de mercados consumidores, o estabelecimento de canais de distribuição e a aplicação de tarifas de importação nominais e efetivas relativamente altas.

De fato, Carneiro (2014) mostra que as tarifas nominais de importação incidentes sobre bens intermediários são persistentemente mais elevadas no Brasil do que em outros países emergentes. No mesmo sentido, Castilho (2015) indica que alguns segmentos da indústria química e siderúrgica apresentam estruturas de proteção efetiva de importações relativamente altas em comparação com a média da economia, tendo em vista serem segmentos de alto impacto em diversas cadeias industriais. Assim, pode-se dizer que a estrutura de proteção tarifária atua para preservar, em alguma medida, a competitividade dos produtores locais frente à concorrência externa, ainda que tenha havido forte penetração das importações desses bens. Tal hipótese é reforçada pela constatação de que essas indústrias não obtiveram aumentos de produtividade no período analisado, mas, mesmo assim, mantiveram-se com elevada representatividade no comércio inter-regional.

Pelo lado dos ingressos de mercadorias no ERJ, nota-se, de acordo com a Tabela 16, que as importações internacionais são

predominantemente mais intensivas em tecnologia que as compras dos demais estados. Enquanto as categorias MT e HT concentraram, juntas, 64,7% das importações (exceto petróleo e refino) de 2003 e 69,3% das importações fluminenses de 2013, nas compras interestaduais essas participações foram de 35,9% e 40,4%, respectivamente. Ainda mais significativa foi a diferença de representatividade da categoria HT, sendo muito mais expressiva na pauta de importações que na pauta de compras interestaduais (23% contra 2%, em 2013).

Tabela 16: Importações e compras interestaduais a partir do ERJ por intensidade tecnológica (%), 2003, 2007 e 2013

Intensidade Tecnológica	2003	2007	2013	2003	2007	2013
	Importações			Compras interestaduais		
PP (exceto petróleo)	10,3%	11,2%	8,4%	4,4%	3,9%	1,7%
RB (exceto refino)	19,6%	16,8%	13,3%	27,5%	29,2%	28,3%
LT	5,4%	9,4%	8,8%	32,2%	29,2%	29,6%
MT	38,0%	42,3%	46,4%	31,5%	35,4%	38,2%
HT	26,6%	20,2%	23,1%	4,4%	2,3%	2,2%
Total parcial	100%	100%	100%	100%	100%	100%
Petróleo	32,1%	32,3%	32,2%	0,0%	0,4%	0,7%
Refino	1,6%	4,0%	2,5%	78,5%	12,5%	5,1%
Petróleo e Refino	33,7%	36,3%	34,7%	78,5%	13,0%	5,8%

Fonte: Elaboração própria a partir de ComexStat/ME e SEFAZ-RJ.

Por outro lado, as categorias RB e LT apresentaram maior representatividade nas compras interestaduais que internacionais, o que poderia ser justificado pelos mesmos argumentos que explicariam a maior participação desses bens na pauta das vendas interestaduais do ERJ. A disponibilidade de recursos naturais, no caso dos bens RB, e a proximidade e proteção tarifária elevada, no caso dos bens LT, são elementos que ajudam a favorecer o suprimento interno desses bens vis a vis às importações.

Assim, pode-se afirmar que o ERJ busca proporcionalmente mais suprir-se de bens intensivos em tecnologia nos mercados externos, enquanto aqueles bens de tecnologias mais difundidas podem ser mais eficientemente fornecidos internamente. Não obstante, sabe-se que tanto o ERJ como o Brasil como um todo ainda estão distantes dos padrões de comércio internacional de

bens tecnológicos, participando muito modestamente dessas cadeias globais.

Ademais, enquanto nas importações internacionais, excetuando-se petróleo e refino, ganham destaque as indústrias MT, HT e bens de capital, nas compras por vias internas são predominantes as indústrias de bens RB, LT, MT e de bens de consumo não duráveis. Tal fato sugere que algumas máquinas necessárias para a expansão dos investimentos ou não são fornecidas a contento pela indústria nacional, ou mesmo nem sequer são produzidas no país. Em alguns ramos da indústria de exploração e produção de petróleo em águas profundas essa característica é bastante marcante. No segmento de revestimento e completação, por exemplo, excetuando-se o subsegmento de tubos de aço, estudo realizado em 2009 apontou que não havia instalações fabris no Brasil, de maneira que todas as necessidades de equipamentos passavam por importações (BAIN & COMPANY; TOZZINI FREIRE ADVOGADOS, 2009).

Assim, apesar de a inserção fluminense ser mais diversificada em nível regional que internacional, onde há maior dependência do petróleo, o ERJ depende proporcionalmente mais de bens de capital e produtos de média e alta tecnologia importados do que aqueles fornecidos internamente, o que pode representar uma situação de dependência produtiva e de vulnerabilidade externa, bem como um entrave ao seu desenvolvimento.

4 Considerações Finais

O presente artigo apresentou os dados de comércio interestadual a partir do ERJ, contribuindo, assim, com a exploração de uma faceta importante do desenvolvimento regional e ainda pouco explorada pela literatura, lançando luzes sobre as relações de complementaridade e dependência comercial e produtiva entre o ERJ e o resto do país.

Se a inserção externa do ERJ é majoritariamente dependente e concentrada em óleo bruto de petróleo, a relação do estado com o resto do país está relativamente mais atrelada aos segmentos tradicionais da indústria de transformação. Assim, os grandes protagonistas do comércio por vias internas a partir do ERJ são os complexos metalmeccânico e automotivo, químico-petroquímico e, em menor medida, a indústria de alimentos e bebidas.

Excetuando-se a indústria automotiva e alguns ramos na indústria química, as compras e vendas interestaduais são, em sua grande maioria, de produtos de menor complexidade e intensidade tecnológica, de baixa tecnologia ou mesmo baseados em recursos naturais. Fatores explicativos dessa preponderância se referem à proximidade do mercado consumidor e à existência de elevada proteção tarifária efetiva em algumas dessas indústrias, o que contribui para garantir a sua competitividade regional frente às importações. Além disso, poucas indústrias concentram grande parte dos valores transacionados e, em geral, os mesmos segmentos se destacam tanto nas compras como nas vendas, indicando forte componente intraindústria nesse comércio.

Com relação aos segmentos de alta tecnologia, as trocas interestaduais recuaram no período analisado, indicando o afastamento do ERJ dessa cadeia de valor em nível inter-regional. Além disso, a maior parte do consumo fluminense de produtos de alta tecnologia advindos de outros estados do país está associada a medicamentos e remédios, constatando-se que o ERJ se insere na cadeia de alta tecnologia principalmente como um mero consumidor final.

Ao se comparar as estruturas das pautas de comércio internacional e interestadual do ERJ, nota-se que o ERJ busca proporcionalmente mais suprir-se de bens intensivos em tecnologia nos mercados externos, enquanto os bens de tecnologias e usos difundidos podem ser mais eficientemente fornecidos internamente. Além disso, alguns bens de capital de média e alta tecnologia relacionados aos complexos industriais relevantes para o

estado são abastecidos preponderantemente por meio de importações, muito provavelmente por não se encontrar em solo nacional as competências necessárias para produzi-los de forma economicamente viável.

Se por um lado o ERJ apresenta um comércio interestadual relativamente diversificado e capaz de articular diversas cadeias relevantes da indústria fluminense, por outro, segmentos produtivos importantes para a expansão dos investimentos no ERJ não são encontrados no país. Assim, a ampliação da capacidade produtiva do estado fica dependente, muitas vezes, do fornecimento internacional. Como agravante, grande parte do saldo de comércio internacional fluminense advém do petróleo, o que explicita a fragilidade dessa situação tão recorrente na literatura econômica sobre o subdesenvolvimento: a dependência de exportações de *commodities* para financiar parte das importações de máquinas e equipamentos.

A partir da ótica do comércio por vias internas, a articulação comercial-produtiva entre os dois padrões de crescimento – nacional e estadual – ocorre predominantemente a partir das indústrias de média e baixa tecnologia, segmentos tradicionais de baixa produtividade. Em se tratando em grande parte de setores intermediários de uso difundido, tem-se a transmissão dessa baixa produtividade por diversas cadeias espalhadas pelo país, impactando negativamente sua competitividade. Já o setor mais produtivo e dinâmico da economia fluminense, ou seja, a indústria extrativa de petróleo, vincula-se majoritariamente ao resto do mundo. Essa vinculação certamente garantiu parte das divisas necessárias para o equilíbrio das contas externas do país nos anos 2000, sendo, portanto, funcional à manutenção do padrão de crescimento descrito em nível nacional. Porém, ela não possibilitou o transbordamento de produtividade para os demais setores da economia estadual e nacional e, ainda, parte dos encadeamentos para trás resultante da expansão desse setor escapou do país por meio de importações de bens de capital. O resultado é uma

situação de heterogeneidade estrutural e de vulnerabilidade externa, conformando um padrão pouco sustentável no longo prazo. Essas características são sintomáticas de economias subdesenvolvidas e tendem a se reproduzir e se perpetuar ao longo do tempo, caso não sejam desenvolvidas políticas para romper com esse padrão regressivo.

Referências

BAIN & COMPANY; TOZZINI FREIRE ADVOGADOS (Ed.). **Estudos de alternativas regulatórias, institucionais e financeiras para a exploração e produção de petróleo e gás natural e para o desenvolvimento industrial da cadeia produtiva de petróleo e gás natural no Brasil**: relatório consolidado. São Paulo: jun. 2009.

CARNEIRO, F. L. Comércio e protecionismo em bens intermediários. **Texto para Discussão**, n. 2007, IPEA, Brasília, set. 2014.

CARVALHO, L.; KUPFER, D. Diversificação ou especialização: uma análise do processo de mudança estrutural da economia brasileira. **Revista de Economia Política**, vol. 31, n. 4 (124), p. 618-637, out./dez. 2011.

CASTILHO, M. R. (Coord.). **A estrutura recente de proteção nominal e efetiva no Brasil**: estudo preparado para a Fiesp e para o IEDI. [S. l.] abr. 2015.

CAVALIERI, H.; HASENCLEVER, L. Especialização produtiva — reflexos sobre o desenvolvimento do estado do Rio de Janeiro. **Cadernos do Desenvolvimento Fluminense**, Rio de Janeiro, n. 16, primeiro semestre, 2019.

CEPAL. Cambio estructural para la igualdad: Una visión integrada del desarrollo. **Trigésimo cuarto período de sesiones de la CEPAL**, San Salvador, ago. 2012.

FURTADO, C. **O mito do desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

HASENCLEVER, L.; PARANHOS, J.; TORRES, R. L. Desempenho Econômico do Rio de Janeiro: trajetórias passadas e perspectivas futuras. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 55, p. 41-71, 2012.

HIRSCHMAN, A. O. **The strategy of economic development**. New Haven: Yale University Press, 1958.

KALDOR, N. Causes of the Slow Rate of Economic Growth in the United Kingdom, In: _____. **Further essays on economic theory**. New York: Holmes & Meier, 1966.

LALL, S. The Technological Structure and Performance of Developing Country Manufactured Exports, 1985-1998. **QEH Working Paper Series**, n. 44, 2000.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

Comércio por vias internas: uma análise das compras e vendas interestaduais a partir do estado do Rio de Janeiro

PREBISCH, R. **Capitalismo periférico: crisis y transformación**. México: Fondo de Cultura Económica, 1987.

SOBRAL, B. A falácia da “inflexão econômica positiva”: algumas características da desindustrialização fluminense e do “vazio produtivo” em sua periferia metropolitana. **Cadernos do Desenvolvimento Fluminense**, n. 1, fev. 2013.

TORRES, R.; CAVALIERI, H.; HASENCLEVER, L. O petróleo e os enclaves do desenvolvimento econômico fluminense. **Cadernos do Desenvolvimento**, n. 13, 2014.

VASCONCELOS, J. R. Matriz do fluxo de comércio interestadual de bens e serviços no Brasil – 1999. **Texto para discussão**, n. 817. IPEA, Brasília, ago. 2001.

VASCONCELOS, J. R.; OLIVEIRA, M. A. Análise da matriz por atividade econômica do comércio interestadual no Brasil – 1999. **Texto para discussão**, n. 1159. IPEA, Rio de Janeiro, fev. 2006.

Sobre o autor

Henrique Cavaliere

Graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Mestre em Economia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Doutor em Economia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). É auditor federal de finanças e controle na Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e atua como Assessor Econômico da Secretaria de Acompanhamento Econômico (SEAE) do Ministério da Economia. Tem experiências nos temas advocacia e promoção da cidadania, comércio exterior e propriedade industrial.

E-mail: henrique.cavaliere@gmail.com

Lia Hasenclever

Graduada em Ciências Econômicas, mestra em Economia Industrial e doutora em Engenharia de Produção pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Tem experiências nos temas advocacia e promoção da cidadania, comércio exterior e propriedade industrial. É professora do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Regional e Gestão de Cidades da Universidade Cândido Mendes (UCAM) em Campos dos Goytacazes. É professora aposentada do Instituto de Economia da UFRJ.

E-mail: lia@ie.ufrj.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1384-6323>

Histórico

Recebido em: 30/03/2022. Aprovado em: 11/07/2022. Publicado em: 20/10/2022.

Desenvolvimento econômico do estado de São Paulo: a plataforma neoliberal como redutora da renda do trabalhador ante o incremento do capital

Economic development of the state of São Paulo: the neoliberal platform as a reducer worker's income face with the capital increase

Nathália Gonçalves Zaparolli

Mestra e Doutoranda em Ciência Política pela UFSCar

Resumo: O presente artigo busca comparar a acumulação de capital do estado de São Paulo em relação à redução da renda do trabalhador, no contexto neoliberal. Assim, as políticas neoliberais serão discutidas, como também entender a escolha do estado de São Paulo como objeto de estudo. Os dados para análise, capital *versus* renda, serão o levantamento do Produto Interno Bruto (PIB), PIB *per capita*, Salário Mínimo (SM) e Rendimento Médio do Total dos Empregos Formais (RMTEF), no período de 2003 a 2015, extraídos da plataforma da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE). A análise é por meio do método qualitativo, estudo de caso, os dados coletados e interpretados analiticamente, com base no quadro teórico abordado, nas categorias de desenvolvimento econômico, distribuição de renda, desenvolvimento social. Resulta-se aos contrapontos entre desenvolvimento social e desenvolvimento econômico na dinâmica neoliberal, com acumulação de capital proveniente das políticas econômicas e atuação do mercado no estado de São Paulo, mas não repercute em condições de vida melhores para os trabalhadores. Conclui-se que o estado possui sua grandeza, ao passo que carrega consigo o espectro da pobreza.

Palavras chave: Acumulação de capital. Desenvolvimento econômico. Distribuição de renda.

Abstract: The present article seeks to compare the accumulation of capital of the State of São Paulo in relation to (reduction) of the workers' income, in the neoliberal context. Thus, neoliberal policies will be discussed, as well as understanding the choice of the State of São Paulo as the object of study. The data for analysis, capital versus income, will be the variables of the Gross Domestic Product (GDP), GDP *per capita*, Minimum Salary and Average Income of Total Formal Employment, between 2003 and 2015, extracted from the platform of the State System of Data Analysis Foundation (SEADE). The analysis is through the qualitative method, case study, the data collected and interpreted analytically, based on the theoretical framework addressed, in the categories of economic development, income distribution, social development. This results in counterpoints between social development and economic development in the neoliberal dynamics, with capital accumulation coming from economic policies and market performance in the State of São Paulo, but it does not reflect in better living conditions for workers. We conclude that the state possesses its greatness, while it carries with it the specter of poverty.

Keywords: Capital accumulation. Economic development. Income distribution.



1 Introdução

A redemocratização brasileira, a partir de 1985, foi um marco histórico no processo político brasileiro que veio acompanhada com um novo sistema de governar, de direcionar as políticas públicas, uma nova forma de intervenção do Estado. A classe política dominante influenciada por práticas internacionais de economia de mercado instalou um modelo baseado em medidas batizadas como neoliberais.

As medidas neoliberais começaram a se delinear no Brasil em meados de 1990. Passamos por uma reforma gerencial, estabilização monetária por meio de políticas de câmbio sobrevalorizado, juros altos e ajustes fiscais, em suma, o norte das ações do governo foi a tentativa de seguir uma orientação política mais desestatizante e internacionalizante, pelo que se buscou diminuir a importação e atrair capital externo como fonte de financiamento e investimentos, concessões e criação de agências reguladoras (BRESSER-PEREIRA, 1998; SALLUM JR., 2003).

O estado de São Paulo, quase concomitante com a federação, também passou a ter governos nos quais políticas neoliberais eram realizadas. Inserido nessa perspectiva, esse artigo pretende mostrar como essas políticas pautadas no espectro do neoliberalismo influenciam os ganhos do trabalhador, por meio da formação de sua renda em contraposição ao incremento do capital, no intuito de fomentar o debate e compreender como isso influenciou a qualidade de vida da classe trabalhadora.

Pauta-se que, além de ser um estado no centro do desenvolvimento econômico do Brasil, ou seja, possui protagonismo histórico e econômico, se torna primordial compreender as facetas desse neoliberalismo, no tocante às consequências na vida da população em geral. Dessa forma, a problemática aqui exposta é: a acumulação de capital em contraponto com a diminuição de renda do trabalhador formal.

Essa primazia do desenvolvimento econômico e acumulação de capital poderia proporcionar qualidade de vida para a população, direta ou indiretamente. Com base na pesquisa que discorreremos a seguir, notamos a distribuição desigual de rendas e, por consequência, o cidadão comum fica, em diversas circunstâncias, à margem dos prazeres (materiais ou não) que o capitalismo pode oferecer.

No esforço de compreender o problema aqui proposto, partiremos do método qualitativo de análise de dados, cujas variáveis argumentativas envolvem Produto Interno Bruto (PIB), PIB *per capita*, Salário Mínimo (SM) e Rendimento Médio do Total dos Empregos Formais (RMTEF) e, no comparativo com o RMTEF, utilizares o salário mínimo (SM). A série histórica adotada foi de 2003 a 2015.

O artigo está organizado da seguinte forma: no primeiro tópico, abordaremos as origens do liberalismo e neoliberalismo, dessa forma podemos definir o conceito daquilo que chamamos por neoliberalismo e até este ser incorporado na política brasileira. Por fim, como foi esse processo neoliberal nos governos de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff. Segundo tópico, abordaremos rapidamente a história do estado de São Paulo, a fim de mostrar sua significância em relação ao quadro político-econômico nacional e os motivos, portanto, para estudá-lo, posteriormente analisaremos os governos neoliberais desse estado, no período proposto pela pesquisa. No terceiro tópico, as escolhas das variáveis, os levantamentos de dados e seus resultados. Por último, as considerações finais, uma sinopse crítica das principais discussões e resultados.

2 Políticas neoliberais: origens e no Brasil

Em Alcântara (2017), os ideais liberais quase se confundem com as mudanças que se iniciam na Inglaterra nos séculos XVI e

XVII, com a propriedade tipicamente capitalista. Tínhamos o trabalho do campesinato como um sistema de exploração do trabalho excedente. Com a ascensão do capitalismo, essa lógica do trabalho se alterou para exploração do excedente de trabalho, estabelecendo uma nova ordem social, nas quais as relações de propriedade eram em conformidade com a dominação política. Interligado a esse movimento, se reivindica uma nova moralidade, centrando-se no indivíduo proprietário, no individualismo, uma sociabilidade capitalista. Esses eixos eram a base de um novo ordenamento da vida social, o ideário liberal, ou liberalismo como ficou conhecido.

Esse movimento descrito acima, juntamente com as ideias do Racionalismo e Iluminismo e, posteriormente, consagrado pelo livro de Adam Smith, *A riqueza das nações* (primeira publicação em 1776), podemos dizer que as bases da economia política clássica ali se fundamentam, se estabelece a primazia do mercado (absolutamente neutro e auto regulamentado), o individualismo (escolhas rentáveis seriam ao mesmo tempo mais produtivas para a população como um todo) e essa nova ordem econômica aconteceria sem a intervenção estatal. Temos, basicamente, as bases do liberalismo econômico, cuja finalidade é a obtenção de riqueza privada (LEME, 2010).

Com o passar de basicamente dois séculos, a mão invisível, em determinados momentos, pode ser fragilizada, ou seja, temos a perspectiva que mesmo numa livre concorrência, pautada em interesses individuais, caso as leis econômicas não conseguissem manter tal dinâmica, era papel do estado garantir essas leis, ou seja, o progresso e as liberdades individuais dos capitalistas estariam, em determinadas situações, sob a custódia do estado (PASSET, 2002).

Temos assim duas ideias de liberalismo. Na primeira, o estado tem apenas a função da segurança nacional, já na segunda, adquire mais responsabilidades, cujas propostas foram formuladas pelos chamados neoclássicos. Tais ideias, chamadas posteriormente de neoliberais, vieram com o propósito de resolver a crise econômica

de 1929, com a Grande Depressão. Outro modelo foi proposto para lidar com essa crise na mesma época, o chamado de *Welfare State*, proposto inicialmente por Keynes que, em suma, significava a defesa de um estado mais intervencionista e com gastos sociais¹. Este modelo foi adotado por diversos governos no mundo e o neoliberalismo, de certa forma, ficou latente (LEME, 2010).

Após a Segunda Guerra Mundial, as ideias do neoliberalismo retornaram, principalmente na América do Norte e na Europa, países onde o capitalismo já estava consolidado. Esse “novo” fenômeno criticava a regulação social, uma vez que prejudicava as liberdades individuais e a livre concorrência. Para os neoliberais, os gastos do governo nas áreas sociais, conquistadas por meio de lutas dos sindicatos e movimentos operários, prejudicava a dinâmica do mercado, uma vez que reduzia os lucros empresariais. Assim, começou a ganhar espaço em países que enfrentavam baixo crescimento e alta taxa inflacionária. O mais emblemático dessa arena política é que a proposta foi de intervenção estatal contra movimentos sindicais, mas primou pela não intervenção (ou pouca) em relação às trocas econômicas (ANDERSON, 1995).

Na mesma discussão a respeito sobre esse reordenamento estatal, HIBOU (2012) pontua precisamente, é uma conciliação de uma mão de obra barata, disciplinada, ilegal, juntamente com a instauração da flexibilidade, concorrência e a competitividade, além de administrar uma segurança baseada no monitoramento e na disciplina da população. Essa disciplina pode ser praticada por meio da legislação trabalhista (vimos claramente em 2017 isso ocorrer no Brasil com a “nova” Consolidação da Legislação Trabalhista); por meio de agências de emprego temporário²; e, principalmente, com

¹ Para um melhor entendimento do que foi e como se realizou o *Welfare State*, ver Marshall (1963).

² Essas empresas são especializadas em buscar e contratar profissionais, pessoas físicas ou instituições, para empregos/trabalhos temporários, com ou sem possibilidade de efetivação, a fim de atender em caráter temporário as necessidades de uma empresa. A título de exemplificação, uma das formas desse agenciamento, no período de festas no final do ano, diversas lojas costumam aumentar seu quadro de funcionários ao contratar mais mão de obra, devido às jornadas de trabalho estendidas, ou aumento do volume de consumidores, por conseguinte necessidade de mais atendentes.

a empresas transnacionais, espaço e mão de obra barata e de acordo com suas exigências (redução da cobrança de impostos, não pagamento por danos ambientais, diversas concessões).

Não se trata necessariamente de um estado pequeno, não intervencionista em qualquer sentido. Trata-se das diferentes maneiras nas quais o estado interfere e para quais áreas se direcionam os gastos públicos. Gastos com políticas sociais não condizem com um desenvolvimento econômico adequado para os modos capitalistas, tanto que Pochmann (2001) discorre a respeito do estado mínimo ser um dos mitos dessa era neoliberal, conseqüentemente levaria ao crescimento econômico sustentável. Por isso reduzir tais gastos favorece, em grande medida, redirecionamentos para políticas econômicas (como não cobrança de impostos nas grandes fortunas, heranças, ou perdão, negociação de dívidas de bancos) e com a gestão do medo, favorece inculcar no cidadão comum o ideário neoliberal e sua responsabilidade pelo próprio sucesso.

Nesse movimento de países adotando o sistema neoliberal em seus governos, juntamente com o processo de globalização, no qual as externalidades influenciam nos processos e escolhas internas (mundo – Brasil). No início da década de 1980 esses ideais chegam ao Brasil, num período, como já colocado, de baixo crescimento econômico, alta dívida externa e inflação.

Resumidamente, passamos nas últimas décadas por crises internacionais que reverberaram nacionalmente, como também alguns impasses internos. Se tomarmos o ponto de partida a queda da economia brasileira na época da ditadura (no período de 1964 a 1985), passamos pela crise do Petróleo em 1973, fim da Guerra Fria, mais crise econômica no começo da década de 1990, chegando ao ápice da dívida externa e indicadores inflacionários altos. Até o ano 2008, como um dos fatores a exploração imobiliária, provocando intervenção do estado em defesa das instituições financeiras (KRUGMAN, 2009; MAZZUCHELLI, 2008) e, pontuado por Candiotto

(2015), colapso social e econômico dos países do sul da Europa em torno da estabilidade do euro.

Com o intuito de pontuar alguns marcos de crises econômicas, que na tentativa de reestruturar o país, geraram desavenças políticas e diversas estratégias para vencer essas barreiras. Nesse sentido, o neoliberalismo entra em cena no Brasil, tardiamente se comparados a outros países da América Latina, como Chile e Argentina. Iniciando-se no mandato de Fernando Collor de Mello, de 1990 a 1992, e se estendendo para os governos de Fernando Henrique Cardoso, de 1995 a 2003 (LEME, 2010).

Assim, politicamente, passamos a partir de 1985 pelo processo de redemocratização do país. Os marcos do neoliberalismo político³ foram o Programa Nacional de Desestatização e Reforma Gerencial dos anos 1990. Basicamente, propunham ações do governo na tentativa de seguir uma orientação política mais desestatizante e internacionalizante, pelo que se buscou diminuir a importação e atrair capital externo como fonte de financiamento e investimentos, concessões e criação de agências reguladoras (SALLUM JR., 2003). No quesito do neoliberalismo econômico, estabilização monetária por meio de políticas de câmbio sobrevalorizado, juros altos e ajustes fiscais, priorização das políticas fiscais e monetárias (BRESSER-PEREIRA, 1998).

Como destaca Carleial (2015, p. 204):

O projeto neoliberal implantado tinha as seguintes características: a) controle da inflação; b) abertura comercial com o objetivo de ampliação da competitividade e privatização das grandes empresas governamentais; c) desregulamentação financeira e dos mercados de trabalho; e d) controle dos gastos públicos, com a redução do papel do estado.

Na esfera federal, esse foi o sistema adotado para gerenciar as políticas públicas do governo. Em 2003, iniciou-se um governo preocupado com as políticas sociais, implantou-se o programa Bolsa Família, Minha Casa Minha Vida, Ações Afirmativas nas

³ Pontuamos liberalismo econômico e liberalismo político, no sentido de diferenciar as medidas adotadas para o sistema econômico e político, lembrando que estão interligados, possuem as mesmas máximas, que seria o liberalismo como ideologia, como ordenamento de toda vida social.

Universidades Federais, dentre outros, com o objetivo de diminuir desigualdades históricas. O presidente na época era Luiz Inácio Lula da Silva.

O foco passa a ser maior intervenção do estado sobre o mercado, com incentivos estatais nas atividades produtivas, proteção do estado para os mais pobres, juntamente com estímulo para o desenvolvimento privado, mas com uma perspectiva social diferente do governo anterior (SINGER, 2009). Assim, por que persistimos em fundamentar a existência de uma política neoliberal? Porque a lógica do capital permaneceu presente na forma de gerenciar o estado, há subordinação das políticas sociais, frente às políticas econômicas, como argumentado em Yamamoto (2008), as políticas sociais estão à mando das medidas orçamentárias.

No primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011-2014), buscou-se manter as políticas que promovessem a diminuição das desigualdades econômicas e elevadas taxas de crescimento econômico, mas ainda atravessada pela necessidade de reagir à crise econômica mundial, cujo marco foi em 2008. Corsi (2016) relata que em 2011 já se inicia a elevação moderada dos juros, devido à alta dos preços e às políticas de metas de inflação da época. Em complemento, Bresser-Pereira (2013) argumenta que em diversos momentos ela se deparou com a marca neoliberal da economia: superávit primário, câmbio flutuante e meta de inflação, medidas para taxa nominal elevada e taxa de inflação reduzida, como consequência taxa de juros real altas, assim favorecendo os capitalistas e rentistas. Para esse mesmo autor, Dilma não conseguiu reverter essa lógica macroeconômica, um dos motivos foi não ter apoio da sociedade civil para concretizar as mudanças necessárias, apesar de que sua base aliada diminuiu grosseiramente dentro do Congresso também, desde sua posse até seu *"impeachment"*.

Mesmo com tamanha pressão, ela apostou no que chamam de política econômica heterodoxa, implantando a redução de juros, em

acordo com a atuação dos bancos públicos, novamente, devido a intensas críticas, recuou. Com as crises pelas quais passou seu mandato, crise de crescimento de países emergentes, crise do euro, *etc.*, a estratégia foi aumentar o estímulo no investimento privado, medida já adotada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), por exemplo. Outra característica, o setor financeiro continuou aumentando seu patrimônio líquido, marcado pelas empresas multinacionais (CARLEIAL, 2015). Mesmo com investimentos estatais em políticas sociais, as medidas neoliberais regiam a forma de governar⁴.

3 Neoliberalismo e o estado de São Paulo

Estudar o estado de São Paulo quando se trata de desenvolvimento econômico e neoliberalismo é emblemático. Faremos uma recapitulação sucinta da história de São Paulo, apenas com o intuito de mostrar alguns marcos que em seu conjunto influenciaram no desenvolvimento do estado.

Inicialmente, ainda enquanto província, São Paulo praticava a agricultura de subsistência, procurou-se implantar a monocultura da cana-de-açúcar. No século XVII, tivemos o movimento que ficou conhecido como “as bandeiras” formado por paulistas em expedição à procura de metais preciosos no interior do país. Nos séculos XVIII e XIX, começou o destaque econômico de São Paulo, houve expansão do cultivo do café e implantação das ferrovias. Com o “fim” do sistema escravocrata, recebemos uma grande quantidade de imigrantes para trabalhar no cultivo da lavoura. Desde o século XX até atualmente, com a prosperidade do capital, o estado foi se transformando urbanística e culturalmente, aumentando seu parque industrial, seu poder político frente às questões nacionais (HISTÓRIA, s/d).

⁴ A análise do artigo vai até 2015. Como sabido, Dilma sofreu processo de Impeachment em 2016, assumindo seu vice Michel Temer, que manteve mais que nunca medidas neoliberais de desmonte das políticas sociais, privatizações, juros altos, aumento das desigualdades em prol do discurso do desenvolvimento econômico.

A queda do café, influenciada também pelo *crash* da Bolsa de Nova York em 1929, marca o começo da ascensão do *Welfare State* em países industrializados ocidentais, como os Estados Unidos. O Brasil, como um todo, foi impulsionado por um processo de industrialização na era de Getúlio Vargas. Nesse período, tratava-se de uma política econômica valorativa do capital nacional, desvalorização do capital externo (DRAIBE, 1985). São Paulo foi um dos carros-chefes nesse processo, uma vez que já tinha estrutura urbana e recursos para tal empreendimento. Assim, nas décadas seguintes, passou a ser o mais expressivo produtor de capital, com o maior parque industrial do país (HISTÓRIA, s/d).

Não podemos deixar de pontuar, as Indústrias Matarazzo como ícone do desenvolvimento paulista, tendo como matéria prima o algodão e suas origens ainda no começo do século XX. Têm papel importante na história da industrialização paulista, uma vez que definem um modo de produção industrial, também por se constituir paralelamente à lavoura do café, ambas fontes impulsionaram riquezas para o estado (VICHNEWSKI, 2004).

Explanado de forma sucinta a histórica do estado de São Paulo e um pouco das origens de seu protagonismo, partiremos para análise das políticas neoliberais no período proposto, de 2003 a 2015. Com isso, conseguiremos situar o leitor do quadro político e econômico que se encontrava o estado, tais apontamentos nos auxiliará na interpretação dos dados coletados e seus cruzamentos analíticos.

Durante esses 13 anos abordados aqui na pesquisa, o estado foi governado pelo mesmo partido, o PSDB, exceto em uma ocasião, em 2006, quando o vice-governador Cláudio Lembo do Partido Social Democrata (PSD) tomou posse. Naquele ano, o então governador Geraldo Alckmin havia saído para concorrer à presidência da República. No entanto, quem venceu foi Luiz Inácio Lula da Silva.

Em relação a um projeto de governo peessedebista, podemos ver em Guiot (2010), a partir de documentos do próprio partido, a

argumentação que o PSDB desde sua formação adota o discurso neoliberal, por mais que não fosse homogêneo ideologicamente, no que se refere às suas publicações apontavam para uma orientação de temas da agenda neoliberal. Assim, busca ser o protagonista da aplicação dessa plataforma, podendo extrair de suas propostas a reprodução de setores hegemônicos do capital. Entre outras ideias de reforma do estado proposta pelo partido, fica mais nítido o ideário neoliberal, nos termos colocados no artigo:

Estava claro que, para o PSDB, “desprivatizar” significava convencer amplos setores sociais da necessidade de quebrar a resistência e a capacidade dos setores organizados em lutar por um projeto redistributivista no Brasil, desqualificando também qualquer organização sindical combativa do funcionalismo público que, capitaneados pela CUT, era apresentada como “corporativa”, “burocratizada”, “ineficiente” e, por isso, predadora do “bem comum”. Isso nos dá a certeza de que “desprivatizar” o estado, para o PSDB, significava “depurá-lo” de qualquer conteúdo popular e universalizante em favor dos interesses e demandas de alguns setores do capital. A busca era pelo interesse comum, mas dos setores empresariais, especialmente dos banqueiros (GUIOT, 2010, p. 236-237).

Antes de abordarmos algumas políticas, torna-se necessário pontuar que, apesar do Pacto Federativo decretado pela Constituição de 1988, no qual Federação, estado e municípios constituem entes federativos e, portanto, possuem responsabilidade próprias a respeito de determinados procedimentos políticos e econômicos, as políticas federais possuem grande influências nas políticas locais, tanto direta, quanto indiretamente, descentralizante no papel, no entanto nem todos os municípios possuem devida autonomia para elaborar ou desenvolver suas próprias políticas públicas (ARRETCHE, 1996).

Isso posto, as cidades do estado de São Paulo, dependendo de sua magnitude, principalmente orçamentária, passam por processos semelhantes. Ou seja, podemos pensar a autonomia (relativa) no sentido de que os orçamentos municipais são compostos de receitas advindas de sua própria arrecadação, como Imposto Predial Territorial e Urbano, entre outras; de receitas estaduais, por exemplo Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, entre

outras; e receitas federais, como Fundo de Participação dos Municípios, entre outras. Isso é fundamental para complementar o próprio orçamento e, assim, conseguir implementar políticas públicas, ou realizar o pagamento de servidores públicos, *etc.* Assim, municípios de pequeno porte como Borá (SP) podem depender mais dos repasses federais e estaduais para suas ações em comparação a municípios de grande porte como Campinas (SP)⁵.

De forma gerencial e administrativa, políticas federais serviram de inspiração ou auxiliaram propostas regionais. Em termos de políticas sociais, uma delas foi a política de combate à pobreza, voltada, portanto, para o desenvolvimento social. O primeiro passo seria um cadastramento único em todos os municípios do estado, chamou-se inicialmente de Cadastro Pró-Social, assim o governo conseguiria mapear as áreas de maior vulnerabilidade. Apostou-se na descentralização e municipalização das ações sociais, como outras políticas também adotaram tal dinâmica. Esse cadastro foi implementado em 2004 e as diretrizes inseridas nos Planos Municipais de Assistência Social, de acordo com as particularidades de cada município (CASTRO, 2004).

De maneira mais específica, esse cadastramento do Sistema Pró-Social é um dos componentes do Projeto BID/SEADS – Avaliação e Aprimoramento da Política Social no estado de São Paulo, que recebeu investimento de 5 milhões de dólares do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para sua implementação, em 2004⁶. Em termos de inserção no sistema, os usuários, sendo eles as famílias beneficiárias (vinculadas) ou famílias elegíveis (não vinculadas) de programas de assistência social ou instituições que

⁵ A quantidade de pessoas residentes nas cidades é um fator que influencia a arrecadação. A população estimada de Borá, em 2021, foi de 839 pessoas, enquanto a população estimada, no mesmo ano, de Campinas foi de 1 milhão e 200 mil pessoas, aproximadamente. Presume-se, portanto, que Campinas só por esse fator arrecada mais que Borá. E, assim, a dependência de Campinas com os demais repasses pode ser inferior para realizar suas ações públicas. As informações demográficas de [Borá](https://cidades.ibge.gov.br/) e [Campinas](https://cidades.ibge.gov.br/) foram extraídas do portal [IBCG Cidades](https://cidades.ibge.gov.br/) [Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em: 11 maio 2022].

⁶ Informações extraídas do portal do Governo do Estado de São Paulo: <https://www.saopaulo.sp.gov.br/eventos/desenvolvimento-social-bid-conclui-a-primeira-avaliacao-para-implantacao-do-cadastro-pro-social/>. Acesso em: 11 maio 2022.

oferecem programas de assistência social, são cadastrados por gestores públicos responsáveis. Existe vinculação com política federal, as pessoas que estão no CadÚnico Federal⁷ também podem se cadastrar no Pró-Social e receber benefícios estaduais, como o Programa Renda Cidadã⁸. Em termos de influências de políticas federais, assim como no Programa Bolsa Família, a mulher é considerada responsável pela família, em cujo nome é feito cadastro mesmo com cônjuge⁹.

Em relatório de avaliação do Sistema realizado pela Secretaria Estadual de Assistência (SEADS) e Desenvolvimento Social do estado de São Paulo com o apoio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e co-financiado com recursos do BID e do Governo do estado de São Paulo, no primeiro semestre de 2009, 9.767 instituições públicas e privadas, 198 programas e 1.637.122 famílias tinham sido cadastradas.

No sentido da busca por um desenvolvimento social, o governo estadual também possui o Programa Renda Cidadã, programa de transferência de renda, interligado a atividades complementares. O Programa Bom Prato oferece refeições para cidadãos de baixa renda. Ambos são promovidos pela Secretaria de Desenvolvimento Social, existem outros programas, como Família Paulista, que começou em 2016. Há investimentos em política social, no entanto tem a contrapartida¹⁰.

Por mais que se tivessem diversas iniciativas em políticas sociais, foi verificado uma diminuição nos investimentos nos últimos anos. Uma ressalva, o levantamento traz dados de 2011 e 2012 até 2017, mesmo que não aborde os anos anteriores como esse artigo

⁷ Para mais informações a respeito do Cadastro Único Federal em: <<https://www.gov.br/cidadania/pt-br/acoes-e-programas/cadastro-unico>>. Acesso em: 11 maio 2022.

⁸ Maiores informações a respeito do Programa Renda Cidadã em: <<https://www.desenvolvimentosocial.sp.gov.br/acoes-de-protecao-social/renda-cidada/>>. Acesso em: 11 maio 2022.

⁹ Informações a respeito do Sistema Pró-Social extraídas em: <<http://www.prosocial.sp.gov.br/PerguntasRespostasInterna.aspx#p3>>. Acesso em: 11 maio 2022.

¹⁰ Informações extraídas de: <<http://www.desenvolvimentosocial.sp.gov.br/portal.php/programas>>. Acesso em 01 abr. 2012.

se propõe, é um indicativo de tendência em cortes orçamentários dessas políticas governamentais, ou seja, mesmo que entre 2003 e 2012 houvessem aumentos, infelizmente essa política orçamentária não se prolongou ao longo dos anos. Inclusive, os Programas aqui comentados, como Renda Cidadã, caíram de aproximadamente 231 milhões de reais em 2011 para quase 49 milhões, evidente uma redução significativa. O Programa Casa Paulista, em 2011, foi de 178 milhões de reais para reduzir a 52 milhões, em 2017. Dos Programas avaliados, o único que apresentou aumento orçamentário foi o Bom Prato, aumento de 40,5% de 2012 a 2017¹¹.

Em um pronunciamento do então governador José Serra, em 2007, devido ao lançamento do Programa de Parcelamento Incentivado Estadual (PPI) do ICMS (Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços), alude a considerações intrigantes a respeito da sua percepção da política neoliberal implantada no Brasil e no mundo. Ele se indigna por não existir mais valorização da economia e sim da especulação financeira. Segundo Serra, antes incentivavam a produção e a inflação estava alta por causa da valorização do câmbio. Dessa forma, esse programa teria o propósito de favorecer a geração de bens de serviço, de agricultura e indústria, trazendo alívio na área produtiva, uma vez que se trata de renegociação com o estado.

Realmente, estamos num momento de bastante especulação financeira, tanto que as crises em 2008 e 2011 nos remetem a isso. No entanto, esse programa mencionado é apenas um pequeno exemplo das políticas adotadas pelos governos aqui em questão. Mesmo que parcela do dinheiro volte para o estado, devido ao desconto, grande parte ainda fica desfalcada. Há o alívio do setor produtivo mencionado, realmente sem dívidas, preocupações a menos, todavia repercute em maior capital acumulado para o setor empresarial. Inclusive, é comentado a respeito de programas semelhantes para a sonegação de impostos, outra ocorrência

¹¹ Informações extraídas de: <<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,governo-paulista-reduz-gasto-com-social,70002114571>>. Acesso em 01 abr. 2022.

comum que inviabiliza bilhões de arrecadação para o estado¹². No limite, essas medidas tendem a favorecer mais a elite que o cidadão comum, por conta da renúncia fiscal que os governos oferecem para os grandes empresários e produtores rurais.

Dessa forma, compreender esse período nos possibilita entender o âmago da questão que será colocada adiante na disparidade que se dará a partir daí e décadas seguintes até os dias de hoje. Como perceberemos ao longo do artigo, a riqueza produzida pelos paulistas não lhe é devolvida na mesma proporção, mas se capitaliza, primeiramente para os barões do café, depois grandes industriais e agora pelos banqueiros, numa escalada sem precedentes, aprofundando um abismo histórico que nos tolhe o futuro e nos faz envergonhar do passado.

A ênfase no modelo neoliberal se torna um objetivo a ser seguido pelo capital, a partir do momento em que se faz necessário aumentar a produtividade, diminuindo o uso da mão de obra, imprimindo tecnologia e inovação. Desde Taylor e Ford, com a descoberta da produção em série, menos trabalhadores são necessários para imprimir um ritmo alucinante de peças produzidas por hora – não necessariamente o avanço da tecnologia e inovação é algo ruim para a sociedade, muito pelo contrário, pois também pode proporcionar qualidade de vida, no entanto questiona-se a forma como é socializada essa tecnologia, assim como seus rendimentos, no quesito lucratividade das empresas, se há repasses ou não desses lucros aos trabalhadores, ou a tecnologia/inovação é acessível para grande parte da sociedade.

Dessa forma, São Paulo, como estado, como ente federativo do Brasil, refaz a sua escrita contábil, como uma das leituras possíveis investindo cada vez mais em máquinas e menos trabalhadores, protagonizando uma revolução que faz seu PIB

¹² Em relação a arrecadação nacional, o Sindicato Nacional dos Procuradores da Fazenda Nacional (Sinprofaz) estimou em 2015 a sonegação de impostos na casa dos R\$420 bilhões de reais. Informações de: <<http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,sonegacao-de-impostos-no-brasil-chega-a-r-420-bi-em-2015,1784149>> Acesso em: 01 abr. 2022.

alcançar desempenho semelhante ao de muitos países. Mas, isso não se deu de uma hora para outra, foram décadas de novas rotinas produtivas.

Paralelo a isso, criaram-se os cursos profissionalizantes, como a graduação tecnológica em Biocombustíveis e em Gestão Empresarial¹³, curso técnico em Administração¹⁴, dentre outros¹⁵ - para abastecer a falta de mão de obra dita qualificada, em detrimento dos cursos voltados para análise da realidade numa perspectiva mais crítica. Afinal, isso faria o trabalhador que estava sendo preparado para produzir, questionar o *status quo* vigente e despertar a consciência, numa visão mais marxista.

Como bem observado no presente artigo, o neoliberalismo enquanto ideologia¹⁶, dita as formas de ordenamento da vida política. Em outras palavras, as políticas adotadas pelos governos que se sucedem, fazem do regramento econômico a conduta a ser seguida no gerenciamento do estado. O discurso do acúmulo de capital para fazer frente às demandas da sociedade traduz para uma linha muito tênue, a plataforma desenvolvimentista e o roteiro neoliberal como agenda paulista.

O neoliberalismo não é só contexto, pois ele rege e atua na forma no desenvolvimento de um país, estado e cidade, e, no nosso caso, o estado de São Paulo. Com isso, analisaremos alguns dados que constituem-se em variáveis para o entendimento justamente disso, o protagonismo do desenvolvimento econômico e a figuração do desenvolvimento social. A teoria já nos diz isso e como perceberemos, os dados e a realidade estão intimamente conectados.

¹³ Maiores informações em: <<https://www.desenvolvimentoeconomico.sp.gov.br/piracicaba-e-porto-ferreira-ganham-fatec-e-etec/>>. Acesso em: 11 maio 2022.

¹⁴ Maiores informações em: <<https://www.saopaulo.sp.gov.br/ultimas-noticias/governo-cria-a-etec-de-itarare/>>. Acesso em: 11 maio 2022.

¹⁵ As instituições de ensino fornecedoras desses cursos no estado de São Paulo encontram-se aqui: <<https://www.investe.sp.gov.br/por-que-sp/mao-de-obra-qualificada/ensino-profissionalizante/>>. Acesso em: 11 maio 2022.

¹⁶ O termo ideologia é entendido pela concepção marxista como conjunto de proposições fundamentadas na sociedade burguesa, com propósito de constituir a hegemonia da classe dominante, disseminada como interesse coletivo comum.

4 Renda do Trabalhador ante o incremento de capital

Para contrapormos o social e econômico, trabalharemos com as variáveis do PIB, PIB *per capita* e RMTEF. O SM tem como função um comparativo do aumento (ou não) basicamente do poder de consumo do trabalhador, como fonte principal os dados coletados são da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE), no período de 2003 e 2015. Mas antes de apresentarmos os dados coletados, é importante explicarmos as razões dessas escolhas.

O PIB nos revela a acumulação de todas as riquezas produzidas do estado, ou, do valor de mercado de todos os bens e serviços finais ao ano. O PIB *per capita* nos mostra o rendimento da população, na proporção do PIB gerado. O SM é a base para notarmos se houve achatamento do salário do trabalhador e o RMTEF, espécie do padrão do valor que recebe mensalmente, como o próprio nome já diz se trata de uma média, ou seja, mesmo assim há variações no rendimento do trabalhador, no sentido existem aqueles que possuem uma renda bem inferior a essa média.

Outra questão relevante, esse rendimento médio trata-se dos trabalhadores formais, uma vez que se consegue estabelecer de forma mais facilitada os valores para serem calculados, sem contar que há a agregação de empregos da área rural e da área urbana. No entanto, não podemos esquecer do montante de trabalhadores informais, com seus rendimentos informais, e que poderia aumentar ou diminuir esse valor médio.

Ainda sobre o rendimento médio, o próprio site do SEADE nos apresenta a forma como é calculado. Trata-se de vínculos empregatícios ativos até 31 de dezembro de cada ano, fornecidos pelos contratantes nos sistemas Relação Anual de Informações Sociais (Rais), do Ministério do Trabalho e Emprego. E vínculo empregatício é a relação de emprego com o empregador no ano-base submetidos às leis da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) ou pelo Regime Jurídico Único. O comparativo com o SM é no

sentido de conseguirmos estabelecer a redução do poder de compra ou não e, no limite, a melhoria ou não da qualidade de vida do cidadão. Sabemos que rendimento pode ser mais que salário, mas tratam-se de escolhas metodológicas, a fim de alcançar a compreensão das questões aqui expostas.

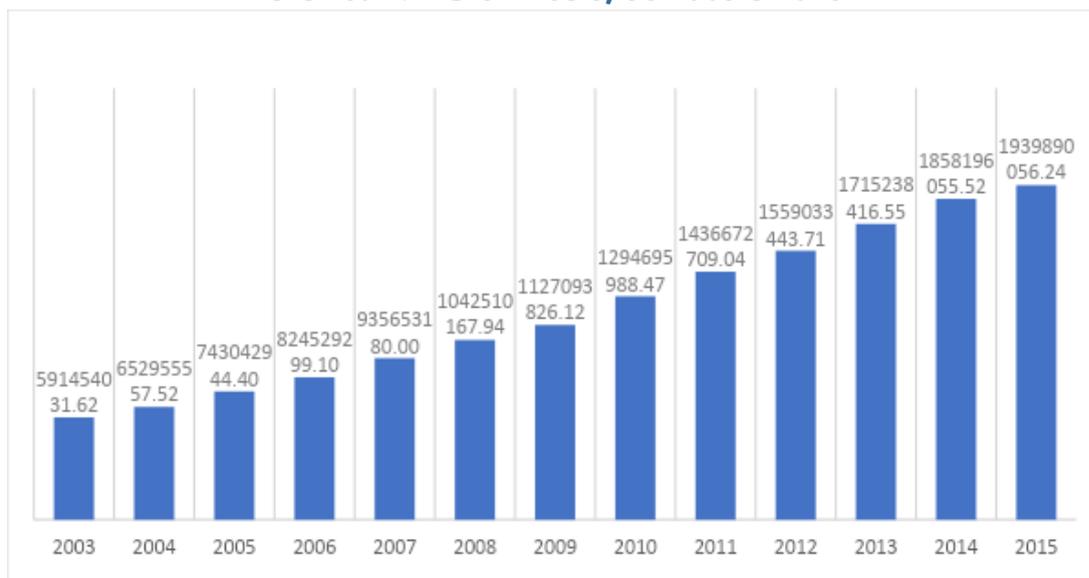
Dessa forma, mesmo que possa ter discrepâncias entre os valores reais dos rendimentos dos trabalhadores do país de modo geral e os calculados pelo SEADE, de toda maneira: primeiro é um dado oficial, isto é, os Ministérios e governos se utilizam dele para realizar suas políticas, segundo esses valores ainda assim nos permitem fazer análises e comparativos com a situação do trabalhador ao longo dos anos aqui propostos, com requisitos científicos.

No que se refere ao período, foi escolhido justamente para abranger um governo com políticas sociais e investimentos estatais nas áreas de melhoria de qualidade de vida, de modo amplo, mais pautado no poder de compra, no entanto como já apresentado não se descolou totalmente da lógica neoliberal, isso na esfera federal. Na estadual, permaneceu nesse período um governo que vem sendo pautado pela implantação de medidas neoliberais, perpetuando uma espécie de poder hegemônico desde 1994, com a eleição de Mário Covas. Geraldo Alckmin saiu candidato à presidência pelo Partido da Social Democracia Brasileira, em abril de 2018, assumindo seu vice Márcio França, do Partido Socialista Brasileiro. Depois, assumiu João Dória do PSDB, novamente.

A autora deste artigo apresenta os valores reais, mas seu foco ainda assim são os nominais, porque o interessante é notar como era a condição da população em 2003, em seus valores correntes da época, ou seja, época na qual vivia efetivamente. O mesmo raciocínio é aplicado para 2015. Em termos podemos verificar se aumentou efetivamente ou não o PIB, PIB *per capita* e RMTEF, mas os absolutos, nos mostra as condições de vida da população à época dos dados explanados.

Começaremos pelo PIB do estado de São Paulo ao longo desses mais de dez anos, como consta no gráfico 1, em valores correntes, posteriormente apresentaremos a tabela com a taxa de crescimento real em porcentagem.

Gráfico 1. PIB em reais, de 2003 a 2015

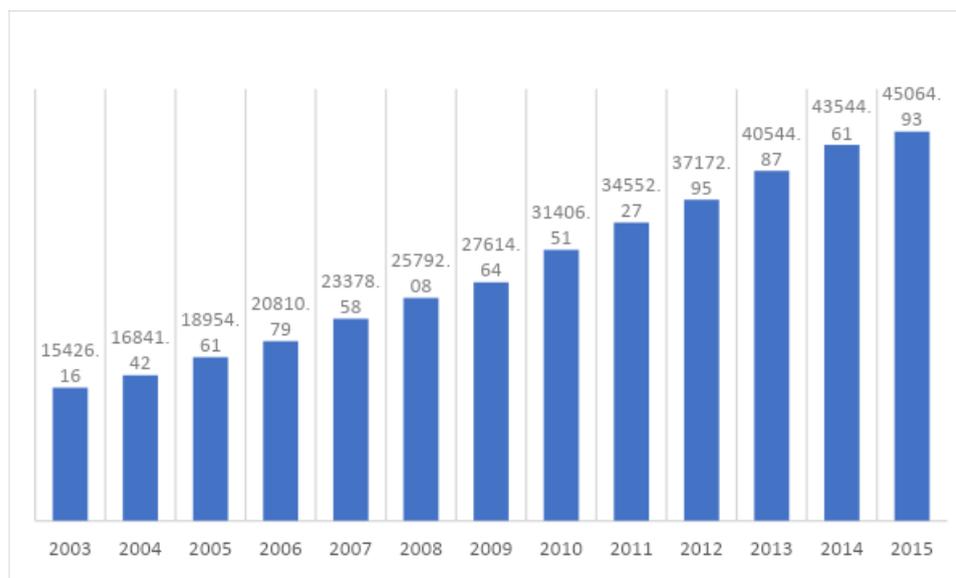


Fonte: <https://perfil.seade.gov.br>. Acesso em: 01 abr. 2022.

O gráfico 1 nos mostra que o PIB do estado de São Paulo cresceu nesses anos de análise. De, aproximadamente, 600 bilhões de reais para quase dois trilhões de reais, um aumento substancial de 330%. A arrecadação bruta do estado sem dúvidas foi significativa, a indústria, o setor comercial, os terceirizados, enfim todos os setores que englobam a produção econômica, no geral, tiveram aumentos financeiros. O incremento do capital se fez fortemente presente.

Apesar do aumento populacional do estado, de 39.340 mil para 44.400 mil habitantes¹⁷, os valores obtidos do PIB *per capita* também aumentam, em preços correntes, como podemos observar no gráfico 2, seguinte.

¹⁷ Dados extraídos de: <<https://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/>>. Acesso em: 01 abr. 2022.

Gráfico 2. PIB *per capita* em reais, de 2003 a 2015

Fonte: <https://perfil.seade.gov.br/>. Acesso em: 01 abr. 2022.

Como podemos observar em 2003, o PIB *per capita* era de aproximadamente 15.400 reais, já em 2015 triplicou-se, chegando ao valor por volta de 45 mil reais. Acompanhando o crescimento do PIB, que também triplicou. Isso nos mostra que o rendimento do cidadão, se a distribuição fosse igualitária, deveríamos ter uma renda na casa dos 40 mil. É uma outra fonte de dados que reflete a valorização do capital.

Apresentamos na tabela 1 a taxa de crescimento real do PIB e na tabela 2 o PIB *per capita*, colocada a população residente. Com esses valores atualizados, podemos perceber que de ano em ano tivemos uma frequência maior de aumentos do PIB e PIB *per capita* que o contrário. Anos com acréscimos bem expressivos como comparado de 2006 para 2007, aumento de 7,5% e 6,4%, respectivamente, e alguns anos com acréscimos incrementais, de 1,5% e 0,6%, respectivamente, de 2011 para 2012. Os anos mais significativos de decréscimos dessas variáveis foram 2014 e 2015, justamente anos nos quais o Brasil se inseria na crise econômica mundial, deflagrada em, principalmente, 2008 e 2011, depois de investimentos massivos em aumentar a renda do trabalhador e inseri-lo no mercado, chegando à estagnação desse tipo de política – possível leitura.

Desenvolvimento econômico do estado de São Paulo: a plataforma neoliberal como redutora da renda do trabalhador ante o incremento do capital

Tabela 1. PIB e Taxa de Crescimento do estado de São Paulo, de 2003 a 2015

Ano	PIB total (em milhões de R\$) Preço do ano anterior	Taxa de Crescimento (%)
2003	516.264	-0,5
2004	628.110	6,2
2005	679.181	4,0
2006	771.732	3,9
2007	886.058	7,5
2008	993.674	6,2
2009	1.041.369	-0,1
2010	1.212.954	7,6
2011	1.344.202	3,8
2012	1.457.850	1,5
2013	1.602.592	2,8
2014	1.691.613	-1,4
2015	1.781.510	-4,1

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia – IBGE, Sistema Estadual de Análise de Dados – SEADE.

Tabela 2. PIB *per capita* e Taxa de Crescimento do estado de São Paulo, de 2003 a 2015

Ano	PIB total (em milhões de R\$) Preço do ano anterior	Taxa de Crescimento (%)
2003	13.465	-1,6
2004	16.201	5,0
2005	17.326	2,9
2006	19.478	2,8
2007	22.139	6,4
2008	24.584	5,2
2009	25.514	-1,1
2010	29.424	6,6
2011	32.328	2,9
2012	34.760	0,6
2013	37.882	1,9
2014	39.641	-2,2
2015	41.386	-5,0

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia – IBGE, Sistema Estadual de Análise de Dados – SEADE.

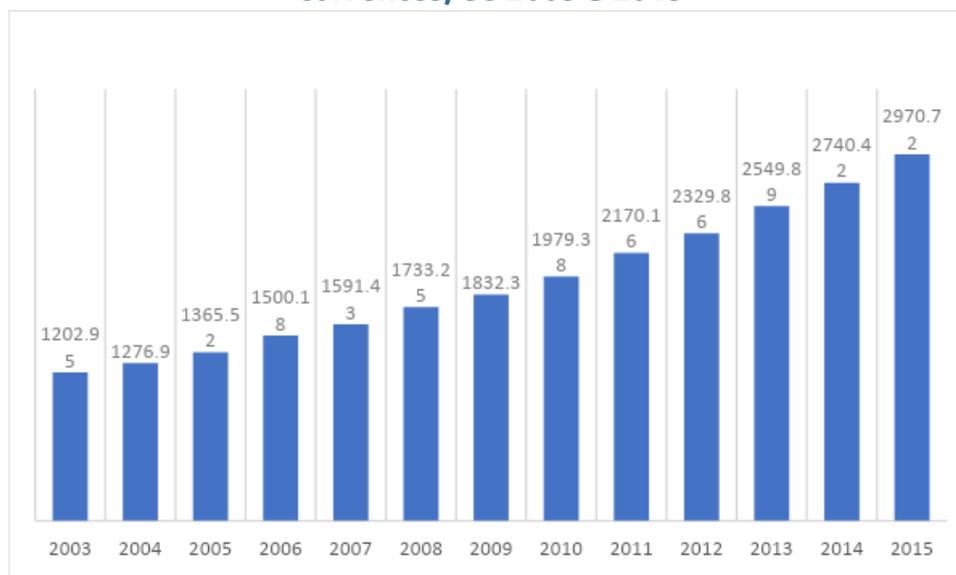
Pode ser também um indicativo das políticas neoliberais, que surtiram efeitos, um investimento no setor produtivo massivo, repercute diretamente no PIB. A baixa preocupação em investimentos nas áreas sociais, até mesmo cortes de gastos, favorecendo a acumulação de capital, de fato ocorrendo a acumulação de capital.

De modo geral, podemos entender que a situação financeira da população melhorou. No entanto, é um pensamento ingênuo, os dados seguintes nos mostrarão a situação mais próxima que se encontra a população em termos dos seus rendimentos. Rendimentos esses que também podem se reverter em qualidade de vida, no limite em desenvolvimento social, uma vez que se tivéssemos uma renda que cobrisse nossas necessidades básicas e ainda pudéssemos usufruir de artefatos, experiências, locais, juntamente com disponibilidade de tempo para tais coisas, isso também pode ser entendido como qualidade de vida, não só no consumo, mas em diversas esferas da vida.

Por esses motivos, trazemos o RMTEF que nos mostra o rendimento médio do emprego formal e, assim, nos ajuda a vislumbrar a realidade mais palpável da população. E para termos uma perspectiva melhor se houve achatamento do salário ao longo dos anos ou não, faremos o comparativo com o SM. Não podemos esquecer da inflação também, mas por questão metodológica, adotaremos o SM nominal, será uma análise em valores absolutos. Vale ressaltar, que em diversos anos não houve aumento de acordo com a inflação, mesmo que em termos absolutos houve aumento, isso representa outra medida de redução dos gastos do governo, nesse caso, federal, em áreas sociais, da distribuição de renda. Medidas comuns ao neoliberalismo.

Primeiramente, vamos apresentar os valores do RMTEF, conforme gráfico 3.

Gráfico 3. Rendimento médio do total dos empregos formais em reais correntes, de 2003 a 2015



Fonte: <https://perfil.seade.gov.br/>. Acesso em: 01 abr. 2022.

De 2003 a 2015, notamos que o RMTEF aumentou seu valor, de 1203 reais a quase 3000 reais. Podemos dizer, portanto, que o salário do trabalhador, em termos nominais, teve crescimento. No entanto, ao fazermos uma comparação de valores entre o PIB *per capita* e o RMTEF, a discrepância se torna evidente e clara. Aquele chega a valores, em 2015, de 40 mil reais e este a 3 mil reais, aproximadamente. Esses índices são calculados de maneiras distintas, mas o propósito é apontar para enorme diferença entre eles e refletirmos sobre a concentração de renda existente no país.

Em termos reais, o RMTEF ajustado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) do ano de 2003 para o ano de 2015, temos a variação de R\$2650,00, aproximadamente. Mesmo em valores reajustados, o RMTEF aumentou. O INPC foi adotado, uma vez que estamos comparando esta variável com o SM, por sua vez calculado também a partir do INPC, podendo assim fazermos comparativos.

Esses dados evidenciam a concentração de renda presente no estado, consequentemente revela desigualdade econômica e mais amplamente desigualdade social. O estado de São Paulo está produzindo riqueza, o PIB vem para mostrar tal afirmação, mas essa

riqueza está concentrada, está na mão de poucos, que podemos dizer aqui centralizada nas elites. Essa é outra característica do sistema neoliberal – não só dele, mas sobretudo nele, uma vez que a lógica do capital impera, portanto, mercado e capital financeiro podem ser considerados máximas no processo de desenvolvimento – a desigualdade é um objetivo (atingido). Sinalizaremos na tabela 3, o salário mínimo de 2003 a 2015.

De fato, é notório o aumento do salário mínimo nessa pouco mais de uma década. Curiosamente, também houve uma triplicação do valor de 2003 a 2015, exatamente ampliação de 325%. Novamente podemos cair na ingenuidade de pensar numa valorização do SM, dada importância a política social pelo governo federal, no entanto colocadas as ressalvas da inflação, já sabemos que não é assim o encaminhamento dos governos no sistema neoliberal. Se ainda quisermos tomar em valores ajustados de 2003 para 2015, os R\$240,00 equivaleria a quase 530 reais comparando a 788 reais, aumento de 33%.

Tabela 3. Salários Mínimos, de 2003 a 2015

Ano	Salário Mínimo (R\$)	Aumento Percentual (%)
2015	788,00	8,84
2014	724,00	6,78
2013	678,00	9,00
2012	622,00	14,13
2011	545,00	0,93
2011	540,00	5,88
2010	510,00	9,68
2009	465,00	12,05
2008	415,00	9,21
2007	380,00	8,57
2006	350,00	16,67
2005	300,00	15,38
2004	260,00	8,33
2003	240,00	20,00

Fonte: <http://www.contabeis.com.br/tabelas/salario-minimo/>. Acesso em: 01 abr. 2022.

De todo modo, houve um achatamento do salário, pensando nas condições de vida do cidadão em 2003 e em 2015. Isso porque, ao compararmos o RMTEF, tomando como base o SM, em 2003 o rendimento médio se tratava de 5 SM. Já em 2015, caiu para 3,7 SM. Por mais que não pareça significativo esses valores, ao invés do salário do trabalhador ter aumentos reais a ponto de aumentar seu poder de consumo, que demonstraria um alargamento do salário, tivemos retrocessos, afinal achatou-o, ou seja, o cidadão tinha maior poder de consumo em 2003 que em 2015. Isso é um indicativo também da desvalorização das políticas sociais.

Vale a ressalva de que o SM é decreto de lei do governo federal, não é uma medida que cabe ao estado, mas que influencia diretamente nele, uma vez que é parâmetro para qualquer quantia de salário estabelecido. O SM em diversos anos já não houve aumento devido e ainda por cima o rendimento do trabalhador diminuiu comparativamente.

Dessa forma, se tem aí o aumento da riqueza no processo de acumulação ilimitada típico do neoliberalismo. Destoa de forma abrupta essa proeminência do capital ante o decréscimo da renda do trabalhador. A lógica de ação do neoliberalismo reverbera no crescimento da desigualdade que está diretamente relacionada ao aumento da produtividade, criando uma antítese entre capital e trabalho.

5 Considerações Finais

O neoliberalismo ingressou na política brasileira há cerca de duas décadas. Aliás, não só na política, como também nas formas de ordenamento social, se expressando através da cultura do consumo, da lucratividade, das liberdades individuais. No geral, ao reivindicar a lógica do capital, o mercado passa a interferir na vida do cidadão.

No tocante ao artigo, dentre os indicadores selecionados para compreender os contrapontos entre desenvolvimento social e

desenvolvimento econômico na dinâmica neoliberal, é nítida a acumulação de capital proveniente das políticas econômicas e atuação do mercado no estado de São Paulo. Isso traduz num PIB *per capita* expressivo, tais rendimentos possibilitaram melhores condições de vida para o cidadão. No entanto, quando comparamos com o rendimento do emprego formal, o RMTEF, notamos que efetivamente houve um achatamento salarial.

As análises extraídas desses dados, primeiramente a concentração de renda, a elite econômica está no topo das relações de poder, conseqüentemente exerce força política, uma vez que como o mercado impera, as finanças e a economia se atrelam ao campo político (campo pensado nos termos de Bourdieu). Segunda análise, a menor renda, acaba por influenciar a qualidade de vida, gerando dificuldades ao acesso à vida social e política, uma das privações mais fáceis de se observar diz respeito à mobilidade urbana, que impede o acesso até a educação e saúde. Terceira, há a desvalorização das políticas sociais, no sentido aqui empregado da distribuição de renda, enquanto o incremento do capital só aumenta.

Imaginar algo para além no neoliberalismo pode parecer difícil, no momento em que encontramos nosso país. Percebemos como o neoliberalismo se “reinventou” com o tempo e o próprio estado se reorganizou no intuito de praticar as políticas neoliberais. Já tivemos dois governos que se preocuparam em minimizar as desigualdades sociais e econômicas. Algumas alternativas à lógica puramente de mercado estão se configurando entre os cidadãos, como economia solidária, difusão de tecnologias sociais – sem deixar de pontuar que dentro do sistema capitalista, o mercado pode se apropriar de certas ideias, no entanto são formas plausíveis de tentar fugir dessa dinâmica.

De todo modo, conclui-se no presente estudo que São Paulo, como estado mais rico da federação, vem protagonizando essa força descomunal de desenvolvimento, no entanto não responde às expectativas sociais de sua população – exceto nos dois últimos

anos de análise, mas que também pode ser um indicativo do colapso desses tipos de políticas econômicas. Ao contrário, a dívida histórico-social se acumula e se torna impagável. O neoliberalismo paulista é assim, um cartão de visitas que produz delírios por sua grandeza, ao passo que carrega consigo o espectro da pobreza. Apresenta-se um estado rico, um povo pobre, questões essas que o artigo procurou analisar.

Referências

ALCÂNTARA, Pedro Henrique. Liberalismo contra a democracia. **Revista Novos Rumos Sociológicos**, vol. 5, n. 8, ago./dez. 2017.

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (orgs.) **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. p. 9-23.

ARRETCHE, Marta. Mitos da descentralização: mais democracia e eficiência nas políticas públicas? **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n. 31, v. 11, p. 44-66, 1996.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. O governo Dilma frente ao "tripé macroeconômico" e à direita liberal e dependente. **Novos estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 95, p. 5-15, mar. 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-33002013000100001>. Acesso em: 01 abr. 2022.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Uma reforma gerencial da administração pública no Brasil. **Revista do Serviço Público**, v. 49, n. 1, p. 5-42, 1998.

CANDIOTTO, Cesar. Neoliberalismo e Democracia. **Princípios: Revista de Filosofia**, v. 19, n. 32, p. 153-179, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/principios/article/view/7568>. Acesso em: 01 de abr. 2022.

CARLEIAL, Liana Maria da Frota. Política econômica, mercado de trabalho e democracia: o segundo governo Dilma Rousseff. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 29, n. 85, p. 201-214, dez. 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142015008500014>. Acesso em: 01 abr. 2022.

CASTRO, Maria Helena Guimarães de. A política de combate à pobreza do governo do estado de São Paulo. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 18, n. 4, p. 3-7, 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-88392004000400002>. Acesso em: 01 abr. 2022.

CORSI, Francisco Luiz. A política econômica do governo Dilma: baixo crescimento e recessão. **Revista Novos Rumos**, v. 53, n. 1, p. 153-165, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.36311/0102-5864.2016.v53n1.09.p153>. Acesso em: 10 mai. 2022.

DRAIBE, Sônia. **Rumos e metamorfoses**: um estudo sobre a constituição do estado e as alternativas da industrialização no Brasil 1930-1960. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

GUIOT, André Pereira. O programa neoliberal da terceira via do PSDB (1988-2002). **Tempos Históricos**, v. 14, p. 228-255, 2010.

HIBOU, Beatrice. Economic crime and neoliberal modes of government: The example of the Mediterranean. **Journal of Social History**, n. 45, v. 3., p. 642-660, 2012.

HISTÓRIA. **Portal do Governo do Estado de São Paulo**. São Paulo, s/d. Disponível em: <http://www.saopaulo.sp.gov.br/conhecasp/historia/>. Acesso em: 01 abr. 2022.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2008.

KRUGMAN, Paul. **A crise de 2008 e a Economia da Depressão**. São Paulo: Campus Elsevier, 2009.

LEME, Alessandro André. Neoliberalismo, Globalização e reformas do Estado: reflexões acerca da temática. **Barbarói**. n. 32, 2010.

MARSHALL, Thomas Humphrey. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1963.

MAZZUCHELLI, Frederico. A crise em perspectiva: 1929 e 2008. **Novos estudos CEBRAP**, n. 82, nov. 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-33002008000300003>. Acesso em: 01 abr. 2022.

PASSET, René. **A ilusão neoliberal**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2002.

POCHMANN, Marcio. **A década dos mitos**. São Paulo: Contexto, 2001.

SALLUM JR., Brasílio. Metamorfoses do estado Brasileiro no final do século XX. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 18, n. 52, p. 35-54, 2003.

SINGER, André. Raízes sociais e ideológicas do lulismo. **Novos Estudos CEBRAP**, n. 85, p. 84-102, nov. 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-3300200900300004>. Acesso em: 01 abr. 2022.

VICHNEWSKI, Henrique Telles. As indústrias Matarazzo: patrimônio industrial no interior paulista (1920 –1960). In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA, 2004, Campinas. **O lugar da história**. Campinas: ANPUH/SPUNICAMP, 2004.

Desenvolvimento econômico do estado de São Paulo: a plataforma neoliberal como redutora da renda do trabalhador ante o incremento do capital

Sobre a autora

Nathália Gonçalves Zapparoli

Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e Licenciada em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita Filho (UNESP). É mestra e doutoranda em Ciência Política pela UFSCar. É pesquisadora dos Núcleos Associados de Pesquisa em Políticas Públicas, da UFSCar, e do grupo de pesquisa Federalismo, Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional, da Universidade Federal de Alagoas (UFAL).

Email: ngzapa@hotmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9209-1194>.

Histórico

Recebido em: 01/04/2022. Aprovado em: 22/07/2022. Publicado em: 20/10/2022.

Efeitos de políticas fiscais no crescimento econômico brasileiro: uma análise em dinâmica de sistemas aplicada ao modelo de Solow-Swan

Effects of fiscal policies on Brazilian economic growth: an analysis in system dynamics applied to the Solow-Swan model

Luiz Felipe Marvila de Vasconcelos

Graduado em Comércio Exterior pela UNESA

Alan Figueiredo de Arêdes

Doutor em Economia Aplicada pela UFV. Professor da UFF

Resumo: O objetivo deste artigo consiste em compreender os efeitos das decisões de políticas fiscais no crescimento da economia brasileira entre os anos de 2000 e 2010. Para isso, utilizou-se o modelo de crescimento de Solow-Swan na linguagem de Dinâmica de Sistemas, permitindo assim compreender e mensurar os impactos das ações dos agentes econômicos no crescimento de uma nação-estado. A elaboração deste artigo foi organizada em cinco seções: a primeira seção faz uma alusão introdutória ao tema expondo o objetivo deste artigo e a hipótese testada, a segunda seção elabora-se um marco teórico com base estudos publicados em periódicos, a terceira seção compreende a elaboração do modelo em dinâmica de sistemas, a quarta seção compreende aos resultados e a quinta trata-se das considerações finais do estudo. Por meio desta pesquisa, pode-se considerar que os resultados apresentados pela ferramenta foram consistentes comparados aos dados reais, bem como pode-se também revelar que as decisões de políticas fiscais interferiram diretamente no crescimento econômico de longo prazo, reduzindo a taxa média de crescimento econômico no caso de políticas deficitárias e ampliando quando se tratou de políticas fiscais superavitárias.

Palavras-Chave: Crescimento Econômico. Dinâmica de Sistemas. Modelo de Solow-Swan.

Abstract: The objective of this article is to understand the effects of fiscal policy decisions, on the growth of the Brazilian economy, between the years 2000 and 2010. For that, the Solow-Swan growth model was used in the language of Systems Dynamics, which allows to understand and measure the impacts of the actions of economic agents on the growth of a nation-state. The preparation of this article was organized in five sections: the first section that makes an introductory allusion to the theme setting out the objective of this article and the hypothesis tested, the second section elaborates a theoretical framework based on studies published in journals, the third section comprises the elaboration of the model in systems dynamics, the fourth section comprises the results and the fifth deals with the final considerations of the study. Through this research it can be considered that the results presented by the tool were consistent compared to the real data, as well as it can also be revealed that fiscal policy decisions directly interfered in long-term economic growth, reducing the average rate of economic growth in the case of deficit policies, and expanding when it came to surplus fiscal policies.

Keywords: Economic Growth. Solow-Swan model. Systems Dynamics.

1 Introdução

O desenvolvimento econômico de uma nação-estado é um dos temas centrais abordados pela Ciência Econômica, em que modelos teóricos permitem compreender e mensurar os impactos das ações dos agentes econômicos no crescimento de uma nação-estado e assim auxiliar a responder o porquê de alguns países serem mais ricos que outros.

Abramovitz (1986) e Gerschenkron (1952) *apud* Jones (2000) afirmam que o hiato da renda *per capita* entre países atrasados e países desenvolvidos tende a reduzir ao longo do tempo, pois as taxas de crescimento dos países mais pobres seriam maiores do que a taxa de crescimento de países já desenvolvidos logo, países atrasados tendem a crescer mais rápido do que países mais ricos. Este fenômeno é denominado de hipótese da convergência.

Embora os países com baixa renda tendam a obter uma taxa de crescimento econômico mais elevada, Sonaglio, Missio e Pereira (2016) ponderam que isto ocorre apenas quando estas economias são capazes de mover sua força de trabalho das atividades primitivas para atividades com produtividade mais modernas.

No que se trata da política de desenvolvimento brasileiro, a estratégia de crescimento do país se embasou em uma pauta exportadora concentrada em produtos primários, essa estratégia permitiu um forte crescimento na primeira década dos anos 2000 impulsionado pelo cenário externo favorável ao preço das commodities e pelo crescimento da força de trabalho (SONAGLIO, MISSIO; PEREIRA, 2016).

Mesmo com o forte crescimento econômico dos anos 2000, a taxa média de crescimento da renda *per capita* entre 1980 e 2010 foi de 1% ao ano, contudo a taxa média de crescimento da renda *per capita* deveria ser de 4% ao ano para que o Brasil pudesse atingir os níveis de renda dos países mais desenvolvidos (MUELLER, 2014).

Bonelli (2013) justifica que políticas nacionais após a década de 1980, com foco no controle de surtos inflacionários e de equilíbrio da balança de pagamentos e sem o estabelecimento das reformas estruturais necessárias, podem ser os responsáveis por manter a economia do país desaquecida e em baixo crescimento.

Em vista disso, este artigo avalia a hipótese de que políticas de equilíbrio fiscal seriam mais eficientes do que políticas econômicas deficitárias para o crescimento econômico brasileiro. Logo objetivo deste artigo consiste em compreender os impactos das decisões de políticas fiscais no crescimento da economia e da renda *per capita* brasileira no período de 2000 a 2010, período de atuação do tripé macroeconômico, buscando investigar os efeitos destas políticas embasado no modelo de crescimento de Solow-Swan utilizando a linguagem de Dinâmica de Sistemas.

Bueno (2010) ressalta que o modelo de crescimento de Solow-Swan gera previsões consistentes quando se trata de períodos mais longos, o que ratifica a utilização do mesmo para elaboração de previsões econômicas. Ainda segundo Bueno (2010), às equações diferenciais apresentadas no modelo permitem a elaboração deste numa linguagem de dinâmica de sistemas permitindo uma sustentabilidade dos resultados.

Para tanto, a elaboração deste artigo organizou-se em cinco seções: a atual seção que busca fazer uma breve alusão introdutória ao tema expondo o objetivo deste artigo e a hipótese testada, na segunda seção elabora-se um marco teórico com base estudos publicados em periódicos contidos no SCIELO e no JSTOR.

A terceira seção compreende a elaboração do modelo em dinâmica de sistemas com base no modelo de Solow-Swan utilizando o *software* VENSIM. A quarta seção compreende os resultados obtidos a partir da simulação permitindo compreender como as decisões fiscais podem afetar o crescimento econômico brasileiro, e a quinta trata-se das considerações finais do estudo.

2 Marco teórico

Esta seção apresenta o marco teórico que fundamenta a análise nesta pesquisa.

2.1 Apresentação da proposta de desenvolvimento neoclássica

O modelo de crescimento Neoclássico foi formulado individualmente por Solow (1956), com foco em explicar o crescimento econômico das nações. Sendo considerado um modelo eficaz na realização de estudos econômicos, Bueno (2010) diz que “o modelo de Solow-Swan gera previsões em geral consistentes com a evidência empírica para períodos mais longos”. O que justifica uma preferência entre teóricos econômicos na utilização do modelo para simulações econômicas, embora seja considerado um modelo simples.

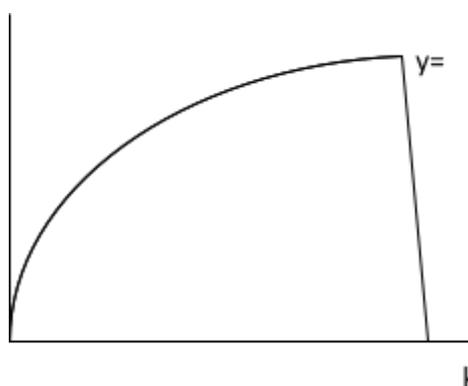
O modelo de Solow explicita que uma taxa de acumulação de capital superior a uma taxa de crescimento da mão de obra permitirá um aumento do produto e da renda *per capita* levando a um maior desenvolvimento da nação. Para Jones (2000) a produtividade por trabalhador aumenta ao longo do tempo uma vez que investe-se cada vez mais enquanto as taxas de crescimento populacional reduzem, permitindo um acúmulo de capital por trabalhador cada vez maior.

Aprofundando no modelo de crescimento neoclássico, este é construído sobre duas funções, a primeira diz respeito à função de produção e a segunda à função de acumulação de capital. Na primeira, Solow busca relacionar a mão de obra existente (L) com os insumos, equipamentos e capitais em geral (K) na geração do produto (Y). Neste sentido a função de produção estabelecida por Solow, se apresenta como:

$$Y = f(K, L) = K^{\alpha} L^{1-\alpha} \quad (1)$$

Esta equação de produção é do tipo da função Cobb-Douglas dado a característica do produto marginal do trabalho, dado o retorno decrescente da relação capital-trabalho; ou seja, o produto cresce cada vez menos a cada unidade adicional de capital por trabalhador, como apresentado no gráfico 1, em que a curva de produto (y) é dada em função do capital (k) e possui um retorno decrescente a cada aumento de capital.

Gráfico 1. Função de produção Cobb Douglas



Fonte: Jones (2000, p. 66).

Já na segunda função Solow acrescenta mais duas variáveis, a poupança e a depreciação. Neste ponto, o teórico estabelece que o estoque de capital (\dot{K}) é dado pela variação do investimento bruto (sY), considerando a poupança (S) igual a investimento (I), ou seja, $S = I$, e é subtraído o montante de depreciação (dK) ocorrido ao longo do processo produtivo do capital. Assim a função assume a seguinte característica:

$$\dot{K} = sY - dK \quad (2)$$

A partir desta segunda função torna-se possível analisar e evolução do produto *per capita* da economia, de modo a possibilitar analisar a eficiência produtiva e o desenvolvimento econômico do país analisado. Para se alcançar a função do produto *per capita*, reescreve-se a função da acumulação de capital para capital *per*

capita. Deste modo, para Jones (2000) a acumulação de capital *per capita* dirá o produto *per capita* gerado pelo estoque de capital *per capita*. Logo Solow formula do seguinte modo:

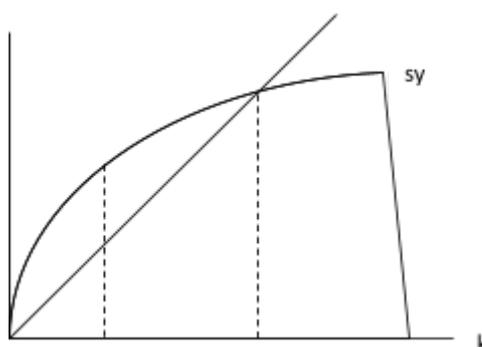
$$k = \frac{K}{L} \rightarrow \text{Log}k = \text{Log}K - \text{Log}L \quad (3)$$

Fazendo manipulações algébricas chega-se a:

$$\dot{k} = sy - (n + d)k \quad (4)$$

Na equação (4) evidencia-se que a variação de capital por trabalhador é determinada de forma positiva pelo investimento realizado por trabalhador (sy), e de formas negativas pela depreciação por trabalhador (dk) e pelo crescimento populacional (nk). Desta forma, o investimento realizado por trabalhador deve ser maior que a depreciação do capital e do crescimento populacional até que se alcance o estado estacionário conforme o gráfico 2, onde apresenta-se o diagrama de Solow.

Gráfico 2. Diagrama de Solow

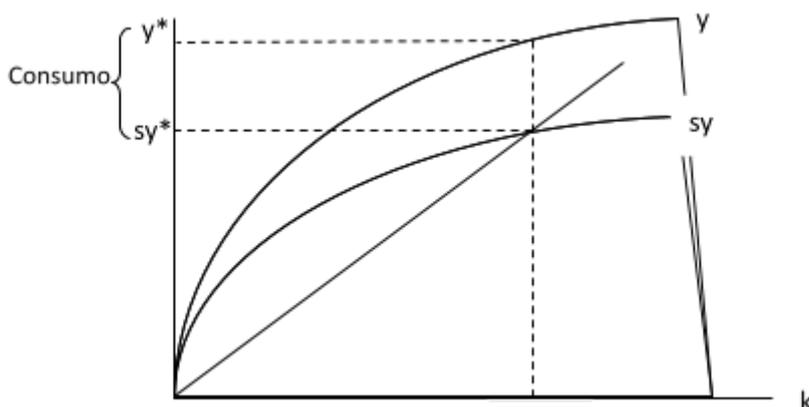


Fonte: Jones (2000, p 67).

O modelo justifica que em k_0 o investimento por trabalhador é maior que o necessário para manter constante a relação capital-trabalhador, levando a um aumento de K ao longo do tempo até que o montante de investimento *per capita* seja igual ao

montante de investimento *per capita* necessário, sou seja $sy=(n+d)k$, levando a um estado estacionário, de modo que $\dot{k} = 0$. Assim, o crescimento econômico se estabilizará conforme indica o gráfico 3.

Gráfico 3. Diagrama de Solow e a função de produção



Fonte: Jones (2000, p 68).

A gráfico 3 apresenta que o estoque de capital (k^*) se estabilizará (estado estacionário) no momento em que o montante de investimento *per capita* (sy) converge como montante de investimento *per capita* necessário ($(n+d)k$), determinando assim o nível de renda em Y^* . Solow (1956) justificará que o estoque de capital se estabilizará quando o investimento bruto de uma economia passa a ser igual à depreciação, o que acarreta em um estado estacionário (k^*), sendo o progresso tecnológico o responsável por permitir o contínuo crescimento econômico.

[...] não há crescimento per capita nessa versão (simples) do modelo. O produto por trabalhador (e portanto, per capita, pois supomos que a taxa de participação da força de trabalho é uma constante) é constante no estado estacionário. Naturalmente, o próprio produto, Y , cresce, mas o faz à mesma taxa do crescimento populacional (JONES, 2000, p 28).

Assim para Bueno (2010), não considerando o progresso técnico, a economia crescerá conforme indica o modelo Solow durante a transição de um nível de dotação de capital de equilíbrio

para outro, sendo a única forma de uma economia apresentar uma taxa sustentável de crescimento é inserindo o progresso técnico.

Isto posto, se faz necessário a inclusão do progresso técnico na função de produção¹:

$$Y = f(K, L, A) = f(k, A_t)L \quad (5)$$

Onde:

$$f(k, A_t) = A\left(\frac{K}{L}\right)^\alpha \quad (6)$$

Consequentemente, a função de acumulação de capital *per capita* passar a possuir novo formato integrando também o progresso técnico (A):

$$\dot{k} = sf(k, A_t) - (n + d)k \quad (7)$$

Em que $sf(k, A_t)$ é o investimento bruto considerando o progresso tecnológico. Sendo assim no modelo com progresso técnico há o rompimento da característica de uma função de produção do tipo Leontief possibilitando existir mais de um ponto de equilíbrio, e um crescimento constante da economia.

2.2 Resultado fiscal e a relação com modelo de Solow-Swan

Partindo da compreensão que a poupança é proporcional a renda disponível e se trata da parte não consumida da renda:

$$S = Y_t - C \quad (8)$$

onde, S representa o nível de poupança agregada, Y_t representa a renda disponível, ou seja, a renda menos os impostos, e C o nível de consumo agregado. E da compreensão que o nível de

¹Função de produção com progresso tecnológico com base no artigo "O modelo de Solow-Swan na linguagem de dinâmica de sistemas: uma aplicação para o Brasil" (BUENO, 2010, p. 295).

investimentos (I) é dado pelo nível de poupança agregada em que esta é o somatório da poupança privada (S_p) e da poupança do governo (S_g):

$$I = S \quad (9)$$

Sendo:

$$S = S_p + S_g \quad (10)$$

Logo:

$$I = S_p + S_g \quad (10)$$

Agora, considerando G o nível de gastos do governo e $(X-M)$ representa o resultado da balança comercial, sendo a função de Demanda Agregada e expressa por:

$$Y = C + I + G + (X - M) \quad (11)$$

Torna-se factível utilizar o modelo de Solow-Swan para estudos de questões macroeconômicas como efeitos de políticas fiscais e do endividamento público, dado que um aumento dos gastos públicos tende a afetar os níveis de poupança pública e por sua vez os níveis de investimento. Deste modo, um *déficit* governamental primário deve ser compensado por um excesso de poupança privada sobre o investimento para que se mantenha o nível de investimento (HEIJDRÁ; PLOEG, 2002).

Logo, pode se formular que o resultado fiscal é compensado da seguinte maneira:

$$T - G = S - I \quad (12)$$

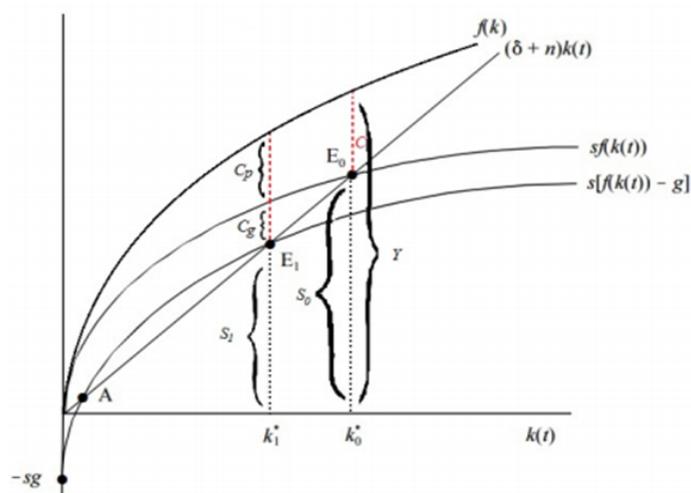
em que T representa a arrecadação tributária e logo $T - G$ representa o resultado fiscal. Substituindo (10) em (12):

$$T - G = (S_p + S_g) - I \quad (13)$$

Analizando a função acima e compreendendo que a poupança pública é consequência do resultado fiscal, um saldo positivo no resultado tende a elevar os níveis de poupança pública e consequentemente o nível da poupança agregada e do investimento, já um resultado fiscal negativo tende a ser compensado pelo nível de poupança privado reduzindo o nível de poupança, de investimento.

Para Heijdra e Ploeg (2002), o aumento no consumo do governo altera o investimento para baixo resultando deslocando tornando o nível de poupança final menor que o nível de poupança inicial ao longo do tempo, deste modo a política fiscal com déficit tende a forçar a redução do estoque de capital no longo prazo como se observa no diagrama a seguir:

Gráfico 4. Política fiscal aplicado ao modelo de Solow-Swan



Fonte: Heijdra e Ploeg (2002).

No gráfico 4, elaborada por Heijdra e Ploeg (2002), nota-se dois pontos de equilíbrio em uma mesma economia, o E_0 trata-se do ponto de equilíbrio sem governo, e o E_1 o ponto de equilíbrio com a introdução do governo. Com o impacto da introdução do governo em E_0 e sendo o estoque de capital pré-determinado, o consumo

privado e o nível de investimento tenderão a diminuir, e assim o estoque de capital reduzirá de k_0^* para k_1^* .

Isto posto, o consumo agregado C será dividido entre consumo privado C_p e consumo do governo C_g , e o nível de poupança reduzirá de S_0 para S_1 , dando espaço ao consumo do governo. Logo a entrada do governo no modelo diminui o consumo privado, e investimento não impactando na renda no primeiro momento, entretanto, no longo prazo a economia desloca-se para seu novo estado estacionário dado a variação do consumo e da poupança, reduzindo o produto no longo prazo.

3 Modelo de dinâmica de sistemas

A utilização da dinâmica de sistemas na economia começou a ser desenvolvida por Jay Forrester do MIT (*Massachusetts Institute of Technology*), ao longo da década de 1960, com foco em estudos sobre economia regional e urbana. Conforme Bueno (2010), a dinâmica de sistemas é uma metodologia desenvolvida com o foco em encontrar possíveis resultados ao longo do tempo dados ações isoladas no comportamento das variáveis.

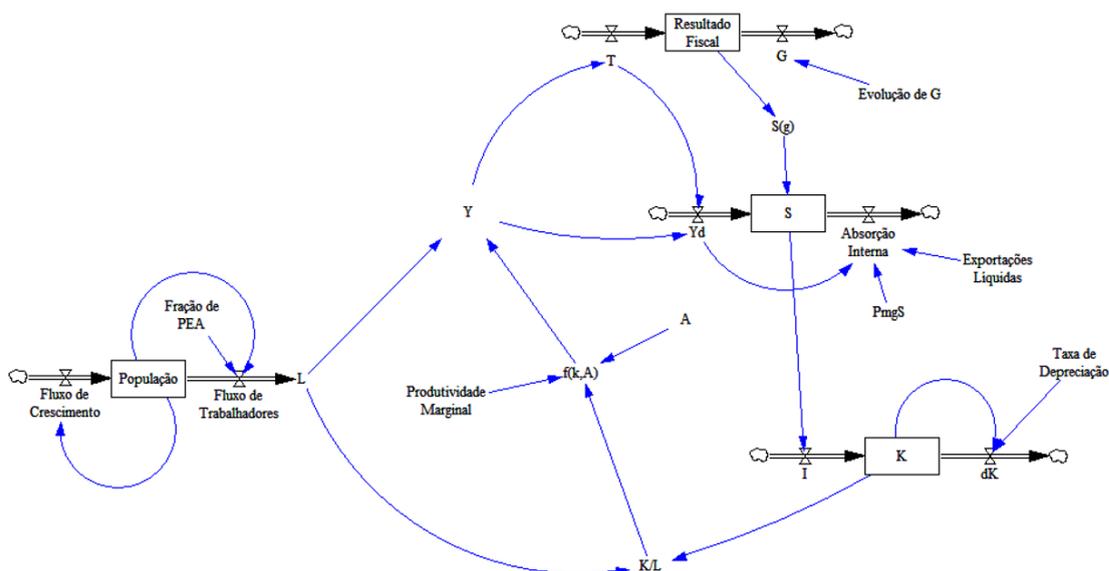
O método de dinâmica de sistemas permite a elaboração de relações causais entre variáveis de um modelo e as consequências existentes. Deste modo permite uma elaboração causal de modo a facilitar a compreensão das relações entre as variáveis, estabelecendo uma linguagem que facilita o aprendizado mútuo.

3.1 Modelo de Solow-Swan em versão sistêmica

Neste artigo, foi utilizada a dinâmica de sistemas para verificar possíveis resultados dos efeitos dos resultados fiscais sobre as variáveis macroeconômicas brasileiras ao longo do tempo. Para tanto, utilizou-se do modelo de Solow-Swan, respaldada em

equações diferenciais, que pode ser visualizado na versão sistêmica apresentada na Figura 1.

Figura 1. Estoque de fluxo do modelo de Solow-Swan



Fonte: Elaboração própria a partir do Vensim.

No sistema elaborado a variável dependente, o PIB (Y) é dada pela relação entre quantidade de trabalhadores (L) e renda *per capita*, $f(k,A)$, essa por sua vez é definida por uma razão entre capital-trabalho (K/L), pelo progresso tecnológico (A), e pela Produtividade Marginal do Capital conforme indica a equação 6 deste artigo. Sendo assim a Renda (Y) passa a ser definida então por uma razão de crescente entre capital e trabalho dentro do sistema.

Por conseguinte, a razão K/L definido pelo estoque de capital (K) e pela quantidade de trabalhadores (L), no qual L é resultado do crescimento populacional e economicamente ativo. K , por sua vez, cresce com o fluxo de investimentos em bens de capital (I) e decresce com o fluxo de depreciação (dK). Se o estoque de K cresce mais rápido do que a população economicamente ativa, a razão K/L se torna maior, logo esse crescimento alinhado à produtividade marginal do capital e o ritmo de progresso técnico, leva a um aumento de renda *per capita* e por consequência da renda.

Diante disso, o fluxo de investimentos em bens de capital (I) tem sua identidade dada pelo estoque de poupança de uma economia (S), esse estoque é definido pela parte não consumida da renda privada disponível (Yd), e pela parte não consumida da renda pública, em que considerando a equação 10, $S = S(p) + S(g)$, em que:

$$S(p) = Yd - \text{Absorção Interna} \quad (15)$$

Logo:

$$S = Yd - \text{Absorção Interna} + S(g) \quad (16)$$

Então, um consumo do governo (G) superior a sua arrecadação tributária tende a negatizar o fluxo de poupança pública, $S(g)$, reduzindo o estoque de poupança total e consecutivamente o nível de investimentos, caso este não seja suprido pelo nível de poupança privada. Deste modo, a poupança pública, $S(g)$, depende do resultado fiscal, e o saldo nulo ou positivo deste depende de um consumo do governo inferior à arrecadação tributária.

O consumo do governo (G) é dado de forma exógena no modelo, sendo acrescentado para o ajuste a evolução média anual dos gastos do governo. Já as exportações líquidas também foram adicionadas como fator exógeno ao modelo, sendo acrescentado por meio da função *pulse* o saldo da balança comercial de cada ano a preços do ano 2000 buscando aproximar os resultados do modelo à realidade.

Diferente dos gastos do governo e das exportações líquidas a Absorção Interna, que é a parte consumida da renda privada nacional, foi acrescentada de forma endógena sendo dada relação entre a renda disponível (Yd) e a propensão marginal a poupar ($PmgS$) da população acrescentado ao saldo das exportações líquidas, os dois últimos tendem a ser opostos ao resultado da Absorção Interna, ou seja, quanto maior o $PmgS$ e as exportações líquidas, menor será a absorção interna.

Isto posto, o sistema elaborado é um conjunto de variáveis interligadas que representa uma economia e conforme estabelece Solow a principal variável que determina o crescimento de uma economia é a poupança, em que este estabelece o crescimento da razão capital-trabalho até que se chegue a um estado estacionário, sendo este estado rompido pelo progresso tecnológico, permitindo um crescimento contínuo da economia.

4 Resultados obtidos

As simulações foram realizadas com base em um período de 10 anos a partir do ano 2000 por meio do software Vensim. Os dados iniciais inseridos para simulação do modelo no sistema corresponderam aos dados do ano 2000 com base nas séries históricas disponibilizados pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), pelo Ministério da Economia e pelo BACEN (Banco Central Brasileiro), conforme apresenta o Quadro 1. Quanto aos resultados obtidos, estes foram deflacionados no próprio sistema a preços do ano 2000.

Quadro 1. Parâmetros de simulação do modelo

Parâmetros	Valor	Descrição
População	175 milhões de pessoas	População brasileira no ano 2000
Fluxo de Crescimento	1,30%	Taxa de crescimento populacional anual
Fração da PEA	43%	Média percentual da População Economicamente Ativa nos anos 2000
PIB (Y) Inicial	1,199 trilhões de reais	PIB total do ano 2000
Produtividade Marginal do Capital	0,5	Valor assumido por pesquisadores (2010).
A	5,3	Valor do progresso técnico assumido para calibragem do modelo
Evolução dos Gastos do Governo	5,4%	Média de crescimento percentual dos gastos do governo a preços do ano 2000
G Inicial	385 bilhões de reais	Gastos do Governo, incluindo transferências.
PmgS	0,3	Valor calculado conforme a nível de absorção interna, sujeito a calibragem
K inicial	2,39 trilhões de reais	Calculado com base na relação capital/produto de 2
Taxa de Depreciação	5%	Calculado considerando a vida útil média do capital de 20 anos

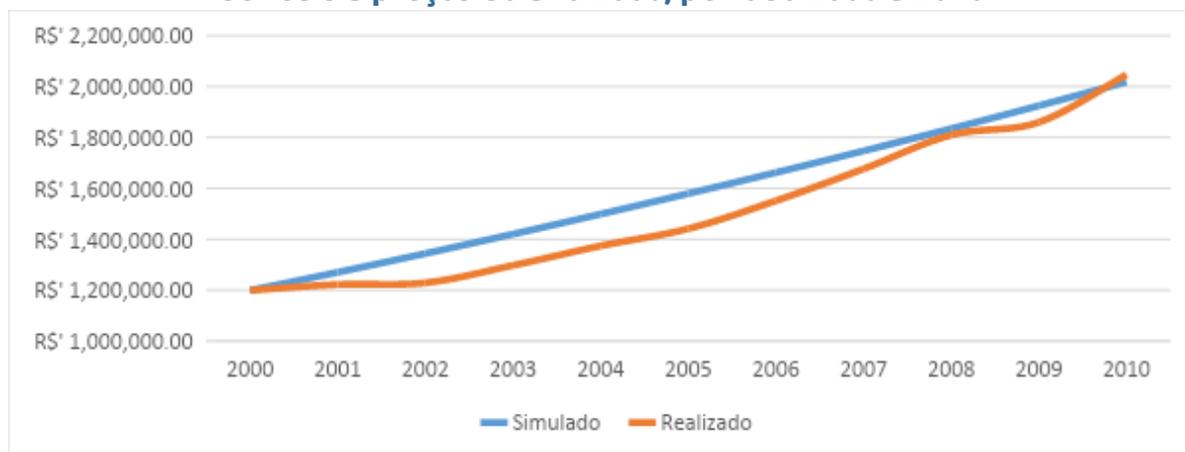
Fonte: Elaboração Própria

Fazendo uma comparação entre o PIB realizado, ocorridos na economia brasileira no período 2000-2010, com o PIB simulado pelo modelo, verifica-se que o PIB simulado apresentou uma trajetória similar ao PIB realizado, tendo uma diferença máxima de 10%, deste modo, os resultados apresentados corroboram quanto à eficácia do modelo simulado para previsões econômicas mesmo no longo prazo. As trajetórias das variáveis do PIB realizado e simulado são vistas no gráfico 5.

Fazendo uma comparação entre o PIB realizado, ocorridos na economia brasileira no período 2000-2010, com o PIB simulado pelo modelo, verifica-se que o PIB simulado apresentou uma trajetória similar ao PIB realizado, tendo uma diferença máxima de 10%, deste modo, os resultados apresentados corroboram quanto à eficácia do modelo simulado para previsões econômicas mesmo no longo prazo. As trajetórias das variáveis do PIB realizado e simulado são vistas no gráfico 5.

No gráfico 5, observa-se na curva azul o PIB realizado brasileiro a preços do ano 2000 ocorrido no período 2000 a 2010, e na curva laranja o PIB real simulado pelo modelo no software Vensim. Nota-se um desvio mínimo de valores entre as curvas, tendo a curva simulada assumido valores pouco superiores ao realizado. A Tabela 1 abaixo apresenta os valores que compõem o gráfico.

Gráfico 5. PIB Realizado e PIB Simulado para a economia brasileira em milhões de reais a preços do ano 2000, período 2000 a 2010



Fonte: Resultados da pesquisa.

Tabela 1. Comparação em milhões de reais do PIB Realizado vs. PIB Simulado brasileiro a preços do ano 2000, período 2000 a 2010

Ano	Realizado	Simulado	Diferença
2000	R\$ 1.199.092,07	R\$ 1.199.000,00	0,01%
2001	R\$ 1.222.026,07	R\$ 1.270.200,00	-3,94%
2002	R\$ 1.228.767,20	R\$ 1.343.920,00	-9,37%
2003	R\$ 1.297.261,19	R\$ 1.420.190,00	-9,48%
2004	R\$ 1.373.921,87	R\$ 1.498.770,00	-9,09%
2005	R\$ 1.441.276,60	R\$ 1.579.440,00	-9,59%
2006	R\$ 1.551.177,22	R\$ 1.662.210,00	-7,16%
2007	R\$ 1.676.503,14	R\$ 1.747.180,00	-4,22%
2008	R\$ 1.809.799,32	R\$ 1.834.600,00	-1,37%
2009	R\$ 1.859.567,83	R\$ 1.924.800,00	-3,51%
2010	R\$ 2.047.011,64	R\$ 2.018.150,00	1,41%

Fonte: Resultados da pesquisa.

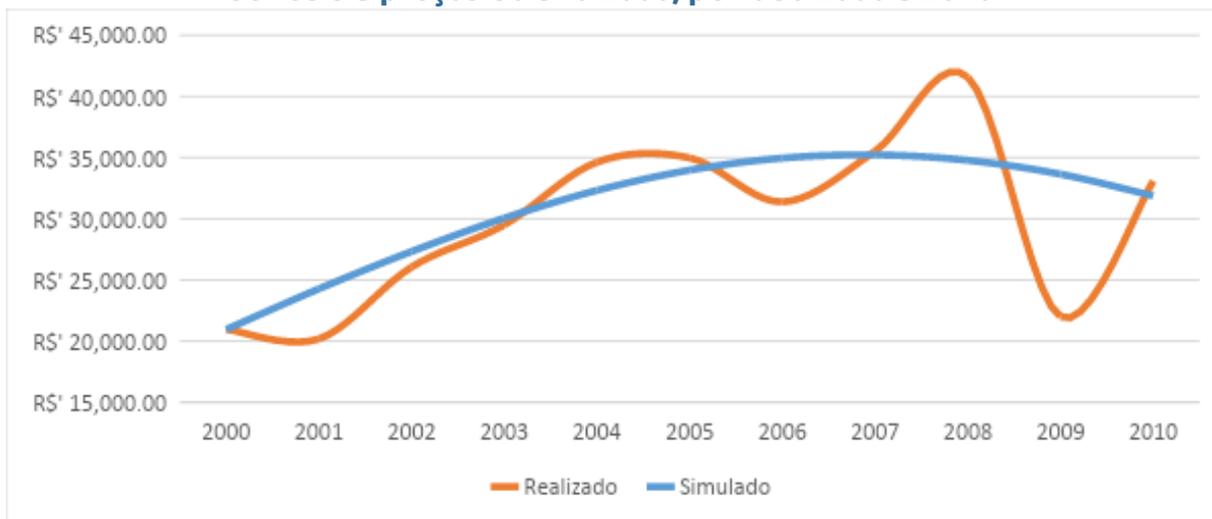
A maior diferença ocorrida entre os valores do PIB simulado e o realizado encontra-se no ano de 2005, o valor alcança 9,59%, entretanto a média da diferença dos resultados analisados é de 5,12%. Ainda detalhando esta diferença, ressalta-se que esta se inicia no ano de 2002, ano seguinte ao atentado terrorista de 11 de setembro que impactou a economia Global, entretanto não há uma diferença tão forte nos anos de 2007 a 2009, anos relativos à crise dos Subprime. Destaca-se ainda o ano final de 2010 onde a diferença entre o ocorrido e o simulado é de apenas 1,51% o que pode evidenciar uma precisão maior do modelo de Solow-Swan para análises de períodos de longo prazo.

Tratando agora do resultado fiscal, no Gráfico 6 apresenta a comparação entre o resultado fiscal ocorrido no período e o simulado pelo modelo. A análise do resultado torna-se importante dado o objetivo deste artigo em que, nos tópicos seguintes será possível analisar como a variação deste afetaria o crescimento econômico brasileiro ao longo do período analisado.

No gráfico 6, observa-se na curva coral o Resultado Fiscal Primário Realizado brasileiro a preços do ano 2000 ocorrido ao longo do período analisado, e na curva azul o Resultado Fiscal Primário Simulado pelo software Vensim. Nota-se um nível de

desvio maior de valores entre as curvas, tendo a curva simulada assumido valores em geral inferior ao realizado, exceto nos anos de 2001 e 2009. A Tabela 2 apresenta os valores que compõem o gráfico.

Gráfico 6. Resultado Fiscal Realizado e Resultado Fiscal Simulado em milhões de reais a preços do ano 2000, período 2000 a 2010



Fonte: Resultados da pesquisa.

A diferença média ocorrida entre o modelo e o realizado foi de 5,53%, contudo o desvio máximo alcançou o valor de 52,94% no ano de 2009. Considera-se o motivo deste fato pela característica exógena das decisões dos Gastos do Governo, ou seja, os gastos do governo são realizados por decisões humanas, Villela (2005) alertará sobre este problema, para o autor tratar as Ciências Sociais Aplicadas do ponto de vista dinâmico é complexo pois inclui entre seus elementos o ser humano, cujo comportamento é abstrato para ser completamente caracterizado através deste tipo de metodologia.

Ainda assim, analisando as comparações do PIB Real e do Resultado Fiscal pode-se dizer que a simulação do sistema elaborado apresentou resultados consistentes quanto ao período estudado apontando para a eficácia do modelo econômico e da dinâmica de sistemas para formular previsões econômicas.

Tabela 2. Comparação em milhões de reais do Resultado Fiscal Realizado vs. Resultado Fiscal Simulado brasileiro a preços do ano 2000, período 2000 a 2010

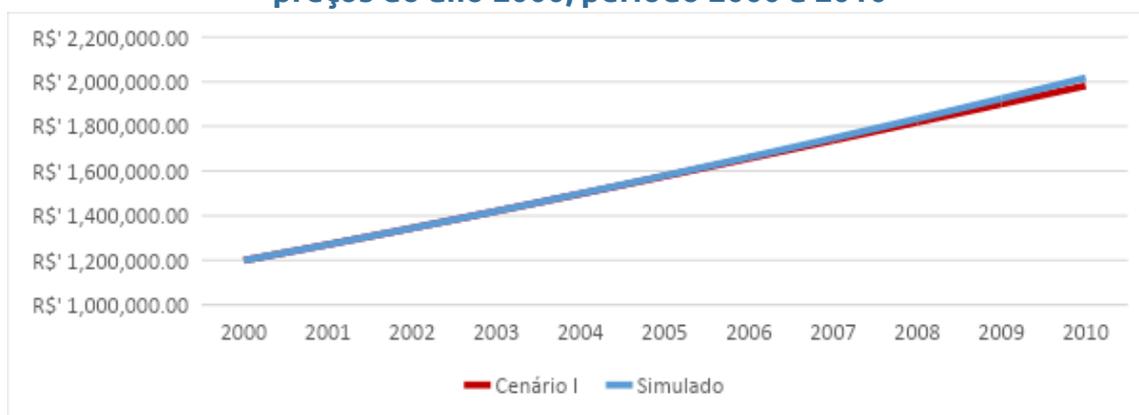
Ano	Realizado	Simulado	Diferença
2000	R\$ 20.982,21	R\$ 20.961,00	0,10%
2001	R\$ 20.188,62	R\$ 24.279,00	-20,26%
2002	R\$ 26.062,19	R\$ 27.331,00	-4,87%
2003	R\$ 29.510,18	R\$ 30.060,00	-1,86%
2004	R\$ 34.627,10	R\$ 32.323,00	6,65%
2005	R\$ 34.975,18	R\$ 33.980,00	2,85%
2006	R\$ 31.383,58	R\$ 34.962,00	-11,40%
2007	R\$ 35.530,05	R\$ 35.226,00	0,86%
2008	R\$ 41.574,70	R\$ 34.779,00	16,35%
2009	R\$ 22.002,34	R\$ 33.651,00	-52,94%
2010	R\$ 33.096,60	R\$ 31.878,00	3,68%

Fonte: Resultados da pesquisa.

4.1 Cenário I: Elevação nos gastos do Governo

Na simulação do Cenário I, foi estabelecido uma taxa de crescimento média dos gastos do governo de 10%, os demais parâmetros se mantiveram constantes. Comparando os resultados dados pelo modelo simulado inicial com o cenário I pode-se notar uma redução no crescimento econômico ao longo do período analisado, conforme se mantém o déficit fiscal. No gráfico 3 evidencia-se a comparação do PIB Simulado e do PIB simulado pelo Cenário I, com crescimento dos gastos do governo em 10% entre 2000 e 2010 a preços do ano 2000.

Gráfico 7. PIB Simulado e PIB simulado no Cenário I em milhões de reais a preços do ano 2000, período 2000 a 2010



Fonte: Resultados da pesquisa.

No gráfico 7, a curva coral representa o PIB Simulado a preços do ano 2000, e na curva azul o PIB Simulado no Cenário I, cenário deficitário. Nota-se que as curvas caminham alinhadas até o ano de 2007 quando a curva do PIB no Cenário I passa a ter uma redução no coeficiente angular demonstrando um crescimento menor do que a curva do PIB Simulado. A Tabela 3 abaixo apresenta os valores que compõem o gráfico.

Tabela 3. Comparação em milhões de reais do PIB Simulado vs. PIB Cenário I a preços do ano 2000, período 2000 a 2010

Ano	Simulado	Tx. Cresc.	Cenário I	Tx. Cresc.
2000	R\$ 1.199.000,00	0,00%	R\$ 1.199.000,00	0,00%
2001	R\$ 1.270.200,00	5,94%	R\$ 1.270.200,00	5,94%
2002	R\$ 1.343.920,00	5,80%	R\$ 1.343.920,00	5,80%
2003	R\$ 1.420.190,00	5,68%	R\$ 1.419.940,00	5,66%
2004	R\$ 1.498.770,00	5,53%	R\$ 1.497.740,00	5,48%
2005	R\$ 1.579.440,00	5,38%	R\$ 1.576.820,00	5,28%
2006	R\$ 1.662.210,00	5,24%	R\$ 1.656.860,00	5,08%
2007	R\$ 1.747.180,00	5,11%	R\$ 1.737.580,00	4,87%
2008	R\$ 1.834.600,00	5,00%	R\$ 1.818.810,00	4,67%
2009	R\$ 1.924.800,00	4,92%	R\$ 1.900.460,00	4,49%
2010	R\$ 2.018.150,00	4,85%	R\$ 1.982.380,00	4,31%

Fonte: Resultados da pesquisa.

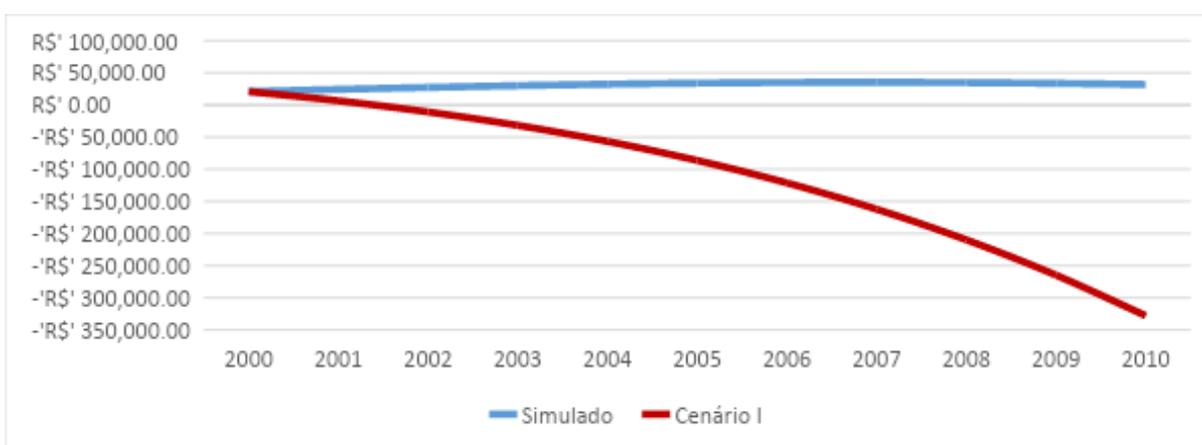
A diferença ocorrida entre o PIB Simulado e o PIB Simulado pelo Cenário I inicia-se no ano de 2003, sendo ampliado ao longo do tempo conforme se eleva o déficit fiscal, apresentando uma diferença entre as variáveis de 1,77% em 2010. Esse resultado sugere que o déficit fiscal tende a reduzir o crescimento econômico, entretanto, a simulação não foi capaz de mostrar uma situação de recessão econômica.

Tratando sobre a taxa média de crescimento econômico, no Simulado o crescimento médio foi de 4,86%, já no Simulado pelo Cenário I foi de 4,69%, ou seja, uma perda de eficiência média de 0,17% por ano devido à queda do resultado fiscal.

Apresentando agora a comparação dos resultados fiscais no Gráfico 8, pode-se observar a disparidade causadora da tendência revelada acima. No gráfico 8, a curva coral representa o Resultado

Primário Simulado e a curva azul o Resultado Primário da Simulação do Cenário I. Nota-se um desvio das curvas logo no 2º ano, entretanto o déficit inicia-se apenas no ano 2002, no ano seguinte é quando a simulação do PIB passa a apresentar uma disparidade de valores. A Tabela 4 abaixo apresenta os valores que compõem o gráfico.

Gráfico 8. Resultado Fiscal Simulado e Resultado Fiscal Simulado no Cenário I em milhões de reais a preços do ano 2000, período 2000 a 2010



Fonte: Resultados da pesquisa.

Tabela 4. Comparação em milhões de reais do Resultado Fiscal Simulado vs. Resultado Fiscal Cenário I a preços do ano 2000, período 2000 a 2010

Ano	Simulado	Tx. Cresc.	Cenário I	Tx. Cresc.
2000	R\$ 20.961,00	0,00%	R\$ 20.961,00	0,00%
2001	R\$ 24.279,00	15,83%	R\$ 6.546,00	-68,77%
2002	R\$ 27.331,00	12,57%	-R\$ 10.865,00	-265,98%
2003	R\$ 30.060,00	9,98%	-R\$ 31.741,00	192,14%
2004	R\$ 32.323,00	7,53%	-R\$ 56.676,00	78,56%
2005	R\$ 33.980,00	5,13%	-R\$ 86.308,00	52,28%
2006	R\$ 34.962,00	2,89%	-R\$ 121.261,00	40,50%
2007	R\$ 35.226,00	0,76%	-R\$ 162.192,00	33,75%
2008	R\$ 34.776,00	-1,28%	-R\$ 209.776,00	29,34%
2009	R\$ 33.651,00	-3,23%	-R\$ 264.733,00	26,20%
2010	R\$ 31.878,00	-5,27%	-R\$ 327.860,00	23,85%

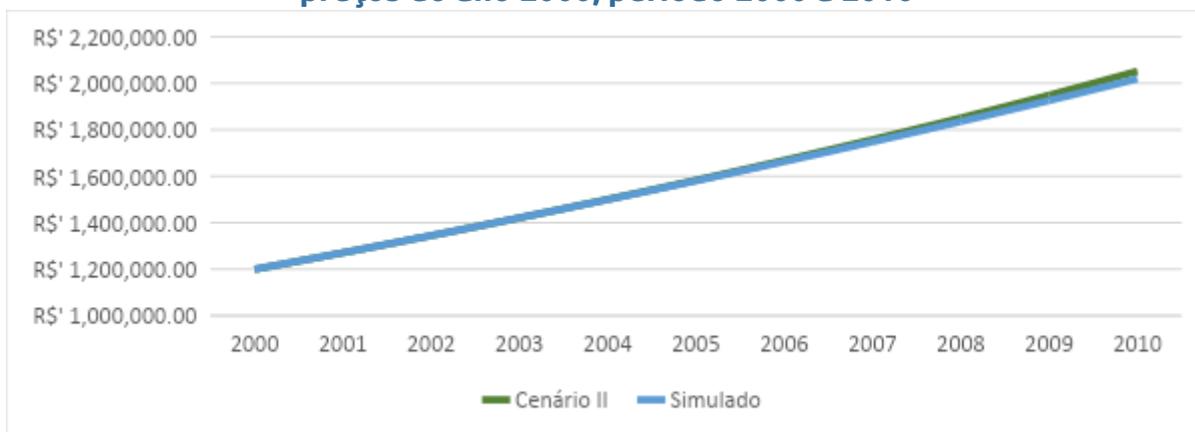
Fonte: Resultados da pesquisa.

Observando a tabela 4 observa-se que o maior déficit fiscal ocorrido no Cenário I foi de R\$327 milhões de reais, entretanto, mesmo um valor de déficit tão elevado não foi o suficiente para levar a um estado de recessão econômica na simulação. Porém, o déficit fiscal reduziu a taxa de crescimento econômico.

4.2 Cenário II: Gastos do Governo sem crescimento real

Na simulação do Cenário II foi estabelecido a não ocorrência de uma taxa de crescimento média real dos gastos do governo, os demais parâmetros se mantiveram constantes. Comparando os resultados dados pelo modelo simulado inicial com o cenário II pode-se notar uma elevação no crescimento econômico ao longo do período analisado conforme se cresce o resultado fiscal. No gráfico 9 evidencia-se a comparação do PIB Simulado e do PIB Simulado do Cenário II entre 2000 e 2010 a preços do ano 2000.

Gráfico 9. PIB Simulado e PIB Simulado no Cenário II em milhões de reais a preços do ano 2000, período 2000 a 2010



Fonte: Resultados da pesquisa.

No gráfico 9 a curva coral representa o PIB Simulado, e a curva azul o PIB Simulado no Cenário II. O alinhamento das curvas manteve-se até o ano de 2005 quando a curva do Cenário II passa a ter um coeficiente angular superior ao da curva do PIB simulado demonstrando um crescimento maior conforme se amplia o resultado fiscal positivo. A Tabela 5 abaixo apresenta os valores que

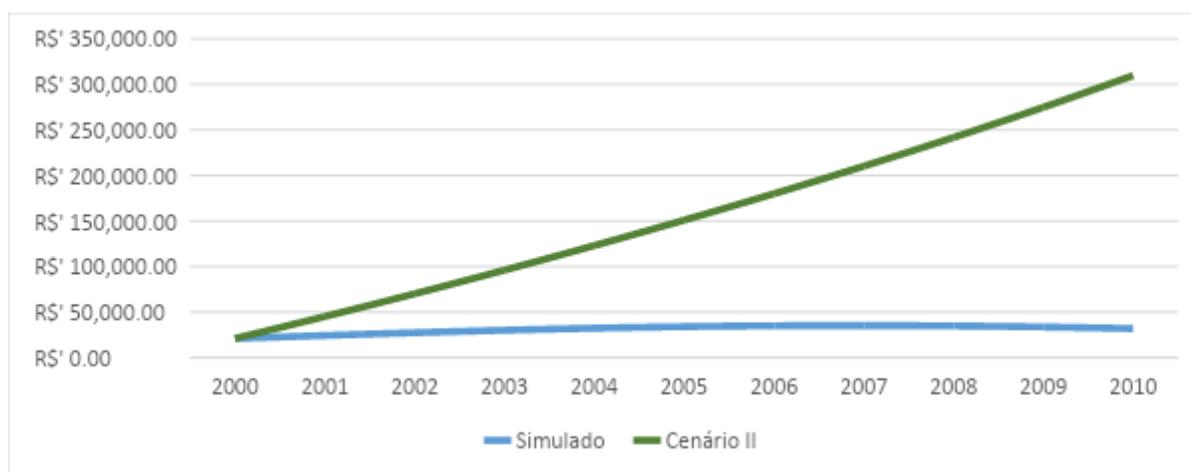
compõem o gráfico. A diferença ocorrida entre o PIB Simulado e o PIB Simulado no Cenário II inicia-se no ano de 2003, sendo ampliado conforme se eleva o superávit fiscal, sendo a diferença ocorrida em 2010 de 1,61%, esse resultado revela que o superávit fiscal tende a ampliar o crescimento econômico do país.

Tabela 5. Comparação em milhões de reais do PIB Simulado vs. PIB Cenário II a preços do ano 2000, período 2000 a 2010

Ano	Simulado	Tx. Cresc.	Cenário II	Tx. Cresc.
2000	R\$ 1.199.000,00	0,00%	R\$ 1.199.000,00	0,00%
2001	R\$ 1.270.200,00	5,94%	R\$ 1.270.200,00	5,94%
2002	R\$ 1.343.920,00	5,80%	R\$ 1.343.920,00	5,80%
2003	R\$ 1.420.190,00	5,68%	R\$ 1.420.490,00	5,70%
2004	R\$ 1.498.770,00	5,53%	R\$ 1.499.930,00	5,59%
2005	R\$ 1.579.440,00	5,38%	R\$ 1.582.320,00	5,49%
2006	R\$ 1.662.210,00	5,24%	R\$ 1.667.900,00	5,41%
2007	R\$ 1.747.180,00	5,11%	R\$ 1.757.030,00	5,34%
2008	R\$ 1.834.600,00	5,00%	R\$ 1.850.180,00	5,30%
2009	R\$ 1.924.800,00	4,92%	R\$ 1.947.890,00	5,28%
2010	R\$ 2.018.150,00	4,85%	R\$ 2.050.700,00	5,28%

Fonte: Resultados da pesquisa.

Gráfico 10. Resultado Fiscal Simulado e Resultado Fiscal Simulado no Cenário II em milhões de reais a preços do ano 2000, período 2000 a 2010



Fonte: Resultados da pesquisa.

Tratando sobre a taxa média de crescimento econômico, no Simulado o crescimento médio foi de 4,86%, já no Simulado do Cenário II foi de 5,01%, ou seja, um ganho de crescimento média de

0,15% ao ano. No Gráfico 10, pode-se observar a diferença do Resultado Fiscal Simulado e do Simulado Cenário II que levou a tendência revelada acima.

No gráfico 10 observa-se na curva coral o Resultado Primário Simulado e o azul Resultado Primário do Simulado Cenário II. Nota-se um desvio das curvas a partir do 2º ano e ampliação deste desvio ao longo do período analisado. Na Tabela 6 abaixo estão os valores que compõem o gráfico.

Na tabela 6 o maior superávit fiscal ocorrido foi no Cenário II no valor de R\$ 309 bilhões de reais, o valor de superávit elevou o valor da taxa de crescimento do PIB de 4,86%, no Simulado, para 5,02%, no Cenário II, um aumento na taxa de 0,43%. Assim, o *superávit* fiscal robusto permitiu a elevação da taxa de crescimento econômico.

Tabela 6. Comparação em milhões de reais do Resultado Fiscal Simulado vs. Resultado Fiscal Cenário II a preços do ano 2000, período 2000 a 2010

Ano	Simulado	Tx. Cresc.	Cenário II	Tx. Cresc.
2000	R\$ 20.961,00	0,00%	R\$ 20.961,00	0,00%
2001	R\$ 24.279,00	15,83%	R\$ 45.096,00	115,14%
2002	R\$ 27.331,00	12,57%	R\$ 70.089,00	55,42%
2003	R\$ 30.060,00	9,98%	R\$ 96.045,00	37,03%
2004	R\$ 32.323,00	7,53%	R\$ 122.977,00	28,04%
2005	R\$ 33.980,00	5,13%	R\$ 150.906,00	22,71%
2006	R\$ 34.962,00	2,89%	R\$ 179.920,00	19,23%
2007	R\$ 35.226,00	0,76%	R\$ 210.135,00	16,79%
2008	R\$ 34.776,00	-1,28%	R\$ 241.712,00	15,03%
2009	R\$ 33.651,00	-3,23%	R\$ 274.834,00	13,70%
2010	R\$ 31.878,00	-5,27%	R\$ 309.680,00	12,68%

Fonte: Resultados da pesquisa.

5 Considerações finais

Em vista do objetivo deste artigo que consistiu em verificar os efeitos das políticas fiscais sobre o crescimento econômico brasileiro ao longo da década de 2000 a 2010 por meio de simulações através de dinâmicas de sistemas, pode-se considerar que tal ferramenta apresentou resultados consistentes quando

comparado com os dados reais, demonstrando-se eficaz na elaboração de cenários para previsões econômicas de longo prazo.

Entretanto, um fato importante a ser ressaltado no modelo foi a necessidade de se utilizar uma alta taxa de progresso técnico ao modelo, este fato pode ser explicado devido à forte popularização da internet, e dos microcomputadores no país ao longo do período estudado, fator que pode ter elevado a taxa de progresso tecnológico do período e acelerado o crescimento econômico do país para o modelo de Solow.

No que se refere ao Cenário I, pode-se compreender que apenas o déficit fiscal isoladamente não é o necessário para levar uma economia a um ponto de recessão, entretanto esta situação tende a reduzir a taxa de crescimento econômico de uma nação, isso se dá pelo fato da necessidade da poupança privada compensar o resultado fiscal negativo, reduzindo o nível de investimentos e a acumulação de capital.

Já no Cenário II, pode-se notar que um superávit fiscal eleva as taxas de crescimento de uma nação, isso ocorre, pois o resultado fiscal positivo gera uma poupança pública que eleva o nível de poupança da economia, ampliando os investimentos e a acumulação de capital. É importante ressaltar, contudo, que o modelo de Solow-Swan desconsidera fatores como a incerteza e as expectativas, que podem potencializar os resultados de ambos os cenários analisados.

Concluindo, os resultados obtidos neste artigo sugerem em primeiro ponto que o modelo de Solow-Swan, ainda que simples, permite previsões críveis a respeito de cenários econômicos, e em segundo ponto que as decisões de políticas fiscais interferem diretamente no crescimento econômico de longo prazo da economia podendo reduzir o crescimento econômico no caso de políticas deficitárias ou ampliar no caso de políticas superavitárias.

Referências

ABRAMOVITZ, M. Catching Up, Forging Ahead, and Falling Behind. **The Journal of Economic History**, v.46. n.2, 1986.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Séries Temporais Balança de Pagamentos**. [s. d.]. Disponível em: <https://www3.bcb.gov.br/sqspub/>. Acesso em: 20 abr. 2020.

BONELLI, R. O desenvolvimento econômico brasileiro em uma visão de longo prazo. In: PEREIRA, L. V.; VELOSO, F.; BINGWEN, Z. (Orgs.) **Armadilha da renda média: visões do Brasil e da China**. Rio de Janeiro: FGV, IBRE, 2013. v. 1.

BRASIL. Ministério da Economia. **Séries Temporais Balança Comercial Brasileira**. Disponível em: <http://www.mdic.gov.br/index.php/comercio-exterior/estatisticas-de-comercio-exterior/balanca-comercial-brasileira-acumulado-do-ano>. Acesso em: 20 abr. 2020.

BRASIL. Tesouro Nacional. **Séries Temporais do Tesouro Nacional**. Disponível em: <https://www.tesourotransparente.gov.br/visualizacao/series-temporais-do-tesouro-nacional>. Acesso em: 18 abr. 2020.

BUENO, N. P. O modelo de Solow-Swan na linguagem de dinâmica de sistemas: uma aplicação para o Brasil. **Nova Economia**, v. 20, n. 2, 2010.

FREITAS, M. V. de; ALMEIDA, E. Existe realmente convergência de renda entre países?. **Estudos Econômicos**, v.45, n.2, p. 287-316, 2015. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ee/article/view/38341>. Acesso em: 21 set. 2019.

HEIJDRÁ, B. J.; PLOEG FREDERICK VAN DER. **The Foundations of Modern Macroeconomics**. 1. ed. Oxford: Oxford University, 2002.

IBGE. **IPCA - índice geral e grupos de produtos e serviços**. Disponível em: <https://seriesestatisticas.ibge.gov.br/>. Acesso em: 18 abr. 2020.

IBGE. **Projeção da população do Brasil**. [S. d.]. Disponível em: <https://seriesestatisticas.ibge.gov.br/>. Acesso em: 18 abr. 2020.

IBGE. **Pessoas de 15 anos ou mais de idade economicamente ativas**. Disponível em: <https://seriesestatisticas.ibge.gov.br/>. Acesso em: 18 abr. 2020.

JONES, C. I. **Introdução à teoria do crescimento econômico**. São Paulo: Campus, 2000.

MUELLER, A. O Brasil na armadilha da renda média. **Instituto Ludwig von Mises Brasil, 28 jan. 2016**. Disponível em: <https://www.mises.org.br/ArticlePrint.aspx?id=1765>. Acesso em: 22 mai. 2019.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO. **Relatórios Econômicos OCDE: Brasil** Fevereiro de 2018. 2018. Disponível em: www.oecd.org/eco/surveys/economic-survey-brazil.htm. Acesso em: 20 jun. 2019.

SOLOW, R. M.. A Contribution to the Theory of Economic Growth. **The Quarterly Journal of Economics**, v. 70, n.1, 1956.

SONAGLIO; C. M.; MISSIO, F. J.; PEREIRA, H. C. I. A armadilha da renda média: trajetória brasileira e apreciações críticas. **Revista Debate Econômico**, v. 4, n. 2, p. 6-34, jul./dez. 2016.

SWAN, T. W.. Economic Growth and Capital Accumulation; the Economic Record, **The Economic Society of Australia**, v.32, n.2, 1956.

VILLELA, P. R. C.. **Introdução à Dinâmica De Sistemas**. Juiz de Fora: UFJF, 2005. Disponível em: http://www.ufjf.br/ciro_barbosa/files/2011/02/ds_parte1.pdf. Acesso em: 20 jun. 2019.

Sobre os autores

Luiz Felipe Marvila de Vasconcellos

Graduou-se em Comércio Exterior pela Universidade Estácio de Sá e está se graduando em Ciências Econômicas pelo Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional (ESR) da Universidade Federal Fluminense (UFF) em Campos dos Goytacazes. É analista de projetos na Keruí Método. Desde 2018, dedica-se a pesquisas sobre desenvolvimento econômico, mercado financeiro e modelos matemáticos.

Email: felipe_marvila@hotmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1804-6587>

Alan Figueiredo de Arêdes

Graduou-se em Ciências Econômicas e é mestre e doutor em Economia Aplicada pela Universidade Federal de Viçosa (UFV). É Professor Associado da Universidade Federal Fluminense (UFF) em Campos dos Goytacazes, atuando no Núcleo de Estudos em Economia Aplicada (NEEA) do Departamento de Ciências Econômicas e no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Políticas Públicas (PPGDAP). Desde 2004, realiza estudos na área da economia e do gerenciamento do agronegócio.

Email: alanaredes@id.uff.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5788-5119>

Histórico

Recebido em: 23/03/2022. Aprovado em: 18/08/2022. Publicado em: 20/10/2022.

APÊNDICE – Lista de Funções

(01)	$A = 5.3$
(02)	$\text{Absorção Interna} = (Y_d \cdot (1 - P_{mgS})) + \text{Exportações Líquidas}$
(03)	$dK = K \cdot \text{Taxa de Depreciação}$
(04)	$\text{Evolução dos Gastos do Governo} = 0.054$
(05)	$\text{Exportações Líquidas} = \text{PULSE}(0,1) \cdot (-1.6e+09) + \text{PULSE}(1,1) \cdot (5.8e+09) + \text{PULSE}(2,1) \cdot (3.17e+10) + \text{PULSE}(3,1) \cdot (5.72e+10) + \text{PULSE}(4,1) \cdot (6.86e+10) + \text{PULSE}(5,1) \cdot (7.29e+10) + \text{PULSE}(6,1) \cdot (6.49e+10) + \text{PULSE}(7,1) \cdot (4.79e+10) + \text{PULSE}(8,1) \cdot (2.61e+10) + \text{PULSE}(9,1) \cdot (2.78e+10) + \text{PULSE}(10,1) \cdot (1.84e+10)$
(06)	$"f(k,A)" = A \cdot ("K/L")^{\text{Produtividade Marginal do Capital}}$
(07)	$\text{FINAL TIME} = 10 \text{ Years}$
(08)	$\text{Fluxo de Crescimento} = \text{População} \cdot 0.013$
(09)	$\text{Fluxo de Trabalhadores} = \text{População} \cdot \text{Fração de PEA}$
(10)	$\text{Fração de PEA} = 0.43$
(11)	$G = \text{INTEG} (G \cdot \text{Evolução dos Gastos do Governo}, 3.855e+11)$
(12)	$I = S$
(13)	$\text{INITIAL TIME} = 0 \text{ Year}$
(14)	$K = \text{INTEG} (+I - dK, 2.398e+12)$
(15)	$"K/L" = K / \text{Fluxo de Trabalhadores}$
(16)	$"\text{PIB (Y)}" = \text{INTEG} ("f(k,A)" \cdot \text{Fluxo de Trabalhadores}), 1.199e+12)$
(17)	$\text{PIB per Capita} = "\text{PIB (Y)}" / \text{Fluxo de Trabalhadores}$
(18)	$P_{mgS} = 0.3$
(19)	$\text{População} = \text{INTEG} (\text{Fluxo de Crescimento} - (\text{Fluxo de Trabalhadores} \cdot 0), 1.75e+08)$
(20)	$\text{Produtividade Marginal do Capital} = 0.5$
(21)	$\text{Resultado Fiscal} = T - G$
(22)	$S = (Y_d - \text{Absorção Interna}) + "S(g)"$
(23)	$"S(g)" = \text{Resultado Fiscal}$
(24)	$T = "\text{PIB (Y)}" \cdot 0.339$
(25)	$\text{Taxa de Depreciação} = 0.05$
(26)	$Y_d = "\text{PIB (Y)}" - T$

PÁGINA DE ARTISTA

PRIMÍPARA

MARIA CLARA MONTALVÃO



Mundo Livre

Primípara

Primípara

Maria Clara Montalvão

Graduada em Ciências Sociais e mestranda em Cinema e Audiovisual pela UFF

Resumo: Primípara quer dizer um bicho na primeira gestação, assim como este conjunto de poemas escritos por Maria Clara Montalvão. A autora conta que os poemas foram produzidos em oficinas de escrita, que foram momentos de exercício coletivo de recursos da poesia contemporânea. Os poemas de *Primípara* têm aroma de arruda, alecrim e canela que suscitam imagens de tecnologias, corpos, casas e bichos em cenas domésticas e urbanas.

Palavras-chave: Poemas brasileiros. Poesia Brasileira. Poesia contemporânea.

Resumo: Primípara means an animal in its first pregnancy, as well as this set of poems written by Maria Clara Montalvão. She says that the poems were produced in writing workshops, which were moments for collective exercise of contemporary poetry resources. Primípara's poems have an aroma of rue, rosemary and cinnamon that evoke images of technologies, bodies, houses and animals in domestic and urban scenes.

Palavras-chave: Brazilian poems. Brazilian poetry. Contemporary poetry.



[sem título]

só tivemos eletricidade em 1883

de lá para cá,
criaram-se cantos em plantações de cana
fizeram do sol fonte de renda
desviaram o percurso do rio
e tentam também tirar
petróleo das paixões

you sabe
eu nunca me dou por vencida

aquela última ponte tem
mais cheiro de fósseis
que o fundo das nossas baías

por dentro a gente ainda é turmalina
por isso você sempre percebeu uma sombra
por isso você quis fazer de mim fantasia
por isso eu preciso perder os móveis

perder você
perder poetas
lembrar o paraíba do sul
nossas tardes canoas terras férteis e alongadas

como o tempo
insiste em fazer marcações
lembrando sobrenomes
estampados nas placas

nós vimos
cabeças depois de adormecer
senhoras acendendo velas na rua

you entende?
eles podem deixar ilhas em mim
como fizeram com o rio

todos foram avisados sobre a crise hídrica, menos nós

para bia praça

o que me invade não é diferente
das suas rezas fortes
desemprego ou curvas de gênero
em composição com o sofá que é gente
e espirra com o que ainda não foi aspirado
na geladeira que congela mais que o necessário
enchendo a casa e te forma gelo
até estar derramada no chão frio
de todos os cômodos
cuidando dos bichos desfeitos
residentes em minha caixa d'água

mesmo triste há três dias
você veste as roupas mais bonitas desse bairro
seu cabelo brilha ainda mais quando cruza a saldanha marinho
pega a contramão na rua dos goytacazes
assumindo riscos em duas rodas
estar sozinha ou ser parte do todo
com as forças todas que nos invadem
o boiadeiro, o moço do picolé
os doces das senhoras que pulam janelas
saber o *timing* das pequenas revoluções

você só ficaria mesmo uns dias
tempo necessário para as plantas tomarem conta da casa
tempo necessário para o gato mudar de nome
robertinho

despedida

para registrar minha arruda preciso
mantê-la viva
com o dedo na terra vou até suas entranhas
para ouvir
esse vaso não nos cabe mais

na madrugada espalhamos álcool setenta pela casa
acendem incensos luzes coloridas
ela dança no chão conta sobre o mercado municipal
quando era invadida pelo preço dos biscoitos
como suas irmãs gostam de ser cuidadas
com pouca água ardente e sol pela manhã
afagos depois do almoço

fomos de bicicleta visitar minha avó
nesse dia pedi que ela cuidasse
da pequena arruda

nos despedimos de longe
não conseguia vê-la assim
sou covarde feito planta carnívora
ela me disse, já fraca
existe um diferente tipo de céu para seres inanimados

quando vi,
folhas arredondadas deram lugar aos pelos
um caule magro para cada canela

[sem título]

olho o relógio até que alguma hora seja
sete
músicas quando estou triste
fico nua de frente ao rio
o quadril desprende águas
entre tantas trombas

danço com os mortos
em festejo acendo um incenso com seu perfume
guardado entre lenços no armário
comido por cupins

floriculturas todas carregam seu nome
a senhora com as mãos sujas de terra dá vida às cores
ela já sabe quando vou atrás de arrudas
ela já sabe quando preciso de canelas

água quente espera que me deite
às sete

amor não é uma entidade própria dos mamíferos

o homem diante das próprias valas
conta com sua amiga retroescavadeira
ela veste um estofado que distribui bem
o peso do homem
ele veste jeans rasgado e pequenas demolições

sua amiga new holland
tem tração nas quatro rodas
faz todo tipo de serviço
no centro do seu esqueleto amarelo
moram sinais e botões que dizem
respeito à vitalidade das máquinas

quando homem escuta apito
aperta ainda mais botões
quer sentir a ventania das coisas
fora dos salões automotivos

retroescavadeira e homem
estão com flechas apontadas
para o tempo de duração dos motores
são acostumados a remover resíduos

escavam poeira

orvalho do mar

alecrim primeiro faz floreio
chega em muda sacola
com seu aroma que derruba
antigas especiarias

saiu de sua terra bem cedinho
– não é das raízes que sinto falta
junto das plantas estatutárias na sala
com elegância dos compassos
cantados por pastorinhas
seca ao som do meio-dia

1 – 2

1 – 2

a finura das pernas diz sobre
coragem quando suspensa
baldes com água fervente
estão prontos quinas presas
se abrem para sua chegada
agora que é tão aérea

– você gosta das coisas em estados fantasmas
às vezes é preciso tocar nelas, como me tem e me manuseia

me vejo livre da culpa quando suas folhas magras
caem no chão do banheiro encontrando no ralo
uma forma de chegar aos oceanos

me vejo livre da culpa quando
escuto teu cheiro correndo a casa
transformando todo o ar meus brônquios
em incenso

– é com um pouco de sede que eu me desenvolvo
por isso gosto de beira mar e te digo que saiba viver entre o
seco e o úmido
não se importe se as pessoas vão dizer que você muda de
estado com facilidade
entre os raminhos separados por barbante
colocamos nossos óculos escuros

vibrações em hertz hobbies riscos
- sem ligar o subwoofer não vou conseguir ouvir minhas
irmãs em plantasia

alguns ramos estalam ardem outros
vem tomar banho quente comigo
tem sempre os que preferem
besuntados no azeite
pegar um bronze com batatas

alecrim carrega um pingente
com um pouco de sua terra dentro
lá guarda compactos que giram
quando já não há mais saudade

mergulha-dor

para atafona

quando a atmosfera é medida
sob os pés
ou livra pressão
ou tímpanos escorrem até
o encontro entre quem mergulha
e cidades com fundas feitiçarias

lá residem peixes e células
subaquáticas
pedaços de carta para amantes
visíveis só em mecânicas celestes
memória quando é baixa-mar
quartos infantis azulejos recém
comprados há décadas
e hoje são passarela
para douradas barbatanas
com pedaços da rede feita
por seu arlindo

três gerações contadas por gestos
cinquenta anos jogando com asfaltos
atrás dos barquinhos e flores

belíssimo horizonte com você

para d. resende

primeiro encontro
foi
ficção
imagem e movimento
sem corte
na praça da liberdade

acordar com seu
nome
que pronuncio em gagueira

passando os planos
como fazem
aflitas estações
em busca de alguma luz
no plexo solar

parques de camas elásticas
giros no ar
saltando como toda
boa menina te digo
de cabeça para baixo

οι άπίστευτοι οχηματες ε ογορ

temos chance
ainda mais
à esquerda
munidos de rum e coca cola

depois de ter passado
rio muriaé
piranga
maranhão

quando souber
dizer seu nome
aos pés
dos cometas
gerais

lia e eu

lia e eu
somos parecidas
ela é intrauterina
tem lábios em formação
também palavras
quem sabe versos

tal um embrião
sempre faltam mais alguns meses
para o grande mergulho
saímos com bastante calma
o trabalho de parto é longo
nunca teve fim

minha filha mora no planeta placenta
desistiu de ir embora
agora espera o corte dos sangramentos
o olho de volta no rosto dos manifestantes
longas respirações e contrações no país
para nascer outra vez

Chiquinho

aprende Francisco
nem todo telhado é feito nuvem
para você descansar perto do sol

nem todo muro irá sustentar
seu salto nota dez

aqui na sala mesmo
tem uma janela sempre aberta
cama feita
ração fresca
água corrente que te lembram florestas
nunca antes pisadas

você lembra o som das quedas
saliva com peixes
está tudo inscrito em algum lugar
do seu felpo agora machucado

ei chico
deixa a lapa para lá

sua gangue de gatinhos
já não é mais a mesma

Maria Clara Montalvão

Sobre a autora

Maria Clara Montalvão

Graduada em Ciências Sociais pelo Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional (ESR) e mestranda no Programa de Pós-Graduação em Cinema e Audiovisual (PPGCine) do Instituto de Artes e Comunicação Social (IACS) da Universidade Federal Fluminense (UFF). Coordena e estuda Cinema de Grupo e Práticas de Cuidado no Laboratório Kumã da UFF. Em 2022, publicou pela editora Escaleras o livro *Danças*, em coreografia com as poetas Eliza Araújo e Quel Medeiros.

Email: mclmoliveira@hotmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4068-1205>



Perfil dos participantes e avaliação do cumprimento de metas do Programa "Trilha Jovem Iguassu": período 2015-2019

Marcos de Oliveira Garcias, Vitor Hugo Tavares da Silva, Petterson Eduardo Souza Gherlandi & Carla Andrea Contreras Contreras

Apontamentos sobre a preparação mental e a meditação no futebol

Marcelo Roberto Andrade Augusti

Oficina de educação alimentar e nutricional na universidade para terceira idade

Gizela Pedroso Junqueira, Larissa Leandro Cruz & Cristina Gomes de Souza Vale e Souza

Perfil dos participantes e avaliação do cumprimento de metas do Programa “Trilha Jovem Iguassu”: período 2015-2019

Profile of participants and evaluation of achievement of goals of the “Trilha Jovem Iguassu” Program: from 2015 to 2019

Marcos de Oliveira Garcias

Doutor em Economia Aplicada pela USP. Professor da UFLA

Vitor Hugo Tavares da Silva

Graduado em Ciências Econômicas pela UNILA

Petterson Eduardo Souza Gherlandi

Graduado em Relações Internacionais pela UNILA. Analista de Inovação no Parque Tecnológico Itaipu

Carla Andrea Contreras Contreras

Graduada em Comércio Exterior pelo Instituto Universitario de Administración Industrial (Venezuela)

Resumo: O objeto de análise deste trabalho é o programa de qualificação profissional Trilha Jovem Iguassu, realizado no município de Foz do Iguaçu – PR. O programa tem como enfoque capacitar jovens em condição de vulnerabilidade para o mercado de trabalho no setor de turismo da região. Buscou-se identificar qual o perfil dos jovens que ingressam no projeto e se o programa alcançou, em suas últimas cinco edições (2015-2019), os objetivos definidos por sua organização. Para tal, fez-se uso de método estatístico descritivo com base em dados fornecidos pela equipe realizadora do projeto. Observou-se que a maioria dos jovens atendidos são mulheres, com idade entre 16 e 18 anos, e cujas famílias possuem renda abaixo da média. Também se constata que o projeto é bem sucedido em cumprir dois dos três objetivos específicos previamente definidos, mostrando-se eficaz em atender a jovens em situação de vulnerabilidade e auxiliar em sua inserção no mercado de trabalho.

Palavras chave: Avaliação de política. Jovens. Qualificação profissional.

Abstract: The current paper aims to analyze the labor training program *Trilha Jovem Iguassu*, that takes place in the city of *Foz do Iguaçu*, state of *Paraná*, Brazil. The program is focused on the professional training of socially vulnerable youths for the labor market of the tourism sector in the region. This paper aims to identify the profile of those youths that entered the project and if the program achieved its major goals through the last five editions (2015 to 2019). For this, a descriptive statistical method based on the data supplied by the team who runs the project. It was observed that the most youth attended were women, with ages between sixteen and eighteen years old and with family income below the average levels. It was also noted that the project successfully accomplishes two of the three specific objectives previously defined, being effective in assisting the vulnerable youths and helping to incorporate them into the labor market.

Keywords: Labor training. Policy evaluation. Youth.



1 Introdução

O subgrupo demográfico dos jovens – indivíduos com idades entre 15 e 24 anos, segundo a classificação adotada pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) – é uma das classes mais afetadas pelas volatilidades dos ciclos econômicos, em especial através do mercado de trabalho. Mais expostos ao desemprego, a força de trabalho juvenil mundial que em 1993 apresentava uma taxa de emprego de 51,7%, em 2018 registrou apenas 36,6% (OIT, 2019, p.11), com especial agravamento deste cenário após a crise econômica mundial de 2008. Sendo o período de transição escola-trabalho um dos mais importantes para o amadurecimento e desenvolvimento dos jovens, o aumento do desemprego entre esses indivíduos pode representar o aprofundamento de questões sociais e econômicas estruturais.

Em resposta a essa questão, diversas abordagens apontam como um melhor nível de qualificação é capaz de ampliar as oportunidades e a empregabilidade dos indivíduos – ou seja, a probabilidade de obter emprego. Neste ponto, se insere o papel prestado pelo projeto objeto deste estudo – o Trilha Jovem Iguassu (TJI) – um programa de qualificação profissional voltado a jovens em situação de vulnerabilidade que busca incorporá-los no mercado de trabalho do setor turístico de Foz do Iguaçu – PR – cidade onde o projeto está sediado.

O setor turístico – que compreende uma série de atividades de comércio e serviços atrelados à hospedagem, lazer, transporte e alimentação oferecidos a pessoas e empresas – é, destacadamente, um elemento de peso para a economia do município de Foz do Iguaçu – PR. Localizada na região Sul do Brasil e integrante da Tríplice Fronteira – região da bacia hidrográfica do Rio Paraná onde fazem fronteira Brasil, Argentina e Paraguai – a cidade conta com diversos empreendimentos e belezas naturais que atraem visitantes de todo o mundo.

No nível nacional, esse rol de atividades constitui elevado potencial de geração de renda e emprego. Takasgo *et al.* (2010, p.20) ressaltam como o setor representa 2,3% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional e, incluindo-se outros serviços da economia que fornecem e demandam insumos do turismo (o chamado Complexo Turístico), esse valor chega a 5,0%. Em relação ao emprego, estes valores são de 3,3% e 6,0%, respectivamente, em decorrência do elevado nível de uso do fator trabalho neste tipo de atividade econômica. Além disso, o desenvolvimento das atividades turísticas também demonstra potencial de redução de desigualdades regionais – possibilitando transferência de recursos de regiões mais ricas para outras com menor nível de diversificação das atividades produtivas (RABAHY, 2019, p.2).

No nível local, há maior escassez de dados e análises empíricas sobre os aspectos econômicos do setor. Destaca-se o trabalho de Pintor *et al.* (2021, p. 5), que compila uma série de indicadores socioeconômicos para o município de Foz do Iguaçu. Dentre os resultados, ressalta-se a ampliação do peso do setor turístico no mercado de trabalho local – com crescimento expressivo do número de trabalhadores vinculados às atividades características do turismo (PINTOR *et al.*, 2021, p.15). Sendo este um rol de serviços intensos no uso do fator trabalho e cujo nível de satisfação dos consumidores está diretamente relacionado à qualificação destes trabalhadores, o tema da qualificação laboral dos profissionais vinculados às atividades turísticas demanda especial enfoque. Neste aspecto, o projeto Trilha Jovem Iguassu ganha evidência na realidade local.

O programa visa oferecer aos jovens participantes o desenvolvimento de habilidades laborais e psicossociais através de exposições teóricas que abordam diferentes aspectos da formação – desde aulas de inglês e informática, até sessões nas quais os adolescentes são estimulados a prospectar seus objetivos de longo prazo, sonhos e aspirações. Num segundo momento, os participantes também são encaminhados a um período de estágio

supervisionado em empresas parceiras do programa. Através dessa metodologia, o Trilha busca promover a inserção profissional destes jovens, que passariam a contar com uma série de competências demandadas pelo mercado de trabalho turístico da região.

Sua primeira edição em Foz do Iguaçu – PR foi realizada em 2006, seguindo um direcionamento nacional baseado em uma versão-piloto do projeto executada em 2004 na cidade de Salvador – BA e em diretrizes apontadas pela esfera federal em relação à qualificação profissional e ao desenvolvimento do turismo. Após 2009, entretanto, a gestão nacional do Trilha Jovem foi interrompida devido a mudanças no foco da qualificação profissional para o turismo a partir daquele ano. Até 2009, os Planos Nacionais de Turismo 2003-2007 (BRASIL, 2003) e 2007-2010 (BRASIL, 2007) deram ênfase à criação de postos de trabalho e a inserção de jovens na cadeia produtiva do turismo. Nesse período, marcado pelo novo Plano de Desenvolvimento da Educação do Ministério da Educação e pelos programas de qualificação profissional do então Ministério do Trabalho e Emprego, o foco nacional era geração de emprego e renda atrelada à educação continuada. Além disso, preconizava-se a promoção de “metodologias e ferramentas pedagógicas apropriadas ao desenvolvimento de competências profissionais e a inserção profissional da população de baixa renda e dos jovens” (BRASIL, 2007, p.76).

Por outro lado, o terceiro Plano Nacional de Turismo 2011-2014 (BRASIL, 2011) indica que, a partir de 2009, tem início o Programa de Qualificação Profissional em Turismo, que tinha como principal meta qualificar profissionais do Turismo – ou seja, pessoas que já trabalhavam no setor. Dentre outros fatores, a motivação para essa nova abordagem com relação ao mercado de trabalho do turismo brasileiro se relacionava com as demandas que surgiriam a partir dos dois grandes eventos globais que seriam sediados no Brasil nos anos subsequentes – a Copa do Mundo FIFA 2014 e os

Jogos Olímpicos Rio 2016. Essa mudança redireciona esforços e investimentos nacionais para treinamento de pessoas já engajadas com a atividade turística, retirando – ao menos momentaneamente – o foco de projetos como o Trilha Jovem Iguassu. Desse modo, a partir de 2012 a retomada do TJI ocorreu por uma mobilização local – amparada e desenvolvida por agentes relacionados ao setor turístico de Foz do Iguaçu e alheia a direcionamentos centralizados no âmbito nacional.

A partir desses antecedentes, o objetivo do presente estudo é verificar a pertinência do programa Trilha Jovem *vis a vis* o contexto no qual os jovens atendidos pelo projeto de capacitação estão inseridos. Para isso, busca-se identificar o perfil desses participantes a partir de variáveis socioeconômicas e analisá-lo diante das metas previamente definidas pela equipe realizadora do projeto – que se relacionam com o número de participantes por ano, a taxa de conclusão do curso de capacitação e o nível de inserção laboral propiciado pelo Trilha.

O trabalho está estruturado da seguinte forma: após a corrente introdução, algumas considerações teóricas a respeito do tema serão apresentadas. Posteriormente, será exposta a trajetória percorrida pelo projeto Trilha Jovem Iguassu, seus antecedentes e a metodologia adotada pelo programa. A quarta seção trata dos procedimentos metodológicos adotados nesta pesquisa para coleta e observação dos dados do Trilha, enquanto a quinta seção corresponde aos resultados desta avaliação. Ao final, são traçadas breves considerações finais, procedidas pelas referências bibliográficas citadas ao longo do texto.

2 Considerações teóricas

A preocupação com a temática do desemprego juvenil vem ganhando protagonismo nos debates acadêmicos e políticos há notório tempo – como ilustram os já citados relatórios elaborados pela Organização Internacional do Trabalho, pelo Governo Federal

do Brasil ou mesmo pelo surgimento de iniciativas como o Trilha Jovem. Deve-se, portanto, tecer uma breve contextualização do mercado de trabalho brasileiro – com especial enfoque aos fenômenos que tipicamente afetam os mais jovens. Nesta seção serão apresentadas breves considerações teóricas a respeito destes temas, que servirão, também, como pontos para reflexão sobre os resultados observados no Trilha.

A literatura econômica costuma apontar como cidadãos com idade entre 15 e 29 anos são mais suscetíveis às volatilidades do ciclo econômico, embora não sejam claras as causas dessa intensa correlação (CORSEUIL; FRANCA, 2020, p. 10). Desse modo, cabe ressaltar o quão impactada a juventude brasileira foi – e segue sendo – pelo cenário crítico que a economia brasileira se encontra há, pelo menos, 6 anos.

[...] A taxa de ocupação [de jovens entre 15 e 29 anos] que estava em torno de 54% no período 2012-2014, seguiu uma tendência de queda acentuada a partir de 2015 até o primeiro trimestre de 2017, quando chega a 47,3%, uma redução de 7 pontos percentuais (p.p.). A partir do segundo trimestre de 2017, houve uma leve recuperação da taxa de ocupação, que passou a oscilar em torno de 48,5% (CORSEUIL; FRANCA, 2020, p.11).

Deve-se inserir, porém, neste debate um importante recorte – pois o caso das mulheres requer especial atenção. As transformações mais recentes do mercado de trabalho (diretamente influenciadas pelo cenário de crise econômica global a partir de 2008) têm como precedentes mudanças igualmente estruturais que ocorreram, ao longo dos anos 1990, e que também impactaram, em especial, os jovens.

[...] a taxa de desemprego entre jovens variou 70,2% entre 1995 e 2005 (de 11,4% para 19,4%). Para o restante da população economicamente ativa, variou 44,2% [...] a situação é pior para jovens do sexo feminino. Nesse grupo, a taxa de desemprego passou de 14,1% para 25% em 10 anos (aumento de 77,4%), enquanto, para jovens do sexo masculino, a variação foi de 9,7% para 15,3% (aumento de 57,8%) [...] (POCHMANN *apud* MENDONÇA et al, 2012, p.162).

Além disso, no que diz respeito ao contexto local, a pesquisa de Priotto e Silva (2016) sobre a realidade dos jovens da Tríplice

Fronteira revela que, entre os adolescentes participantes do estudo que estavam trabalhando:

[...] a prevalência [de emprego] foi maior entre os estudantes do sexo masculino em todas as faixas etárias analisadas, de 12 a 18 anos. [E de modo geral] [...] a maioria [dos trabalhadores] estava sem registro (condição de 52,8% dos adolescentes do sexo masculino e 62% dos adolescentes do sexo feminino) (PRIOTTO; SILVA, 2016, p.14).

Intrinsecamente mais exposta a essas oscilações, a juventude carece – portanto – de uma abordagem especial no desenvolvimento de políticas ativas de mercado de trabalho, o que inclui os programas de capacitação. A literatura especializada aponta a relevância da capacitação profissional nas relações de trabalho e renda das classes sociais mais vulnerabilizadas (incluindo neste rol cidadãos não-brancos, jovens, indivíduos há muito tempo desempregados e as mulheres). Tanto que a própria legislação brasileira define especial enfoque das políticas ativas de mercado de trabalho aos grupos sociais minoritários citados, mais expostos ao desemprego, à pobreza e à violência (OIT, 2010, p. 110-111).

Com relação à busca por qualificação, também despontam na literatura econômica teorias que relacionam momentos de recessão com o aumento do interesse dos jovens pelo estudo, em detrimento da inserção imediata no mercado de trabalho (CORSEUIL *et al.*, 2018, p.65). Ou seja, os adolescentes privilegiam a obtenção de conhecimento (que no médio e longo prazo podem trazer melhores colocações dentro do mercado de trabalho) em vez de uma rápida entrada na vida profissional, fenômeno que também pode estimular a demanda por programas de treinamento como o Trilha Jovem.

Em contrapartida, a oferta de capacitação não encerra, por si só, o debate sobre empregabilidade. Deve-se realçar como aspectos socioeconômicos influem diretamente na propensão do jovem conseguir se inserir no mercado de trabalho. Câmara e Sarriera (2001, p. 83) detalham:

os fatores que apresentam uma influência direta sobre a inserção laboral de jovens em nossa realidade seriam a experiência prévia de trabalho e a

história laboral, as habilidades sociais para o trabalho e os atributos psicocognitivos [...], [sendo] o grande determinante desses três fatores intermediários [...] o nível socioeconômico e cultural do jovem (CÂMARA; SIQUEIRA, 2001, p. 83)..

Assim, deriva-se que o sucesso de iniciativas que busquem ampliar a inserção laboral de grupos vulneráveis passa também por encarar deficiências que se relacionam com a própria situação de vulnerabilidade. O desenvolvimento do chamado “nível socioeconômico e cultural do jovem” – nos termos das autoras – é também objeto a ser explorado por essas políticas.

3 Sobre o programa Trilha Jovem Iguassu

Nesta seção será apresentado um breve histórico do Trilha Jovem Iguassu, caracterizando também a estratégia empregada pelo projeto para qualificar os jovens ao mercado de trabalho do setor turístico de Foz do Iguaçu – PR.

A primeira edição do programa na cidade ocorreu em 2006, quando foi implementada a primeira turma, com base no projeto-piloto rodado em 2004 pelo Instituto de Hospitalidade com projeto da Germinal Consultoria em Salvador-BA (TRILHA JOVEM IGUASSU, 2019). Entre 2006 e 2010, o projeto Trilha Jovem foi executado nas cidades de Brasília – DF, Natal – RN, Recife – PE, Rio de Janeiro – RJ, São Luís – MA e São Paulo – SP – além das já mencionadas Foz do Iguaçu – PR e Salvador – BA – atendendo mais de quatro mil jovens. Quatorze anos depois, o Trilha Jovem Iguassu é o único remanescente daquele período.

Após a implantação em Foz do Iguaçu, os procedimentos foram assimilados e adaptados à realidade local do município pela equipe multidisciplinar do projeto, consolidando seu processo de transferência plena. O programa iguaçuense é executado pelo Instituto Polo Internacional Iguassu – uma organização sem fins econômicos e de caráter trinacional, sediada na tríplice fronteira entre *Ciudad del Este* (PY), *Puerto Iguazú* (AR) e Foz do Iguaçu (BR). Esta entidade do Terceiro Setor – fundada em 1996 – se propõe a

discutir e auxiliar no processo de desenvolvimento econômico e social da região através de atividades e projetos voltados ao turismo (POLO IGUASSU, 2022).

Em 2007, uma nova execução expandiu o público de 120 para 240 jovens. Em 2008 e 2009 (edição que contou com o apoio da Fundação Banco do Brasil), outros 240 jovens foram formados, fixando a metodologia em Foz do Iguaçu e sendo o único destino que adotou o projeto como referência para a formação de jovens no setor turístico (TRILHA JOVEM IGUASSU, 2019). Após 2009, a orientação nacional do projeto foi desarticulada – em consonância com as já mencionadas alterações de diretrizes voltadas às políticas ativas de mercado de trabalho no país e às estratégias de desenvolvimento do turismo brasileiro.

A partir de 2012, o programa ressurgiu enquanto uma mobilização local. Daquele ano até 2019, outras sete edições foram realizadas. Somadas às quatro edições executadas quando o projeto ainda seguia um direcionamento no âmbito nacional, soma-se um total de 11 edições presenciais, pelas quais ingressaram 1.525 jovens. Com taxa de 91% (1.386) de concluintes das horas curriculares presenciais – primeira etapa da qualificação, que compreende o ensino teórico de componentes como língua inglesa e informática – o projeto encaminhou à chamada “Vivência Profissional Supervisionada” (VPS) 72% (999) dos concluintes. Nessa segunda fase, os jovens selecionados pelas empresas parceiras do TJI garantem uma primeira experiência profissional de pelo menos 80 horas remuneradas, assistida pela equipe do Trilha Jovem – compondo uma etapa de aprendizado prático e desenvolvimento de habilidades especificamente voltadas ao dia a dia do trabalho nas atividades do setor.

Após este período de estágio supervisionado, os jovens seguem sendo acompanhados pelo projeto e, ao concluírem 90 dias de egresso, são contabilizados como “inseridos diretamente pelo Trilha Jovem” caso se mantenham contratados. De 2006 a 2019, esse foi o caso de 569 jovens que passaram pelo programa.

A metodologia pedagógica do projeto se estende em três dimensões: técnico-profissional, social e individual. “Ela é multidisciplinar e soma o desenvolvimento das competências profissionais básicas ao conhecimento efetivo, alcançado por experiências vividas na prática” (TRILHA JOVEM IGUASSU, 2019). Assim, busca concatenar diferentes frentes de trabalho que qualificam seus participantes para a vida laboral – com o desenvolvimento de *soft* e *hard skills* – e, também, para outros aspectos da vida adulta.

Ao longo dos anos, o projeto foi sendo transformado e continua a ser modificado conforme as demandas da atualidade, levando em consideração as inovações no ensino, no mercado de trabalho e a adequação à realidade do público-alvo. De acordo com Priotto e Silva (2016), em pesquisa realizada com estudantes residentes de Foz do Iguazu (BR), *Puerto Iguazu* (AR) e *Ciudad del Este* (PY) – que compõem o núcleo da chamada Região Trinacional do Iguassu – entre os adolescentes e jovens brasileiros entrevistados, a falta de emprego figurava como terceiro tema mais preocupante quanto a sua cidade, atrás apenas do tráfico de drogas e a falta de segurança. Cabe ressaltar como todos estes problemas sociais se caracterizam, também, por afetar a juventude de forma mais acentuada, mas variando sua intensidade de acordo com o nível de vulnerabilidade social ao qual os indivíduos estão expostos.

Assim, sendo o Trilha um projeto que busca enfrentar essa mazelas sociais e oferecer oportunidades de inserção profissional a jovens em situação de vulnerabilidade – mais suscetíveis a essas carências estruturais – torna-se ímpar para a equipe realizadora do projeto, bem como setores da sociedade interessados na temática (acadêmicos, *policy makers*, organizações do Terceiro Setor como o próprio Polo Iguassu, dentre outros), avaliar o quão adequadas à realidade estão as políticas tomadas. Com o objetivo de auxiliar nesta discussão, o presente trabalho se volta ao perfil dos jovens que participaram do projeto ao longo dos últimos anos.

4 Metodologia de análise dos dados

A análise foi feita a partir de método estatístico descritivo, aplicado aos dados referentes aos participantes do programa entre os anos de 2015 e 2019 e disponibilizados pela equipe realizadora do Trilha. Através de gráficos e tabelas (expostos na seção a seguir), relatos da equipe multidisciplinar do projeto e revisão bibliográfica, buscou-se construir o perfil destes jovens e como isso se relaciona com a realidade em que estão inseridos. Ao todo, foram observados 715 participantes, distribuídos por edição da seguinte forma: 2015, 2016 e 2017 contaram com 120 ingressantes cada; 2018 com 180; e a edição de 2019 com 175.

Esses resultados foram, então, comparados com as metas definidas pelo próprio Trilha Jovem – constituindo uma avaliação do projeto baseada em pesquisa qualitativa. Estas metas foram: 1) Selecionar ao menos 120 jovens por edição; 2) Garantir que ao menos 80% dos participantes que concluírem a carga horária teórica e sejam considerados “aptos” à Vivência Profissional Supervisionada (VPS) exerçam ao menos 80 horas de trabalho supervisionado; e 3) Garantir a inserção profissional de ao menos 40% dos jovens que concluírem a VPS.

5 Resultados

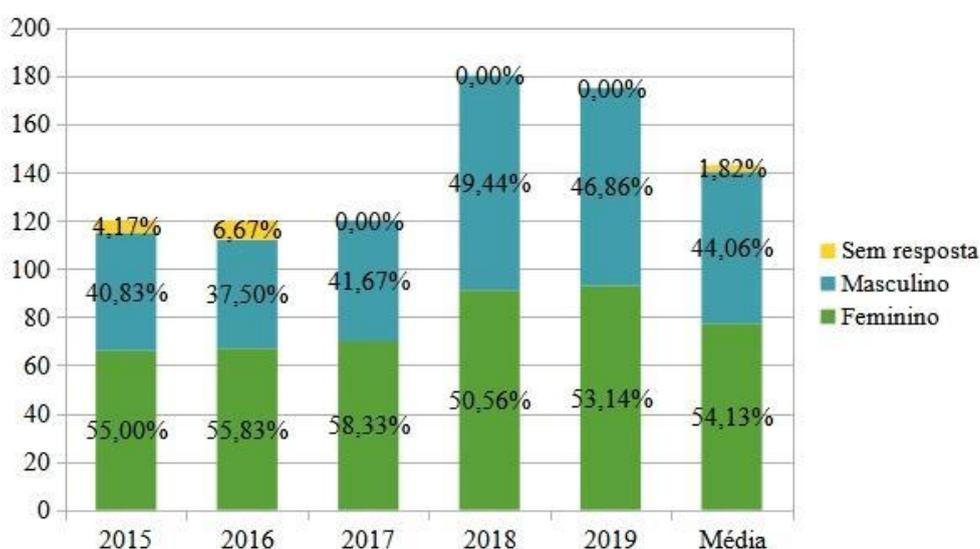
Nesta seção estão expostos os principais resultados extraídos da base de dados fornecida, observando o perfil socioeconômico dos participantes através de variáveis selecionadas e o cumprimento – ou não – das metas definidas pela equipe do programa.

Partindo da preocupação de membros da sociedade civil com a questão do desemprego juvenil e todas as mazelas sociais que se formam e aprofundam a partir deste fenômeno, o projeto Trilha Jovem Iguassu se destina a jovens de 16 a 24 anos com renda familiar de até três salários mínimos, residentes no município de

Foz do Iguaçu-PR. O programa tem como objetivo geral “fomentar oportunidades de trabalho no setor turístico e áreas afins de Foz do Iguaçu aos jovens que estejam em situação de risco e vulnerabilidade social” (TRILHA JOVEM IGUASSU, 2019).

O primeiro objetivo específico definido pelo projeto foi o de “Selecionar pelo menos 120 jovens por edição para participar das atividades presenciais e extraclasse com foco na formação e inserção no mercado de trabalho”¹ (TRILHA JOVEM IGUASSU, 2019). A Figura 1 apresenta o total de participantes nas últimas cinco edições – no eixo principal – com suas respectivas distribuições por gênero (rótulos dos dados).

Figura 1 – Número de participantes e distribuição por gênero (2015-2019)



Fonte: Elaborado pelos autores com base em dados fornecidos pelo “Trilha Jovem Iguaçu”.

Os dados mostram que o objetivo mencionado não foi apenas cumprido, mas superado. Além disso, observa-se como as duas últimas edições do projeto contaram com mais participantes do gênero masculino em comparação com as edições anteriores. Ainda assim, é evidente a incidência de mais participantes do gênero

¹ Segundo a equipe realizadora, esse número pode variar conforme as demandas e estruturas do projeto. Em 2018 e 2019 as metas foram mais altas do que nos anos anteriores (180 e 175, respectivamente). Porém, para efeitos de comparação e considerando as metas de inserção profissional dos jovens com relação às entidades financiadoras nessas edições, considerou-se a meta de 120 jovens estabelecida nos anos anteriores.

feminino ao longo dos anos, com uma média de 54,1% de meninas a cada ano, contra 44,1% de meninos.

Em comparação com o cenário nacional de inserção de jovens no mercado de trabalho, o panorama de ingresso de mulheres no projeto dialoga com a realidade do mercado formal brasileiro, que emprega mais homens que mulheres. Em 2018, “a população ocupada de 25 a 49 anos totalizava 56,4 milhões de pessoas no Brasil [...], composto por 54,7% de homens e 45,3% de mulheres [...]” (IBGE, 2018, p. 2).

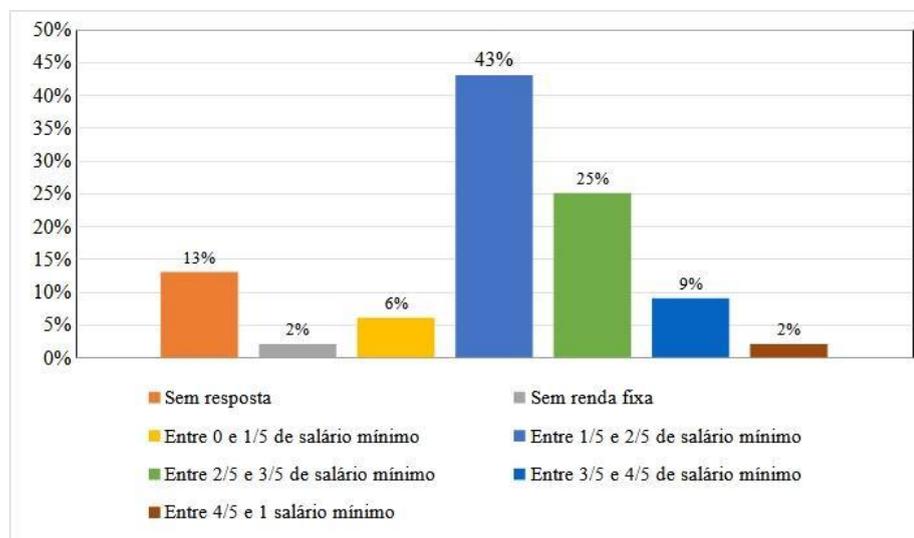
Concomitantemente, no período de crise econômica “[...] entre os primeiros trimestres de 2013 e 2019, as taxas de desemprego de homens e mulheres [na faixa entre 15 e 29 anos] registraram aumentos de 9,0 p.p (pontos percentuais) e 9,7 p.p, respectivamente. [...]” (CORSEUIL; FRANCA, 2020, p. 12).

Ou seja, a maior inserção de mulheres no Trilha Jovem Iguassu surge como um possível indicador de que o projeto consegue – ao menos, a partir desta primeira variável observada – captar um grupo demográfico estruturalmente mais exposto às oscilações econômicas do país e seus efeitos sobre o mercado de trabalho.

Outro aspecto socioeconômico observado na população de participantes do Trilha foi a renda *per capita* familiar, mensurada em salários mínimos. Esses dados estão expostos na Figura 2. Os valores foram obtidos considerando renda e composição familiares declaradas no momento da inscrição.

A título de comparação, verifica-se que, de acordo com os dados do PIB per capita divulgado pelo IBGE para o ano de 2018 e o salário mínimo vigente na época, de R\$954,00, a renda média mensal per capita do Brasil, no ano, foi de 2,93 salários mínimos. Novamente, sugere-se uma tendência do Trilha Jovem em, eficazmente, priorizar a inserção de jovens mais pobres e, portanto, mais vulneráveis.

Figura 2 – Distribuição da renda *per capita* dos participantes (2015-2019)

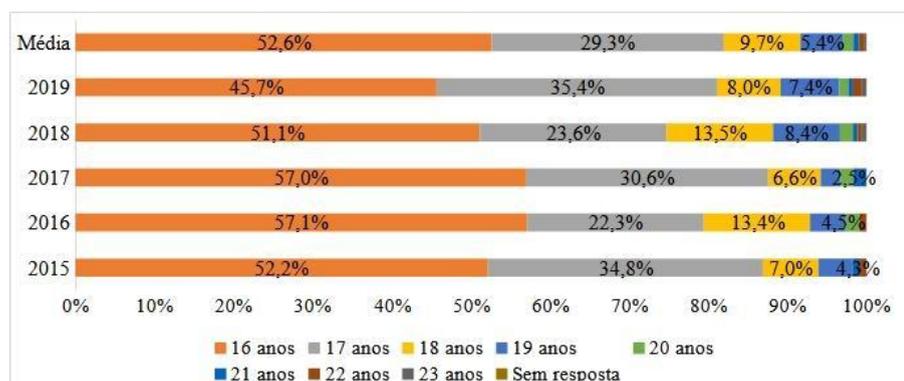


Fonte: Elaborado pelos autores com base em dados fornecidos pelo “Trilha Jovem Iguassu”.

A título de comparação, verifica-se que, de acordo com os dados do PIB per capita divulgado pelo IBGE para o ano de 2018 e o salário mínimo vigente na época, de R\$954,00, a renda média mensal per capita do Brasil, no ano, foi de 2,93 salários mínimos. Novamente, sugere-se uma tendência do Trilha Jovem em, eficazmente, priorizar a inserção de jovens mais pobres e, portanto, mais vulneráveis.

Também foi observada a faixa etária dos ingressos. Em média, 52,6% dos participantes em cada edição possui 16 anos de idade; 29,3% 17 anos e 9,7% possui 18 anos. A distribuição detalhada consta na Figura 3:

Figura 3 – Distribuição por faixa etária (2015-2019)



Fonte: Elaborado pelos autores com base em dados fornecidos pelo “Trilha Jovem Iguassu”.

O programa é majoritariamente composto por adolescentes abaixo dos 18 anos de idade (em média, 81,9% dos participantes das cinco edições observadas possuíam 16 ou 17 anos de idade). De acordo com a equipe multidisciplinar do programa, o TJI recebe recursos públicos provenientes do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente de Foz do Iguaçu (FUNCRIANÇA). Essa parceria implica na se pelo menos 80 jovens menores de 18 anos.

Por outro lado, fatores endógenos também podem impactar na predominância de adolescentes na faixa dos 16 anos dentro do Projeto, como, por exemplo, a estratégia de *marketing* utilizada pela instituição (caso seja priorizada a divulgação do projeto dentro das escolas, há de se esperar que os jovens em idade escolar sejam mais impactados). Além disso, os próprios critérios de seleção definidos pela equipe multidisciplinar do Trilha Jovem podem explicar, senão a totalidade, parte desse fenômeno – que carece de uma averiguação mais detalhada para que conclusões possam ser traçadas.

O segundo objetivo específico estabelecido pela organização do Trilha Jovem foi: “Garantir que pelo menos 80% dos jovens que concluírem a etapa presencial de 500h e estiverem aptos para a vivência profissional supervisionada (VPS) [...] tenham uma experiência de pelo menos 80 horas supervisionadas no mercado de trabalho” (TRILHA JOVEM IGUASSU, 2019).

Após a conclusão das atividades presenciais, a segunda etapa do programa é o encaminhamento dos jovens para a Vivência Profissional Supervisionada (VPS). Nesta etapa, os jovens são direcionados a um período de experiência profissional de aproximadamente três meses, realizado nas empresas locais parceiras do programa.

Entretanto, antes dessa etapa, a equipe multidisciplinar identifica, entre os jovens concluintes da etapa teórica inicial, aqueles que realmente tem interesse em participar da VPS. Ademais, a equipe também verifica se há jovens inaptos a seguirem adiante por questões familiares, comportamento, falta de

assiduidade, entre outros. Do total de participantes das cinco edições analisadas, cerca de 15% foram considerados inaptos a participar da VPS. Em média, a cada ano 14,4% dos jovens que concluem a primeira etapa não avançam para a fase prática do Trilha.

Por outro lado, dentre os participantes considerados aptos e encaminhados à VPS, 78,6% de fato concluíram a etapa. Os dados estão dispostos na Tabela 1:

Tabela 1 – Proporções dos participantes aptos à VPS (2015-2019)

Edição	Aptos ao VPS	Aptos ao VPS / Ingressantes	Aptos ao VPS/Concluintes da fase presencial	Taxa de Conclusão VPS
2015	101	84,2%	91,8%	74%
2016	108	90,0%	97,3%	80%
2017	91	75,8%	79,1%	78%
2018	114	63,3%	70,4%	94%
2019	143	80,8%	89,4%	67%
Média	111,4	78,82%	85,6%	78,6%
Total	557	77,7%	84,7%	77,7%

Fonte: Elaboração dos autores a partir de dados fornecidos pelo “Trilha Jovem Iguassu”

Desse modo, observa-se que o objetivo de garantir a 80% dos jovens aptos a experiência profissional supervisionada só foi atingido nas edições de 2016 e 2018. No total, ao longo dos cinco anos observados, 77,7% dos jovens encaminhados à VPS concluíram a etapa. A média de conclusão foi levemente superior – 78,6% a cada ano.

Cabe destacar que a edição com menor sucesso no cumprimento desse objetivo foi a de 2019. Faltam informações para avaliar os motivos dessa baixa. Contudo, observando os números absolutos, observa-se que a referida edição contou com o maior número de participantes que cumpriram a VPS (143), o que leva à hipótese de que pode haver uma saturação na quantidade de jovens que podem ser absorvidos pelo mercado de trabalho local. Este tema exige uma avaliação especificamente voltada ao

comportamento do mercado de trabalho da região e os impactos do Trilha Jovem na empregabilidade dos participantes.

Além disso, também se verificou que do total de jovens que ingressaram no programa entre 2015 e 2019, 60% cumpriram a VPS. Já em relação ao total de jovens que concluíram a fase presencial do programa (ou seja, incluindo os “inaptos”), 66% cumpriu a etapa prática supervisionada.

Observadas essas informações, verifica-se que o programa não atingiu a meta prevista na média das últimas cinco edições. Por outro lado, aponta-se como a existência de uma etapa na qual o projeto realiza a intermediação da entrada dos jovens no mercado de trabalho é um diferencial da metodologia do programa, o que dificulta a obtenção de indicadores similares em outros programas de qualificação. Ademais, destaca-se como um tópico potencialmente fértil para ajudar a compreender os efeitos exercidos pelo Trilha seriam as motivações que levam os jovens a: i) serem considerados “inaptos” à VPS, e; ii) não concluírem toda a VPS, evadindo do programa em sua reta final.

Por fim, o terceiro objetivo específico do Trilha Jovem é: “Garantir a inserção profissional de 40% dos jovens que cumprirem a vivência profissional supervisionada (VPS)” (TRILHA JOVEM IGUASSU, 2019).

Apesar de o programa não ter alcançado o segundo objetivo, na média das últimas edições a meta de inserção profissional foi cumprida acima do esperado. Conforme mostra a Tabela 4, o percentual de jovens inseridos no mercado de trabalho em relação ao total de jovens que cumpriram a etapa de VPS foi, em média, de 63,1%. No total, 64,9% dos participantes do Trilha Jovem que foram encaminhados à etapa de trabalho supervisionado conseguiram se inserir no mercado de trabalho posteriormente.

Além disso, verifica-se que 39,3% dos jovens iniciados no programa e 42,8% dos que concluíram a etapa presencial obtiveram inserção profissional após deixarem o Trilha.

Tabela 2 – Inserção profissional dos participantes (2015-2019)

Edição	Ingressantes	Cumpriram VPS	Inserção Profissional	Inserção/VPS	Inserção/Ingressantes	Inserção/Concluintes
2015	120	75	37	49,3%	30,8%	33,6%
2016	120	86	52	60,5%	43,3%	46,8%
2017	120	71	42	59,2%	35,0%	36,5%
2018	180	107	100	93,5%	55,6%	61,7%
2019	175	94	50	53,2%	28,6%	31,6%
Média	143	86,6	56,2	63,14	38,66	42,1%
Total	715	433	281	64,9%	39,3%	42,8%

Fonte: Elaboração dos autores a partir de dados fornecidos pelo “Trilha Jovem Iguassu”.

Outro ponto que merece destaque é a tendência temporal de aumento das taxas de inserção ao longo do período analisado, que é interrompida por abruptas quedas em 2019. Na Tabela 1, observando o percentual de concluintes de VPS, observa-se trajetória parecida – com aguda redução na taxa de participantes do Trilha Jovem que concluíram o período de estágio supervisionado. Os fatores que podem ter levado a esse fenômeno fogem do escopo deste trabalho, mas, sem dúvida, carecem de atenção, pois podem representar uma reversão nos avanços obtidos ao longo dos anos a respeito da qualificação dos jovens e do desenvolvimento do mercado de trabalho do setor turístico iguaçuense.

De qualquer modo, os resultados referentes à inserção profissional dos participantes do Trilha Jovem Iguassu se contrapõem ao contexto macroeconômico brasileiro dos últimos anos, demonstrando como o projeto é, em alguma medida, eficaz no enfrentamento desse cenário. Entretanto, as conclusões com relação à efetividade do Trilha Jovem sobre a empregabilidade dos jovens não devem ser precipitadas. A forma mais precisa de se avaliar a relevância do projeto sobre a inserção laboral dos jovens seria através de um estudo econométrico mais aprimorado, capaz de medir e avaliar com precisão o verdadeiro impacto da capacitação (ou falta de capacitação) na entrada (ou não entrada) dos jovens no mercado de trabalho local.

6 Considerações finais

Com o objetivo de promover o desenvolvimento social e econômico da região da Tríplice Fronteira, enfrentando mazelas estruturais – como o desemprego e a falta de oportunidades dos jovens vulneráveis – e sob a luz de um setor turístico com elevado potencial de geração de renda, o projeto Trilha Jovem Iguassu se situa enquanto uma política ambiciosa e inovadora. Assim, observar como o projeto se configurou ao longo dos anos, como se estrutura o público atingido pelo programa e como as metas definidas dialogam com a realidade mostrou-se um ferramental de notória utilidade para identificar tendências, novos desafios e indicadores de um relativo sucesso na atenção aos objetivos.

Considerando os dados fornecidos pela organização que executa o Trilha Jovem Iguassu e o intuito deste trabalho de construir um perfil dos participantes do programa, pode-se afirmar que os ingressantes são, em sua maioria, parte dos grupos socioeconomicamente mais vulneráveis – alvos deste e outros programas de qualificação. É majoritariamente feminino, ainda adolescente (em média, 81,9% dos participantes a cada edição possuem menos de 18 anos) e com rendimentos *per capita* abaixo da média. De modo geral, grupos que historicamente têm sofrido maiores dificuldades de acesso ao mercado de trabalho formal – estando mais marginalizados e desprovidos de oportunidades de acesso à qualificação e desenvolvimento das habilidades requeridas pelos empregadores.

Por outro lado, a partir dos três objetivos específicos definidos pelo projeto, constata-se o cumprimento efetivo de dois, que versam sobre a quantidade de jovens atendidos (nos cinco anos observados, uma média de 143 jovens por edição) e a inserção profissional efetiva daqueles que cumprem a chamada Vivência Profissional Supervisionada (em média, 63,1%). Na média, o projeto não atinge apenas o objetivo de realizar a Vivência com 80% dos jovens que concluem a primeira etapa presencial, de capacitação

teórica em sala de aula (embora tenha alcançado a meta em 2016 e 2018 e obtido, em valores totais, uma taxa de conclusão do período de estágio supervisionado de 77,7%).

Desse modo, pode-se apontar relativo sucesso do programa Trilha Jovem Iguassu no que diz respeito ao cumprimento de seus objetivos e enfrentamento dos principais problemas vivenciados pela juventude. O programa atende um número alto de participantes por edição, proporcionando a um elevado percentual de jovens a experiência transitória da VPS e a inserção profissional no setor de turismo iguaçuense, altamente dinâmico.

Por outro lado, apurou-se vasta gama de temas presentes neste trabalho que demandam mais estudos, focados em aprofundar as discussões levantadas. É imprescindível que se desenvolvam avaliações mais específicas a respeito dos critérios e características que levam os jovens a participarem deste tipo de ação, bem como estudos que mensuram com precisão o impacto que a capacitação de fato causa na empregabilidade dos egressos. Destaca-se, ainda, que estudos que incorporem no debate os fenômenos exógenos aos programas, como aspectos educacionais e pedagógicos do Ensino Básico, ou ainda as características do mercado de trabalho local, muito têm a agregar no debate público acerca das políticas voltadas àqueles em situação de maior vulnerabilidade social.

Por fim, considera-se que este artigo poderá auxiliar na amplificação do debate sobre os temas levantados, tendo como objeto um projeto que se mostrou eficiente na busca por enfrentar as mazelas da juventude. Além disso, constrói evidências a respeito da capacitação profissional e traz ferramentas simples, mas eficazes, que podem funcionar como modelo para análise de outros programas similares.

Referências

BRASIL. Ministério do Turismo. **Plano Nacional de Turismo 2007/2010**. Brasília: Mtur, 2007. 43 p.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Plano Nacional de Turismo 2011/2014**. Brasília: Mtur, 2011. 160 p.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Plano Nacional Do Turismo 2003-2007: diretrizes, metas e programas**. Brasília: Mtur, 2003. 48 p.

CÂMARA, Sheila Gonçalves; SARRIERA, Jorge Castellá. Critérios de seleção para o trabalho de adolescentes-jovens: perspectivas dos empregadores. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 6, n. 1, p. 77-84, jun. 2001.

CORSEUIL, Carlos Henrique Leite *et al.* Uma interpretação para a forte aceleração da taxa de desemprego entre os jovens. **Boletim Mercado de Trabalho: conjuntura e análise**, Brasília, v. 1, n. 64, p. 63-72, abr. 2018. Disponível em: <<http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/8386>>. Acesso em: 15 ago. 2020.

CORSEUIL, Carlos Henrique Leite; FRANCA, Maíra Albuquerque Penna. **Inserção dos jovens no mercado de trabalho em tempo de crise**. Brasília: IPEA; Organização Internacional do Trabalho, 2020. Disponível em: <<http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/10413>>. Acesso em: 15 ago. 2020.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: divulgação especial: mulheres no mercado de trabalho**. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. Disponível: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html?id=2101641&view=detalhes> Acesso em: 16 ago. 2020.

MENDONÇA, Talles Girardi de *et al.* Determinantes da inserção de mulheres jovens no mercado de trabalho nordestino. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 43, n. 4, p. 161-174, 2012. Disponível em: <<http://www.alice.cnptia.embrapa.br/alice/handle/doc/959861>>. Acesso em: 20 ago. 2020.

[OIT] ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **World Employment Social Outlook: Trends 2019**. Genebra: Ilo, 2019

PINTOR, Geisiane Michelle Zanquetta de; OLIVEIRA, Gilson Batista de; BUONO, Rafaela Marçal; OSORIO DOMINGUEZ, Daniela Alejandra; ALARCON FERRUA, Katherine Soledad Alexandra. **Indicadores do município de Foz do Iguaçu**. Foz do Iguaçu: UNILA/OSB-FI, 2021. Disponível em: <https://dspace.unila.edu.br/handle/123456789/6442>. Acesso em: 20 dez. 2021

POLO INTERNACIONAL IGUASSU. **Polo Iguassu, 2022**. Sobre o instituto. Disponível em <<https://poloiguassu.org/sobre/>>. Acesso em: 10 abr. 2022.

PRIOTTO, Elis Palma; NIHEI, Oscar Kenji. **Perfil do Adolescente na Tríplice Fronteira: Brasil, Argentina e Paraguai**. Curitiba: Editora CRV. 2016.

RABAHY, Wilson Abrahão. Análise e perspectivas do turismo no Brasil. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, v. 14, n. 1, p. 1-13, 15 dez. 2019. ANPTUR - Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo.

TAKASAGO, Milene *et al.* O potencial criador de emprego e renda do turismo no Brasil. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, Rio de Janeiro, v. 40, n. 3, p. 431-460, dez. 2010. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/5092>. Acesso em: 15 dez. 2021.

TRILHA JOVEM IGUASSU. **Polo Iguassu, 2019**. Sobre o projeto. Disponível em: <https://poloiguassu.org/trilhajovem/projeto/sobre.html>. Acesso em: 18 out. 2019.

Sobre os autores

Marcos de Oliveira Garcias

Graduou-se em Gestão do Agronegócio pela Universidade Federal de Viçosa (UFV). É mestre e doutor em Economia Aplicada pela Universidade de São Paulo (USP). É Professor Adjunto do Departamento de Administração Pública da Universidade Federal de Lavras (UFLA). Desenvolve pesquisas sobre agronegócio e avaliação de impacto de políticas públicas.

Email: marcos.o.garcias@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4178-6842>

Vitor Hugo Tavares da Silva

Graduou-se em Ciências Econômicas - Economia, Integração e Desenvolvimento pela Universidade Federal da Integração Latino-americana (UNILA) em Foz do Iguaçu (PR). Atua em projetos de pesquisa sobre o mercado de trabalho e o setor turístico.

Email: vitor.htavares.silva@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7105-2129>

Petterson Eduardo Souza Gherlandi

Graduou-se em Relações Internacionais e Integração pela Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA) e é estudante de mestrado no Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais pela mesma universidade. É Analista de Inovação e Negócios na Fundação Parque Tecnológico de ITAIPU. Atua em projetos no campo do desenvolvimento regional transfronteiriço e no planejamento e acompanhamento de produtos turísticos.

Email: petterson@poloiguassu.org

Carla Andrea Contreras Contreras

Graduada em Comércio Exterior pelo Instituto Universitário de Administración Industrial (IUTA), na Venezuela. Estudante de Ciências Econômicas - Economia, Integração e Desenvolvimento pela Universidade Federal da Integração Latino-americana (UNILA) em Foz do Iguaçu (PR). Atua com planejamento empresarial e com economia aplicada.

Email: carlaandreacontreras12@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0810-1335>

Perfil dos participantes e avaliação do cumprimento de metas do Programa “Trilha Jovem Iguassu”:
período 2015-2019

Histórico

Recebido em: 14/04/2022. Aprovado em: 30/06/2022. Publicado em: 17/10/2022.

Apontamentos sobre a preparação mental e a meditação no futebol

Notes on the mental training and the meditation in the soccer

Marcelo Roberto Andrade Augusti

Mestre em Ciências da Motricidade pela UNESP

Resumo: No futebol de alto rendimento, no contexto da preparação mental, a meditação começa a ganhar adeptos como um dos fatores primordiais para o sucesso profissional. A meditação pode ser descrita como uma técnica direcionada para o desenvolvimento mental e associada ao bem-estar psicológico e emocional. A prática da meditação desenvolve a concentração, a percepção e a atenção, promovendo a excelência dos gestos esportivos e também servindo como proteção às tensões emocionais vividas dentro e fora do campo de jogo, favorecendo o surgimento de um estado mental de permanente confiança e tranquilidade. O artigo aponta os principais benefícios da preparação mental no futebol e, principalmente, da prática da meditação, não apenas no contexto da competição esportiva, mas, também, como base para o desenvolvimento pessoal.

Palavras-chave: Futebol. Meditação. Psicologia do esporte.

Abstract: In high-performance soccer, in the context of mental training, meditation begins to gain supporters as one of the key factors for professional success. Meditation can be described as a refined technique for mental development and associated with psychological and emotional well-being. The practice of meditation develops the concentration, the perception and the attention, promoting the excellence of sports gestures and also serving as a protection against the emotional tensions experienced on and off the field of play, favoring the emergence of a mental state of permanent confidence and tranquility. The article points out the main benefits of mental preparation in soccer and, mainly, of the practice of meditation, not only in the context of sports competition, but also as a basis for personal development.

Keywords: Meditation. Soccer. Sport Psychology.

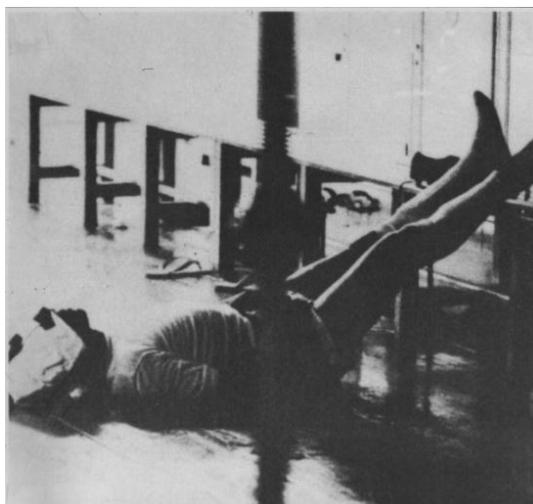


1 Introdução

No esporte é preciso ter mentalidade de campeão. (Carol S. Dewck)

A cena se repetiu por quase duas décadas: no vestiário, ainda antes dos últimos preparativos para a entrada no campo de jogo, ele se deitava com os pés ao alto, apoiado em um banco, olhos cobertos com uma toalha e as mãos cruzadas descansando sobre o peito. Durante vinte, trinta minutos, permanecia em absoluto silêncio, o corpo repousado e relaxado em quietude. Era assim que Pelé (Figura 1), considerado o maior futebolista que se viu em ação nos gramados esportivos, o “rei” do futebol, se preparava mentalmente para entrar em campo e realizar todos os feitos futebolísticos admiráveis e extraordinários que protagonizou ao longo de uma carreira incontestável de excelência esportiva e incomparável sucesso.

Figura 1. Pelé e sua preparação mental característica antes dos jogos



Fonte: Domício Pinheiro, 1986.

Mas Pelé não deve ter sido o primeiro atleta a utilizar uma técnica de treinamento mental como meio para obtenção de alto rendimento esportivo¹. Talvez nem tenha sido o primeiro a fazer

¹ A investigação psicológica no alto rendimento esportivo e os primeiros experimentos e intervenções ocorreram entre os anos de 1945-1957, com trabalhos realizados pelos psicólogos Piotr Rudik e Avkentii Puni, com atletas da então União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (CÁRDENAS, 2017).

isso no futebol. Porém, de algum modo, sua destreza genial no domínio e controle da bola e na construção e conclusão das jogadas, parece estar associada à maneira de concentrar-se nas disputas e na sua atitude mental durante as competições². Como dito por Mia Hamm, ganhadora do prêmio de melhor futebolista do mundo em 2001 e 2002, a coisa mais importante para um futebolista, homem ou mulher, é a 'firmeza mental' (DWECK, 2017).

Para vencer no esporte de alto rendimento e ser o melhor entre os melhores, é necessário compreender que a execução plena do gesto esportivo é consequência de fatores tanto físicos quanto mentais (WILLIAMS, 1991). Além da técnica apurada, da condição física superior e da opção tática adequada, pelo que parece, a excelência esportiva é uma questão de preparação mental. E o que vem a ser a preparação mental? A preparação mental ou treino mental é originário da psicologia cognitivista. Trata-se, basicamente, do domínio e controle dos pensamentos, das emoções e dos sentimentos, influenciando, decisiva e positivamente, o comportamento do atleta durante as disputas competitivas (FLEURY, 1998).

A preparação mental utiliza-se de procedimentos que incrementam as capacidades psíquicas, atuando, principalmente, no campo da imaginação e da representação mental. No esporte, geralmente se diz que se o atleta não consegue se imaginar realizando o gesto esportivo perfeito, o mesmo não se realizará (GAMBORDELLA, 1981). Assim, os procedimentos básicos da preparação mental incidem sobre (1) uma ação imaginada a ser realizada durante uma competição, (2) a visualização de um gesto desportivo perfeito ou (3) um ensaio mental sobre a própria

² Não há referências na literatura especializada sobre a influência dos psicólogos João Carvalhaes e Athayde Ribeiro da Silva no modo como Pelé se preparava mentalmente para as disputas competitivas. Carvalhaes foi o primeiro psicólogo a atuar no futebol profissional no Brasil, estando presente na Copa do Mundo de 1958; Silva esteve presente na Copa de 1962. Sobre Carvalhaes, sua atuação em 1958 ficou marcada por diagnósticos polêmicos. Após testes psicotécnicos, Carvalhaes concluiu que Pelé e Garrincha não deveriam ser escalados, pois apresentavam comportamentos intelectualmente infantis e falta de 'espírito' de luta suficiente para as disputas competitivas (CIAMPA; AZEVEDO; WAENY, 2001).

conduta na competição (GONZÁLEZ, 1996); o treino mental, pois, é uma recapitulação cognitiva de uma habilidade ou ação a ser desenvolvida ou aprimorada, devidamente planejada, e realizada na ausência de movimentos físicos (MAGILL, 1998).

A 'firmeza mental', isto é, o modo como cada futebolista encara os desafios da vida e, como na epígrafe, a 'mentalidade de campeão', ou seja, a disposição ferrenha de manter o foco naquilo que se está fazendo, para fazer sempre o melhor, logo, é algo treinável (DWECK, 2017). Trata-se de um talento adquirido, e que diz muito sobre a conduta do atleta, dentro ou fora do gramado. É pela preparação mental, com o auxílio de especialistas, seja ele um psicólogo esportivo ou um *coaching* pessoal³, que o futebolista poderá desenvolver ou aprimorar suas habilidades técnicas (elevando-o a um outro patamar) e, também, adquirir uma nova atitude mental⁴, seja nas disputas competitivas, seja em sua vida pessoal.

É no contexto da preparação mental no futebol que, atualmente, a meditação parece estar ganhando espaço e adeptos entre os futebolistas profissionais. Meditar é uma prática que se utiliza de técnicas para desenvolver e aprimorar o foco, seja em um objeto, um pensamento ou uma atividade em particular, de modo a alcançar um estado de clareza mental e emocional. A meditação, portanto, visa regular as ações do corpo a partir de um estado mental de concentração e tranquilidade, reduzindo o estresse e a ansiedade (SHAPIRO, 1981).

³ O conceito de *coaching* surgiu por volta de 1830 na universidade britânica de Oxford para definir um tutor particular, alguém que ajudava o aluno a se preparar para um exame de uma determinada matéria. Com o tempo passou a ser usado para se referir a um instrutor ou treinador de cantores, atletas ou atores. O *coach* tem o objetivo de encorajar e motivar o seu cliente a atingir um objetivo, ensinando novas técnicas que facilitem seu aprendizado. Das várias áreas de *coaching* existentes, o *coaching* pessoal pretende equipar as pessoas para que elas se sintam realizadas, tenham equilíbrio nas suas vidas e alcancem as suas metas (MARQUES, 2020).

⁴ Atitude mental ou *mindset* é a configuração mental (mentalidade) de uma pessoa. Significa a disposição interior direcionada a uma conduta e que determina o modo de pensar e agir do indivíduo. A atitude mental pode ser de crescimento, no sentido de conduzir o indivíduo na busca de soluções criativas para a realização de um desejo íntimo; ou fixa, quando o comportamento se torna automático e inconsciente, privando o indivíduo de iniciativas que o levem à realização (DWECK, 2017).

Foi a partir de alguns relatos de futebolistas, encontrados em *sites da internet*, que o tema da meditação no futebol nos despertou a atenção, o qual desenvolvemos neste breve estudo. O artigo, portanto, trata de proporcionar uma visão geral sobre a preparação mental e a meditação no futebol, buscando familiarizar-se com o fenômeno investigado e conceber uma maior compreensão sobre o tema. Como objeto de estudo ainda pouco explorado, a meditação no futebol também nos conduz para outras possibilidades de aplicação prática.

O objetivo desse estudo, logo, é apresentar algumas considerações sobre a psicologia do esporte relacionadas à preparação mental, destacando os aspectos cognitivos favorecidos pelo treino mental e a sua influência no desenvolvimento das funções cerebrais, com o conseqüente impacto no rendimento atlético dos futebolistas; além de evidenciar os efeitos da prática meditativa no futebol, tanto no desempenho esportivo quanto em seus possíveis benefícios para o desenvolvimento pessoal dos futebolistas.

2 Conceitos básicos em Psicologia do Esporte aplicados aos futebolistas profissionais

A Psicologia do Esporte representa um ramo de conhecimento da Teoria Geral do Treinamento Esportivo e constitui um campo da Psicologia Aplicada. Tem como objetivo analisar os efeitos psíquicos das ações esportivas, tanto em relação aos processos psíquicos básicos (cognição, motivação, emoção) como no diagnóstico e intervenção nas práticas esportivas, atuando por meio do desenvolvimento de programas cientificamente fundamentados. Nesse contexto, sua atuação se estende a todos os sujeitos envolvidos na esfera esportiva: atletas, treinadores, árbitros, professores, psicólogos, médicos, fisioterapeutas, etc., considerando sempre os princípios éticos que norteiam suas intervenções (SAMULSKI, 2002).

Nos estudos da Psicologia do Esporte, alguns conceitos são relevantes para se compreender o universo em que o futebolista está inserido e onde todas as ações favoráveis ou desfavoráveis ao bom desempenho irão ocorrer. Conforme Samulski (2002), as ações esportivas representam um processo intencional, dirigido e regulado psiquicamente e realizado por meio de movimentos e comportamentos técnico-táticos e sociais, conforme as exigências do contexto. Tais ações dependem da inter-relação entre fatores tanto pessoais, como motivação e autoconfiança e ansiedade, quanto de fatores externos, como as condições do ambiente de treinamento e a complexidade das tarefas a serem solucionadas. Para o propósito deste estudo, abordaremos apenas os fatores pessoais, como se segue.

Segundo Samulski (2002, p.104), “a motivação é caracterizada como um processo ativo, intencional e dirigido a uma meta, o qual depende da interação de fatores pessoais e ambientais”. Na prática esportiva, a motivação, portanto, depende do interesse do atleta, das suas necessidades, das metas estabelecidas e das expectativas de seu alcance, sejam individuais ou coletivas. Por outro lado, também depende de fatores como as oportunidades oferecidas pelo ambiente; as facilidades ou dificuldades encontradas; se as tarefas são desafiadoras e atraentes; da liderança do treinador; e das influências sociais.

Um futebolista que encontra em si mesmo a motivação (fatores pessoais), portanto, apresentará um comportamento determinado a cumprir os objetivos propostos; será persistente na busca pelo aperfeiçoamento constante de suas habilidades; e estará disposto a realizar o seu melhor rendimento em qualquer situação. A motivação para o rendimento atlético, logo, é o principal fator para o aperfeiçoamento das habilidades esportivas e a busca pela excelência e o êxito esportivo.

De acordo com Weinberg e Gould (2001), autoconfiança é uma certeza, advinda de uma crença pessoal, de que se pode realizar,

com sucesso, uma tarefa. No futebol, a autoconfiança se manifesta nos momentos onde há uma expectativa de tomada de decisão que definirá uma jogada de modo bem-sucedido. A autoconfiança auxilia o futebolista no controle de situações que podem gerar tensão emocional e ansiedade. Assim, baixos níveis de autoconfiança podem elevar a ansiedade e afetar o desempenho esportivo, deixando o atleta sensível a qualquer situação que possa ser vista como ameaça que incorra a erros, equívocos e fracasso na realização de uma jogada. Por outro lado, a autoconfiança é o fator psicológico que auxilia o futebolista a alcançar um desempenho estabelecido e cumprir com as expectativas.

A ansiedade é um fenômeno psíquico que se caracteriza pela preocupação e apreensão, gerando um estado emocional negativo de grande tensão emocional. Portanto, a ansiedade se refere a um estado emocional típico de ameaça – o indivíduo avalia as circunstâncias e percebe-a como potencialmente prejudicial, independente da presença de um perigo objetivo. Com isso, surgem pensamentos desagradáveis, ocorrem mudanças fisiológicas que afetam o raciocínio, a espontaneidade e o controle motor, levando o indivíduo a vivenciar uma experiência perturbadora. Cada indivíduo apresenta uma disposição pessoal para a ansiedade: alguns são reativos, outros sensitivos. Isso decorre pelas diferenças dos tipos de personalidade, da experiência pessoal com situações geradoras de tensão, pela capacidade de controlar as emoções e pela observação mais precisa de circunstâncias que, de fato, ofereçam perigo real (SAMULSKI, 2002).

Conforme Cárdenas *et al.* (2017), os fatores psicológicos pessoais estão presentes em todos os aspectos da preparação esportiva no alto rendimento. Além da motivação, autoconfiança e ansiedade, outros fatores psicológicos são inerentes ao contexto esportivo futebolístico, como emoção e estresse, além da percepção, da concentração, do foco e da atenção. Esses quatro últimos serão analisados mais adiante, em detalhes. Assim, cada um

dos fatores psicológicos exerce uma influência mais ou menos prioritária na preparação física, técnica e tática, e atuam de modo decisivo nas fases pré-competitivas, durante as próprias competições e ao longo da temporada competitiva.

3 Investigações sobre o cérebro de um craque de futebol

Na formação do craque⁵ de futebol o Sistema Nervoso Central (SNC) exerce papel fundamental. Segundo Weineck (1991), na hierarquia do controle do movimento humano, destacam-se três níveis do SNC: 1) neocórtex e gânglios basais do encéfalo, que envolve a estratégia e a finalidade de alcançar a meta desejada; 2) o cerebelo, que envolve as sequências de contrações musculares necessárias para ativar, de modo preciso, a finalidade do movimento; 3) tronco encefálico e medula espinhal, responsáveis pela ativação dos neurônios motores que fazem os ajustes posturais necessários e executam o movimento conforme a meta estabelecida.

Assim, conforme as informações dos órgãos do sentido, como a visão e audição, o SNC capta estas informações sensoriais e inicia a avaliação do posicionamento do corpo do atleta no espaço e faz a projeção do movimento (a imagem mental do corpo em movimento), que deve ser realizado, de acordo com as situações de jogo que se apresentam. Nesse primeiro momento de avaliação e proposta, várias opções estratégicas são delineadas para solução do problema. A tomada de decisão é o passo seguinte e depende muito dos treinamentos realizados e da experiência do futebolista. Os arranjos musculares e a sequência conjunta de contrações musculares dão início ao processo de concretização da imagem mental do corpo em movimento que melhor atenda à situação, ativando os neurônios motores necessários que, por fim, executam o movimento projetado e cumprem a meta estabelecida.

⁵ No vocabulário futebolístico, o termo craque designa um atleta dotado de talento excepcional.

Conforme Oliveira (2014), no momento em que o futebolista vê a bola vir em sua direção, o sistema neurológico inicia o processo de tomada de decisão. Nesse processo já se inscrevem o modo como a bola será dominada e controlada e o que fazer com ela em seguida. Isso demanda uma complexidade que envolve os vários níveis do SNC e que exigem o componente da atenção. Qualquer distração e o gesto técnico – isso é, o conjunto de movimentos específicos à modalidade – será frustrado.

Durante uma partida de futebol, as tomadas de decisão são rápidas e exigem agilidade na execução. Por isso, conforme Oliveira (2014), o treinamento dos gestos técnicos é fundamental na preparação atlética, pois os comandos neurológicos devem ser capazes de acionar o corpo e realizar o movimento sem que o futebolista pense no que fazer. A percepção corporal e a percepção do entorno são fundamentais nesse processo de tomada de decisão.

Conforme o neurologista Jeffrey Holt, da Escola de Medicina da Universidade de Harvard, em Cambridge, Massachusetts, nos Estados Unidos, em entrevista concedida à BBC News (2018), os jogadores de futebol se distinguem dos atletas das demais modalidades esportivas por usarem os pés. Para ele, é exatamente essa característica da modalidade o que torna os futebolistas os atletas mais brilhantes do que esportistas de outras modalidades. A razão disso, para o neurologista, é que no neocórtex, onde se localizam as regiões sensoriais e motoras, como já visto, o controle do corpo como um todo não é distribuído igualmente. Enquanto as mãos apresentam maior quantidade de neurônios motores que permitem um gestual mais fino e preciso, os pés contam com menor número desses neurônios.

Segundo Holt (BBC NEWS, 2018), portanto, o futebol seria uma exibição triunfal da capacidade do cérebro em se ajustar às demandas do ambiente. Assim, os futebolistas, dadas as exigências da modalidade, apresentariam um maior número de neurônios

motores a controlar os pés, do que uma pessoa comum, por exemplo. O neurologista afirma que, futebolistas acima da média ou os craques, não deixando de lado os aspectos genéticos, são um produto tanto do treinamento intenso e da experiência, que são a causa das modificações ocorridas no cérebro e que os tornam atletas mais habilidosos e extraordinários.

O sucesso dos futebolistas de alto rendimento passa necessariamente pelo desenvolvimento das funções cerebrais, conforme concluíram Vestberg *et al.* (2012), ao qual denominam como funções executivas. Segundo esses autores, as funções executivas constituem-se de processos cognitivos que regulam os pensamentos e as ações, atuando na resolução de problemas, planejamento, sequenciamento, atenção seletiva e sustentada, utilização de *feedback* e capacidade de lidar com novidades.

A memória também é uma parte fundamental dessas funções executivas, pois as informações que chegam ao cérebro pela via sensorial são comparadas com as informações armazenadas anteriormente para prover a orientação para a tomada de decisão. Além disso, a memória se atualiza para prever ações futuras (VESTBERG *et al.*, 2012).

No futebol, as funções executivas exercem papel fundamental no desempenho dos atletas, pois atuam no sentido de capturar e discriminar as informações para tomadas de decisões que requerem restrição de tempo e espaço. Durante uma partida de futebol o jogador é exposto a muitas informações que ocorrem a cada momento, exigindo dos processos cognitivos uma enorme habilidade em lidar com as constantes informações, com as decisões a serem tomadas e com a execução das ações. Portanto,

O jogador de sucesso deve avaliar constantemente a situação, compará-la com as experiências passadas, criar novas possibilidades, tomar decisões rápidas de ação, mas também inibir rapidamente as decisões planejadas. Assim, várias características centrais das funções executivas, como planejamento, atenção sustentada e dividida, supressão de respostas anteriores e capacidade de memória de trabalho, são importantes para um jogador de equipe no futebol (VESTBERG *et al.*, 2012, p. 4).

Verificou-se, ainda, que os futebolistas profissionais de alto rendimento apresentam um desenvolvimento e ajustes dos processos cognitivos acima da média de seus correspondentes de outras categorias, como aqueles jogadores que atuam em ligas de menor expressão ou divisões inferiores. Os atletas de futebol profissional de alto rendimento, assim, são mais precisos em seus gestos técnicos, apresentam percepção apurada e atenção constante, além de agirem com maior clareza, mais rapidez e diversidade (VESTBERG *et al.*, 2012).

E o que dizer dos craques? Se um futebolista de alto rendimento já apresenta funções cerebrais mais desenvolvidas e ajustadas do que os jogadores de nível mediano, o que se passa com atletas como Lionel Messi, Cristiano Ronaldo, Ronaldinho Gaúcho, Maradona e Pelé (para citar alguns exemplos)? Como se diz no jargão futebolístico, o craque não vê a jogada, ele antevê. Será esse o diferencial?

Esta afirmação foi comprovada em pesquisa de Bishop *et al.* (2013) que investigou a superioridade perceptivo-cognitiva nas ações de antecipação em partidas de futebol. Segundo os autores, a precisão em prever as manobras enganosas dos oponentes é mais significativa nos craques do que nos demais futebolistas de alto rendimento. Tal superioridade perceptivo-cognitiva está associada a uma maior ativação neural das funções executivas que atuam na coordenação viso-motora, possibilitando a integração entre a visão e os movimentos corporais em um elevado nível de complexidade e especificidade (BISHOP *et al.*, 2013).

Portanto, a vantagem dos craques em relação aos demais atletas de alto rendimento, segundo os especialistas, é que eles apresentam a capacidade de antecipação em um nível mais elevado; são mais hábeis na percepção das informações correntes na partida e também na execução de uma resposta apropriada em menor tempo. Devido a maior ativação das funções cerebrais, apresentam um sistema de verificação do entorno mais amplo e evoluído, o que

os impedem de reagir de modo instintivo (levar dribles dos oponentes ou se precipitar na conclusão de uma jogada, por exemplo) e, ao mesmo tempo, ao prever as ações de seus adversários, são capazes de antecipar suas jogadas a partir de um repertório pessoal mais amplo conquistado pelo treinamento e experiência (BISHOP *et al.*, 2013).

Assim, o craque é capaz de, correndo com a bola nos pés, realizar mudanças de direção repentinas, conforme se apresenta o movimento do oponente. Esses atletas excepcionais, em comparação aos demais, não mantêm os olhos fixos na bola, mas estão atentos ao gestual de seu oponente: qualquer informação visual dada pelo adversário, por mais sutil que seja, é o suficiente para o craque fazer a leitura correta da situação e agir rapidamente de modo a superar as ações opostas.

O craque de futebol, portanto, é um atleta dotado de um acúmulo de experiências perceptivas que lhe permite uma perícia motora rara, originada do desenvolvimento e ajustes de suas funções cerebrais, e que se expressa em sua habilidade superior de antecipar-se aos seus oponentes e de criar situações inesperadas, pois seus recursos cognitivo-motores são vastos⁶. Esta é, pois, a vantagem do craque sobre os demais futebolistas profissionais de alto rendimento: a antevisão e a alta habilidade em executar as ações imaginadas e previstas.

4 Treinamento mental e meditação

As bases da preparação esportiva estão assentadas em quatro pilares: treinamento físico, técnico, tático e mental ou psicológico. O treinamento físico tem como objetivo elevar a condição fisiológica do atleta ao nível da exigência competitiva máxima de

⁶ Em entrevista do ex-jogador Pepe, o mesmo afirma que Pelé executava várias jogadas diferentes e que os demais companheiros de equipe sempre se surpreendiam com as novidades e, por isso, havia a necessidade de estar muito atento ao que Pelé iria fazer quando estava com a bola, caso contrário, não era possível acompanhar suas ações. Cf. Pepe explica porque Pelé é ainda incomparável. Disponível: <https://www.youtube.com/watch?v=yGRFeYce1wg>. Acesso: 21 abr. 2020.

sua modalidade; o treino técnico visa o desenvolvimento e aprimoramento dos gestos técnicos próprios da modalidade, aumentando a habilidade para a execução de movimentos rápidos e precisos; o treinamento tático dispõe sobre o modo como a equipe se colocará em campo e que tipos de estratégias serão adotados para o enfrentamento com os adversários; e, por fim, o treino mental ou psicológico, que tem como finalidades, proporcionar uma atitude mental vencedora, auxiliar na aquisição de habilidades motoras e, até mesmo, na recuperação de lesões (PLATONOV, 2004).

Usualmente se utiliza o termo 'treinamento mental' para referir-se à preparação mental. Esta se associa ao fenômeno das imagens que se formam na mente dos atletas e que são produtos de suas práticas rotineiras, determinando uma maior eficácia às suas ações específicas. O treinamento mental, portanto, lida com essas imagens mentais e o efeito que produzem na prática esportiva. Desse modo, a preparação mental "funciona quando se está em condições de vivenciar e atualizar naturalmente a prática do movimento que se deseja realizar" (CÁRDENAS *et al.*, 2017, p. 137).

Assim, a formação do gesto técnico depende de um componente externo (o corpo realizando a ação no plano físico) e de um componente interno (a representação do gesto no plano mental). Corpo e mente, portanto, formam um complexo ativo, que atuam conjuntamente e em harmonia. Diz-se que, no esporte, qualquer gesto técnico antes de ser executado foi, primeiramente, mentalizado (STERNBERG, 2000).

A técnica de mentalização de imagens tem apoio na Teoria Cognitiva, ao qual trata da geração de estímulos e respostas, ou seja, uma imagem é um estímulo mental que irá gerar uma resposta positiva correspondente, de modo a modificar algum comportamento. No esporte, a mentalização, por meio da visualização de imagens, é uma prática de simulação de situações

de disputas ou gestos que se pretende executar com a máxima eficácia (STERNBERG, 2000).

Mas falar em treinamento mental e meditação seria a mesma coisa? Embora muitas vezes se confundam os termos, as práticas são bem distintas. Pois vejamos a etimologia dessas palavras: treinar tem sua origem no latim *trahere*, (puxar, arrastar)⁷; meditar origina-se do latim *meditatum* ou *meditare* (ponderar, estar no centro, voltar-se a si)⁸. Enquanto treinar está associado a “arrastar algo à força”, meditar tem a ver com um processo de unificar o externo ao interno para alcançar a plena compreensão. Se treinar evoca esforço, meditar é quietude e silêncio.

A confusão no uso dos termos se dá por conta de que treinar, na perspectiva esportiva, quer dizer tornar hábil, remetendo a destreza corporal e a capacidade física de execução. Assim, o treino mental, em tal perspectiva, associa-se a tornar a mente hábil, capacitada na formação de imagens que gerem respostas eficazes. Desse modo, treinar a mente é melhorar a capacidade mental (no caso, as capacidades cognitivo-motoras), assim como treinar o corpo é melhorar a capacidade anátomo-fisiológica (no caso, o metabolismo energético e a biomecânica). Mas isso nada tem a ver com meditar, pois não se ‘melhora’ a mente meditando, porém, se alcança um estado mental pacífico que emerge da própria natureza da mente (SINGER; MATTHIEU, 2018).

A meditação é uma prática milenar que tem sua origem na ioga e no budismo, porém, manifestando-se em outros lugares e contextos filosóficos ou religiosos. Chegou ao Ocidente nos anos de 1950, ganhando popularidade na década seguinte a partir, principalmente, dos movimentos de contracultura, associando-se às práticas místicas e busca da espiritualidade. Foi por intermédio de

⁷ Origem da Palavra. Disponível em: <https://origemdapalavra.com.br/palavras/treinar/>. Acesso em: 09 maio 2020.

⁸ O que é Meditação. Namu. Disponível: <https://namu.com.br/porta/o-que-e/meditacao-2/>. Acesso em: 09 maio 2020.

Maharishi Mahesh⁹ que a meditação se tornou mundialmente conhecida, sendo a técnica por ele apregoada a mais investigada nas pesquisas científicas, o que tornou possível a conceituação de uma fisiologia da meditação e confirmou a prática meditativa como secular (KOZASA, 2006).

Conforme Silva Terra *et al.* (2018) as abordagens científicas sobre a meditação geralmente seguem duas linhas: a neurofisiológica e a cognitivo-comportamental. As primeiras sustentam a ideia de que as mudanças na atividade elétrica neural afetam a fisiologia do cérebro e, ainda mais, promovem alterações estruturais (neuroplasticidade). Tais mudanças resultam em redução dos níveis de lactato sanguíneo, diminuição da frequência cardíaca e do consumo de oxigênio e maior eliminação do dióxido de carbono, indicando uma redução no nível de funcionamento do metabolismo.

Na segunda abordagem, sugere-se a prática meditativa como um modo subjetivo de educar a mente, ou seja, torná-la apta a antes interpretar os fatos do que considerá-los como algo em si mesmo. Nesse caso, a meditação produz um estado de consciência abrangente, possibilitando um relaxamento mental e corporal que ocorre por regulações no sistema nervoso e autônomo, levando o indivíduo a uma sensação de paz e tranquilidade (SILVA TERRA *et al.*, 2018).

A função cognitiva mais beneficiada pela prática da meditação é a atenção. Segundo pesquisas, a meditação regula os mecanismos de atenção e potencializa a capacidade de memória, também exercendo influência nos níveis de concentração. Conforme a técnica meditativa utilizada pode-se direcionar os efeitos da prática para a atenção plena (*mindfulness*), a concentração ou a contemplação (SILVA TERRA *et al.*, 2018).

⁹ Maharishi Mahesh (1918-2008) foi um *yogi* e guru indiano que desenvolveu a técnica da Meditação Transcendental. A técnica tornou-se conhecida mundialmente no início dos anos 70, pois chamou a atenção de George Harrison, entusiasta do misticismo e músico da banda inglesa *The Beatles*, de grande popularidade na época.

Para o propósito futebolístico, a atenção e a concentração serão analisadas com mais detalhes. A atenção, conforme Samulski (2002, p. 80), é entendida como “um estado seletivo, intensivo e dirigido à percepção”. O processo cognitivo de atenção, portanto, se faz pela percepção focada em um estímulo específico, a uma imagem, um objeto, uma ação. Trata-se, assim, de um modo dinâmico de receber e processar informações, mas em um nível plenamente consciente.

A concentração, conforme Weinberg e Gould (2001), é a capacidade que se associa à manutenção da atenção sobre estímulos relevantes. Trata-se de manter a atenção focada em algo, livre de interferências internas (pensamentos, sentimentos), pois quando o ambiente se altera (e no futebol isso ocorre inúmeras vezes), o foco da atenção deve ser redirecionado conscientemente pela percepção.

Atenção e concentração, logo, dependem de outra função cognitiva: a percepção. A percepção é um processo complexo de recepção e elaboração de informações e respostas às mesmas. Tais informações podem ser influenciadas tanto pelas impressões sensoriais quanto pelas experiências adquiridas e o conhecimento acumulado, o que torna esta função cognitiva a responsável por identificar e captar objetos em sua totalidade e reconhecer semelhanças entre objetos e situações. Ou seja, a percepção é o que permite dar significado às coisas a partir de um todo, numa relação de reciprocidade entre a informação recebida e ação executada (SAMULSKI, 2002).

No esporte em geral e no futebol, em específico, a capacidade de percepção, portanto, depende das informações captadas do ambiente (percepção externa) e da autopercepção (percepção interna), que são as informações sobre o próprio indivíduo, e que interagem de modo a facilitar uma resposta. Assim, a percepção externa, ao abranger a totalidade do ambiente (distância dos adversários, direção de deslocamento, movimento e velocidade da

bola, a posição do próprio corpo no espaço) irá selecionar e codificar todo o conjunto de informações captadas pelos sentidos; enquanto a autopercepção estará atenta na própria capacidade de organizar essas informações e, a partir dos recursos internos já experienciados, resolver as situações que o atleta enfrenta (SAMULSKI, 2002).

A percepção, logo, está em estreita relação com a atenção, sendo que essa, para se manter o foco, necessita da concentração. Mas o que significa estar focado? Conforme Goleman (2014), a capacidade de atenção é uma habilidade sutil. Estar atento é observar panoramicamente, é estar alerta ao todo e, ao mesmo tempo, seletivo aos detalhes. A capacidade de atenção determina o nível de competência em que uma tarefa é executada e “embora a conexão entre atenção e excelência permaneça oculta a maior parte do tempo, ela reverbera em quase tudo que tentamos realizar” (GOLEMAN, 2014, p. 28).

Estar focado, portanto, significa direcionar a atenção a algo, de modo a tornar nítido o que se percebe. Em uma partida de futebol, em um único lance, muitas são informações recebidas pelos sentidos, principalmente auditivas, visuais e cinestésicas. É nesse momento que estar focado se faz fundamental. Afinal, se a atenção não estiver direcionada às percepções relevantes, qualquer distração será suficiente para incorrer em falhas. Estar focado – isto é, perceber a situação com clareza, exatidão, perspicácia – significa estar plenamente atento e não se deixar levar por qualquer tipo de distração.

A autoconsciência, ou a precisão para interpretar a realidade, representa o foco essencial que, em última análise, é o “leme interno” a guiar o indivíduo de maneira segura pelos caminhos da vida. Esta autoconsciência reflete, pois, a soma total das experiências e que determina a tomada de decisão correta diante de uma situação emergente, um mecanismo preciso de controle e

ação que faz a diferença entre o acerto ou a hesitação (GOLEMAN, 2014).

Durante a Copa do Mundo de 1970, Pelé proporcionou jogadas que servem de exemplo ao que aqui foi exposto. Talvez a mais famosa delas tenha acontecido na partida semifinal contra a seleção do Uruguai, quando Pelé, sem tocar a bola, aplicou um drible no goleiro adversário, no lance que ficou imortalizado como “meia lua sem bola”.¹⁰ Samulski (2002) cita esse momento como um desafio ao processo perceptivo, no modo como um atleta percebe a situação, organiza as informações, elabora uma imagem mental, visualiza a ação e executa com maestria – tudo isso em questão de poucos segundos.

A preparação mental, seja pela via do treinamento mental ou da meditação, torna-se, logo, um fator determinante no sucesso competitivo no futebol profissional de alto rendimento. Pois a percepção, a atenção plena, a concentração e o foco tornam-se mais eficazes tanto pelas técnicas de treinamento mental (principalmente as visualizações), quanto pelas de meditação (principalmente *mindfulness*¹¹).

5 O que dizem os futebolistas sobre a meditação?

A meditação é algo ainda pouco explorado no universo futebolístico¹². As pesquisas sobre meditação no futebol ganharam atenção da comunidade científica recentemente, tratando dos aspectos mentais da saúde do atleta. Os resultados dessas raras pesquisas sugerem que o risco de lesões, o tempo de recuperação e

¹⁰ Disponível: <https://www.youtube.com/watch?v=JihKLH837Ck>. Acesso: 01/03/2021.

¹¹ *Mindfulness* ou atenção plena é uma técnica secular, derivada da tradição budista. Foi utilizada por Jon Kabat-Zinn, nos anos de 1980, como forma de tratamento para redução do estresse. A prática do *mindfulness* ensina o indivíduo a viver o momento presente, sem ser por ele enredado. Segundo o monge budista Thich Nhat Hanh (2018), o *mindfulness* liberta-nos da influência do hábito, permitindo-nos a liberdade de uma vida criativa.

¹² Buscando os termos ‘meditação e performance esportiva’ na base de dados eletrônica da *National Library of Medicine- PubMed*, nos últimos cinco anos, encontramos 91 publicações. Dessas, apenas duas tratavam da prática da meditação no futebol, realçando sua importância, principalmente, na saúde mental e na prevenção de lesões. A pesquisa na base de dados citada foi realizada em 29/6/2022.

o rendimento atlético são significativamente afetados pelo bem-estar psicológico do futebolista. Essas pesquisas, portanto, indicam que a prática da meditação pela *mindfulness* afeta positivamente a saúde mental, reduz o risco de lesões e amplia o potencial de rendimento atlético (ANDERSON *et al.*, 2021; ZADEH *et al.*, 2019).

Alguns atletas já experimentaram a prática da meditação e deram o seu testemunho sobre o que consideraram como benefícios. Encontramos em *sites* da *internet* algumas situações onde a meditação foi praticada pelos futebolistas como parte de sua preparação mental, e o que eles disseram sobre a sua experiência.

Em 2016, a seleção de Portugal alcançou a sua primeira conquista no campeonato europeu. O feito, inédito, trouxe importantes revelações sobre a prática da meditação entre alguns atletas desse selecionado. Dentre eles, o goleiro Rui Patrício e os atacantes Éder e Cristiano Ronaldo. Éder, autor do gol decisivo na partida final contra a França, dedicou a vitória e o sucesso alcançado à Susana Torres, especializada em preparação mental no futebol. O atleta teria procurado Susana para resolver uma crise de confiança que ameaçava sua carreira esportiva. Durante seis meses, trabalharam com afinco. Segundo o atleta, suas frustrações foram superadas, ele tornou-se novamente motivado à busca de conquistas e deixou para trás todas as adversidades até então enfrentadas e que o atormentavam (CAPUCHO, 2016).

Rui Patrício foi considerado o melhor goleiro do campeonato. Demonstrando sempre uma tranquilidade quase insuperável – como na decisão por penalidades máximas na disputa de quartas-de-final contra a Polônia – teve como mestre espiritual o guru indiano Paramahansa Vishwananda, que o introduziu na prática de Atma Krya Yoga, um método de meditação desenvolvido pelo próprio guru. A tranquilidade de Rui Patrício durante as

partidas foi tão notada que recebeu o apelido de “gigante calmo” (CAPUCHO, 2016).

E Cristiano Ronaldo? Considerado o maior futebolista português da história, Cristiano Ronaldo tornou-se um adepto das práticas meditativas. Com inúmeras conquistas e mais de setecentos gols marcados em sua carreira, Cristiano Ronaldo afirma que seu sucesso se deve à preparação mental. Buscando a perfeição como atleta e ser humano, CR7 como é conhecido no futebol, revelou ser um ávido leitor de livros sobre ioga e meditação e diz: “(...) faço de 15 a 20 minutos. Funciona mesmo. Ela [a meditação] me acalma e me dá muita serenidade” (ESPORTE INTERATIVO, 2019).

O norueguês Erling Haaland, considerado a maior revelação do futebol europeu de 2019, atleta do Borussia Dortmund, da Alemanha, também credita à meditação o segredo do seu sucesso. Antes de cada partida, Haaland pratica a meditação com foco na respiração. E já conseguiu alguns adeptos, como o companheiro de equipe Dominik Szoboszlai que diz que “pensar em nada é fundamental - deixe as coisas pularem da sua mente”, enfatizando o relaxamento mental como necessário para enfrentar uma disputa futebolística (FORMIGA, 2019).

Talvez inspirados nesses exemplos, a equipe do Leixões Sport Clube, de Portugal, adotou a prática da meditação para todos os jogadores de duas de suas categorias de base (sub13 e sub15). Três vezes por semana, após os treinos principais, os jovens praticam a meditação coletiva, com foco na respiração. Segundo os idealizadores do projeto, os jovens estão cada vez mais distraídos com videogames e mídias sociais, o que interfere na capacidade de concentração naquilo que deveriam estar fazendo. Com a meditação, além de ficarem mais focados nas tarefas do treino, também foi relatado um aumento no rendimento desses jovens em outras esferas, como nos estudos escolares (ALBUQUERQUE e BROCHADO, 2019).

6 Futebol e autorrealização

O futebol constitui-se, enquanto fenômeno sociocultural, num espaço significativo de socialização e determinante de modos de vida, cujo processo manifesta-se naquilo que, conforme aponta Pimenta (2003), se pode denominar como 'o sonho de ser jogador profissional', isto é, um desejo de realização profissional de elevada exigência pessoal e de muitos obstáculos sociais.

Para Pimenta (2003), o fator econômico, a vinculação futebol-lucro, desperta grande interesse na busca desse sonho, além da influência da mídia que impacta a expectativa daqueles que se lançam nessa jornada, orientando as projeções pessoais e fornecendo um sentido às representações sociais em que se amparam as estruturas formadoras de identificação (com os craques). Em tal contexto, o universo do futebol apresenta aspectos desfavoráveis à realização do sonho, promovendo frustrações e violência¹³.

A trajetória para se tornar um jogador de futebol, assim, já se constitui na própria violência, pois o processo exige a perspectiva da construção de um projeto de vida que se faz apenas com a mera expectativa de que algo grandioso poderá acontecer. A sedução sobre o imaginário estimula o desejo de alcançar algo quase inatingível e, ao percorrer esse trajeto, deixam-se para trás outras práticas indispensáveis e oportunidades que viabilizariam tanto a formação quanto a inserção do indivíduo na sociedade (formação acadêmica, por exemplo). O prazer de jogar futebol e a sedução do *statu quo* que poderá ser alcançado, obscurece a percepção sobre os mecanismos destrutivos inerentes ao processo de busca pelo sonho de ser jogador.

Uma vez conquistado seu lugar ao sol (ser jogador), todavia, o futebolista irá se deparar com outra dura realidade: a de ser um

¹³ Entendo que essa violência se inscreve no que Pierre Bourdieu (2007) denominou como violência simbólica, isto é, um tipo de violência sem coerção física, porém, provocando danos morais e psicológicos.

profissional. Submetido às tensões que vão desde a pressão pela obtenção do rendimento (pela comissão técnica) e resultados (por torcedores fanáticos e imprensa), pela disputa pela titularidade com os companheiros de equipe, pela exposição pública diária e exagerada, pelos empresários que sempre querem um contrato melhor, e até pelos familiares que, em muitos casos são dependentes financeiramente, o futebolista se vê diante de questões que afetam sua confiança e tranquilidade para exercer a profissão.

Isso pode acarretar em problemas com o rendimento atlético (desempenho abaixo da expectativa), com a falta de resultados positivos (derrotas nos jogos), em conflitos com jornalistas (aumento das críticas ao desempenho ruim e às derrotas sucessivas) e, chegando, em não raras ocasiões, em confrontos com torcedores, seja nas mídias sociais ou mesmo pessoalmente, como em invasões aos centros de treinamento dos clubes ou em aeroportos após as chegadas das viagens de disputas malsucedidas, seguidas de ameaças explícitas e ofensas de todos os tipos.

Muitos futebolistas, por não estarem preparados ou para o sucesso e fama repentina ou para as frustrações, acabam por seguirem por vias tortuosas, principalmente esbaldando-se em extravagâncias extracampo que os altos salários lhes proporcionam. Não é fato raro que muitos, após quinze ou vinte anos dedicados ao futebol, ao encerrarem suas carreiras, não saibam como conduzir suas vidas. Alguns, iludidos com a fama, apostam tudo o que ganharam em negócios que fracassam. Outros, que não ganharam tanto e não alcançaram tanta fama, caem no ostracismo. E há uma considerável parcela que acaba por entregar-se ao alcoolismo, destroem suas famílias e entram em depressão. Além das questões advindas da própria exposição pública ao qual são submetidos constantemente durante o tempo em que atuam profissionalmente (CAMPOS, 2021).

Frick (1975) afirma que "o organismo humano é guiado, energizado e integrado por uma necessidade ou motivo soberano, o de autorrealização" (FRICK 1975, p. 164). Esta função impele os indivíduos a tornarem-se uma personalidade saudável, o que inclui a satisfação de todas as necessidades básicas do ser humano. Em Maslow (1954), essa função soberana – a autorrealização – apresenta-se para todos os seres humanos, como se houvesse um objetivo comum próprio à natureza humana, a ser descoberto e realizado por todos. Assim, a autorrealização é uma tendência natural do ser humano em revelar-se a si mesmo¹⁴, realizar o seu potencial latente; está em sua essência, intrínseca às condutas humanas. O ser humano que não alcança a autorrealização, torna-se frustrado, podendo sofrer dos males da depressão.

O futebolista de alto rendimento é alguém que revelou boa parte de seu potencial criativo na atividade profissional que exerce. Mas isso, ainda, não se constitui na autorrealização. Ou seja, ser um futebolista talentoso, de fama, sucesso e riqueza, não aponta para alguém que tenha percepções realistas de si mesmo e do mundo, senso de responsabilidade ética, simplicidade e naturalidade nas atitudes, autonomia para tomar decisões e senso de apreciação e reverência à vida em geral.

Jogar futebol é a profissão do futebolista. É o seu trabalho. E o trabalho, se bem compreendido, é um meio eficaz para a autorrealização. Se tornar um fim em si mesmo, ao chegar ao seu termo, deixa uma lacuna por vezes irreparável na vida desses indivíduos. Desse modo, fazer do exercício profissional a oportunidade para descobrir e realizar a própria essência é um caminho para obter uma existência de significado mais elevado, uma vida mais feliz e pacífica. Se houver a compreensão de que o

¹⁴ Revelar-se a si mesmo ou a descoberta de si mesmo é o princípio da autorrealização. Como consciência individual, o ser humano é uma forma contraída de uma consciência universal. Embora o indivíduo seja essa consciência universal, esse fato é obscurecido pelo mundo exterior projetado pela sua própria mente. Restaurar a conexão da consciência individual com a consciência universal é unir a parte com o todo, integrando-se ao ilimitado, onde o potencial criativo latente se revelará em toda a sua plenitude (TAIMNI, 1974).

futebol pode ser um processo profícuo para a autorrealização, e não apenas um meio para obter dinheiro e fama, é possível que muitas situações traumáticas do pós-aposentadoria possam ser minimizadas ou mesmo erradicadas. E fica a questão: como jogar futebol profissionalmente pode ser um caminho para a autorrealização? E como a meditação pode contribuir para isso?

Na obra *O caminho da habilidade: formas suaves para um trabalho bem-sucedido*, do mestre budista Tarthang Tulku, podemos encontrar algumas orientações nesse sentido. Para Tulku (1978), o trabalho pode se tornar um meio eficaz para se encontrar a plena satisfação na vida, uma fonte de desenvolvimento e crescimento espiritual e uma oportunidade para o autoconhecimento. O trabalho, logo, pode ser encarado como um processo da vida que propicia a participação do indivíduo no universo, aquilo que permite a realização do potencial humano a partir das infinitas possibilidades de experiências que se encontram nas atividades mundanas. Pelo trabalho, pois, se contribui com a vida, empregando energia, investindo o corpo, a mente e a respiração em atividades criativas, pois é pela criatividade que a função natural da vida (criar harmonia e equilíbrio para si mesmo e o mundo) se realiza com alegria e torna-se fonte de inspiração para os demais (TULKU, 1978).

Os treinos de futebol, portanto, se forem considerados como atividades cotidianas que possibilitam a plena realização pessoal, serão como um prolongamento da existência do atleta, pois com eles (o trabalho do atleta) se aprende, se desenvolve, se sobrevive e se vive. Tulku (1978), assim, aponta que a energia que se emprega nas ações rotineiras do trabalho, não será diferente daquela que se dispõe para a busca do despertar da consciência e a apreciação da vida. O futebol como trabalho será, então, um caminho para uma vida de plena satisfação e um incentivo à autorrealização. Há, contudo, para que isso aconteça, de se provocar a ruptura com os padrões mentais que ditam os hábitos comuns ao universo

futebolístico. Esta estrutura mental que está condicionada pelo meio social, e que leva a crer que jogar futebol é isso ou aquilo, sempre apontando para algo exterior ao indivíduo (fama, sucesso, conquistas, dinheiro, *etc.*).

Tulku (1978) afirma que se as oportunidades que a vida oferece forem apreciadas de modo consciente, será possível romper com essas limitações autoimpostas e, assim, provocar mudanças que conduzirão ao descobrimento de habilidades nunca antes percebidas. Mais do que isso, amplia-se a consciência sobre as responsabilidades. Assim, de início, o futebolista deve entender que o local de trabalho e as atividades rotineiras de treinamento são algo sagrado, isto é, o que possibilita a transcendência para uma existência mais elevada e significativa.

Para que isso aconteça, entretanto, há de se considerar que uma nova compreensão da atividade futebolística deverá prevalecer na rotina de treinamento, qual seja, sair do lugar-comum 'treinar para ganhar' para o 'aprender para ser'. Então, um novo aspecto das atividades futebolísticas será percebido: a sua dimensão holística, cujo propósito é que cada sujeito encontre no futebol um significado para além do 'vencer o jogo', mas que lhe oportunize o encontro consigo mesmo e um sentido na vida onde se sobressaiam valores como serenidade, solidariedade, compaixão e felicidade¹⁵.

Não se trata, todavia, de negligenciar os aspectos inerentes ao futebol profissional, como o alcance do melhor rendimento individual e coletivo e as buscas por vitórias e conquistas. Porém,

¹⁵ O Ituano Futebol Clube, do interior de São Paulo, lançou, em 2017, um projeto inédito no meio futebolístico, denominado "Ituano. Mais que futebol". Sem deixar de lado as metas esportivas, a ideia central é superar o paradigma da 'vitória a todo custo' e de que futebol é 'apenas resultado'. Alguns dos valores em que se apoiam o projeto são: pratique a gratidão; sorria e faça sorrir; comunique-se com sinceridade; vá além e surpreenda; espalhe gentileza; celebre a vida. O projeto visa, dentre outros aspectos, a combater a depressão no futebol e oportunizar melhores condições de trabalho e compreensão entre atletas, dirigentes, funcionários e torcedores. Cf. BOTTA, Emílio. Contra a cultura dos resultados e por Série A, Ituano lança projeto além do futebol. *Globo Esporte*, 22/11/2017. Disponível: <https://globoesporte.globo.com/sp/tem-esporte/futebol/times/ituano/noticia/contra-cultura-dos-resultados-e-por-serie-a-ituano-lanca-projeto-alem-do-futebol.ghtml>. Acesso: 25/04/2020.

por meio do futebol, seu trabalho, o atleta terá tanto a oportunidade de desenvolver e aprimorar suas habilidades esportivas e tornar-se mais completo, quanto buscar a libertação dos padrões mentais que o aprisionam entre os pensamentos e os sentimentos únicos do 'vencer, conquistar, fazer fama, ganhar dinheiro' tornando-se, assim, mais íntegro e autônomo.

Mas qual a relação disso tudo com a meditação? Além do que já foi exposto, meditar não é apenas uma técnica para aprimorar as funções cognitivas. Trata-se, por meio da abstração dos sentidos e da introspecção, de alcançar um estado mental de absoluta tranquilidade e satisfação, onde se é possível acessar o mundo interior¹⁶ e de lá retornar mais intuitivo, consciente e com a criatividade aguçada (STURGESS, 2015). Logo, falar em meditação no futebol deveria ser algo muito além de treinamento mental individual ou coletivo para o enfrentamento dos embates no gramado. Isso seria pôr limites à meditação e renegá-la a um plano secundário – uma técnica mental para se sair bem no esporte. Há de se fazer da meditação o recurso fundamental que conduzirá o atleta, pela via do caminho da habilidade, rumo ao desenvolvimento pessoal integral. A meditação, pois, deve ser aplicada ao cotidiano do futebolista, em sua vida atlética e pessoal, de modo prático.

Partindo do pressuposto de que saber é fazer e de que a maestria se alcança com a constância da prática, então, a excelência na profissão (e na vida) irá surgir nas vivências do fazer. Para tanto, como elemento que favoreça a introdução da meditação no futebol, proponho que o futebolista pratique o exercício do controle e domínio de bola denominado de embaixada¹⁷. A embaixada é uma brincadeira de criança, o primeiro desafio que alguém deve superar

¹⁶ Conforme Farias Brito (2006), o mundo interior (espiritual) contrapõe-se ao mundo exterior (material), sendo o espaço onde o ser humano readquire a consciência de si mesmo, que parece que se perdeu no excesso das atividades do mundo material. A máxima dessa filosofia é a exortação ao "conhece-te a ti mesmo", do filósofo grego Sócrates (séc. V a.C.).

¹⁷ Consiste em iniciar as manobras do pé embaixo da bola, mantendo-se o controle e domínio da mesma. Com exceção das mãos ou braços, a bola deverá ser controlada por várias partes do corpo (cabeça, ombros, coxas, peito, joelhos), concentrando-se em alguma em específico ou alternando as partes. O desafio é não permitir que a bola escape ao domínio do corpo e caia no chão.

para se jogar futebol, pois desenvolve e apura habilidades primárias.

Entretanto, como nas técnicas de treinamento do arqueiro zen, que levam a um estado de total concentração e atenção (KUSHNER, 1995), a embaixada tem que proporcionar a fusão do corpo com a bola: esta deverá estar de tal modo sob o controle e domínio do futebolista que venha a se tornar uma extensão do mesmo. Realizada com esta concepção, ressaltando-se a percepção e a atenção durante a prática, o exercício possibilitará que a consciência corporal e a consciência do objeto (a bola) se tornem uma única consciência: a bola, então, será parte daquele que a controla, que a domina¹⁸. Alcança-se, desse modo, a naturalidade do fazer sem esforço¹⁹.

Esse tipo de concentração propicia ao atleta uma percepção mais apurada do entorno. Isso quer dizer que a visão periférica aumenta, os sentidos se aguçam e se passa a perceber com mais nitidez tudo o que ocorre ao redor, porém, sem a necessidade de fixar-se em nada. Ocorre uma redução no fluxo de pensamentos ou no diálogo interior, que distrai e prejudica a concentração e atenção adequada naquilo que se faz. Esse estado mental sempre alerta, mas relaxado, é a meditação aplicada. Nesse estado, o futebolista jamais se afeta pelos ruídos exteriores, e apresenta-se sempre apto a agir com inteligência e precisão.

As técnicas de treinamento do arqueiro zen levam o praticante a refletir sobre a essência da prática. Essa essência pode ser traduzida na frase “uma flecha, uma vida”. Ou seja, cada disparo é decisivo, e cada momento é único e o último. Uma vez desperdiçada a ocasião, não há mais volta. Compreender essa verdade leva o futebolista a se entregar completamente ao que está fazendo, seja

¹⁸ Veja o vídeo em que Ronaldinho Gaúcho e outros futebolistas são desafiados a realizarem a embaixada de olhos vendados. Disponível: <https://www.youtube.com/watch?v=UdXYwxi-J5w>. Acesso: 01 mar. 2021.

¹⁹ Conforme Fischer (1999) alcança-se a naturalidade e a espontaneidade em uma ação quando a mesma é realizada sem a interferência do pensamento, do raciocínio, isto é, sem a participação da mente pensante. Não se trata de fazer automaticamente, mas com plena consciência sobre o que se faz.

qual for o momento da disputa. Cada ação deve ser executada como se não houvesse mais nada a fazer, pois:

O tempo não pode ser trazido de volta. Uma vez que um momento tenha passado, ele não pode ser repetido. No Zen, reconhece-se que a vida não nos dá uma segunda chance; esforçamo-nos por prestar completa atenção a cada instante e a todas as atividades, por mais insignificantes que estas possam parecer (KUSHNER, 1995, p. 52).

Podemos imaginar, no futebol, inúmeras situações onde uma chance de marcar um gol ou evitá-lo se oferece; se realizada, a vitória pode se concretizar, seguida de um título importante que coroa toda uma trajetória de sucesso, e o feito é celebrado por toda a vida do atleta. Porém, desperdiçada, a depender das circunstâncias, a infelicidade desaba sobre o futebolista e, assombrando-o como um terrível fantasma, pode marcar para sempre sua existência. Lembremo-nos do gol do Basílio, em 1977, na final do campeonato paulista, entre Corinthians e Ponte Preta, fazendo do Corinthians campeão após vinte e três anos de espera; ou da penalidade desperdiçada por Roberto Baggio, contra o Brasil, na final da Copa do Mundo de 1994. E, talvez o caso mais lamentável de todos, o do goleiro Barbosa que, na final da Copa do Mundo de 1950, não evitou que o chute do uruguaio Gigghia, decretasse a derrota brasileira²⁰. Barbosa ficou marcado, ao longo da sua vida, como o vilão daquilo que ficou conhecido como *Maracanazzo*, considerado como o maior fracasso de uma seleção brasileira em um campeonato mundial, até o fatídico 7 x 1 sofrido contra os alemães, em 2014.

O que importa nos treinamentos é a prática consciente de cada exercício proposto. Independente do tipo de treinamento realizado, não é a execução por si mesma que trará a excelência ao gesto, mas o modo como se alcança o objetivo final: transcendendo as barreiras do pensamento, uma experiência corporal imediata que possibilita a integração sujeito-objeto pela consciência. E

²⁰ Cf. Barbosa, 100 anos: A trajetória do goleiro que foi ídolo do Vasco e ficou marcado pela perda da Copa de 1950. Disponível: https://www.espn.com.br/futebol/artigo/_id/8365685/barbosa-100-anos-a-trajetoria-do-goleiro-que-foi-idolo-do-vasco-e-ficou-marcado-pela-perda-da-copa-de-1950. Acesso: 03 mar 2022.

consciência é o que se busca na meditação. Estar consciente é integrar, unir, ampliar, distinguir. Ao passar por essa experiência, a consciência se altera e se amplia, pois se aguçam a percepção e a atenção. Confiança e tranquilidade refletirão o estado mental pacífico e não turbulento. Como nas palavras do mestre taoísta:

Quem abriga muitos pensamentos e sentimentos em seu interior, independentes de serem positivos ou negativos, não consegue distinguir com nitidez as manifestações do mundo. Mas na medida em que os ruídos interiores começam a abandonar a mente, o praticante passa a compreender melhor tudo o que acontece à sua volta (CHERNG, 2008, p. 219).

Assim, ao levar essa transformação para o campo de jogo, nada irá perturbar a mente desse atleta diante de nenhum adversário ou em momentos decisivos que ocorrerão no gramado. Ao levar essa consciência para a sua vida cotidiana, permanecerá em paz e harmonia com tudo aquilo que, anteriormente, lhe abalava a confiança, a alegria e a tranquilidade, pois, superadas as limitações impostas pelos condicionamentos, “infinitas possibilidades se abrem quando a consciência está presente, maneiras diferentes e muito mais inteligentes de enfrentar qualquer situação” (TOLLE, 2007, p.101).

7 Considerações finais

Os aspectos esportivos e socioculturais que permeiam o universo do futebol, apresentam fatores que geram extrema sobrecarga emocional nos futebolistas. A capacidade de manutenção da atenção, da concentração e do foco de um futebolista é desafiada a todo momento, tanto durante um evento quanto ao longo da temporada competitiva. A preparação mental é fundamental para o futebolista executar suas habilidades com eficiência e eficácia e, ainda mais, não sucumbir emocionalmente pelas pressões de torcedores, mídias e diretores de clubes que exigem, sem escrúpulos, espetáculos e vitórias a cada disputa.

No universo muitas vezes insano em que se apresenta o futebol, a prática da meditação surge como uma possibilidade das mais interessantes, cujas técnicas extrapolam o treinamento mental. No contexto da preparação mental no futebol, a meditação pode se constituir em um recurso fundamental para conduzir o atleta não apenas em direção ao seu aperfeiçoamento profissional, no desenvolvimento de habilidades técnicas, porém, ao seu próprio desenvolvimento enquanto ser humano.

Não obstante a relevância do conhecimento teórico, porém, saber aplicar os procedimentos técnicos referentes à preparação mental, seja pelo treino mental ou pela meditação, é de suma importância, e isso vai muito além das palestras motivacionais em dias de disputas importantes, algo muito comum no meio futebolístico. O que se busca na preparação mental não é motivação, mas uma qualificação cada vez mais apurada dos futebolistas.

Conclui-se que o tema futebol e meditação necessita de mais pesquisas, pois somente por meio de estudos, observações, experimentos e análises, outros conhecimentos poderão emergir e contribuir, não apenas aplicados ao desempenho competitivos, mas, sobretudo, para o bem-estar psicológico, a saúde mental e emocional dos futebolistas profissionais.

Referências

ALBUQUERQUE, Maria Luís; BROCHADO, Bárbara. Leixões SC põe camadas de jovens a meditar. **Jornalismo Porto Net (JPN)**. 17 maio 2019. Disponível: <https://jpn.up.pt/2019/05/17/leixoes-poe-camadas-jovens-a-meditar/>

ANDERSONS, Scott A; HARALDSTOTTIR, Kristin; WATSON, Drew. Mindfulness in Athletes. **Current Sports Medicine Reports**, v. 20, n. 12, p. 655-660, dec. 202. Disponível em: <https://doi.org/10.1249/jsr.0000000000000919>. Acesso em: 10 out. 2022.

BBC News. Como o cérebro dos jogadores de futebol é diferente de outros atletas? Entrevista com Jeffrey Holt. BBC News, Brasil, 25/6/2018. Disponível: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-44584962>. Acesso: 21/6/2022.

BISHOP, Daniel *et al.* Neural bases for anticipation skill in soccer: an FMRI study. **Journal of Sport and Exercise Psychology**, v. 35, n. 1, p. 98-109, Feb. 2013. Disponível: <https://doi.org/10.1123/jsep.35.1.98>. Acesso: 03 maio 2022.

BOURDIEU, P. O poder simbólico. 10 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

CAMPOS, Luiz Henrique. Psicólogo esportivo: casos de depressão entre atletas dispararam em vinte anos. Entrevista com João Ricardo Cozac, presidente da Associação Paulista de Psicologia do Esporte. **Estado de Minas**, Superesportes. 19/10/2021. Disponível: https://www.em.com.br/app/noticia/superesportes/2021/10/19/interna_superesportes,1315146/psicologo-esportivo-casos-de-depressao-em-tre-atletas-dispararam-em-20-anos.shtml. Acesso: 21 jun. 2022.

CAPUCHO, José Paiva. Os gurus da seleção. A eles também devemos um obrigado. **Nascer do Sol**, 12. jul, 2016. Disponível: <https://sol.sapo.pt/artigo/516354/os-gurus-da-selecao-a-eles-tambem-devemos-um-obrigado>. Acesso: 21/6/2022.

CÁRDENAS, Ramón *et al.* **Preparação Psicológica no Esporte**. Curitiba: Ed. Appris, 2017.

CHERNG, Wu Jyh. **Meditação taoísta**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2008.

CIAMPA, F. da C.; AZEVEDO, M. L. B.; WAENY, F. C. **Pioneiro da Psicologia do Esporte**: João Carvalhaes. [Filme-vídeo]. Produção: Mônica Leopardi B. de Azevedo e Maria Fernanda Costa Waeny. Direção: de Fernão da Costa Ciampa. São Paulo: Conselho Regional de Psicologia de São Paulo, 2001.

DWECK, Carol Susan. **Mindset**: a nova psicologia do sucesso. Rio de Janeiro: Objetiva, 2017.

ESPORTE INTERATIVO. CR7 detalha mudança de mentalidade que o tornou goleador: 'É a coisa mais importante'. **TNT Sports**. 28 dez. 2019. Disponível: <https://www.esporteinterativo.com.br/melhorfuteboldomundo/CR7-detalha-mudana-de-mentalidade-que-o-tornou-goleador-E-a-coisa-mais-importante-20191028-0019.html>

FARIAS BRITO, Raimundo. **O mundo interior**: ensaio sobre os dados gerais da filosofia do espírito. Brasília: Senado Federal, 2006.

FISCHER, T. **Wu Wei**: a arte de viver o Tao. São Paulo: Árvore da Terra, 1999.

FORMIGA, Bruno. Acredite: o segredo do fenômeno desta Champions está na respiração. **Esporte Interativo**. 23 out. 2019. Disponível: <https://www.esporteinterativo.com.br/blogs/Acredite.-O-segredo-do-fenmeno-desta-Champions-esta-na-respirao-20191023-0043.html>

FLEURY, Suzy. **Competência emocional**: o caminho da vitória para equipes de futebol. São Paulo: Gente, 1998.

FRICK, Willard. **Psicologia Humanista**. Rio de Janeiro, Zahar, 1975.

GAMBORDELLA, Theodore. **O fim das lesões**. Rio de Janeiro: Ediouro, 1981.

GOLEMAN, Daniel. **Foco**: a atenção e seu papel fundamental para o sucesso. São Paulo: Objetiva, 2014.

GONZÁLEZ, José Lorenzo. **El Entrenamiento Psicológico en los Deportes**. Madrid: Biblioteca Nueva, 1996.

HANH, Thich Nhat. **Silêncio**: o poder da quietude em um mundo barulhento. Rio de Janeiro: Harper Collins, 2018.

KOZASA, Elisa Harumi. A prática de meditação aplicada ao contexto da saúde. **Saúde Coletiva**, v.10, n. 3, p.63-66, 2006.

KUSHNER, Kenneth. **O arqueiro zen e a arte de viver**. São Paulo: Pensamento, 1995.

MAGILL, Richard A. **Aprendizagem motora**: conceitos e aplicações. São Paulo: Edgard Blücher, 1998.

MARQUES, José Roberto. Coaching: conceito e significado. **Instituto Brasileiro de Coaching**, 24 fev. 2020. Disponível em: <https://www.ibccoaching.com.br/portal/coaching/coaching-conceito-significado/>. Acesso 30 jun. 2022.

MASLOW, Abraham. **Motivation and personallty**. New York: Herper and Brothers-Publishers, 1954.

OLIVEIRA, Wagner Junior. O esquema tático do corpo humano: o organismo de um jogador de futebol funciona como um sistema de informações simultâneas. **Revista UCS**, v. 2, n. 12, jun. 2014. Disponível: <https://www.ucs.br/site/revista-ucs/revista-ucs-12a-edicao/o-funcionamento-do-corpo-humano/>. Acesso em: 19 out. 2020.

PIMENTA, Carlos Alberto Máximo. Mídia, esporte e violência: o sonho de ser jogador de futebol profissional. ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 27, Caxambu, 2003. **Anais...** Disponível: <https://anpocs.com/index.php/papers-27-encontro-2/gt-24/gt06-8/4164-cpimenta-midia/file>

PINHEIRO, Domício. **Era Pelé**: documento histórico-fotográfico. São Paulo: Sequência Editorial, 1986.

PLATONOV, Vladimir. **Teoria geral do treinamento desportivo olímpico**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

SAMULSKI, Dietmar. **Psicologia do Esporte**. São Paulo: Manole, 2002.

SHAPIRO, D. Meditation: Clinical and health-related applications. **The Western Journal of Medicine**, v. 134, n. 2, p. 141-142, 1981.

SILVA TERRA, Vinícius Demarchi et al. A meditação no esporte de alto rendimento: revisão sistematizada da literatura. **Pensar a Prática**, v. 21, n. 2, 2018.

SINGER, Wolf; MATTHIEU, Ricardo. **Cérebro e meditação**: diálogos entre o budismo e a neurociência. São Paulo: Alaúde, 2018.

STERNBERG, Robert. **Psicologia Cognitiva**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

STURGESS, Stephen. **Meditando com o yoga**: tranquilize a mente e desperte seu espírito interior. São Paulo: Pensamento, 2015.

TAIMNI, Iqbal Kishen. **O segredo da auto realização**. Brasília: Teosófica, 1974.

TOLLE, Eckhart. **Um novo mundo**: o despertar de uma nova consciência. Rio de Janeiro: Sextante, 2007.

TULKU, Tarthang. **O caminho da habilidade**. São Paulo: Cultrix, 1978.

VESTBERG, Torbjorn *et al.* Executive functions predict the success of top-soccer players. **PLoS One**, v. 7, n. 4, 2012. 2012.

WEINBERG, Robert; GOULD, Daniel. **Fundamentos da psicologia do esporte e do exercício**. 2.ed. Porto Alegre: Artmed Editora, 2001.

WEINECK, Jurgen. **Biologia do esporte**. São Paulo: Manole, 1991.

WILLIAMS, J. M. (org.). **Psicología aplicada al deporte**. Madrid: Biblioteca, 1991.

ZADEH, Majid Mozafari *et al.* Effect of a mindfulness programme training to prevent the sport injury and improve the performance of semi-professional soccer players. **Australas Psychiatry**, v. 27, n. 6, p. 589-595, dec. 2019.

Sobre o autor

Marcelo Roberto Andrade Augusti

Graduou-se em Educação Física pela Escola Superior de Educação Física de Jundiaí. É mestre em Ciências da Motricidade pela Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita Filho (UNESP). Desenvolve estudos em filosofia oriental, espiritualidade, yoga e meditação e suas relações com o bem-estar.

Email: marceloaugusti@bol.com.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7100-2500>.

Histórico

Recebido em: 01/04/2022. Aprovado em: 22/07/2022. Publicado em: 20/10/2022.

Oficina de educação alimentar e nutricional na universidade para terceira idade

Food and nutrition education workshop at the university for the third age

Gizela Pedroso Junqueira

Mestra e Doutoranda em Nutrição e Metabolismo pela USP

Larissa Leandro Cruz

Doutora em Produção Vegetal pela UENF. Professora da UNESA

Cristina Gomes de Souza Vale e Souza

Doutora em Saúde Pública pela Universidad Americana de Paraguay. Professora da UNESA

Resumo: Observa-se o aumento da população idosa no Brasil, que deve ultrapassar a população jovem a partir de 2050. Todavia, o envelhecimento nem sempre vem aliado a uma qualidade de vida adequada, pois há carências nas áreas da saúde, social e psicológica. Diante dos desafios relacionados à mudança na estrutura etária, a educação alimentar e nutricional objetiva fomentar o desenvolvimento de práticas alimentares saudáveis, que considerem as particularidades dos diferentes grupos populacionais. O objetivo foi relatar a experiência de uma oficina de educação alimentar e nutricional na Universidade para Terceira Idade (UNITI), que é um programa de ensino, pesquisa e extensão vinculado à Universidade Federal Fluminense (UFF) em Campos dos Goytacazes. A amostra foi constituída por 13 mulheres com idade entre 56 e 82 anos, participantes da Oficina Sabores e Saberes. A partir das observações realizadas ao longo dos encontros, foi possível constatar que a troca de experiências e o resgate de histórias relacionadas aos hábitos alimentares se constituíram como estratégias de educação alimentar e nutricional para essas mulheres. A oficina contribuiu para conscientizar essa população sobre os benefícios de uma alimentação saudável para os desafios decorrentes do envelhecimento e para motivá-la a multiplicar os ensinamentos e práticas apreendidos durante a oficina.

Palavras chave: Alimentação. Educação alimentar nutricional. Idoso.

Abstract: In the last decades, there has been an increase in the elderly population in Brazil, which should exceed the young population by 2050. Despite this accelerated increase, this is not always associated with an adequate quality of life. There are deficiencies in the health, social and psychological assistance areas. Faced with the challenges imposed by the change in the age structure of today's societies, food and nutrition education arises with the aim of encouraging the development of healthier eating practices, which consider the particularities of population groups. The present study aims to report the experience of a food and nutrition education workshop for seniors of the University for the Third Age (UNITI), which is a program extension linked to the Fluminense Federal University in Campos dos Goytacazes (Brazil). The sample consisted of 13 women between 56 and 82 years old, participants of "Sabores e Saberes" Workshop. From the observations made during the meetings, it was possible to verify that the exchange of experiences and the rescue of stories related to eating habits constitute positive strategies of food and nutrition education for these women. The workshop contributed to raising awareness among the population about the benefits of healthy eating to the challenges of aging by acting as multipliers of the lessons and practices learned during the workshop.

Keywords: Feeding. Food and Nutrition Education. Elderly.



1 O processo de envelhecimento

Nas últimas décadas, tem-se observado um aumento da população idosa no Brasil, ao passo que o público jovem vem sofrendo um processo de declínio (NASRI, 2008). Tal situação é caracterizada devido a modificação na estrutura etária da população, cenário decorrente de fatores como o aumento da expectativa de vida, diminuição das taxas de natalidade e fecundidade, além de avanços científicos que contribuem para uma maior longevidade populacional (BORGES *et al.*, 2017; CARVALHO; GARCIA, 2003). Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (IBGE, 2008), a população idosa deve ultrapassar a população jovem a partir de 2050, estabelecendo uma transição demográfica característica de países em desenvolvimento (BRITO, 2008). De acordo com Santos e Silva (2013), nos países desenvolvidos tal transição está aliada à melhoria da qualidade de vida, uma vez que envolve todo um planejamento de estruturas sociais, econômicas e culturais com o objetivo de acolher a terceira idade. Contudo, nos países em desenvolvimento, o crescimento tem ocorrido de forma acelerada, e normalmente carece de saúde adequada para as demandas populacionais.

Em adição, o Brasil também tem passado por uma mudança no perfil epidemiológico da população, decorrente das mudanças do processo saúde-doença (TEIXEIRA, 2004). Na década de 1960, havia o predomínio de doenças infecciosas, parasitárias e carenciais. A mudança no cenário epidemiológico fez com que atualmente haja o predomínio de Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT), tais como diabetes, cânceres, hipertensão e obesidade (PEREIRA, SOUZA; VALE, 2015).

De acordo com os dados do IBGE, as pessoas acima de 60 anos residentes na cidade de Campos dos Goytacazes são representadas por 55.258 pessoas, sendo do sexo feminino um total de 31.527. A população acima de 60 anos de idade é representada por um total de 30,2 milhões de pessoas no Brasil de acordo com a Pesquisa

Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – Características dos Moradores e Domicílios (IBGE, 2018). Esses dados fazem com que se tenha um olhar mais cuidadoso com relação aos idosos cujo próprio envelhecimento faz com que necessitem de mais atenção decorrente das modificações naturais, tanto físicas quanto psicológicas.

2 Nutrição e terceira idade

O estado nutricional da terceira idade pode ser afetado devido às alterações das necessidades nutricionais, diminuição da massa e da força muscular, complicações na cavidade oral e alterações no Trato Gastrointestinal (TGI) (BERNSTEIN, 2022). A nutrição inadequada pode contribuir para o desenvolvimento de doenças além aumento do risco de desnutrição (VOLKERT *et al.*, 2019).

Os carboidratos, proteínas e lipídios são macronutrientes essenciais para o fornecimento de energia e manutenção de funções vitais do corpo humano. Sobre a ingestão adequada de carboidratos, destaca-se especialmente o consumo de alimentos ricos em fibras que podem auxiliar no controle do peso corporal, redução do risco de doenças como Diabetes Mellitus Tipo 2 (DM2) e de doenças cardiovasculares na população idosa (BERNSTEIN, 2017). O consumo adequado de alimentos fonte de proteínas é fundamental para o aumento e manutenção de massa muscular no idoso (VAZ *et al.*, 2016). A perda progressiva de massa muscular observada nessa população pode aumentar o risco do desenvolvimento de sarcopenia, que impactará na sua funcionalidade, nas atividades de vida diária, no risco de osteoporose e torná-los mais suscetível a quedas (CRUZ-JENTOFT *et al.*, 2019; BERNSTEIN, 2017).

A respeito das complicações da cavidade oral, pode ocorrer perda de dentes e uso de próteses, que podem resultar em dor, problemas de mastigação e de deglutição (BERNSTEIN, 2022). Essas complicações apresentarão consequências no paladar e no olfato

desta população, contribuindo para a diminuição do apetite, que repercutirá na redução da ingestão de nutrientes (SILVA, SCHIRMER; COZZOLINO, 2020).

As alterações no TGI podem influenciar os nutrientes ingeridos, a começar pela boca, em que a deglutição é prejudicada, podendo ocasionar em disfagia (JAYARAJ *et al.*, 2020). Transformações gástricas também podem ocorrer, situação em que a mucosa da parede interna do estômago se atrofia, podendo desenvolver lesões tais como câncer, úlceras e infecções, além do prejuízo na biodisponibilidade de vitaminas e minerais (MAHAN e ESCOTT-STUMP, 2012). Associada às alterações do TGI, há uma redução do movimento peristáltico, o que traz como consequência a não absorção completa de nutrientes e a constipação intestinal, sobretudo resultante da redução da ingestão hídrica e do baixo consumo de fibras, além do uso frequente de medicamentos (D'OTTAVIANO, 2002).

Bernstein (2017) destaca que a garantia de uma ingestão nutricional adequada para pessoas idosas é fundamental para o seu bem-estar, além da promoção e prevenção de doenças. Quando se trata de pessoas idosas, deve-se considerar as questões econômicas, psicológicas, uso de medicamentos e mudanças fisiológicas relacionadas a idade que podem alterar o consumo alimentar e interferir na necessidade e absorção dos nutrientes (BERNSTEIN, 2017).

3 Educação Alimentar e Nutricional (EAN) para a terceira idade

De acordo com o Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional para as Políticas Públicas de 2012, o termo Educação Alimentar e Nutricional (EAN) contempla: “ações desde os aspectos relacionados ao alimento e alimentação, os processos de produção, abastecimento e transformação aos aspectos nutricionais” (BRASIL, 2012, p.23). Desta maneira, a EAN visa a melhoria dos aspectos nutricionais por meio da promoção de hábitos alimentares e

práticas dietéticas mais saudáveis, considerando as questões sazonais e culturais da população de interesse, que auxiliará na promoção da saúde, na prevenção das DCNT e das deficiências nutricionais (BRASIL, 2012).

Um marco importante na história da nutrição é a transição nutricional, situação em que nas últimas décadas houve a modificação do padrão alimentar da população brasileira adicionada à modificação do peso corporal (SANTOS *et al.*, 2019). Índices de desnutrição no país tiveram um declínio e os quadros de sobrepeso e obesidade da população brasileira passaram a ter uma maior prevalência (SARTORELLI; FRANCO, 2003). Após a Segunda Guerra Mundial, a indústria alimentícia ganhou espaço significativo no mercado e na vida da população, estes passaram a consumir alimentos mais industrializados, deixando de lado os alimentos in natura (SOUZA, 2010). Dentre os fatores responsáveis por essa transição destacam-se: a mudança no padrão alimentar da população brasileira e a migração da área rural para o centro urbano, situação na qual a população passou a ter mais acesso aos alimentos ultraprocessados (KAC; VELÁSQUEZ-MELÉNDEZ, 2003; MENDONÇA; ANJOS, 2004). Deste modo, instala-se um novo comportamento alimentar na população brasileira, que foi o “descascar menos e desembalar mais”.

A EAR tem o propósito de um olhar mais cuidadoso em relação à alimentação da população. Nesse sentido, do ponto de vista prático, vem com o objetivo de uma orientação, principalmente sobre uma melhor alimentação frente aos desafios do dia a dia, instruções sobre as melhores escolhas e a leitura de rótulos. A fim de colocar esse conceito em prática, evidencia-se a criação de políticas públicas com essa temática voltada para essa população. A literatura brasileira traz estudos científicos para uma melhor orientação nutricional para esse público (MAGALHÃES, 2016; PEREIRA; SPYRIDES; ANDRADE, 2016). Além disso, recentemente, associado do Guia Alimentar para a população Brasileira de 2014 houve a publicação de um novo fascículo para a população idosa

denominado “Fascículo 2 Protocolo de uso do guia alimentar para a população brasileira na orientação alimentar da pessoa idosa” (BRASIL, 2021).

A respeito de estudos com a abordagem educacional voltada para a terceira idade, Cervato e colaboradores (2005) realizaram um estudo com um grupo de idosos frequentadores da Universidade Aberta da Terceira Idade. Esta pesquisa envolveu uma ação educativa sobre alimentação saudável, um pré-teste a respeito do consumo alimentar e de noções sobre nutrição e um pós-teste após 6 meses para investigar possíveis alterações no padrão alimentar. Os autores identificaram que, apesar de algumas dificuldades no processo da pesquisa, ainda assim houve uma melhora nas práticas alimentares do dia a dia.

Um estudo de caráter observacional proposto por Coutinho *et al.* (2016) avaliaram o estado nutricional e a rotina alimentar de idosos em uma instituição de longa permanência. Neste estudo, foram realizadas atividades educativas e lúdicas com a temática da alimentação saudável e Hipertensão Arterial. No decorrer da pesquisa, os autores verificaram grande interesse da parte dos idosos, porém destacaram algumas limitações de alguns participantes como a auditiva. Concluíram que as atividades foram proveitosas para o conhecimento dos idosos e como forma de entretenimento decorrente de suas atividades monótonas.

Malta, Papini e Corrente (2013) avaliaram a qualidade da dieta de 73 idosos integrados ao Sistema Público de Saúde do município de Avaré-SP. A metodologia para o estudo contemplou o Índice de Alimentação Saudável adaptado para a população brasileira utilizando 3 inquéritos do tipo Recordatório alimentar 24h. Durante o estudo realizado, observou-se uma boa alimentação em apenas 6,8% dos avaliados, insuficiência na qualidade em 32,9% dos idosos e a necessidade de melhoria na qualidade da dieta de 60,3% dos participantes. Diante disso, os autores concluíram que a maioria dos idosos avaliados necessitam de uma melhora significativa na

alimentação, além do desenvolvimento de políticas públicas com a finalidade de incitar uma melhor alimentação para esta população.

Cecílio e Oliveira (2015) estudaram 23 idosos em uma instituição de longa permanência. Este estudo teve o propósito de articular a educação nutricional e hábitos alimentares saudáveis não só para os idosos, mas também para os responsáveis pela preparação dos alimentos na instituição. Destaca-se que a temática sobre hidratação e ingestão de líquidos foi a mais requisitada diante da dificuldade natural do idoso com relação a esses hábitos. No final do estudo os autores concluíram que as refeições estavam carecidas de nutrientes e fibras, alto teor de gordura saturada e de baixo valor energético quando comparado com o recomendado, porém salientaram mudanças leves, mas significativas.

4 Objetivo

Considerando a importância da educação alimentar e nutricional para a população da terceira idade, o objetivo geral deste estudo foi de relatar a experiência de uma oficina denominada Sabores e Saberes para integrantes da Universidade da Terceira Idade (UNITI), programa de extensão do Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional (ESR) da Universidade Federal Fluminense (UFF) em Campos dos Goytacazes, no estado do Rio de Janeiro.

5 Método

Participaram deste estudo 13 mulheres com idade entre 56 e 82 anos, moradoras do município de Campos dos Goytacazes (RJ), alunas da Universidade para Terceira Idade (UNITI) e participantes da Oficina Sabores e Saberes do ano de 2018. A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Humanos (n. 89845318.0.0000.5243) e todas as participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

6 A Oficina Sabores e Saberes

A Oficina Sabores e Saberes faz parte de uma das atividades promovidas pela Universidade para Terceira Idade (UNITI) do Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional (ESR) da Universidade Federal Fluminense (UFF) em Campos dos Goytacazes (RJ). A UNITI é um programa de ensino, pesquisa e extensão criado em 1994 que caracteriza-se por ser uma ação educacional de promoção dos direitos humanos e da saúde da pessoa idosa no Norte Fluminense a partir de uma perspectiva multidisciplinar. Apesar do estatuto do idoso determinar que em países em desenvolvimento é considerado idoso a partir dos 60 anos, a UNITI aceita matrícula a partir dos 55 anos de idade. No primeiro ano de ingresso do idoso na UNITI, após a entrevista de seleção, este irá participar da denominada “Turma do Ano” na qual durante o período de um ano, são realizados encontros duas vezes por semana, o idoso tem aulas teóricas e práticas sobre diversas vertentes do processo de envelhecimento, com destaque para o bem-estar, aspectos físicos, aspectos psicológicos, cuidados de enfermagem, habilidades motoras e hábitos nutricionais. Após a conclusão da “Turma do Ano”, o participante poderá, no ano seguinte, ingressar em uma ou mais oficinas que compõe a UNITI, dentre elas, a oficina denominada “Sabores e Saberes”, que tem como objetivo promover uma alimentação saudável para as pessoas da terceira idade.

O ingresso nesta oficina ocorreu por amostra de conveniência. Para a organização da temática e das atividades a serem desenvolvidas na oficina, utilizou-se como base os *Dez passos para uma alimentação saudável para as pessoas idosas* que encontra-se no *Manual para profissionais da saúde – Alimentação saudável para a pessoa idosa*, do Ministério da Saúde (BRASIL, 2009). Este manual aborda diversos assuntos, como a importância do consumo de cereais, leguminosas, verduras, legumes, frutas, alimentos fonte de

cálcio, fibras, a prática da atividade física regular e o consumo de água.

Diante disso, foram programados 10 encontros ao longo do primeiro semestre de 2018. A organização e o planejamento da oficina foram realizados por uma discente do curso de Nutrição da Universidade Estácio de Sá (UNESA), duas docentes responsáveis pela coordenação da UNITI do curso de Psicologia do ESR/UFF. Cada um dos dias da oficina foi trabalhado um dos passos para a alimentação saudável por meio de aulas teóricas expositivas e atividades lúdicas através de slides, desenhos, jogos e preparação de receitas.

7 Resultados e discussão

Participaram deste estudo 13 mulheres com idade entre 56 e 86 anos. Essas mulheres eram matriculadas na UNITI, apesar de ser um programa voltado para a terceira idade, a UNITI aceita matrículas de pessoas a partir dos 55 anos. Desta maneira, considerando o objetivo do programa, as atividades foram voltadas para a população idosa. Além dos *Dez passos para uma alimentação saudável para as pessoas idosas*, outras atividades foram incluídas durante a oficina, como: *Qual comida lembra a infância? Como montar um prato saudável?*

Em adição, também houve a adaptação de alguns passos durante a oficina, especialmente os passos 6 e 7 em que é abordado o consumo de margarina e outros alimentos industrializados. Ainda que abordados estes passos, nos baseamos no *Guia Alimentar para a População Brasileira (2014)* para orientá-las sobre as diferentes gorduras e os motivos para evitar o consumo de alimentos ultraprocessados.

No encontro 01, a temática proposta foi a comida que lembrava a infância. No primeiro momento, as participantes se apresentaram e, logo em seguida, deveriam falar sobre o alimento que mais gostavam, os que não comem e qual comida lembrava a

infância. Destaca-se o comentário de uma participante: “O que eu mais tenho saudade da minha infância é da horta que tinha quando eu morava na roça, tinha muito alimento disponível, o que a gente plantava a gente comia. Mas eu amo o quiabo, seja ele preparado de qualquer forma” (LSRS).

A fala de LSRS evidencia uma mudança bastante significativa nos padrões alimentares nas últimas décadas. Uma destas alterações no modo de alimentar-se envolve não ter mais acesso ao alimento na horta da própria casa, ou como, ela diz “o que a gente plantava a gente comia”. Isto implica a começar a ter acesso ao alimento de outras formas, por outros meios, muitas das vezes através de uma comida industrializada. Esta discussão sobre as mudanças econômicas e socioculturais no sistema alimentar foi levantada por Canesqui e Garcia (2005) que destacaram o processo de industrialização como um fator importante nessas alterações alimentares e que há pontos positivos e negativos neste processo. Como pontos positivos, os autores apontam a diversificação do acesso aos alimentos, que facilita a adequação de determinados nutrientes, além do acesso para aqueles que não fazem parte da população de alta renda. Por outro lado, os pontos negativos incluem o maior predomínio dos alimentos ultraprocessados e o distanciamento dos alimentos *in natura*.

No encontro 02, a temática proposta foi o primeiro passo: “Faça pelo menos três refeições (café da manhã, almoço e jantar) e dois lanches saudáveis por dia. Não pule refeições”. As participantes foram questionadas sobre como era o consumo de suas refeições no dia-a-dia. JAR destacou que possui o hábito de fazer um lanche: “Eu adoro melão, mas sempre coloco açúcar quando como, isso porque sou diabética”. Interessante notar este tipo de comportamento que, no dia a dia, parece ser um hábito comum de uma quantidade significativa de idosos.

Normalmente, o acréscimo de açúcar em um alimento que já é doce ou o aumento da quantidade de sal em uma refeição já salgada pode ser reflexo da redução das papilas gustativas na

terceira idade. Nogués (1995) relata que o número de gemas gustativas nas papilas linguais reduz mais pela metade em idosos acima de 70 anos quando comparado com jovens, alterações fisiológicas estas que podem comprometer o consumo de determinados alimentos.

No encontro 03, a temática proposta foi expor uma imagem de como montar um prato saudável e realizar a atividade *Desenhando meu prato*. Todas receberam um papel com um formato de um prato e deveriam desenhar sua última refeição. No encontro anterior, solicitou-se às participantes o diário alimentar de 3 dias (dois durante a semana e um no final de semana). Elas foram convidadas a fazerem a leitura do diário, após a atividade *Desenhando meu prato*. Durante a leitura do diário alimentar, as participantes fizeram algumas observações. RF comentou “Nossa, depois que eu fui ler meu diário, percebi que comi bombom todos os dias”. A fala de RF demonstra que o diário alimentar preenchido ocasionou em uma reflexão sobre a sua alimentação dos dias relatados.

O propósito da aplicabilidade deste método foi de avaliar o consumo alimentar e a autoavaliação feita pelas participantes da oficina. Após a leitura dos diários, elas foram indagadas por perguntas como: “O que você pôde observar durante o preenchimento do diário?”, “O que teve de diferente na sua alimentação no final de semana?”. Além da reflexão, este método objetivou um direcionamento mais minucioso das atividades realizadas durante a oficina com o foco nas principais dificuldades no consumo de determinados alimentos e de reeducação alimentar. Dentre as vantagens deste método destaca-se que os alimentos são anotados no momento do consumo, não dependendo da memória do avaliado, o que poderia ser um problema por se tratar de idosos devido ao possível declínio cognitivo (TIRAPEGUI; RIBEIRO, 2009).

Já no encontro 04, a temática abordada foi o segundo passo: “Inclua diariamente 6 porções do grupo dos cereais (arroz, milho, trigo, pães e massas), tubérculos como batata, raízes como mandioca/macaxeira/aipim, nas refeições. Dê preferência aos grãos integrais e

aos alimentos na sua forma mais natural". Foi proposto uma análise dos rótulos dos quais as indústrias destacam ser integral. Observou-se a ausência do hábito de ler os rótulos, alguns relataram dificuldade devido ao tamanho das letras nas embalagens. Foram exibidas imagens de alimentos que dizem ser integral e que, realmente, não são em sua totalidade.

Destacou-se a importância das fibras para o controle de DM2, colesterol e os benefícios para melhorar o trânsito intestinal. Um estudo realizado por Freitas e Philippi (2011) propuseram avaliar a lista de alimentos mais consumidos por idosos frequentadores de um centro de referência. Foi possível constatar que havia um consumo elevado de carboidrato complexo na dieta dos idosos, porém destacaram que as escolhas dos alimentos possuem baixo teor de fibras. A inclusão de alimentos fontes de fibras evita a constipação, auxilia o trânsito intestinal, além de ser uma das condutas dietéticas no auxílio contra a obesidade (CATALANI *et al.*, 2003).

Dando continuidade aos passos, o encontro 05 abordou o terceiro passo: *"Coma diariamente pelo menos 3 porções de legumes e verduras como parte das refeições e três porções ou mais de frutas nas sobremesas e lanches"*. Foi relatada a importância do consumo de frutas, verduras e legumes, decorrente da alta presença de vitaminas e minerais. Com relação à atividade prática, foi realizada durante a oficina uma salada de frutas e sua degustação. Por se tratar de um passo direcionado ao consumo de frutas, durante a leitura dos diários, foi percebido uma baixa variedade no consumo delas. Portanto, o intuito da atividade prática foi proporcionar uma preparação rica em vitaminas e minerais, além da inclusão de uma fonte de cálcio, que foi creme de manga, feito apenas com a manga madura e iogurte integral.

Cada participante ficou responsável por levar uma fruta diferente para a realização da atividade prática deste encontro. Fisberg e colaboradores (2013) estimaram a prevalência da ingestão inadequada de nutrientes em idosos da população brasileira. Foi

identificado que a ingestão de vitaminas e minerais se encontra abaixo do recomendado. Por fim, os autores destacaram que as intervenções direcionadas à alimentação saudável para este público podem colaborar no acesso e nas informações sobre os alimentos.

Em seguida, no encontro 06, a atividade proposta contemplou o quarto passo: *“Coma feijão com arroz todos os dias ou, pelo menos, cinco vezes por semana. Esse prato brasileiro é uma combinação completa de proteínas e bom para a saúde”*. Durante o encontro, foi destacada a importância do consumo do arroz e feijão e suas possíveis substituições dos grupos de cereais e leguminosas. MAT destacou: *“Eu nem sempre como feijão todos os dias”*. Considera-se que a substituição dos alimentos deve ocorrer com a intenção de uma maior variedade dos nutrientes além de não tornar a alimentação monótona. Durante a discussão, as participantes destacaram as preparações culinárias. Por exemplo, quando foi mencionada a possível substituição do feijão, RPS destacou a salada de lentilhas.

De acordo com a Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) 2017-2018 (IBGE, 2020), o consumo de arroz e feijão tem apresentado um declínio por parte da população brasileira quando comparado com os dados da POF de 2008-2009 (IBGE, 2010). Conforme o percentual das duas pesquisas, o consumo do arroz reduziu de 84% para 76%, e, para o feijão, a redução foi de 73% para 60%. A primeira edição do *Guia Alimentar para a População Brasileira* (BRASIL, 2008) recomenda o consumo de arroz com feijão diariamente decorrente da combinação perfeita de aminoácidos essenciais. A última versão do guia destaca o consumo de alimentos *in natura* ou minimamente processados como base da dieta, além de enfatizar o resgate das preparações culinárias realizadas em companhias (BRASIL, 2014). Nesse contexto, as idosas foram orientadas por meio de uma aula expositiva sobre o consumo diário de alimentos dos grupos de cereais e leguminosas, além do destaque para as diferentes combinações e preparações culinárias.

Já no encontro 07, a atividade proposta foi apreciada o quinto passo: *“Consuma diariamente três porções de leite e derivados e uma porção de carnes, aves, peixes ou ovos. Retirar a gordura aparente das carnes e a pele das aves antes da preparação torna esses alimentos mais saudáveis”*. Ressaltou-se sobre o consumo de alimentos fonte de cálcio em destaque para a terceira idade. Foi proposto uma discussão sobre modos de preparo das carnes com o intuito de tornar o prato mais saudável.

A recomendação de cálcio para o público feminino é de 1.000mg/dia de 31 a 50 anos de idade, já a partir dos 51 anos essa necessidade aumenta, portanto, a recomendação da ingestão diária passa a ser 1.200mg/dia (SILVA, PIRES; COZZOLINO, 2020). É de grande importância destacar que a baixa ingestão deste mineral na alimentação é um dos fatores que podem ocasionar e/ou intensificar os quadros de osteoporose no idoso. Uma consequência comum, cuja densidade óssea do idoso é diminuída, assim como também da massa magra, fazendo com que o idoso fique mais suscetível às quedas (SANTOS *et al.*, 2017). Corroborando com o estudo supracitado, Radominski e colaboradores (2017, p. 455) propuseram a atualização da diretriz do tratamento da osteoporose em mulheres na pós-menopausa e destacam que o consumo adequado de alimentos fonte de cálcio é uma das estratégias adotadas para a prevenção e tratamento da patologia. Os autores ressaltam que “o cálcio é um nutriente essencial na regulação da homeostase do tecido ósseo”.

No encontro 08, realizou-se o sexto passo: *“Consuma, no máximo, uma porção por dia de óleos vegetais, azeite, manteiga ou margarina”* e o sétimo passo: *“Evite refrigerantes e sucos industrializados, bolos, biscoitos doces e recheados, sobremesas doces e outras guloseimas como regra da alimentação. Coma-os, no máximo, duas vezes por semana”*. Apesar de o sexto e o sétimo passo sugerir, mesmo que limitado o consumo de alimentos ultraprocessados como a margarina, o refrigerante e o biscoito recheado, as voluntárias foram orientadas a evitar esse tipo de alimento. Foi

explicado que esses alimentos são ricos em sódio, conservantes, aditivos, e fontes de gorduras saturadas e trans (BRASIL, 2014). Além disso, esses alimentos estão associados ao aumento do risco cardiovascular e as recomendações atuais destacam a exclusão de gordura trans na dieta (IZAR *et al.*, 2021). Exemplificou-se sobre os benefícios do uso de azeite e a diferença entre os óleos e gorduras.

Durante o encontro, a maioria delas recordou sobre o uso de gordura de porco por suas mães na preparação das refeições e algumas ainda confirmaram esse hábito. É importante destacar que a gordura de porco é fonte de gordura saturada, que deve ser consumida com moderação, principalmente por aqueles com diagnóstico e/ou risco de desenvolver hipertensão, DM2 e outras doenças que, na sua conduta dietética, preconiza a diminuição do seu consumo.

A ingestão de gordura saturada, assim como a gordura trans está diretamente associada ao desenvolvimento de doenças cardiovasculares e ao aumento do colesterol LDL (IZAR *et al.*, 2021). A ingestão de gorduras monoinsaturadas e poli-insaturadas, presentes no azeite de oliva, abacate e oleaginosas, tem apresentado efeitos benéficos para a saúde (IZAR *et al.*, 2021; LOTTENBERG, 2009). Além disso, San-Cristobal e colaboradores (2020) destacam que é preciso se atentar sobre a qualidade e as diferenças entre as gorduras consumidas. Previdelli, Goulart e Aquino (2017) analisaram o consumo de macronutrientes de 4.286 idosos brasileiros e, a partir dos dados coletados da *Pesquisa Nacional de Alimentação 2008-2009*, concluíram que 50% dos analisados que tiveram a ingestão de carboidrato abaixo do recomendado, apresentando alto predomínio na ingestão de lipídios, especialmente da gordura saturada.

No encontro 09, foi proposto o oitavo passo: *“Diminua a quantidade de sal na comida e retire o saleiro da mesa”*. Foi apresentada uma variedade de tipos de ervas e condimentos com o propósito de diminuir a quantidade de sal e agregar mais sabor aos alimentos. A atividade prática foi contemplada com a degustação e

modo de preparo da pipoca com açafrão. A maioria delas relatou ter hipertensão e que, devido a esse diagnóstico, utilizam estratégias para reduzir o consumo de sal. Relataram o uso de ervas e temperos, como o alho e a cebola, durante as preparações das refeições, e de limão para temperar suas saladas.

Um estudo realizado por Moreira *et al.* (2018) teve como principal objetivo descrever a excreção urinária de sódio e de potássio em idosos de Portugal. Os achados dos autores divergem com os relatos durante a oficina. O estudo contemplou uma amostra de 1.318 idosos e a inadequação do consumo de sódio ($\geq 2.000\text{mg/dia}$) foi de 80,0% das mulheres e 91,5% dos homens avaliados. Os autores ressaltaram que a temática deve ser tratada com prioridade para a redução do consumo exacerbado de sódio desta população. Em concordância com o estudo supracitado, Beckert *et al.* (2014) avaliaram o consumo de sódio na população idosa de 424 idosos da cidade de Palmeira das Missões (RS). O resultado deste estudo demonstrou que 92,2% (n=345) dos avaliados apresentaram o consumo de sal acima de 5g/dia.

Por último, no encontro 10, realizou-se o nono passo (*"Beba pelo menos dois litros (seis a oito copos de água) por dia. Dê preferência ao consumo de água nos intervalos das refeições"*) e o décimo passo: (*"Torne sua vida mais saudável. Pratique pelo menos 30 minutos de atividade física todos os dias e evite as bebidas alcoólicas e o fumo"*). Houve a degustação da água saborizada de laranja com a intenção de aumentar o consumo de água para aquelas que apresentam dificuldades. Destacou-se a importância do consumo correto de água, assim como a prática de atividade física para a terceira idade. Por fim, as participantes relataram as atividades físicas que praticam e sua frequência. A prática de atividade física para a terceira idade é de extrema importância, uma vez que ela proporciona uma melhor qualidade de vida do idoso, autonomia e mobilidade, além de ajudar na prevenção ao desenvolvimento de doenças frente aos desafios ocasionados pelo próprio envelhecimento (CAMBOIM *et al.*, 2017).

De acordo com o último resultado da Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico (VIGITEL), o percentual de brasileiros que praticam atividade física é de 36,7%. Quando divididos por idade, a maior frequência observada (50,6%) foi em jovens de 18 a 24 anos. Em contrapartida, o percentual da prática de atividade física demonstrou declínio de acordo com o aumento da idade, sendo 31,6% para pessoas com 55 a 64 anos, e 21,8% para aqueles com 65 ou mais (BRASIL, 2022).

O Ministério da Saúde (2011) desenvolveu um *Plano de Ações Estratégicas para o Enfrentamento das Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT) no Brasil 2011-2022*, que contempla o Programa Academia da Saúde que objetiva a construção de academias em praças para promover espaços para estimular a prática de atividade física por pessoas da comunidade (BRASIL, 2011).

Identifica-se que este estudo contribuiu para que um grupo de mulheres matriculadas na UNITI pudessem ter uma melhor orientação a respeito de uma alimentação saudável. Com essas orientações, elas puderam implementar alguns dos aprendizados nas suas próprias casas, rever alguns hábitos inadequados de alimentação e promover trocas de experiências sobre a nutrição. A perspectiva é que grupos como este possam ser continuados e que estas idosas atuem como agentes multiplicadoras das informações e das experiências que tiveram.

Dentre as nossas limitações, destaca-se que atualmente há um material mais atualizado sobre a alimentação para a população idosa denominado "*Fascículo 2 Protocolo de uso do guia alimentar para a população brasileira na orientação alimentar da pessoa idosa*" (BRASIL, 2021). A realização da oficina e a coleta dos dados ocorreram em 2018 e o novo fascículo foi publicado em 2021, impossibilitando o seu uso devido às condições cronológicas. Durante o planejamento da oficina, foi observado o desacordo entre os passos 6 e 7 com o *Guia Alimentar para a População Brasileira* (2014).

8 Conclusão

A proposta inicial da Oficina Sabores e Saberes foi orientar um grupo de idosos a ter uma alimentação mais saudável do que aquela que eles vinham fazendo. No entanto, um trabalho que começou de maneira pontual e até mesmo tímido em relação aos seus objetivos se mostrou, ao longo de cinco meses de duração, um importante espaço de potencialização que ultrapassou o clássico ensino daquele que sabe para aquele que aprende, para ser um espaço de ensino e aprendizagem. Assim foi possível, trocar experiências, resgatar histórias do hábito de se alimentar, fazer amizades, dividir receitas, cozinhar juntos e se conhecer. Concluiu-se que a alimentação é muito mais do que a simples ingestão de alimentos, uma vez que inclui também se alimentar de experiências e de possibilidades de mudança, ainda que este público já esteja na considerada terceira idade.

Referências

BECKERT, Fabiele *et al.* Consumo de sal e hipertensão na população idosa: contribuições para o planejamento em saúde. **Espaço para a Saúde**, v. 15, n. 3, p. 5-12, 2014.

BERNSTEIN, Melissa. Nutritional needs of the older adult. **Physical Medicine and Rehabilitation Clinics**, v. 28, n. 4, p. 747-66, 2017.

BERNSTEIN, Melissa. Older adult nutrition. In: _____; MCMAHON, Kimberley. **Nutrition across life stages**. Burlington: Jones and Bartlett Learning; 2022. p. 447-490.

BORGES, Eliane *et al.* O envelhecimento populacional: um fenômeno mundial. In: DANTAS, Estélio Henrique M.; SANTOS, César Augusto de Souza. **Aspectos biopsicossociais do envelhecimento e a prevenção de quedas na terceira idade**. Joaçaba: Editora Unoesc, 2017, p. 17-46.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Guia alimentar para a população brasileira: promovendo alimentação saudável**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2008. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_alimentar_populacao_brasileira_2008.pdf. Acesso em: 15 ago. 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Alimentação saudável para a pessoa idosa: um manual para profissionais de saúde.** Brasília: Ministério da Saúde, 2009. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/alimentacao_saudavel_idosa_profissionais_saude.pdf. Acesso em: 17 ago. 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância de Doenças e Agravos não Transmissíveis e Promoção de Saúde. **Plano de ações estratégicas para o enfrentamento das doenças crônicas não transmissíveis (DCNT) no Brasil 2011-2022.** Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2011. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/plano_acoes_enfrent_dcnt_2011.pdf. Acesso em: 02 out. 2018.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. **Marco de referência de educação alimentar e nutricional para as políticas públicas.** Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2012. Disponível em: www.cfn.org.br/wp-content/uploads/2017/03/marco_EAN.pdf. Acesso em: 08 jun. 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Guia alimentar para a população brasileira.** 2. ed. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2014. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_alimentar_populacao_brasileira_2ed.pdf. Acesso em: 15 ago. 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância de Doenças e Agravos não Transmissíveis e Promoção de Saúde. **VIGITEL Brasil 2021: vigilância de fatores de risco e proteção para doenças crônicas por inquérito telefônico.** Brasília: Ministério da Saúde, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/publicacoes-svs/vigitel/vigitel-brasil-2021-estimativas-sobre-frequencia-e-distribuicao-sociodemografica-de-fatores-de-risco-e-protecao-para-doencas-cronicas/>. Acesso em: 28 jun. 2022.

BRITO, Fausto. Transição demográfica e desigualdades sociais no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 25, n. 1, p. 5-26, 2008.

CAMBOIM, Francisca Elidivânia et al. Benefícios da atividade física na terceira idade para a qualidade de vida. **Revista de Enfermagem UFPE on line**. v. 11, n. 6, p. 2415-22, 2017.

CANESQUI, Ana María; GARCIA, Rosa Wanda Diez. **Antropologia e nutrição: um diálogo possível.** Rio de Janeiro: SciELO-Editora Fiocruz, 2005.

CARVALHO, José Alberto Magno de; GARCIA, Ricardo Alexandrino. O envelhecimento da população brasileira: um enfoque demográfico. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 19, p. 725-733, 2003.

CATALANI, Lidiane Aparecida *et al.* Fibras alimentares. **Revista Brasileira de Nutrição Clínica**, v. 18, n. 4, p. 178-182, 2003.

CECÍLIO, Ariadne; OLIVEIRA, Julicristie Machado. Educação nutricional para idosos institucionalizados no recanto Nossa Senhora do Rosário em Limeira, SP. **Estudos Interdisciplinares sobre o Envelhecimento**, v. 20, n. 2, 2015.

CERVATO Ana Maria *et al.* Educação nutricional para adultos e idosos: uma experiência positiva na Universidade Aberta para a Terceira Idade. **Revista de Nutrição**, v. 18, n. 1, p. 41-52, 2005.

COUTINHO, Thatiane do Vale *et al.* Educação nutricional para idosos institucionalizados na cidade de Viçosa-MG. **Revista Científica Univiçosa**, v. 8, n. 1, p. 319-326, 2016.

CRUZ-JENTOFT, Alfonso José *et al.* Sarcopenia: revised European consensus on definition and diagnosis. **Age and ageing**, v. 48, n. 1, p. 16-31, 2019.

D'OTTAVIANO, Ernesto José. Sistema digestório, metabolismo e composição corporal na 3ª idade. **Conselho Editorial**, v. 13, p. 23, 2002.

FISBERG, Regina Mara *et al.* Ingestão inadequada de nutrientes na população de idosos do Brasil: inquérito nacional de alimentação 2008-2009. **Revista Saúde Pública**, v. 47, p. 222-30, 2013.

FREITAS, Angélica.; PHILIPPI, Sonia Tucunduva. Listas de alimentos relacionadas ao consumo alimentar de um grupo de idosos: análises e perspectivas. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 14, n. 1, p. 161-177, 2011.

IBGE. Coordenação de População e Indicadores Sociais. **Projeção da população do Brasil por idade e sexo 1980 – 2050**. Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatística/população/projeção_da_população/2008. Acesso em: 13 mar. 2018.

IBGE. **Censo demográfico**. Rio de Janeiro: IBGE. 2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/campos-dos-goytacazes>. Acesso: 17 ago. 2018.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios Contínua**: características dos moradores e domicílios. Rio de Janeiro, IBGE 2018. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/20980-numero-de-idosos-cresce-18-em-5-anos-e-ultrapassa-30-milhoes-em-2017>. Acesso em: 04 ago. 2022.

IBGE. **Pesquisa de orçamentos familiares 2018-2019**: análise do consumo alimentar pessoal no Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101742.pdf>. Acesso: 28 jun. 2022.

IZAR, Maria Cristina de Oliveira *et al.* Posicionamento sobre o consumo de gorduras e saúde cardiovascular – 2021. **Arquivos Brasileiros de Cardiologia**, v. 116, p. 160-212, 2021.

JAYARAJ, Gifrina *et al.* Deglutition in elderly patients: a review. **European Journal of Molecular & Clinical Medicine**, v. 7, n. 1, p. 2955-2964, 2020.

KAC, Gilberto; VELÁSQUEZ-MELÉNDEZ, Gustavo. A transição nutricional e a epidemiologia da obesidade na América Latina. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 19, supl. 1, p. 4-5, 2003.

LOTTENBERG, Ana Maria Pita. Importância da gordura alimentar na prevenção e no controle de distúrbios metabólicos e da doença cardiovascular. **Arquivos Brasileiros de Endocrinologia & Metabologia**, v. 53, n. 5, p. 595-607, 2009.

MAGALHÃES, Maria Aquimara Zambone. Educação nutricional para idosos. In: TRECCO, Sonia (Org.). **Guia prático de educação nutricional**. Barueri, SP: Manole, p. 65-74, 2016.

MAHAN, Kathleen; ESCOTT-STUMP, Sylvia; RAYMOND, Janice. **Krause, alimentos, nutrição & dietoterapia**. 13 ed. São Paulo, Roca, 2012.

MALTA, Maíra Barreto; PAPINI, Silvia Justina; CORRENTE, José Eduardo. Avaliação da alimentação de idosos de município paulista: aplicação do Índice de Alimentação Saudável. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 18, p. 377-384, 2013.

MENDONÇA, Cristina Pinheiros; ANJOS, Luiz Antônio dos. Aspectos das práticas alimentares e da atividade física como determinantes do crescimento do sobrepeso/obesidade no Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 20, p. 698-709, 2004.

MOREIRA, Pedro *et al.* Sodium and potassium urinary excretion and their ratio in the elderly: results from the Nutrition UP 65 study. **Food & nutrition research**, v. 62, 2018.

NASRI, Fabio. O envelhecimento populacional no Brasil. **Einstein**, v. 6, n. 1, supl 1, p. S4-S6, 2008.

NOGUÉS, Raul. Factors que afectan la ingesta de nutrientes en el anciano y que condicionan su correcta nutrición. **Nutrición Clínica**, v.15, n. 2, p. 39-44, 1995.

PEREIRA, Ingrid Freitas da Silva; SPYRIDES, Maria Helena Constantino; ANDRADE, Lára de Melo Barbosa. Estado nutricional de idosos no Brasil: uma abordagem multinível. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 32, p. 2-12, 2016.

PEREIRA, Rafael Alves; SOUZA, Rosani Aparecida; VALE, Jessica Sousa. O processo de transição epidemiológica no Brasil: uma revisão de literatura. **Revista Científica da Faculdade de Educação e Meio Ambiente**, v. 6, n. 1, p. 99-108, 2015.

PREVIDELLI, Agatha Nogueira; GOULART, Rita Maria Monteiro; AQUINO, Rita de Cássia de. Balanço de macronutrientes na dieta de idosos brasileiros: análises da Pesquisa Nacional de Alimentação 2008-2009. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 20, p. 70-80, 2017.

RADOMINSKI, Sebastião César *et al.* Diretrizes brasileiras para o diagnóstico e tratamento da osteoporose em mulheres na pós-menopausa. **Revista Brasileira de Reumatologia**, v. 57, p. 452-466, 2017.

SAN-CRISTOBAL, Rodrigo *et al.* Contribution of macronutrients to obesity: implications for precision nutrition. **Nature Reviews Endocrinology**, v. 16, n. 6, p. 305-320, 2020.

SANTOS, Diana Souza dos *et al.* Transição nutricional na adolescência: uma abordagem dos últimos 10 anos. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, n. 20, p. e477-e477, 2019.

SANTOS, Giovanna Costa de Paula *et al.* A osteoporose e seu acometimento em idosos e sua relação com as quedas. **Revista Saúde em Foco**. ed.9, p. 364-369, 2017.

SANTOS, Nayane Formiga.; SILVA, Maria do Rosário de Fátima. As políticas públicas voltadas ao idoso: melhoria da qualidade de vida ou reprivatização da velhice. **Revista FSA**, v. 10, n. 2, p. 358-371, 2013.

SARTORELLI, Daniela Saes; FRANCO, Laércio Joel. Tendências do diabetes mellitus no Brasil: o papel da transição nutricional. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 19, p. 29-36, 2003.

SILVA, Adriana Gisele Hertzog da; PIRES, Liliane Viana, COZZOLINO, Sílvia Maria Franciscato. Cálculo. In: COZZOLINO, Sílvia Maria Franciscato (Org.) **Biodisponibilidade dos Nutrientes**. 6. ed. Barueri, SP: Manole, 2020, p.359-396.

SILVA, Vanuska Lima da; SCHIRMER, Claudine Lamanna, COZZOLINO, Sílvia Maria Franciscato. Minerais e Envelhecimento. In: COZZOLINO, Sílvia Maria Franciscato (Org.) **Biodisponibilidade dos Nutrientes**. 6. ed. Barueri, SP: Manole, 2020. p. 863-881.

SOUZA, Elton Bicalho. Transição nutricional no Brasil: análise dos principais fatores. **Cadernos UniFOA**, v. 5, n. 13, p. 49-3, 2010.

TEIXEIRA, Carmen Fontes. Transição epidemiológica, modelo de atenção à saúde e previdência social no Brasil: problematizando tendências e opções políticas. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 9, p. 841-843, 2004.

TIRAPEGUI, Julio; RIBEIRO, Sandra Maria Lima. **Avaliação nutricional: teoria e prática**. Guanabara Koogan, 2009.

VAZ, Thannira Lisbôa *et al.* Consumo de proteínas e sua relação com a sarcopenia em idosos. **Disciplinarum Scientia Saúde**, v. 17, n. 1, p. 41-51, 2016.

VOLKERT, Dorothee *et al.* ESPEN guideline on clinical nutrition and hydration in geriatrics. **Clinical nutrition**, v. 38, n. 1, p. 10-47, 2019.

Sobre as autoras

Gizela Pedroso Junqueira

Graduada em Nutrição pela Universidade Estácio de Sá (UNESA) em Campos dos Goytacazes. Mestre e doutoranda em Nutrição e Metabolismo pela Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto (FMRP) da Universidade de São Paulo (USP). Tem interesse em: nutrição clínica, com foco na fisiopatologia da obesidade, biodisponibilidade de nutrientes, biomarcadores do estado nutricional, antioxidantes e gasto energético.

Email: gizelajunqueira@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4894-2550>

Larissa Leandro Cruz

Graduada em Nutrição pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Mestre em Saúde e Nutrição pela UFOP. Doutora em Produção Vegetal pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF). Professora da Universidade Estácio de Sá (UNESA) em Campos dos Goytacazes. Tem experiência na área de nutrição clínica, nutrição materno-infantil, nutrição e saúde ocupacional e ciência e tecnologia de alimentos.

Email: larissa.leandrocruz@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5758-2660>

Cristina Gomes de Souza Vale e Souza

Graduada em Nutrição pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Mestre em Ciências da Saúde e Meio Ambiente pela Universidade Plínio Leite (UPL). Doutora em Saúde Pública pela Universidad Americana de Paraguay. É professora da Universidade Estácio de Sá (UNESA) e nutricionista do Hospital Ferreira Machado em Campos dos Goytacazes.

Email: cristinagsvale@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1881-6484>

Histórico

Recebido em: 01/06/2022. Aceito em: 07/07/2022. Publicado em: 20/10/2022.



UMA TRAJETÓRIA DE DEDICAÇÃO À PESQUISA E AO ENSINO

ROSALI FERNANDEZ DE SOUZA

"O pesquisador ou profissional de qualquer área do conhecimento tem que ter perspicácia na busca de dados, ou seja, saber usufruir da melhor forma possível de determinada fonte para suas necessidades de informação."

Uma trajetória dedicada à pesquisa e ao ensino: uma entrevista com Rosali Fernandez de Souza

*A trajectory dedicated to the research and the teaching:
an interview with Rosali Fernandez de Souza*

Rosali Fernandez de Souza

Doutora em Ciência da Informação pela Polytechnic of North London. Pesquisadora do IBICT

Resumo: Rosali Fernandez de Souza é pesquisadora titular do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), órgão do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI). Em sua trajetória acadêmica, Rosali Fernandez tem uma vasta experiência como pesquisadora e professora no campo da organização e representação do conhecimento, tornando-se referência no ensino e pesquisa sobre classificação no Brasil. A Revista Mundo Livre entrevistou Rosali Fernandez no dia 08 de agosto de 2022, usando uma sala virtual no Google Meet. A pesquisadora foi entrevistada por Amanda dos Santos Coutinho, Pâmela Miranda dos Santos, Thulio Pereira Dias Gomes e Yuri Onishi Banov, todos integrantes da equipe editorial da Revista Mundo Livre. O encontro foi marcado pelo compartilhamento de experiências no ensino e na pesquisa de Rosali e pelo encorajamento aos jovens pesquisadores.

Palavras-chave: IBICT. Pesquisadores. Rosali Fernandez de Souza.

Abstract: Rosali Fernandez de Souza is a researcher at the Brazilian Institute of Information in Science and Technology (IBICT), a research institution of the Ministry of Science, Technology and Innovation (MCTI). In her academic career, Rosali Fernandez has extensive experience as a researcher and a professor in the field of knowledge organization and representation in the Information Science, becoming a reference in the teaching and the research on Classification in Brazil. The Revista Mundo Livre interviewed Rosali Fernandez on August 8, 2022, using a virtual room for video calls. The researcher was interviewed by Amanda dos Santos Coutinho, Pâmela Miranda dos Santos, Thulio Pereira Dias Gomes and Yuri Onishi Banov, all members of the editorial team of Revista Mundo Livre. The meeting was marked by sharing Rosali's experiences in teaching and research as an encouragement to new researchers.

Keywords: IBICT. Researchers. Rosali Fernandez de Souza.



Rosali Fernandez de Souza se graduou em Biblioteconomia e Documentação pela Universidade Santa Úrsula, em 1968. Especializou-se em Documentação Científica, em 1969, e fez mestrado em Ciência da Informação, em 1973, no Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD), que hoje é o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT). O seu PhD foi conferido pelo Council for National Academic Awards (CNAA) e foi realizado na Polytechnic of North London, que foi integrada à London Metropolitan University, na Inglaterra. Atualmente é pesquisadora titular do IBICT, instituto de pesquisa do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI).

Em sua trajetória acadêmica, Rosali Fernandez tem uma vasta experiência como pesquisadora e professora no campo da organização e representação do conhecimento na área da Ciência da Informação, tornando-se uma referência no ensino e pesquisa sobre classificação no Brasil. Atuou como orientadora de quase cem pesquisas em nível de mestrado ou doutorado desenvolvidas por pesquisadores atuantes em diversas instituições no país.

A Revista Mundo Livre entrevistou Rosali Fernandez no dia 08 de agosto de 2022, em uma videochamada. Rosali estava no escritório de seu apartamento no Rio de Janeiro que se tornou mais conhecido por seus alunos e colegas desde o início da pandemia por ser o cenário da pesquisadora em aulas, videochamadas, reuniões virtuais e *lives*¹. A pesquisadora foi entrevistada por Amanda dos Santos Coutinho, Pâmela Miranda dos Santos, Thulio Pereira Dias Gomes e Yuri Onishi Banov, todos integrantes da equipe editorial da Revista Mundo Livre. O encontro rendeu uma produtiva conversa

¹ Nos últimos dois anos, duas participações em *lives* foram bastante representativas da trajetória acadêmica de Rosali Fernandez de Souza. A primeira aconteceu no evento comemorativo de 50 anos do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI) do IBICT, instituição onde Rosali fez sua carreira de pesquisa. Nesse evento, a pesquisadora contou sobre sua travessia como estudante e professora no PPGCI (“Rosali Fernandez de Souza”, no [“Colóquio PPGCI 50 anos... Travessias”](#), em 30 de junho de 2020). Em outro evento, a pesquisadora refletiu sobre as contribuições das mentalidades fundadoras da classificação no Brasil nas décadas de 1960 e 1970, destacando sua experiência de convivência de aprendizagem com personalidades representativas da organização do conhecimento (“Mentalidades fundadoras da Classificação no Brasil”, no [Seminário de Organização do Conhecimento](#), em 27 de maio de 2021).

sobre as experiências de Rosali no ensino e na pesquisa como encorajamento aos novos pesquisadores.

Quais foram as motivações que levaram e levam você a seguir a carreira de pesquisadora?

A pesquisa é a atividade que nos instiga sempre a estudar e refletir sobre questões em aberto, ainda não resolvidas, em qualquer área do conhecimento. Isso foi o que me motivou e ainda me motiva a buscar aprender mais sobre minhas indagações temáticas. A partir dos objetivos formulados e dos resultados alcançados em determinado projeto, surgem aberturas temáticas que nos motivam a seguir adiante em outros projetos em busca constante de conhecimento.

A minha carreira de pesquisa propriamente dita foi iniciada no mestrado na elaboração da dissertação quando investiguei a comunicação científica entre grupos de pesquisa em Física do Estado Sólido na América Latina, olhada através das revistas científicas em que os pesquisadores dos grupos analisados publicavam seus resultados de pesquisa. Análises bibliométricas foram realizadas em base da aplicação de leis de dispersão da literatura. A pesquisa de doutorado investigou padrões de comunicação de grupos de pesquisa em física da matéria condensada no Brasil ao longo de 30 anos (1950-1980). Além das análises bibliométricas da literatura publicada pelos grupos analisados foram considerados o contexto histórico e as características de desenvolvimento de cada grupo quanto aos recursos humanos. Apesar de não ser o foco das pesquisas de mestrado e doutorado, a classificação teve um papel crucial nas etapas de coleta, tratamento e análise dos dados em ambas pesquisas. Nos projetos de pesquisa por mim desenvolvidos posteriormente, a classificação do conhecimento em seus múltiplos aspectos se tornou campo motivador e instigante de pesquisa no amplo conceito da comunicação científica abordando. Foi, então,

quando passei a investigar os esquemas de classificação bibliográfica universais e as tabelas de classificação de áreas do conhecimento no contexto do ensino, da pesquisa e da disseminação da informação em ciência, particularmente no Brasil.

A atuação como docente na pós-graduação também parece lhe trazer motivação como pesquisadora. Como você ilustraria a trajetória do estudante na pós-graduação?

Como motivação também de pesquisa para mim é a atividade de orientação acadêmica. Orientei cerca de cem dissertações de mestrado e teses de doutorado sobre assuntos diversos. Dessa experiência, posso constatar que cada aluno é um aluno e que cada dissertação e cada tese somente poderia ter sido desenvolvida por aquele aluno que traz consigo um *background* educacional e cultural diferenciado, digno de atenção. A orientação é um aprendizado mútuo desde o primeiro encontro. O aluno agenda um encontro para conversar e expõe as ideias de uma questão de pesquisa que gostaria de desenvolver. A partir disso, começamos a conversar. O orientador tem que ser muito perspicaz em observar o aluno conforme o pensamento de Ortega y Gasset: “*Uno no es uno, uno es uno y sus circunstancias*”. Ao longo da orientação, o documento de qualificação e, posteriormente, a dissertação ou a tese são elaborados e apresentados à banca examinadora composta por professores titulares e suplentes internos e externos ao programa de pós-graduação de origem do aluno. O momento em que o aluno apresenta oralmente a pesquisa finalizada é um momento gratificante e de realização, tanto para o aluno como para o orientador. Essas foram e ainda são as minhas principais motivações para a pesquisa.

Vou contar três momentos marcantes nas minhas orientações que ilustram a interação entre orientador e aluno. Um dia eu estava na minha sala e entrou um orientando de mestrado sem agendamento. Ele era um rapaz muito tranquilo, mas estava

esbaforido quando chegou. Ele me disse que foi ali para me dizer que havia largado a mulher, os filhos e inclusive a dissertação. Eu fiquei pasma. Perguntei ao aluno se estava feliz, já que ele não tinha mais problemas. Ele pediu que eu fizesse a retirada dele do programa e eu disse que não poderia fazer aquilo naquele momento, porque havia todo um formalismo no processo de trancamento. Ele saiu da sala. Eu fiquei pensando se eu havia feito certo em dizer aquilo para ele, já que ele me pegou de surpresa. Três meses depois, ele entrou na minha sala com a fisionomia tranquila que ele tinha antes e pediu para conversar comigo. Dessa vez, ele contou que voltou para sua mulher, para os seus filhos e para o mestrado. Então, eu disse para continuarmos de onde paramos.

Outro caso é de um aluno que era muito mais velho de idade do que eu - comecei muito jovem na orientação de alunos. Ele me passava a sensação de não me olhar como orientadora, sugerindo que tinha muito mais experiência profissional do que eu. Nós discutimos muito nos encontros de orientação. Eu tomava todo o cuidado, conversando, porque o importante era concluir a dissertação. Na véspera da defesa, eu e ele fizemos um ensaio geral da apresentação para a banca. Ele começou a falar, eu fui anotando e calculando o tempo de apresentação. De repente, ele parou de falar e eu fiquei aguardando a continuidade da apresentação que não aconteceu. Eu olhei para o aluno e foi então que ele me encarou e me disse que, naquele momento, ele havia entendido a pesquisa realizada e que tinha entendido todas as nossas conversas nos encontros de orientação. Eu então falei: "Ótimo, porque amanhã você vai apresentar com confiança a sua pesquisa!". No dia seguinte, ele fez uma bela apresentação e foi aprovado.

Outro caso também foi o de uma aluna graduada em arquivologia que queria discutir a organização do conhecimento. Apesar da arquivologia não ser muito a minha área, eu aceitei o desafio de orientá-la. A aluna costumava estar impecável na apresentação pessoal. Vestia-se muito bem, usava brincos grandes e

estava sempre bem maquiada. Além disso, sempre foi uma pessoa muito gentil e educada. Um belo dia, ela abriu a porta da minha sala, lívida, sem maquiagem, sem brinco e de cabeça baixa. Eu então perguntei a ela o que havia acontecido porque era evidente na fisionomia dela que algo não estava bem. Ela então relatou que o marido havia infartado naquela semana, mas ela estava preocupada com a tese por causa do prazo oficial para finalizar a dissertação. Eu disse a ela que, naquele momento, a atenção total dela devia estar sobre o marido e que não se preocupasse com o prazo de entrega da tese, porque caso necessário, era possível solicitar prorrogação. Passados alguns meses, ela voltou com outra cara. O marido teve uma ótima recuperação e ela terminou a tese.

Histórias como essas mostram que a orientação acadêmica deve levar em conta também as circunstâncias do aluno que está desenvolvendo a pesquisa. Como orientadora, sempre busquei ter essa atenção.

Como foi a sua escolha profissional pela Biblioteconomia?

Totalmente por acaso. Eu conheci a Biblioteconomia vendo o diretor da Biblioteca Nacional em uma entrevista numa reportagem na televisão, no dia do bibliotecário. Fiquei fascinada com a reportagem que exaltava a importância histórica, cultural e social da biblioteca e o papel do bibliotecário para a sociedade. Então, pensei e decidi que era isso que eu queria para a minha vida profissional! Ou seja, aos dezoito anos, decidi pela Biblioteconomia meio ao acaso, mas não me arrependo.

Me graduei em 1968. Como eu não tinha experiência profissional, eu não conseguia emprego. As oportunidades que surgiam exigiam experiência de pelo menos dois anos. A falta de experiência da prática bibliotecária e a necessidade de aprimorar os estudos me motivaram a ingressar em 1969 no curso de especialização em Documentação Científica (CDC) do então

Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD), que hoje é o IBICT.

Como ainda não havia curso de mestrado no país, o CDC era a grande chance do profissional de biblioteconomia se especializar um pouco mais. O foco do curso estava na comunicação científica. Fazer este curso foi muito importante, porque mudou a minha maneira de olhar as coisas, expandindo o meu entendimento da Biblioteconomia. Durante o curso surgiu, através de uma colega de turma, a oportunidade de trabalhar como voluntária na organização da biblioteca do Centro Latino Americano de Física (CLAF). Como organização intergovernamental de política científica para a Física na América Latina, a especialidade da coleção de documentos do CLAF era complexa e desconhecida para mim. Não era o ambiente de uma biblioteca tradicional para a qual eu havia recebido os ensinamentos na minha formação de bibliotecária. Fui franca ao dizer que eu não saberia como classificar aquela coleção de documentos. No entanto, os dirigentes do CLAF me perguntaram se eu tinha interesse em trabalhar com aquele acervo. Eu aceitei como um desafio de como organizar e representar aquela coleção para atender a missão e os objetivos do CLAF enquanto uma instituição de política científica para a física na América Latina.

O bibliotecário, para bem desempenhar as suas funções, deve primeiro refletir sobre a missão da instituição que abriga a biblioteca, perceber qual a natureza da informação que compõe o acervo e quais as características dos usuários reais e potenciais. Essas reflexões são indispensáveis para que o bibliotecário atue de maneira eficiente na organização e representação dos documentos, ou seja na classificação e indexação do acervo e, também, para identificar os tipos de serviços que a biblioteca pode oferecer conforme às necessidades de informação e documentação dos usuários.

Dessa experiência nasceu o interesse em classificação enquanto atividade principal de organização e representação do conhecimento em bibliotecas e outros sistemas de recuperação da

informação. Esse interesse me acompanha até hoje, mas não mais para a prática bibliotecária, mas nos meus projetos de pesquisa e dos meus orientandos.

Você pode nos contar uma situação no início da sua carreira na Biblioteconomia que enriqueceu a sua trajetória profissional?

A minha visão de biblioteca mudou muito com a minha experiência na biblioteca do CLAF, uma vez que a coleção era composta de documentos de diversos tipos, publicados por organismos internacionais e regionais de natureza política e de natureza científica e para uso pelos funcionários do CLAF. A biblioteca do CLAF, como o próprio nome da instituição indicava, era de Física. No entanto, a característica fundamental era a Física olhada no contexto da política científica. Ou seja, não era a Física como área do conhecimento científico, como era o caso da biblioteca do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF). Isso fazia toda a diferença em como pensar a organização e a representação da coleção de uma biblioteca cujo acervo era devotado ao planejamento e coordenação da Física no contexto latino americano. Nesse sentido, as classificações bibliográficas conhecidas – mais comuns nas bibliotecas, como por exemplo a *Classificação Decimal de Dewey* (CDD) e a *Classificação Decimal Universal* (CDU), não satisfaziam as necessidades de recuperação da informação no CLAF. Essa constatação me levou a refletir na atuação do bibliotecário como um pesquisador, o que marcou a minha trajetória profissional.

E como você conheceu a Ciência da Informação?

Conheci a Ciência da Informação como aluna do curso de mestrado do IBBD, hoje IBICT, curso pioneiro na área no Brasil que teve início no ano de 1970. Fui aluna da segunda turma e tive a oportunidade de ter aulas presenciais com reconhecidos professores atuantes em Ciência da Informação em universidades e

sistemas de informação da Europa e dos Estados Unidos. Eu tive aulas de *'Sistemas de Classificação'*, com Derek Langridge; *'Técnica de Indexação e Resumos'*, com Jessica Perry; *'Catalogação Avançada'*, com LaVan Overmyer; *'Processamento de Dados na Documentação'*, com Tefko Saracevic; *'Organização de Serviços de Informação'*, com John Joseph Eyre. Nas disciplinas conexas, eu tive aulas com os professores da UFRJ: Rubens Sampaio Filho em *'Teoria dos Conjuntos'* e Pierre Jean Lavelle em *'Programação'*. Ao terminar o mestrado, em 1973, eu estava munida com conhecimento avançado na área da Ciência da Informação na década de 1970. Durante o curso de mestrado, eu me interessei pela organização e representação do conhecimento, particularmente sobre os estudos da classificação. Em 1974, com uma bolsa de estudos pós-mestrado do Conselho Britânico, fui para a Inglaterra e tive como tutor acadêmico o professor Derek Langridge. Visitei sistemas de recuperação da informação especializados em diferentes áreas do conhecimento. Tive a oportunidade de conhecer e de discutir com idealizadores e implementadores de sistemas de organização e representação do conhecimento, entre eles: Derek Austin, do sistema PRECIS (*Preserved Context Indexing Systems*) criado para a bibliografia nacional inglesa, e Eric Coates, do sistema de indexação facetada do periódico *British Technology Index*. Conversei muito sobre o ensino de classificação com o Mr. Langridge, o que resultou no meu interesse, acolhido por ele, na tradução para a língua portuguesa de seu livro como *'Classificação: abordagem para estudantes de Biblioteconomia'*. Essa obra se tornou uma referência no ensino e na pesquisa em classificação em Biblioteconomia e Ciência da Informação.

Voltei do estágio na Inglaterra e continuei trabalhando no CLAF. Cinco anos se passaram e o acaso novamente fez uma surpresa na minha vida profissional. Durante *coffee break* de um evento científico da área de informação me encontrei com David Spiller, quem eu já conhecia do Conselho Britânico, que me apresentou Antonio Miranda, representante da CAPES. Nessa

época, ainda não havia curso de doutorado em Ciência da Informação no Brasil e a CAPES estava incentivando mestres na área a doutorarem-se no exterior. Com o apoio da direção do CLAF, eu me inscrevi e ganhei a bolsa de estudos. Iniciei o doutorado em 1979 na Polytechnic of North London sob a orientação da professora Suman Datta, tendo como co-orientador Jack Meadows, que na época era professor da Leicester University. Em 1984, terminei o doutorado e assumi as atividades de ensino no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI) do IBICT. A pedido do professor Aldo Barreto, coordenador do programa na época, eu deveria assumir disciplinas da área de organização e representação da informação. Esse pedido foi uma retomada aos *insights* em classificação, que não deixaram de aparecer desde a dissertação de mestrado e a tese de doutorado, como comentei anteriormente.

Foi assim que ingressei na vida acadêmica de ensino e pesquisa na Ciência da Informação no IBICT e na especialidade da organização e representação do conhecimento.

Você pode nos contar sobre a experiência de sair do Rio de Janeiro para fazer doutorado na Polytechnic of North London, na Inglaterra?

Foi uma experiência única, inesquecível cujos ensinamentos me reporto até hoje nas minhas aulas e nos meus projetos de pesquisa. Tive o privilégio de já ter conhecido alguns professores da Polytechnic quando me deram aulas no mestrado no Brasil e também durante o estágio pós-mestrado que também foi na Poly, na Inglaterra. Ou seja, já havia uma comunicação prévia como aluna e como profissional, entre mim e os professores. Isso considero ter sido de fundamental importância de adaptação na saída de um contexto cultural para outro em vários sentidos: clima, alimentação, moradia, meios de transporte, como também na forma de atuar profissionalmente. Difícil falar sobre, mas é fato o quanto tudo isso

influencia na forma de atuar em um ambiente diferente do que estamos acostumados. Eu vou contar para vocês um detalhe que revela o quanto fui beneficiada pelos contatos prévios. No meu primeiro dia na Poly, quando entrei na universidade e fui ao gabinete do Mr. Langridge, vi na parede uma figura do Pão de Açúcar e ele me disse que quando eu sentisse saudade do Brasil era para eu ir até lá e olhar para aquela imagem. Esse fato demonstra o acolhimento que tive na Poly. Fez parte dessa experiência única conviver com os professores e colegas, compartilhar refeições, encontrá-los nos corredores, assistir suas aulas, ter sido convidada a conhecer a família e a residência deles. Foi um período mágico e muito produtivo profissionalmente para o desenvolvimento da tese e uma excelente vivência pessoal numa cultura diferente. Certo dia, o meu orientador, Prof. Jack Meadows, comentou que visitar relevantes pontos culturais de Londres, tais como a National Gallery, a National Portrait Gallery, o British Museum, o Victoria & Albert Museum e o Science Museum integravam o meu doutoramento – ao que concordei plenamente e, claro, não perdi a oportunidade de conhecer essas instituições. O nosso primeiro encontro em Londres foi agendado por ele nas dependências do British Museum, local onde ele havia trabalhado na seção do arquivo. Podemos bem imaginar que documentos maravilhosos ele teve oportunidade de ver!

Você sente falta de alguma coisa na sua trajetória acadêmica?

Sinceramente não. Dentro daquilo que me propus a atuar como professora e pesquisadora me sinto plenamente realizada na minha trajetória acadêmica. Sempre considerei ser importante atuar com a mente aberta para novos conhecimentos, aceitando desafios no ensino e na pesquisa. A classificação, enquanto um processo fundamental da natureza humana e como atividade central na organização e representação do conhecimento para fins de recuperação de informação, vem suscitando ao longo dos anos o

desenvolvimento de temáticas de pesquisas motivadoras para mim e para meus orientandos.

Como surgiu a ideia de pesquisar a comunicação científica na área da física da matéria condensada?

O CLAF realizou censos de recursos humanos e materiais em subáreas da física. Uma dessas subáreas foi a 'Física do Estado Sólido', como inicialmente nomeada na literatura científica, que, posteriormente, passou a ser nomeada como 'Física da Matéria Condensada'. Esta subárea necessita de menor investimento em equipamentos em comparação a outras áreas da física. É também um campo interdisciplinar com a própria área da física e com outras áreas da ciência.

Em visita ao CLAF, em 1971, o professor Tefko Saracevic tomou conhecimento do *Censo de Recursos Humanos em Física da Matéria Condensada na América Latina* e vislumbrou a possibilidade de desenvolvimento de uma pesquisa sobre esses dados e se ofereceu para atuar como orientador do meu mestrado em ciência da informação. Em 1973, defendi a dissertação "*Análises bibliométricas da produção científica dos grupos e pesquisa sobre Física do Estado Sólido na América Latina*"². Foi assim que iniciou o meu interesse em pesquisar nessa área.

Segui na mesma linha de pesquisa para o doutorado, iniciado em 1979 e concluído em 1984, com a tese "*Patterns of communication in Brazillian condensed matter physics: Bibliometric and other investigations for the period 1950-1980*"³. A dissertação e a tese tiveram como foco central a comunicação na ciência. Numa

² FERNANDEZ, Rosali Pacheco [SOUZA, Rosali Fernandez de]. **Análises bibliométricas da produção científica dos grupos de pesquisa sobre física do estado sólido na América Latina**. 1973. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1973. Orientador: Tefko Saracevic. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11422/6706>. Acesso em: 06 out. 2022.

³ FERNANDEZ, Rosali Pacheco [SOUZA, Rosali Fernandez de]. **Patterns of communication in Brazillian condensed matter physics: Bibliometric and other investigations for the period 1950-1980**. 1984. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Polytechnic of North London. 1984. Orientadores: Summan Datta e Jack Meadows. Disponível em: <https://ethos.bl.uk/OrderDetails.do?uin=uk.bl.ethos.352851>. Acesso em: 06 out. 2022.

breve síntese, a dissertação objetivou identificar a intercomunicação entre grupos de pesquisa através da literatura publicada em revistas científicas. A tese investigou os tipos de publicação em que os membros dos grupos comunicaram os resultados de pesquisa no período de trinta anos, mostrando a evolução do grupo no tempo. Para um caso específico, foram aprofundadas análises de um grupo de pesquisa identificando membros que se destacaram pelo número de orientações acadêmicas e pelas co-autorias de artigos publicados em revistas científicas.

Uma observação interessante a ser destacada foi a mudança da denominação da área de 'Física do Estado Sólido' para 'Física da Matéria Condensada'. A evolução científica da pesquisa em Física da Matéria Condensada no tempo foi tão expressiva que, além de mudar a denominação, passou a ocupar três entradas temáticas principais do *Physics Abstracts*⁴ - conceituado sistema internacional de indexação e resumos da produção científica publicada em física. Esse fato motivou minhas pesquisas futuras em organização e representação em sistemas de organização do conhecimento, com atenção especial à classificação.

Como foi falar de um campo brasileiro de conhecimento, a física da matéria condensada no Brasil, em uma instituição inglesa?

Fui convidada a dar palestras para alunos ingleses e estrangeiros que cursavam disciplinas na Polytechnic of North London. Antes de apresentar a pesquisa da tese sobre os padrões de comunicação em grupos de pesquisa numa determinada área da ciência brasileira, fiz uma breve introdução sobre o Brasil, apresentando alguns dados gerais (território, língua, população, infraestrutura, etc.), comparando com os mesmos dados do Reino Unido. Muitos da plateia ficaram surpresos com as diferenças entre os países. Complementei com dados históricos desde a chegada dos

⁴ PHYSICS ABSTRACTS. London (UK): Institution Of Electrical Engineers, 1966-. Quinzenal.

portugueses em 1500 e fatos marcantes do desenvolvimento da ciência no Brasil, tais como a criação das universidades e dos órgãos de fomento à pesquisa. Isso evidenciou a distância temporal da história da ciência nos dois países. Comentei também sobre características dos meios de comunicação abordando transporte, correio e a distância entre as cidades. Essas considerações foram essenciais para o entendimento do contexto e pesquisa que eu estava trabalhando, como também para respaldo das abordagens teórico-metodológicas definidas e para a interpretação dos resultados. Destaquei o fato de que, pela contemporaneidade da criação dos grupos de pesquisa, foi possível identificar padrões diferenciados de desenvolvimento e de comunicação dos grupos desde a criação, evidenciados pelas análises qualitativas e quantitativas da produção científica publicada de cada grupo, complementado por entrevistas feitas com membros dos grupos.

Você pode nos explicar o que é física da matéria condensada?

Eu posso explicar como profissional de informação, mas não como pesquisadora em física, que nunca fui. Essa pergunta me lembrou a conversa na Inglaterra que tive com B. C. Brookes, físico inglês interessado em bibliometria. Curioso sobre a Física na Matéria Condensada no Brasil, ele me perguntou sobre características dos grupos de pesquisa brasileiros. Comentei sobre os diferentes padrões de desenvolvimento encontrados e as especificidades de temas de pesquisas. As minhas respostas foram conforme a indexação da literatura dos grupos como classificada pelos cabeçalhos do *Physics Abstracts*. Trabalhando com os dados coletados durante quatro anos, eu decorei as subáreas e as especialidades da física da matéria condensada. Inclusive, eu memorizei as temáticas interdisciplinares da literatura publicada pelos grupos, conforme a classificação do *Physics Abstracts*. No decorrer da conversa, o físico comentou sobre especificidades da pesquisa em Física da Matéria Condensada no Brasil. Eu disse que

não poderia responder porque eu não explorei os meus dados nesse sentido e também porque a minha formação acadêmica não foi em Física, mas em Biblioteconomia e Ciência da Informação. Ele retrucou: “Você nunca estudou Física?”. Eu respondi que não e o que eu conhecia da área da Física foi por acompanhar a evolução das classificações e das concordâncias da área no decorrer do tempo, especialmente no *Physics Abstracts*. Este fato evidenciou para mim que o profissional da informação, apesar de não necessariamente ser um especialista na área para a qual está trabalhando, conta com instrumentos que podem auxiliá-lo a se familiarizar com o conhecimento dessa área desconhecida. E, com certeza, as classificações da área são instrumentos de apoio relevantes, como foi no meu caso.

As tecnologias da informação e da comunicação se transformaram muito nas últimas décadas e, por consequência, mudaram o modo de fazer ciência. Para você, essa transformação tecnológica tornou o fazer pesquisa mais prático ou mais complexo?

As tecnologias da informação e da comunicação se sofisticaram nas últimas décadas e, conseqüentemente, passaram a interferir significativamente, no modo de fazer ciência em todas as áreas do conhecimento. Considero que, se por um lado, a transformação tecnológica tornou o fazer ciência mais “prático”, por outro lado, tornou esse processo mais “complexo” para o pesquisador. O instrumental sem dúvida se sofisticou, o que passou a exigir maior perspicácia do pesquisador em saber como usufruir dos instrumentos no fazer ciência. O ponto central é a informação e, sem dúvida, a forma como é organizada e representada, pois disso depende a busca e a recuperação. As bases de dados disponíveis na *web* tem mecanismos próprios de busca que nem sempre evidenciam os critérios de seleção, organização e representação de dados. Obviamente, cada base tem seu foco de

interesse. Então, o pesquisador ou profissional de qualquer área do conhecimento tem que ter perspicácia na busca de dados, ou seja, saber usufruir da melhor forma possível de determinada fonte para suas necessidades de informação.

Na sua opinião, quais os maiores avanços alcançados na pesquisa em organização do conhecimento?

A classificação é a principal atividade quando se fala de organização do conhecimento. Pesquisas visando uma teoria de apoio à classificação marcaram o desenvolvimento desse campo ao longo do tempo. Filósofos como Aristóteles, educadores como Piaget, enciclopedistas como Diderot e d’Alambert, bibliotecários como Ranganathan, pesquisadores do Classification Research Group na Inglaterra, cientistas da informação como Dahlberg, Hjørland e Smiraglia, apenas para citar alguns nomes que me recordo no momento, trouxeram importantes contribuições em publicações que abordam categorias, classificação facetada, teoria do conceito, construção de sistemas de organização do conhecimento (por exemplo, tesouros e ontologias) entre outros assuntos. No Brasil, os avanços em pesquisa nesse campo são evidentes nas comunicações do grupo de trabalho “*Organização e Representação do Conhecimento*” (GT2) dos encontros nacionais de pesquisa em Ciência da Informação e Biblioteconomia (ENANCIB). A fonte de referência internacional sobre avanços da pesquisa em organização do conhecimento é a revista *Knowledge Organization* que como o próprio nome indica é devotada a esse tema.

Você pode mencionar pesquisadores que foram inspiração para a sua carreira de pesquisa?

Inspirações para a minha carreira de pesquisa remontam no tempo a pesquisadores que foram meus professores e professoras. Começo mencionando Hagar Espanha Gomes, minha professora no curso de especialização em Documentação Científica (CDC), no

Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD), em 1969. Lembro-me dos seus comentários em um seminário final de disciplina que motivaram os alunos à pesquisa. Posteriormente nas várias oportunidades de encontros em alguma atividade acadêmica, conversávamos sobre as minhas pesquisas. Hagar, como sempre disposta a colaborar, fazia comentários e indicações de leituras. Do ponto de vista da escolha da linha temática de pesquisa em organização e representação do conhecimento, particularmente em classificação, meu inspirador foi Derek Langridge, membro do Classification Research Group (CRG) da Inglaterra e professor de classificação em cursos e graduação e de pós-graduação em Biblioteconomia e Ciência da Informação na Inglaterra, nos EUA e no Brasil. Três afirmações de Langridge inspiram a minha trajetória de pesquisa: a classificação como processo fundamental da natureza humana; a classificação como atividade principal da organização do conhecimento; e a conclusão de que não há substituto à classificação. Não posso deixar de mencionar o importante incentivo à pesquisa que tive por Roberto Bastos da Costa – diretor e Delia Valério Ferreira – diretora adjunta do CLAF, instituição que eu atuava como bibliotecária. Ambos me deram todo apoio para cursar o mestrado e o doutorado, que foram etapas marcantes na pesquisa. Eles também me incentivaram a ingressar no IBICT para atuar como pesquisadora e professora em Ciência da Informação, onde definitivamente construí a minha carreira na pesquisa e no ensino.

Pensando em sua trajetória acadêmica, quais são os maiores desafios enfrentados por mulheres pesquisadoras?

Pensando na minha trajetória acadêmica, nunca me senti diminuída por ser mulher. Graças à compreensão do meu companheiro e do apoio de minha mãe, pude conciliar a carreira de profissional com as demandas da vida pessoal de casada com dois filhos. Dosar e equilibrar isso não é fácil, mas é possível com apoio em casa e no local de trabalho. A pesquisa acadêmica é uma

atividade básica de colaboração. Cada uma de nós mulheres pesquisadoras temos nossas circunstâncias pessoais e acadêmicas de vida. Eu entendo que o maior desafio da pesquisa seja a própria decisão de devoção à pesquisa. Pesquisar exige tempo, ambiência acadêmica e recursos materiais.

Entre ontem e hoje, o que mudou para a pesquisa no Brasil?

Eu diria que a criação dos cursos de pós-graduação proporcionou a formação de profissionais e docentes para atuarem na pesquisa. As instituições de fomento, principalmente o CNPq e a Capes, criaram e diversificaram programas de bolsas de pesquisa no Brasil e para outros países, assim como outras formas de financiamento para a pesquisa. Aqui no Rio de Janeiro, a atuação da FAPERJ tem sido representativa, na criação de programas de incentivo à pesquisa, como: Cientista do Nosso Estado (CNE) e Jovem Cientista do Nosso Estado (JCNE) que oferecem Bolsas de Bancada para Projetos (BPP). As oportunidades de "hoje" com certeza são maiores do que as de "ontem" para a pesquisa no Brasil.

Você poderia mencionar um fato marcante que motivou seus projetos de pesquisa?

Um aprendizado marcante na minha carreira acadêmica foi quando em 2005 recebi o convite do Dr. Manuel Domingos Neto, vice-presidente do CNPq, para participar como membro e secretária da 'Comissão especial de estudos CNPq, CAPES, FINEP para propor uma nova tabela de áreas do conhecimento'. A razão para a constituição de tal Comissão foi o fato de que a tabela em vigor mostrava-se desatualizada, pois não representava a realidade das pesquisas nas diferentes áreas, subáreas e especialidades do conhecimento no Brasil. Foi uma oportunidade ímpar participar das discussões com dezessete pesquisadores atuantes em diferentes áreas do conhecimento, com representantes da Finep e da CAPES e com o vice-presidente do CNPq, que presidia a Comissão.

O trabalho da Comissão evidenciou que a criação e/ou atualização de uma tabela de áreas do conhecimento (TAC) difícil e complexa para as instituições de fomento e para a comunidade científica em geral. A criação, a reclassificação ou a exclusão de uma área do conhecimento implicava em uma decisão "difícil, complexa e delicada", como dizia o Dr. Manuel. A inter e a multidisciplinaridade do conhecimento traziam questões cruciais de discussão, muitas vezes sem consenso interno na área e entre as áreas. Inúmeras sugestões e opiniões divergentes surgiram sobre a classificação de áreas do conhecimento, fortalecendo as premissas de que: toda classificação é arbitrária; há várias maneiras de se classificar o conhecimento; a escolha de qualquer classificação está direcionada a um propósito definido.

A experiência de ter participado dessa Comissão motivou, em mim, temas de pesquisa na Ciência da Informação. O meu projeto de pesquisa corrente é *"Área, campo e domínio do conhecimento: aspectos conceituais e estruturas de classificação em Ciência e Tecnologia"*. Conto com a parceria de Thulio Pereira Dias Gomes, que foi meu orientando de mestrado no PGGCI IBICT-UFRJ, hoje doutor pela Escola de Comunicações e Artes da USP e atualmente bibliotecário da UFF, e de Rodrigo Alves Ferreira, bibliotecário que foi meu bolsista de iniciação científica e hoje é mestrando do PPGCI IBICT-UFRJ. Este projeto de pesquisa atual simboliza o coroamento da minha carreira acadêmica e, mais ainda, me sinto orgulhosa de trabalhar com parcerias tão especiais para mim.

Se pudesse repassar aos jovens pesquisadores apenas um dos muitos aprendizados que sua trajetória acadêmica lhe ofereceu, qual seria?

Acreditem na sua realização profissional como pesquisadores. Vale a pena pesquisar em qualquer área do conhecimento. O pesquisar mantém o pesquisador sempre alerta, pronto a adquirir novos conhecimentos e a atuar de forma mais convincente no

ensino. É importante para a vida cultivar a mente como pesquisador. Ler, refletir, pensar, criar conhecimento é motivador. Quando eu cheguei na Inglaterra para iniciar o meu doutorado, me deram uma lista de passos para o desenvolvimento da tese e por duas vezes na listagem apareceu a palavra *think* (pensar) como um elemento básico do desenvolvimento da pesquisa. Ao ler, achei estranho, mas pude constatar ao longo do desenvolvimento do trabalho, que aquele elemento estava repetido por ser tão importante quanto as outras etapas clássicas de pesquisa. O pesquisador tem que aprender a olhar o dado e a saber refletir sobre o que ele quer dizer. Aí está a grande diferença do pesquisar que não é apenas compilar dados e informação, e sim: produzir conhecimento, o que é gratificante.

Se pudesse voltar no tempo, teria algum conselho para a Rosali caloura?

Rosali caloura começou na Biblioteconomia e na Documentação e chegou na Ciência da Informação. O que eu tenho a dizer é que não me arrependi de nada, que faria tudo novamente porque valeu a pena, me sinto realizada profissionalmente. Aos leitores da *Revista Mundo Livre* deixo a mensagem que vale a pena ser pesquisador em qualquer área do conhecimento.

Muito obrigada por essa participação na *Revista Mundo Livre*. Eu agradeço a oportunidade de contar um pouco da minha vida acadêmica, esperando ter contribuído para motivar futuros pesquisadores: vale a pena, sigam em frente. Desejo sucesso. Meu agradecimento especial ao Thulio, editor da revista Mundo Livre, pelo honroso convite.

Sobre a entrevistada

Rosali Fernandez de Souza

Graduada em Biblioteconomia e Documentação pela Universidade Santa Úrsula. Especialista em Documentação Científica e mestre em Ciência da Informação pelo Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD). Doutora em Ciência da Informação pela Polytechnic of North London. Pesquisadora Titular do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), onde é professora no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, convênio com a Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGCI IBICT-UFRJ).

Email: rosalifs@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0890-7999>

Sobre os entrevistadores

Thulio Pereira Dias Gomes

Graduado em Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). É mestre em Ciência da Informação pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT). É doutor em Ciência da Informação pela Universidade de São Paulo (USP). É bibliotecário na Universidade Federal Fluminense (UFF). Atua na Coordenação de Bibliotecas (CBI) e na Revista Mundo Livre.

Email: thuliogomes@id.uff.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0890-7999>

Amanda dos Santos Coutinho

Graduada em Biblioteconomia e Documentação pelo Instituto de Comunicação e Arte (IACS) da Universidade Federal Fluminense (UFF) em Niterói. É integrante da equipe editorial da Revista Mundo Livre. Tem interesse em comunicação científica e organização do conhecimento.

Email: amcoutinho@id.uff.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2325-1868>

Pâmela Miranda Santos

Estudante de Psicologia no Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional (ESR) da Universidade Federal Fluminense (UFF) em Campos dos Goytacazes. É integrante da equipe editorial da Revista Mundo Livre. Tem interesse em cognição e memória.

Email: pamelamirandasantos@id.uff.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1076-8393>

Yuri Banov Onishi

Estudante de Psicologia no Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional (ESR) da Universidade Federal Fluminense (UFF) em Campos dos Goytacazes. É integrante da equipe editorial da Revista Mundo Livre. Participa do grupo de extensão sobre Neuropsicologia, Estimulação Cognitiva e Reabilitação Neuropsicológica.

Email: yuri_banov@id.uff.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1484-2001>

Histórico

Recebido em: 21/09/2022. Aprovado em: 21/09/2022. Publicado em: 20/10/2022.



RESENHA

**IDENTIDADE E MOBILIDADE JUDAICA NOS
ESTADOS UNIDOS DO SÉCULO XIX**

Filipe Peixoto Neves



Identidade e mobilidade judaica nos Estados Unidos do século XIX

Filipe Peixoto Neves

Bacharel em História pela UFF

RABIN, Shari. [Jews on the frontier](#): religion and mobility in Nineteenth-Century America. Nova York: NYU Press, 2019.

Jews on the Frontier: Religion and Mobility in Nineteenth-century reconta vividamente a história de uma era negligenciada na história judaica nos EUA, oferecendo uma nova interpretação das religiões norte-americanas, enraizadas não em congregações e denominações, mas na política e nas experiências de estar em movimento. O livro de Shari Rabin mostra que, ao focar nas pessoas comuns, obtemos uma visão mais completa de como a religião nos Estados Unidos tomou forma. A obra acompanha um grupo de indivíduos dinâmicos e diversificados em busca de recursos para estabilidade, certeza e identidade em uma nação onde havia pouco a ser encontrado.

Já no primeiro capítulo de *Jews on the Frontier: Religion and Mobility in Nineteenth-century*, a historiadora e pesquisadora de estudos religiosos, Shari Rabin, nos esclarece seu conceito de "mobilidade irrestrita", que ela argumenta distinguir a experiência judaica nos Estados Unidos. Um de seus principais argumentos é que a estrutura de regulamentação das nações europeias ditava a mobilidade física dos judeus de maneiras fundamentalmente diferente de como era nos Estados Unidos, onde tal regulamentação era quase inexistente. Por exemplo, embora os governos europeus classificassem os judeus como uma raça distinta, os costumes norte-americanos e os formulários de censo não continham tal categoria. Rabin também nos diz, ao longo de sua obra, que estes judeus norte-americanos não eram



necessariamente devotos quando cruzaram as fronteiras dentro dos Estados Unidos. Muitos eram imigrantes, e a maioria se passava por brancos tipicamente europeus, enquanto navegavam em sua própria liberdade em uma nação que privilegiava o estereótipo de homem branco e não restringia as religiões e povos minoritários como era de costume na Europa do século XIX.

Ainda na primeira parte do livro, a autora nos esclarece um pouco sobre as políticas de mobilidade, e fala sobre as diferentes políticas de movimento na Europa Ocidental. Segundo Rabin, é na Europa Ocidental que observamos uma espécie de mobilidade organizada onde não há muita supervisão do Estado. E então, na Europa Central e Oriental, observamos mais mobilidade monitorada. Em relação à Alemanha, somos lembrados que esta nação só surgiu unificada em 1871. Então, durante todo esse período, há reinos e cidades-estados e todas essas unidades diferentes, cada uma com sua própria política em relação aos judeus. Se você é judeu e diz “judeu” no seu passaporte, onde você pode se mudar e morar é uma questão de interesse do Estado. Segundo Rabin, nos Estados Unidos, essa mobilidade é irrestrita para os judeus. Eles podem se locomover sem serem marcados como judeus pelo governo. Esta mobilidade facilitada os levam onde quiserem, de uma forma meio caótica, nas palavras da autora, neste período de expansão para o Oeste. Shari Rabin nos faz olhar para esse fenômeno da mobilidade que está ligada à vida institucional judaica, pois nos locais onde há mobilidade monitorada ou organizada existiam instituições e comunidades judaicas oficiais. E é nos Estados Unidos do século XIX que a autora analisa uma mobilidade irrestrita, onde há também essa ausência de instituições.

Numa premissa mais biográfica e íntima, Rabin nos introduz na vida de um judeu norte-americano chamado Edward Rosewater, que vagou pelo meio-oeste na década de 1850, aprendendo a trabalhar com o telégrafo. Violando o próprio Sábado judaico, Rosewater não

era um cristão evangélico nem um observador do *Shabbat* que se rebelava contra a maioria cristã observadora do domingo. Consequentemente, *Jews on the Frontier* argumenta que o caso de Rosewater não é um caso periférico de deterioração religiosa por meio da secularização, protestantização, assimilação ou apatia. Em vez disso, o caso de Edward Rosewater é um exemplo do que a autora chama de “Religião Americana”. Rabin afirma que estes judeus imigrantes são uma instância legítima desta religião norte-americana, ao mesmo tempo que preenche a lacuna entre os estudos judaicos e a historiografia religiosa norte-americana.

Para todo aquele que possa se interessar na vida destes judeus norte-americanos, Rabin nos ensina sobre essas pessoas e como elas construíram suas identidades. Em seu livro, nos fica claro que para a maioria dos judeus a relação entre o judaísmo e o estilo de vida norte-americano era densa, o que ocasionou debate e inspirou adaptações. Estes judeus faziam coisas como comer carne não-*kosher*, mas não comiam carne de porco, evitavam uma vida devota à congregação, mas viviam em pensões judias e bairros judeus. Também se casavam com mulheres não judias, mas insistiam na identidade judaica de seus filhos. Shari Rabin nos traz numerosos exemplos destas contradições em seu livro. Rabin também nos traz uma ampla gama de fontes: documentos de família do *American Jewish Archives* (AJA), sermões judaicos também disponíveis na AJA, correspondências de Isaac Leiser e seu jornal, além de outros jornais, processos judiciais, registros federais sobre cidadania, registros de censo, etc. As fontes constantes deste estudo reforçam a importância do seu tema e do “espírito de mobilidade”.

Neste “espírito de mobilidade”, os judeus certamente fazem parte do projeto norte-americano de expansão para o Oeste. Os judeus imigrantes desbravaram esses novos lugares e se instalaram lá. Há, para Rabin, um certo entusiasmo neste processo de mobilidade, e

esses judeus estão empolgados em fazer parte de um projeto nacional, utilizando, inclusive, muito da mesma retórica do destino manifesto tão expressiva nos norte-americanos. Observa-se, também, uma internalização desta linguagem do destino manifesto, adaptada à realidade imigrante desses judeus, plantando a bandeira do judaísmo em lugares desconhecidos, replicando, então, a retórica de “terra vazia”. Além disso, há um pouco de sentimento anti-católico e anti-espanhol. Desta forma, esses judeus recém chegados aos EUA estão utilizando de ferramentas que lhes permitem participar desse projeto norte-americano mais amplo, expansivo, mas também o trazem para sua própria linguagem e retórica específicas sobre o desenvolvimento das instituições judaicas norte-americanas.

Ao longo de sua obra, a autora afirma que os judeus ainda querem manter o seu judaísmo essencial, e adotam novos tipos de critérios de autenticidade na formulação de suas vidas religiosas. Uma das fontes que Rabin aborda é um depoimento de 1859, onde um judeu em Saint Louis (estado do Missouri) afirma que seus três filhos são judeus e, embora sua mãe não seja judia, ele os está criando como judeus. Ele os circuncidou, e o próprio pai nunca mudou de religião e seus filhos são judeus. Há um fascínio nesta fonte pois a lei judaica diz que a identidade judaica vem da mãe. O judeu em Saint Louis estaria reivindicando uma identidade judaica para seus filhos. E ele está usando uma ferramenta do Estado, um depoimento legal, para reivindicar essa descendência patrilinear.

Em termos de mobilidade nos EUA do século XIX, os judeus fornecem uma janela importante para o fenômeno da diversidade e discriminação da vida norte-americana. Rabin afirma que esses judeus imigrantes estão no meio. Sendo os judeus são vistos como brancos, mas depois a autora nos surpreende sobre a invisibilidade e o individualismo da diferença onde esses judeus estão inseridos. Isso nos ajudaria a entender como raça e religião são entendidas nesses

Estados Unidos oitocentistas. Não é apenas que os judeus são uma religião diferente, ou uma religião em particular. É que os judeus se dão “melhor” quando sua diferença não é algo que pode ser visto no corpo, no físico. Isso também nos auxilia a esclarecer as questões de quem era aceito nos Estados Unidos e sob quais condições.

A obra ambiciosa de Shari Rabin transforma a ideia de mobilidade, que antes sugeria uma certa assimilação, mas Rabin a ressignifica. Os judeus americanos tinham o direito de se deslocar de um lugar para outro nos Estados Unidos que a maioria deles, principalmente os imigrantes, não havia experimentado anteriormente, como no caso dos judeus europeus. Eles homenageavam os eventos de ciclo da vida judaica, incluindo nascimento, casamento e morte, na medida do possível enquanto estavam na “estrada”. Eles se beneficiaram da percepção e do status de “brancura” tanto legal quanto socialmente nos Estados Unidos. Em última análise, uma lição central do *Jews on the Frontier* de Rabin é que o Judaísmo Americano não se limitou ao nordeste e definitivamente não se limitou à onda de imigrantes judeus do final do século XIX.

O livro de Rabin termina em 1877, então é notório o cuidado da historiadora em não fazer muitas afirmações sobre o que acontece depois deste período. Mas a historiadora aborda um pouco, na conclusão, sobre como o século XIX serviu de prelúdio e ajudou a configurar o que os imigrantes do Leste Europeu iriam encontrar em promissoras terras norte-americanas. Rabin também nos leva a pensar as questões que vemos no século XIX se repetirem com uma ênfase diferente, porque os imigrantes judeus posteriores vieram de locais mais urbanos da Europa. Contudo, alguns dos problemas e desafios da vida judaica norte-americana, com os quais esses judeus estavam lidando no século XIX, também estavam lá para a onda posterior de imigrantes, exceto que eles já haviam organizado instituições e maneiras de lidar com seus problemas.

O argumento central de Rabin, podemos concluir, é de que os Estados Unidos do século XIX eram acima de tudo "móveis", apresentando obstáculos significativos para os judeus praticantes. A ênfase de Rabin nas inúmeras maneiras pelas quais os judeus do século XIX criaram concepções mais abrangentes e expansivas do que era considerado "judaísmo autêntico" é uma contribuição interessante e útil para a crescente historiografia sobre os judeus nas Américas. Seu argumento não apenas ajuda a iluminar um aspecto pouco estudado do século XIX, mas fala sobre o estado da religião em um Estados Unidos em plena época de expansão territorial.

Sobre o autor

Filipe Peixoto Neves

É bacharel em História pelo Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional da Universidade Federal Fluminense (UFF) em Campos dos Goytacazes. Desenvolve estudos no campo da história e das ciências políticas, com ênfase em liberalismo, história judaica, iluminismo judaico e sionismo.

Email: filipeneves72@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0441-461X>

Histórico

Recebido em: 24/05/2022. Aceito em: 08/06/2022. Publicado em: 20/10/2022.

Este número foi editado pela Universidade Federal Fluminense nas
cidades de Campos dos Goytacazes e Niterói, durante outubro de 2022.
Ele foi composto em Ubuntu e publicado apenas em formato digital.



[HTTPS://PERIODICOS.UFF.BR/MUNDOLIVRE](https://periodicos.uff.br/mundolivre)